



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ANA CATARINA SENA FERREIRA ANDRADE

**AS TRAMAS QUE ENVOLVEM FAMÍLIAS E PARTIDOS POLÍTICOS NA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BAHIA PÓS-ESTADO NOVO (1949-1955).**

BRASÍLIA – DF

2025

ANA CATARINA SENA FERREIRA ANDRADE

**AS TRAMAS QUE ENVOLVEM FAMÍLIAS E PARTIDOS POLÍTICOS NA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BAHIA PÓS-ESTADO NOVO (1949-1955).**

Tese apresentada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social e suas múltiplas formas

Orientador: Prof. Dr. Tiago Luís Gil

BRASÍLIA - DF

2025

ANA CATARINA SENA FERREIRA ANDRADE

**AS TRAMAS QUE ENVOLVEM FAMÍLIAS E PARTIDOS POLÍTICOS NA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BAHIA PÓS-ESTADO NOVO (1949-1955).**

Tese apresentada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) para obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA:

Tese aprovada em _____ / _____ / _____

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
Presidente – Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Laura de Oliveira Sangiovanni
Membro Interno – Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Tiago Bernadon de Oliveira
Membro Externo – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Marcelo Vianna
Membro Externo – Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira
Suplente – Universidade de Brasília (UNB)

AGRADECIMENTOS

Ser aprovada no curso de Pós-Graduação da Universidade de Brasília parecia um sonho distante, às vezes até inalcançável, diante de tantos fatores. Diferente do que se comenta no meio acadêmico sobre os anos dedicados ao doutorado, essa jornada não foi composta por momentos dolorosos. Na verdade, o processo foi mais tranquilo do que eu mesma poderia imaginar, mesmo em meio aos turbilhões dos dois primeiros anos em meio a pandemia do Covid 19 e da perda de parte das fontes de pesquisa por causa de uma chuva intensa em Itaberaba. Essa calma e paz se devem às pessoas que contribuíram e me deram suporte para realizar este trabalho e, sobretudo, à minha fé em um Deus que se move em meu favor. Familiares, amigos, colegas, professores e trabalhadores que tiveram participação direta ou indireta nesta trajetória serão sempre lembrados. Peço desculpas por eventuais omissões, pois minha memória está cansada após meses dedicados à escrita, mas quero que saibam que sou extremamente grata a todos.

Primeiramente, gostaria de expressar minha imensa gratidão ao meu orientador, professor Tiago Luís Gil. Com sua característica educação, aceitou meu pedido de orientação antes mesmo de eu enviar o pedido oficial. Fiquei surpresa ao receber seu e-mail dizendo: "Ana, eu tenho interesse em lhe orientar." Que sorte a minha! Tiago é uma pessoa leve e potencializou minha pesquisa, mostrando caminhos e possibilidades que sozinha eu não saberia enxergar. Sua presença, mesmo à distância, seu olhar atento à pesquisa, nossos encontros e conversas foram essenciais. Muito obrigada por entender minhas dificuldades e estar sensível a elas, pelo incentivo, especialmente com relação ao Doutorado Sanduiche, e pelas palavras sempre encorajadoras de que tudo daria certo. Espero não ter lhe decepcionado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB, especialmente aos professores e professoras do Doutorado que contribuíram academicamente para o desenvolvimento da pesquisa. Meus agradecimentos vão para Teresa Cristina Marques que contribuiu muito na elaboração do projeto de pesquisa tendo insights certos, Tiago Bernardon de Oliveira e Marcelo Vianna, que me auxiliaram no processo de qualificação, e aos coordenadores do curso, André Gustavo de Melo Araújo e Luís César de Sá, pela disposição, educação e ética ao me atender sempre que solicitado. Ao DPG – Departamento de Pós-Graduação, sou grata pelo incentivo à pesquisa. Agradeço especialmente à CAPES pela oportunidade de vivenciar uma experiência riquíssima durante o Doutorado Sanduíche na Università di Pisa, na Itália, onde passei quatro meses sob a coorientação do querido Professor

Massimiliano Grava. Muita gratidão a CAPES, ao meu orientador e coorientador por essa oportunidade.

Sou muito grata aos meus queridos amigos de Itaberaba, Márcia Regina Vilas Boas e Meirivaldo Almeida, que me deram apoio, cuidado e abrigo em Brasília ao longo desses quatro anos. Agradeço ao seu filho, Heitor, que sempre me cedeu seu quarto, e à Eduarda, pelas muitas e boas conversas. Os dias que passei na companhia de vocês foram divertidos e leves. Obrigada por tornar a jornada mais tranquila.

Agradeço aos colegas de curso, Wátilla Mislá e Vinicius Conceição, com quem compartilhei angústias e experiências durante esse tempo. À amiga e diretora do Colégio Enigma, Haydée Fernandes, pela torcida e por acreditar em mim. E às queridas amigas que celebraram cada fase do Doutorado: Ana Cinthia Passos, Adélia Lima, Ellen Sodré, Catarina Araújo, Amanda Nunes, Roziane Alves e Marta Cardoso. Obrigada, amigas, pela paciência, por ouvirem e me incentivarem a continuar.

Ao Ministério Apostólico Restauração e Vida - MARV, representado pelos admirados pastores Aêde e Vitor Carneiro, meu agradecimento pelos conselhos, encorajamento e palavras de vida que me fortaleceram. Agradeço também pela compreensão das "minhas filhas" da célula Benditas, que entenderam este lado da minha vida, e pelas orações que me sustentaram durante todo o processo. Falando em oração, estendo a gratidão a minha cunhada Marcélia Andrade e a tia/irmã Tatiane Sena, que estão sempre em intercessão por mim.

Agradeço aos meus familiares, especialmente à minha mãe, Ana Martha, que me incentivou, persistiu e insistiu para que eu participasse da seleção do doutorado, mesmo quando eu mesma não acreditava mais ser possível. Nenhum agradecimento seria suficiente para retribuir as renúncias que ela fez ao longo da vida por mim e por meus irmãos. Sou imensamente grata pelo seu exemplo como mãe, educadora, incentivadora da aprendizagem e pelo amor nas derrotas e vitórias, mesmo nos dias corridos, quando esqueço de ligar. Obrigada por trazer suavidade à minha existência e tranquilidade nos dias de turbulência. Obrigada, família!

Minha gratidão e respeito à Câmara Municipal de Itaberaba, representada por Ronald Azevedo, coordenador do Arquivo do Legislativo Municipal, que sempre foi muito solícito comigo. Agradeço também às secretárias e ao Pároco da Igreja e do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, que me receberam com tanto afeto e respeito. Ao Núcleo de História Local da Universidade do Estado da Bahia – Campus Itaberaba e ao estimado Epitácio Cerqueira (in memoriam), que me proporcionaram acesso aos exemplares do jornal local O Itaberaba.

Por fim, agradeço ao meu marido, Leandro Andrade. Somente ele sabe o quanto foi difícil deixar minha casa, meu trabalho e o convívio entre amigos, abdicar de viagens e passeios para me dedicar à pesquisa. Sua presença foi um incentivo constante; suas palavras me deram asas, e seu amor me impulsionou para voos altos. Obrigada por acreditar em mim, por renunciar minha presença, por sonhar meus sonhos e por ser um porto seguro onde posso descansar, renovar as forças e seguir. Obrigada, muito obrigada, por sempre me esperar!

Dedico este trabalho à minha avó Valdelice Sena, que partiu antes de ver sua neta se tornar doutora. Ela não entendia muito bem o que isso significava, mas se alegrava sempre que eu falava sobre. É para você, Vardé, com todo meu amor, gratidão e muitas saudades.

A Deus, autor e consumidor da minha fé, a quem devo tantas conquistas e em quem me apoio e me inspiro. A quem nenhuma palavra seria capaz de descrever a enorme gratidão pela vida e pela possibilidade de avançar com segurança.

Eu sou só GRATIDÃO e ALEGRIA.

“Toda História é Local”. (Benedetto Croce, 2007)

RESUMO

A tese examina as dinâmicas políticas, familiares e territoriais que estruturaram o poder local em Itaberaba (Bahia) entre 1949 e 1955, período marcado pela reabertura da Câmara Municipal e pela reorganização partidária após o Estado Novo. Localizado no Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, o município apresenta uma trajetória histórica pouco explorada pela historiografia, marcada desde o período colonial pela combinação entre atividades pecuárias, redes de circulação e formação de núcleos populacionais no entorno do rio Paraguaçu. Ao longo do século XX, consolidou-se ali uma elite composta por proprietários rurais, profissionais liberais e intelectuais, cujas bases de poder se ancoraram na posse da terra, nos vínculos familiares, na autoridade simbólica e na capacidade de articulação política. Nesse contexto, analisar a relação entre famílias e partidos revela-se essencial para compreender o funcionamento da política local no processo de redemocratização pós-1945. O objetivo central da pesquisa é investigar como famílias tradicionais e forças partidárias — sobretudo UDN e PTB — configuraram alianças, rivalidades e estratégias de dominação na Câmara Municipal no pós-Estado Novo. Busca-se avaliar em que medida a representação política derivava da força dos partidos ou das estratégias familiares que os atravessavam e instrumentalizavam. A metodologia articula História Regional e Local com a abordagem da História Social, priorizando a análise das relações entre grupos, práticas políticas, padrões culturais e redes de sociabilidade. A pesquisa utiliza extensa documentação primária, como livros de atas da Câmara, leis municipais, registros paroquiais, correspondências, relatórios e acervos públicos e particulares, além da imprensa local e estadual, incluindo *O Itaberaba*, *A Tarde* e *o Imparcial*. O conjunto das fontes foi examinado à luz da bibliografia especializada e de referenciais teóricos que tratam de poder local, elites políticas e estruturas sociais no Brasil republicano.

Palavras-chave: poder local; elites familiares; partidos políticos.

ABSTRACT

This dissertation examines the political, familial, and territorial dynamics that shaped local power in Itaberaba (Bahia) between 1949 and 1955, a period marked by the reopening of the Municipal Council and the reorganization of party forces after the Estado Novo. Situated in the Piemonte do Paraguaçu Identity Territory, the municipality's historical development—rooted in livestock activities, circulation networks, and settlement along the Paraguaçu River—has received limited scholarly attention. Throughout the twentieth century, an elite composed of landowners, professionals, and intellectuals consolidated power through landholding, family prestige, symbolic authority, and political articulation. Understanding the interplay between families and political parties is therefore essential to interpreting local politics within Brazil's post-1945 redemocratization. The main objective is to investigate how traditional families and political parties, especially the UDN and PTB—shaped alliances, rivalries, and strategies of domination within the Municipal Council. The dissertation assesses whether political representation stemmed primarily from partisan structures or from family-based strategies that penetrated and instrumentalized those parties. Methodologically, the research combines Regional and Local History with a Social History approach, emphasizing group relations, political practices, cultural patterns, and sociability networks. Primary sources include council minutes, municipal legislation, parish registers, correspondence, reports, private archives, and the local and regional press, such as *O Itaberaba*, *A Tarde*, and *Imparcial*. These materials are analyzed in dialogue with specialized literature and theoretical frameworks on local power, political elites, and social structures in Republican Brazil.

Keywords: local power; family elites; political parties.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho dos partidos nas eleições de 1945 e de 1947 na Bahia -----	114
Tabela 2 – Resultados eleições municipais de 1947 em Salvador, por legenda -----	115
Tabela 3 – Resultado dos seis partidos mais votados nas eleições municipais de 1947, no interior da Bahia -----	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Território do Piemonte do Paraguaçu-Bahia, 2012 -----	28
Figura 2 – Mapa administrativo e político da bahia com bandeira -----	29
Figura 3 - Limite intraurbano atual com base em seu crescimento têmporo – espacial-----	37
Figura 4 – Mapa da localiza�o de Itaberaba -----	60
Figura 5 - Mapa dos anos 1950 mostra a linha passando pelo município de Itaberaba-----	63
Figura 6 - Praça J. J. Seabra no ano de 1958 -----	68

LISTA DE ABREVIACÕES

ACMI – Arquivo da Câmara Municipal de Itaberaba

APMI – Arquivo Público Municipal de Itaberaba

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

APMRFS - Arquivo Público Municipal Roque Fagundes de Souza

ED – Estado Democrático

LASP – Liga de ação social e política

PSD – Partido Social Democrático

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PRP – Partido de representação popular

PSP – Partido Social Progressista

PR – Partido Republicano

UDN – União Democrática Nacional

UDB – União Democrática Brasileira

UTA – União dos Trabalhadores Agrícolas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: FORMAÇÃO SOCIOECONOMICA DA REGIÃO DE ITABERABA	26
1.1 Peculiaridades regionais: de João Amaro e Itaberaba	27
1.2 Itaberaba: características da integração regional	37
1.3 A inserção das famílias no sertão do Piemonte do Paraguaçu	45
CAPÍTULO 2: FAMÍLIA E TERRITÓRIO	53
2.1 O cenário: Itaberaba de meados do século XX	60
2.2 A geografia política das fazendas em Itaberaba -Bahia	72
2.3 Famílias e a força do sobrenome político	82
CAPÍTULO 3: OS PARTIDOS POLÍTICOS NA REDEMOCRATIZAÇÃO PÓS-ESTADO NOVO	92
3.1 A “redemocratização” na Bahia: definições ideológicas e partidárias.	95
3.1.1 O processo de redemocratização pós Vargas: a organização partidária	100
3.1.2 A atuação dos partidos na Bahia	109
3.2 A UDN baiana: aspectos estruturais e conjunturais	118
CAPÍTULO 4: AS TRAMAS POLÍTICAS ENTRE FAMÍLIAS E PARTIDOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA (1949 – 1955)	133
4.1 Partidos políticos e controle familiar: uma breve discussão	136
4.2 A redemocratização em Itaberaba: apresentação do cenário político local	144
4.2.1 Eleições municipais em Itaberaba (1947-1951)	154
4.2.2 Eleições municipais em Itaberaba (1951-1954)	160
4.3 As tramas no legislativo municipal (1953- 1955)	169
4.4 Um contraponto: os Matta Pires e o PTB	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	192

INTRODUÇÃO

Empreendida ao logo de mais de cinco anos, se tomarmos como ponto de partida os estudos do mestrado, a partir de várias e cansativas buscas em arquivos, nesta pesquisa procuro reconstruir cenários, laços familiares, traços culturais, vínculos econômicos e alianças políticas, compondo um retrato específico de uma região pouco conhecida do ponto de vista histórico: o Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu¹. O foco da análise é mais especificamente o município de Itaberaba-Bahia. O recorte temporal abrange meados do século XX-1949 a 1955- da reabertura da Câmara Municipal de Itaberaba ao fim da predominância udenista com a eleição do petebista a prefeitura, o candidato Justiniano Jacobina de Brito.

Itaberaba limita-se a leste com Ipirá, ao sul, com Iaçú, a oeste, Boa Vista do Tupim e ao norte com Rui Barbosa, municípios localizados no centro-leste do Estado da Bahia, na encosta da Chapada Diamantina, região do Polígono das Secas. Habitar a região de Itaberaba², no contexto da sua fundação, era uma alternativa de sobrevivência para quem não conseguia prosperar nas Lavras Diamantinas. Um território que se consolidou como articulador e intermediário de contato do Alto Sertão da Bahia e da região de Lençóis, com o Recôncavo Baiano, bem como favoreceu o itinerário para as localidades de mineração - Rio de Contas, Jacobina e Lençóis -, no que diz respeito ao escoamento do gado e de alguns produtos agrícolas. Apesar de pobre, sem muita opção de trabalho, essa região configurou-se como ponto estratégico, que emerge indiretamente por causa da mineração e foi se consolidando, desde a colonização, como caminho para as minas baianas e de outras regiões, já que muitos sertanistas que saíam de Salvador optavam pelo caminho das matas do Orobó para os seus respectivos destinos sertanejos³. Os documentos encontrados sobre Itaberaba afirmam que sua fundação está diretamente ligada às fazendas de gado que se relacionam, em alguns casos, assim como na vasta área do sertão que se estendia da Bahia a Minas Gerais, a instalação das fazendas de gado do mestre de campo Antônio Guedes de Brito, que daria origem depois a sesmaria da Casa

¹ Segundo dados recentes da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Itaberaba pertence ao Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, juntamente com os seguintes municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itatim, Macajuba, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.

² No contexto da sua fundação, optou-se por denominar o território de Região de Itaberaba, pois a cidade de Itaberaba foi a comunidade sertaneja regional que mais se desenvolveu demograficamente, sobretudo pela dependência econômica de outros municípios com relação à Região, tais como Lajedinho, Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ruy Barbosa, Macajuba e Ibiquera. Tais elos se configuravam através de relações socioeconômicas, políticas e culturais

³ Ver: SOUZA JÚNIOR, Tadeu Baliza de. **“Pedra que Brilha” em uma região sertaneja: institucionalização, poder e sociedade (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.

da Ponte e da Casa da Torre, nos séculos XVIII e XIX⁴.

O direcionamento seguido foi tentar perceber as tramas que envolveram famílias influentes e partidos políticos predominantes no âmbito do poder legislativo municipal de Itaberaba, perceber as estratégias familiares para a permanência no poder e os usos dos partidos das quais fizeram parte, inserindo este estudo em um debate historiográfico que ganhou fôlego nas últimas décadas, sob a perspectiva da história da família e a relação com os partidos políticos⁵. A ambiguidade do termo família sem dúvida já foi muito discutida e, a par destes debates, procuro me afastar de definições funcionais e estruturais que a simplificam principalmente como unidade de residência. Na definição que foge desta simplificação são observadas as formas de solidariedade e cooperação, adotadas para organizar a sobrevivência, a reprodução social do grupo e a continuidade no campo político, e que vão muito além dos limites da coabitação. O argumento de Giovanni Levi, acerca do Piemonte italiano no século XVII, de que a rede das relações de consanguinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégia das escolhas, das exclusões e das interações que tornavam o organismo familiar mais elástico, é também levado em consideração para o contexto por mim estudado⁶. Nesse contexto, as relações e as identidades sociais eram múltiplas e não se baseavam em cálculos fechados, imutáveis, que permitia que as pessoas definissem o seu pertencimento familiar dinamicamente e se sentissem aparentadas às outras de forma bastante surpreendente.

Para a sociedade itaberabense, a família é um dos elementos fundamentais para seus habitantes. É na família que a política seleciona seus quadros e forma seus partidos, bem como o lugar onde se produziria o dado colateral das alianças políticas. A política pode ser um acontecimento que inicia e que desfaz família, realimentando-se dessa fabricação para formar agrupamentos políticos. Em Itaberaba, a política sempre foi constituinte de parentescos. As famílias ainda são indicadas como o principal coletivo associado ao grupo político e mesmo com a racionalização, burocratização e modernização do campo político, não foi possível suprimir a presença de famílias dominando a política nas mais diferentes esferas de poder. Muito menos nos aparelhos da administração estatal, na qual sua presença direciona a ação e o rumo de partidos políticos nos estados e municípios. Segundo Oliveira⁷,

⁴ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio** (um estudo de história regional e local). 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

⁵ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

⁶ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 96-99.

⁷ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.

(...) Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já foram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização⁸.

No contexto da organização do Estado, na segunda metade do século XIX, quando houve o enfraquecimento do poder familiar, o que se dava de fato era a apropriação dos cargos políticos pelos representantes das grandes famílias proprietárias, que desta forma, continuaram à frente do poder político, originando então, as oligarquias familiares⁹. Para Nestor Duarte (1939) na verdade, quando da constituição de um poder central forte (Império e República), o que se verificou foi a apropriação dos cargos políticos pelos membros das grandes famílias patriarcais.

Na Bahia, especialmente atuando na capital, uma das famílias influentes eram os Magalhães, que dominaram a política baiana por décadas¹⁰. Sua influência política está situada a partir de 1945 com o apoio dado a eleição de Otávio Mangabeira para o governo do estado. Após a renúncia de Mangabeira em 1947, a família concentrou esforços no apoio ao governador Juracy Magalhães, em 1951. Além desta, outras famílias destacaram-se neste cenário: a família Lomanto, que teve Antônio Lomanto como governador em 1955, a família Pedreira, que apoiou o governador Régis Pacheco em sua eleição em 1959 e a família dos Gordilho. Essas famílias estabeleceram redes de relações políticas que permitiram perpetuar o controle e o poder no estado.

As redes de relações políticas estavam pautadas em acordos que incluíam apoio mútuo, em negociação e empreendimento e na divisão de poder em cargos públicos e privados. As alianças políticas geradas no seio das redes entre as famílias também poderiam ser fortalecidas por laços de amizade, por compartilharem parentes, histórias e interesses em comum. Por exemplo, famílias políticas que defendiam a mesma pauta econômica de desenvolvimento, com base em grandes projetos de infraestrutura, tais como construção de estradas, hidrelétricas e portos, se aliançavam. Afinal, este tipo de programa econômico exigia investimentos e a

⁸ OLIVEIRA (2007), op. cit., p. 13.

⁹ Para saber mais, ver: DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939

¹⁰ Ver: TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Edufba, 10ª ed., Salvador, 2001.

cooperação entre os setores, o que tornava as alianças entre as famílias políticas ainda mais sólidas.

A rede política liderada por Juracy Magalhães na Bahia, os juracistas¹¹, era formada por políticos, empresários e membros da elite baiana, que apoiavam e se beneficiavam de projetos e programas do seu governo. Tinham como objetivo manter o poder político e econômico nas mãos desta elite local com o intuito de promover o desenvolvimento econômico do estado. A oposição a Juracy Magalhães se organizou em torno de uma rede política ligada a figura de Otávio Mangabeira ou a União Democrática Nacional (UDN), que era composta por políticos e intelectuais que defendiam uma maior participação popular na política.

Além das redes familiares em torno dos apoiadores de Juracy Magalhães e dos autonomistas¹², também é possível identificar redes políticas que se formaram em torno de partidos políticos e movimentos sociais. Nesse contexto temos o Partido Social Democrático (PSD), por exemplo, um partido de base ampla que contava com a participação de políticos de diferentes origens, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a União dos Trabalhadores Agrícolas (UTA) que também formaram redes políticas importantes na Bahia. Tais redes políticas, familiares e sociais se entrecruzavam e se influenciavam mutuamente, criando um ambiente complexo de relações de poder.

Portanto, ao analisar as estratégias das famílias de Itaberaba busco-as em um contexto que vai além do domicílio e falo de família, estendendo o termo aos vínculos de parentela consanguínea e de alianças e relações políticas. As tramas que procuro relatar perpassam pelos mecanismos de apossamento e ocupação das terras; às estratégias de poder das famílias mais ricas, à formação e consolidação das fortunas; ao papel do casamento nos cálculos econômicos e políticos, mas sobretudo dou especial atenção as táticas utilizadas pelas famílias para perpetuar no poder legislativo municipal. Para narrá-las diálogo com uma diversidade de fontes: livros de atas da Câmara de vereadores, registros de batismo, leis municipais e jornais de época.

No que diz respeito aos partidos políticos o município de Itaberaba entre 1949 e 1955 encontrava-se dividido entre dois partidos, assim como no Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN)¹³ ligados a algumas

¹¹ Ver: CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

¹² Partido político baiano fundado em 2 de julho de 1935. Foi extinto junto com os demais partidos políticos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937. Sob a liderança de Otávio Mangabeira, este grupo também se refere aos opositores de Vargas e sobretudo de Juracy Magalhães.

¹³ Ângela de Castro Gomes afirma que de 1945 a 1964 três grandes partidos marcam a cena política brasileira: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Este último não será analisado nesta pesquisa por não ter uma expressividade em Itaberaba. In: GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB**. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. LEAL, Victor Nunes.

famílias de nome, como a Cincurá, tradicional família política que perpetuou o poder no contexto das décadas de 40 e 50, entre os representantes está Renato Cincurá que foi prefeito de Itaberaba de 1951-1955. Somam-se os aliados de Antônio Garcia de Medeiros Neto¹⁴, proprietário de algumas fazendas em Itaberaba e um dos representantes políticos de Getúlio Vargas na Bahia, por exemplo.

A historiografia acerca dos partidos políticos – PTB e UDN – estão circunscritas aos grandes centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo¹⁵. A política dos espaços públicos, dos “falatórios”¹⁶ da Câmara Municipal, os relatos dos jornais da época, podem indicar especificidades de atuação e propostas que destoavam das explicações generalistas acerca destes partidos. Daí a necessidade de compreender estas instituições partidárias a partir de suas redes e conjunturas locais e se afastar da historiografia reducionista acerca dos partidos políticos. Ressaltando que apesar da cultura política de partidos nacionais já está em voga, é muito comum que elas afastem das suas diretrizes nacionais para acompanhar os interesses regionais, sobretudo quando esses interesses se articulam aos interesses das famílias locais.

Os partidos políticos no Brasil se restauram após 1943, tendo destaque a formação da UDN – União Democrática Nacional. Segundo Lúcia Lippi (1981), no contexto geral,

(...) a UDN constituiu uma verdadeira frente onde se encontravam os que não aceitaram a Revolução de 30; os que a fizeram e se sentiram traídos, os que a fizeram e se desentenderam com o presidente; os que assinaram o “Manifesto dos Mineiros”; todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37¹⁷.

Por sua vez, o PTB -Partido Trabalhista do Brasil - absorveu as clientelas sindicais urbanas ou aquelas cobertas por instituições previdenciárias. Na Bahia, com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição Federal de 1946 dá-se início a restauração das eleições diretas para o governo estadual, conseqüentemente retorna a cena política a disputa

Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 122-127.

¹⁴ Para mais informações, ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-garcia-de-medeiros-neto> acesso em 03.02.2024

¹⁵ Não pretendo desconsiderar a relevância desta vasta historiografia, sobre estudos que focam nas grandes capitais, cito: O livro Getulismo e trabalhismo de Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo, São Paulo, Ática, 1989 e o artigo “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas” em Ângela de Castro Gomes (org.) Vargas e a crise dos anos 50, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

¹⁶ Essa expressão foi retirada do periódico local impresso O Itaberaba, ao citar sobre os pronunciamentos e posicionamentos sem efetiva ação dos vereadores na Câmara Municipal. O Itaberaba, 09 de junho de 1951.

¹⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático. In: FLEISCHER, David. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1981, p. 22.

entre os partidários de Juracy Magalhães¹⁸ e autonomistas, a anistia de políticos como Otávio Mangabeira e o restabelecimento de partidos políticos no estado, em especial a UDN.

No contexto baiano, a UDN reuniu os juracistas, os autonomistas e os socialistas democráticos, apesar de divergirem em relação a métodos e objetivos, estes grupos se identificavam pelo embate com o presidente Getúlio Vargas e suas manobras de centralização política em detrimento da autonomia estadual. Nesse momento, fazem parte da UDN, dentre outros, Juracy Magalhães, que após a implantação do Estado Novo passa a fazer críticas a atuação de Vargas, Otávio Mangabeira, Nestor Duarte, os quais foram eleitos para a Assembleia Constituinte Nacional de 1946. É importante frisar que o embate entre a UDN baiana e o varguismo girava em torno do confronto federalista¹⁹.

O PTB de Vargas contava com vários nomes importantes, entre eles: Antônio Garcia de Medeiros Neto que atuou decisivamente na articulação da candidatura de Vargas, fato reconhecido pelo próprio presidente em carta de abril de 1934 a José Antônio Flores da Cunha²⁰. Além de ser um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945, ano em que apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, Medeiros Neto possuía muitas propriedades em Itaberaba, o que fez deste um dos nomes recorrentes na política municipal. Acrescento Lauro de Farani Pereira de Freitas²¹ e Regis Pacheco²² ambos também ligados ao PSD (Partido Social Democrático) e as forças do Estado Novo. Nas eleições de 1950, Regis Pacheco, substituiu o candidato Lauro de Freitas, falecido num desastre aéreo, e foi eleito governador da Bahia com 321.181 votos, na legenda da coligação do PSD com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido de Representação Popular (PRP), derrotando o candidato da UDN, Juracy Magalhães.

Os partidos políticos estão enraizados na cultura da sociedade baiana. A compreensão de suas práticas possibilita o entendimento dos diversos momentos críticos da história deste Estado. Assim como, o estudo da evolução dos partidos e seus correligionários, e da postura destes diante das demandas nacional e estadual revelam o comportamento político, econômico e social de um dado período. As duas principais

¹⁸ Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes> acesso em 03 de fev. 2024.

¹⁹ REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia: o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p.34

²⁰ Para mais, ver: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-antonio-flores-da-cunha>. Acesso em 03 de fev. 2024.

²¹ Ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lauro-farani-pedreira-de-freitas>. Acesso em 03 de fev. 2024.

²² Ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-regis-pacheco-pereira>. Acesso em 03 de fev. 2024.

agregações citadas são as grandes vozes da política baiana e em especial, no município de Itaberaba, são vitrines de disputas familiares.

Ao longo da jornada de pesquisa alguns questionamentos foram surgindo. Por que, mesmo após a racionalização, burocratização e modernização do campo político, não foi possível suprimir a presença de famílias dominando a política nas mais diferentes esferas de poder? Como esses redutos políticos familiares se reorganizaram? De que maneira essas famílias locais se utilizaram das organizações partidárias para permanecerem no poder? São famílias ou os partidos que direcionam a política local? Ou os dois? Essas eram então as minhas ambiciosas questões de pesquisa.

É compreensível que tais problemáticas trarão importantes contribuições aos estudos baianos, afinal, durante muito tempo a historiografia baiana debruçou-se sobre a história de Salvador e Recôncavo, como a exemplo dos trabalhos de Kátia Mattoso²³ e João José Reis²⁴, ligados as temáticas da escravidão e Luiz Henrique Dias Tavares²⁵ mais dedicado à Conspiração dos Alfaiates e História da Independência da Bahia, enquanto a história dos sertões ficou relegada a segundo plano. Sobre os sertões, além dos aspectos específicos, encontramos somente referências fragmentadas em compêndios de história do Brasil e da Bahia²⁶. A propósito do início do século XX, quase não há estudos das comunidades sertanejas, ou quando estudadas foram apontadas como lugares de selvagerias e das faltas de leis, do mandonismo, da desordem, dos ignorantes e da dependente economia do litoral e do recôncavo²⁷. O território sertanejo também foi muitas vezes descrito como ambiente da seca, levando em consideração somente os aspectos geográficos, perdendo de vista os aspectos socioculturais e políticos. Pelo fato de terem existido especificidades em determinadas regiões baianas, constituindo-se grandes diferenças em relação aos grupos sociais que ocuparam os diversos territórios da Bahia, talvez o mais acertado seria falar em “Bahias”, ou “Sertões da Bahia”, um vasto território formado por regiões que se destacaram em diversas atividades econômicas, sociais, culturais e políticas.

²³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982; _____.

Bahia: a cidade do Salvador e seu Recôncavo. São Paulo: Corrupio, 1992.

²⁴ REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. 2. ed. rev. e ampl. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; _____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano**: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁵ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUNESP; Salvador: EDUFBA, 2009.

²⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de recentes e tendências hodiernas da escrita da História da Bahia: In: OLIVEIRA, A. M. C. dos; REIS, I. C. do (Org.). **História Regional e Local**: discussões e práticas. Salvador: Quarteto, 2010, p. 97.

²⁷ Idem, p. 120.

O objetivo é somar aos estudos dos novos pesquisadores fruto da extensão do ensino superior no interior e na capital da Bahia²⁸ que tem proporcionado a formação de novos pesquisadores, estimulado pesquisas históricas de suas respectivas regiões e, conseqüentemente, o contato com fontes e arquivos que finalmente receberam tratamento adequado, democratizando o seu acesso²⁹ e contribuindo para novas abordagens sobre aspectos sociais e culturais, mormente com o apoio dos recursos da História Regional e Local³⁰ e de outros referenciais metodológicos novos que despontam um universo peculiar em muitos aspectos, autônomo em relação ao litoral e ao Recôncavo.

No Brasil, o Estado nacional, desde sua formação no século XIX, foi constituído sobre as relações entre o poder nacional e os poderes locais, por vezes, de forma conflituosa, por vezes de forma complementar. As mudanças de governo refletiam ora uma maior centralização política em torno da União, ora maior descentralização, enfatizando os estados e seus municípios. É do processo colonizador brasileiro que advém essa dualidade, caracteristicamente possuidora de duas grandes formas de comando: uma mais centralizada em torno de organizações ligadas à metrópole portuguesa e outra mais descentralizada, em torno de estruturas locais de poder³¹.

Numa perspectiva mais ampla, a colonização foi centralizadora, sustentada por um governo-geral criado como mecanismo para transpor o fracasso das capitâneas hereditárias. Contudo, devido à grande extensão territorial brasileira, predominava nas grandes propriedades rurais o poder pessoal de um chefe oligarca através de um governo descentralizado³². Ou seja, o poder central não alcançou todo o território brasileiro, fator que contribuiu para um modelo administrativo mais descentralizado, baseado em estruturas locais de governo. A centralização política não foi capaz de aglutinar todos os grupos privados das diversas regiões do território nacional.

O federalismo centralizado deu lugar a um modelo federativo descentralizado e em boa medida cooperativo. Cada estado reorganizou estruturas específicas de poder e rearranjos partidários de maneira muito particular, com formulação de alianças que atendiam muito mais à cultura política do estado do que às deliberações nacionais. Emerge, então, o município, como

²⁸ Os cursos de História espalhados pelo interior da Bahia: UESC, UEFS, UNEB, UESB, estimularam pesquisadores a estudarem suas respectivas regiões.

²⁹ NEVES (2010), op. cit., p. 102.

³⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local**: fragmentação e recomposição da história na modernidade. Feira de Santana, Ba, Salvador, Ba, 2002; NEVES (2008), op. cit.

³¹ Dentre os trabalhos sobre a formação do Estado Nacional brasileiro, encontram-se: Carvalho (1980); Duarte (1939); Faoro (2004); Oliveira Vianna (1949); e Schwartzman (1988).

³² CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a Elite Política Imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

lugar do exercício do poder, referindo-se a prefeitura e câmara municipal e as múltiplas instituições sociais a esta esfera vinculadas³³, bem como o poder local “como sinônimo de singularidade, com história e memórias próprias, com identidades e práticas políticas determinadas e como objeto de investigação que não é apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído”³⁴. Nessa perspectiva, o local é compreendido como o espaço no qual transitam interesses diversificados dos vários setores da sociedade, os quais são contrastados uns com os outros, sendo, pois, negociados e legitimados, criando um centro de poder paralelo ao estatal e estabelecendo uma tensão permanente e deliberada com o governo da representação.

É perceptível o avanço dos estudos que enfocam na dimensão local na história da democracia no Brasil. Na perspectiva do processo político, é sobretudo no âmbito local, mas não exclusivamente, que emergem formas inovadoras de ação governamental, gestão pública e participação dos cidadãos. Para Maria Hermínia Tavares de Almeida (2003)³⁵, a política local está longe de ser irrelevante para o sistema democrático do país, mesmo que no Brasil, durante bem mais de meio século, o município tenha sido considerado “o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos; o espaço da dura realidade do poder oligárquico, do patrimonialismo e das relações de clientela, enraizados na desigualdade da propriedade e das oportunidades econômicas”.

Vitor Nunes Leal (2012)³⁶ ressalta como, sob o sistema representativo da Constituição de 1946, a combinação entre restrita autonomia municipal de jure face aos governos estaduais e federal, de um lado, e subordinação de fato do eleitorado rural aos proprietários de terras, de outro, prolongava a vida do poder privado em decadência e transformava o município em sua reserva de domínio. Posteriormente, muitos outros autores contribuíram para completar o retrato do município.

As novas abordagens e a maneira de encarar o âmbito local da política mudou consideravelmente durante a transição do autoritarismo para a democracia, a partir da segunda metade da década de 1970. A valorização da política local foi um motivo importante do processo de democratização do Brasil nos anos 80. O discurso e as propostas dos opositores democráticos ao regime autoritário eram fortemente descentralizadores, situando o município no centro de um sistema democrático renovado, que tornaria possível a participação ampliada

³³ DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Revista Espaços & Debates**. São Paulo: Cortez, n. 24, 1988, p. 26-39.

³⁴ FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, p. 105-113

³⁵ CARNEIRO, Piquet. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 2, pp. 403 a 432, 2008, p. 125.

³⁶ LEAL (2012).

e o controle dos cidadãos sobre os atos dos governantes³⁷.

Assim, a análise do ‘local’ direcionou o foco de estudo para o poder enquanto relação de forças por meio das quais se processam as redes e alianças e os confrontos entre atores sociais. Sobretudo, se atentou para o conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este, como, aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas³⁸. Concorde Janaina Amado (1985), ao afirmar que a geografia crítica e o novo conceito de região apreenderam as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens ao longo da história, em um determinado espaço, direcionando para uma História Regional, como ângulo de visão que “faz aflorar o específico, o próprio, o particular”³⁹. Nessa nova abordagem, o nacional e o regional são colocados como superposição dos sistemas espaciais sobre o território, mas que guardam simultaneamente pontos de articulação e pontos de especificidades⁴⁰.

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado⁴¹. Reconhece-se a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, uma vez que tal perspectiva de análise aproxima o historiador do seu objeto de estudo, bem como promove uma narrativa que deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região, conseqüentemente do município. Aquele passado distante, cede espaço para algo mais imediato⁴². Assim, nessa pesquisa, a História Regional e Local foi um recurso metodológico que se atentou aos aspectos das espacialidades e suas redes de comunicações, somadas a perspectiva da História Social, que contribuiu no direcionamento da problemática focada nos grupos sociais e suas relações, sobretudo, no comportamento de redutos políticos e familiares locais. Por isso, devido à falta de um estudo também dessas categorias sociais na Região de Itaberaba, surgiu o interesse pela presente investigação.

De acordo com José de D’Assunção Barros, não há limitações com relação ao que pode ser tomado como “fonte” para a História Social. É possível encontrá-las tanto na documentação

³⁷ MDB. Constituinte com anistia – Compromissos, políticos, sociais e econômicos do MDB, Coleção Alberto Pasqualini, Brasília, MDB, 1978.

³⁸ FISCHER (1992), op. cit., p. 105-113.

³⁹ SILVA, Marcos (coord). República em Migalhas. História Regional e História Local in: AMADO, Janaina. **História e Região: Reconhecendo e construindo espaços**; São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

⁴² Idem, p. 83

de origem privada como na documentação oficial⁴³. Para Reinhart Koselleck, constituem o objeto da História Social, a investigação das sociedades ou as estruturas constitucionais, assim como as relações entre grupos, camadas e classes; ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos, focalizando as estruturas históricas de médio e longo prazo, bem como as suas alterações. A História Social pode ainda investigar teoremas econômicos, por força das quais se podem questionar os eventos singulares e os desenvolvimentos políticos⁴⁴.

Deste modo, a associação da História Regional e Local e da História Social com entrelaçamento com o político a partir da observação das práticas e representações⁴⁵, possibilitou uma melhor análise do conjunto documental selecionado: memórias e documentos de Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira, biográficas e autobiográficas disponíveis na Biblioteca da Câmara dos Deputados, no Centro de Memória da Fundação Pedro Calmon e no CPDOC/FGV, o periódico local “O Itaberaba” com um livro dos anos de 1947 a 1950 com 231 arquivos e o livro de 1951 a 1954 com 151 arquivos acessados no Arquivo pessoal do historiador local Eptácio Cerqueira ; 7 livros de registros de batismos (1949 a 1955) cada um com 300 páginas catalogados diretamente do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário e as Atas da Câmara Municipal de Itaberaba (1953-1955), composta de 400 páginas encontradas nos arquivos do legislativo municipal.

Os jornais impressos de época constituem fontes históricas de reconhecida relevância para a pesquisa histórica, conforme amplamente discutido pela historiografia que analisa a imprensa não apenas como veículo informativo, mas como prática social e espaço de produção de sentidos. Autores como Capelato (1988)⁴⁶ e Luca (2005)⁴⁷ destacam que os periódicos registram discursos, representações e conflitos no momento mesmo de sua produção, permitindo ao historiador acessar valores, projetos políticos e formas de sociabilidade que atravessam o cotidiano. Nessa perspectiva, o jornal *O Itaberaba* apresenta-se como uma fonte privilegiada para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais do município de Itaberaba e de sua região, ao revelar narrativas construídas no espaço público local. Suas reportagens, editoriais, anúncios e notas diversas expressam interesses específicos e contribuem para a análise das relações de poder, das hierarquias sociais e dos processos de legitimação

⁴³ BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 2 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004, p. 120.

⁴⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006, p. 97.

⁴⁵ ROSANVALLON (2010), op. cit., p. 30

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988

⁴⁷ LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111–153

simbólica em determinado contexto histórico.

Do ponto de vista metodológico, a utilização de *O Itaberaba* como fonte histórica exigiu uma leitura crítica e contextualizada, atenta às condições materiais de produção, circulação e recepção do periódico, bem como à sua linha editorial e ao perfil de seus produtores e leitores. Conforme ressalta Chartier (1990)⁴⁸, os impressos foram analisados a partir das práticas que lhes conferem sentido, considerando tanto o que foi dito quanto os silenciamentos e ausências. Assim, o jornal não pode ser compreendido como reflexo fiel da realidade, mas como um agente ativo na mediação dos debates públicos e na construção de determinadas interpretações sobre o social. A análise das escolhas editoriais de *O Itaberaba* permitiu identificar disputas simbólicas e estratégias de legitimação do poder local. Quando articulado a outras fontes documentais, o periódico ampliou as possibilidades interpretativas da pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais complexa das experiências históricas e das sociabilidades construídas no contexto itaberabense.

Segundo Rosanvallon (2010), seria uma metodologia histórica preocupada com as práticas, representações e estratégias de múltiplos atores, o que torna “o político” um campo de investigação alternativo para uma história da política como teoria e prática. Para tal, a prioridade seria dada às estratégias sociais de poder, sobrevivência e manutenção do *status quo* e não do funcionamento do Estado e dos partidos políticos simplesmente. Conciliando a análise dos discursos com um estudo das práticas e estratégias, mesmo discursiva⁴⁹.

O intuito primeiro foi de entender o processo de formação de Itaberaba, no sertão baiano, que resultou num município com população, economia e práticas políticas próprias, por compreender ter existido especificidades em determinadas regiões baianas, a fim de se distanciar da perspectiva de análise que tende a homogeneização regional, como bem pontuou Rosa Maria Godoy⁵⁰. Assim, o primeiro capítulo prioriza aspectos demográficos e econômicos, analisando as atividades produtivas e seu papel no cotidiano das famílias e no desenvolvimento regional, o que situa Itaberaba no cenário mais amplo do vale médio do Rio Paraguaçu e do Estado da Bahia. Avançando para o segundo capítulo, a análise passa da economia para a estrutura social, examinando a relação com a terra e traçando um panorama geral do uso social do espaço por parte das famílias. Nele, as fazendas são percebidas como o primeiro espaço aglutinador dos núcleos humanos, fator que influenciou diretamente a constituição e a

⁴⁸ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

⁴⁹ Idem, p. 87.

⁵⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. São Paulo: Editora Moderna, 1984 (1ª ed.). 248 p.

manutenção das diferenças sociais. É neste espaço geográfico que, em torno do Rio Paraguaçu, se erigiram os domínios das famílias Cincurá e Mata Pires e suas redes de relações, ocupando sucessivamente os cenários de exercício de poder e autoridade no município.

Em seguida, para contextualizar o ambiente político no qual essa elite local atuava, o capítulo seguinte (o terceiro) descreve o cenário baiano, com um olhar especial para Salvador. Isso é feito no intuito de compreender o processo de redemocratização e a atuação dos partidos pós-1945 na Bahia. Finalmente, o último capítulo conecta todas as pontas, reforçando a ligação intrínseca entre família e fortuna. A partir dessa base, ele analisa as estratégias de poder empreendidas pelas famílias e suas redes de influência no processo eleitoral pós-1945. Buscamos entender como frações da classe dirigente itaberabense, particularmente aquelas ligadas à UDN, interpretavam o novo horizonte político instituído a partir de 1946, o que ajuda a compreender as articulações e os motivos da formação de coligações partidárias. Esta reorganização política redefiniu as bandeiras de luta e o conteúdo ideológico utilizado no embate entre udenistas e petebistas na câmara legislativa. Assim, destrinchando as tramas no poder legislativo municipal que envolvem famílias e partidos, a fim de perceber se são as famílias que direcionam a política local ou os partidos políticos.

Desse modo, a pesquisa lança um primeiro olhar para aspectos políticos dessa região na primeira metade do século XX, longe de ser um trabalho completo, levanta hipóteses e indica possíveis caminhos investigativos na esperança de que essas veredas pouco conhecidas sejam trilhadas e desvendadas por novos estudos.

CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DE ITABERABA

O objetivo principal deste capítulo é trazer aspectos do processo de povoamento ao desenvolvimento da região de Itaberaba que são fundamentais para a compreensão das especificidades regionais e locais e, em especial, peculiaridades da formação territorial que resultaram na configuração socioeconômica e política próprias a Itaberaba. Foram fundamentais para a escrita deste capítulo as contribuições colocadas por alguns pesquisadores Itaberabenses e baianos que pesquisam direta ou indiretamente a Região de Itaberaba. A maioria desses estudos focam na Itaberaba oitocentista, chegando até os primeiros anos da República, o que reforça a escassez de pesquisas com enfoque no século XX.

Antônio Marcos de Almeida Ribeiro (2012)⁵¹ realizou um estudo acerca do processo de conquista do Médio Paraguaçu, especificamente a Região de Itaberaba, bem como o contato com os indígenas Maracás, a partir de documentos diversos como cartas, provisões régias, vestígios arqueológicos, iconografia e decretos. Ribeiro apreendeu as relações, num território de conflitos, entre sertanistas que tentavam avançar “sertões adentro” e a resistência indígena. Epitácio Pedreira de Cerqueira (2003)⁵² traz o passado oitocentista de Itaberaba, desvelando os tipos humanos regionais, como, por exemplo, o aguadeiro⁵³ e o carregador, o garimpeiro e o vaqueiro. Através da descrição dessas figuras, o autor distingue as relações de trabalho de cada categoria de trabalhadores, abordando permanências e continuidades dessas atividades. Para isso, utilizou como fontes os livros de atas do legislativo municipal de Itaberaba, livro de registro de terras da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó (1856), livros do Tombo I e II do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e as provisões régias, dialogando com uma bibliografia especializada, inclusive textos de Capistrano de Abreu⁵⁴ e de Felisbello Freire⁵⁵.

Marcos Sampaio Brandão (2007)⁵⁶ apresenta um panorama sobre a origem de Itaberaba,

⁵¹ RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. **A conquista do Paraguaçu: o sertão, o tapuia Maracás e a Guerra Justa (1655-1674)**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba – BA, 2012.

⁵² CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. **Pedra que Brilha**. 3 ed. EGBA: Salvador, 2003

⁵³ Segundo Cerqueira, o aguadeiro encarregava-se do abastecimento local de água. Os primeiros aguadeiros faziam a distribuição de água em jegue, com cangalha e um duplo conjunto de ferro com arcos adaptados aos cabeçais da mesma e onde dispunham quatro carotes ou barris com duas alças metálicas em cada. Mais tarde surgiu outra variedade de aguadeiro arrastando um grande barril reforçado com aros de pneu por bojo e por trancas nas seções circulares das bases. CERQUEIRA (2003), op. cit., p. 73-74.

⁵⁴ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

⁵⁵ FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo)**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1906.

⁵⁶ BRANDÃO, Marcos Sampaio. **Processos socioeconômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócioespaciais na gênese da cidade de Itaberaba – Ba**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

através da geografia histórica, reunindo elementos teórico-metodológicos, tanto da Geografia, quanto da História que atestaram a origem de Itaberaba associada a criação das fazendas de gado, com base em testamentos e inventários, registros dos párocos, de arquivos públicos da Bahia e dos municipais de Cachoeira, Ipirá e Itaberaba. Este trabalho realiza uma análise da origem de Itaberaba no decorrer do século XIX, num contexto que o autor chama de “progressão hierárquica” - iniciando com as fazendas, arraial, freguesia, vila até a configuração de cidade.

Relevantes são as contribuições de Tadeu Baliza de Souza Júnior (2015)⁵⁷, contidas na dissertação de mestrado intitulada “*Pedra que Brilha*” em uma região sertaneja: institucionalização, poder e sociedade (1850-1888)” que apontam peculiaridades de famílias que ocuparam a região, sobretudo, a dos Mascarenhas, desde a chegada aos Sertões da “Pedra que Brilha” até a compreensão dos mecanismos que essa família criou para se perpetuar no poder, apontando os indícios do surgimento da Vila do Orobó no sertão baiano e suas peculiaridades regionais. O estudo também revela os principais trabalhadores da agropecuária: lavradores e vaqueiros, escravizados ou não, com amostragem de algumas características de seus modos de vida.

Por fim e não menos importante, ressalto capítulos relevantes da recente obra sobre a cidade de Itaberaba, afinada com as perspectivas de uma historiografia “combatente”, ao estilo Febvre, ancorada em bases da História Cultural e Social, “*Itaberaba, capítulos de história*” organizada por Antônio Marcos de Almeida Ribeiro (2021)⁵⁸. A obra reúne 12 artigos com resultados de pesquisas relacionadas aos aspectos da historicidade do município de Itaberaba, um trato na história local com reflexão em estudos historiográficos que desvendam o passado do município muito presente nas relações cotidianas. Em especial, trago as considerações do Capítulo 8: “*Uma cidade vulnerável: anseios e medos em Itaberaba (1940/1952)*” de Alcides de Jesus Lima.

1.1 Peculiaridades regionais: de João Amaro a Itaberaba

Segundo dados atuais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Itaberaba limita-se a leste com Ipirá, ao sul, Iaçú, a oeste, Boa Vista do Tupim e ao norte, Rui Barbosa e localiza-se no centro-leste do Estado da Bahia, na encosta da Chapada Diamantina, microrregião 11. A história da formação da Região de Itaberaba, nomenclatura que será utilizada ao longo do texto e que foi extraída das observações de Erivaldo Neves (2008)⁵⁹, está

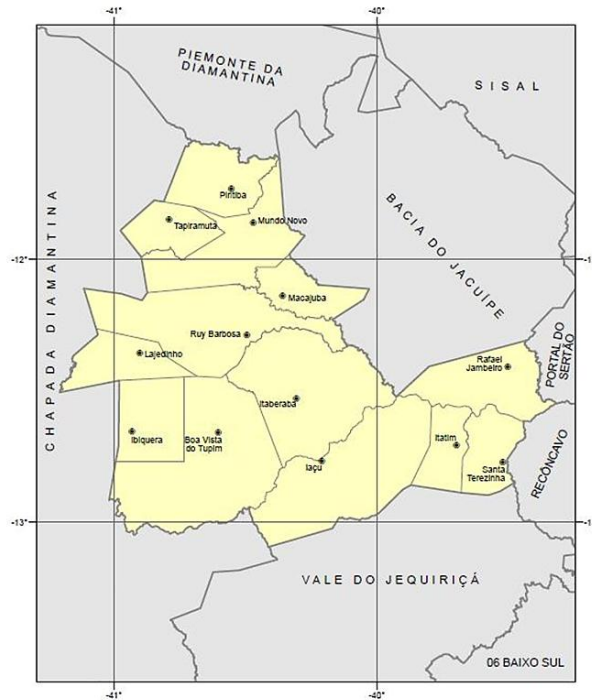
⁵⁷ SOUZA JÚNIOR (2015), op. cit.

⁵⁸ RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. **Itaberaba: capítulos de história**. Paulo Afonso/Ba: Oxente, 2021.

⁵⁹ Região de Itaberaba relaciona-se ao fato desta, ser considerada a comunidade sertaneja regional, que mais se desenvolveu demograficamente e que mantém uma dependência econômica de outros municípios da região com

intrinsecamente ligada ao processo de ocupação do interior nordestino por comunidades sertanejas organizadas em torno de núcleos familiares, religiosos e econômicos e que mantinham uma dependência econômica entre si.

FIGURA 1 – Mapa: Território do Piemonte do Paraguaçu – Bahia, 2012



Fonte: SEI, (2012).

A cidade de Itaberaba está a 272 quilômetros da capital do Estado. Eleva-se a 265 metros acima do nível do mar, entre as coordenadas geográficas de 12° 31' 39" de latitude sul e 40° 18' 25" de longitude oeste. O município tem clima semiárido, com temperatura média anual de 24,6° C. A pluviosidade anual é de 762,6 mm, com período chuvoso de novembro a abril. Significa que de maio a outubro chove menos. Em anos de secas prolongadas o município passa por sérias dificuldades, prejudicando sua economia. É banhada pelo rio baiano, o Paraguaçu, que se configurou no decorrer do século XIX como um inevitável caminho entre a região Alto sertaneja e o Recôncavo. O Paraguaçu nasce em Barra da Estiva no Alto Sertão da Bahia, passando por Santa Isabel do Paraguaçu, atual Mucugê, ambas regiões pertencentes ao Alto Paraguaçu. O rio segue até a Região de Itaberaba ou Médio Paraguaçu para chegar ao Recôncavo Baiano próximo à Cachoeira/São Félix ou baixo Paraguaçu, até desembocar no mar em Barra do Paraguaçu.

relação a Itaberaba: Lajedinho, Ruy Barbosa, Macajuba, Ibiquera, Rafael Jambeiro, Boa Vista do Tupim e Iaçú, localizada na região do Piemonte do Paraguaçu. Ver: NEVES (2008), op. cit.

FIGURA 2 – Mapa – Mapa administrativo e político da bahia com bandeira



Fonte: IBGE - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2020

A explosão migratória para a região das lavras diamantinas data de 1844 com as evidências de ouro em Mucugê⁶⁰. A partir de 1860 nota-se a descoberta e consequente exploração de diamantes em várias áreas da região, especialmente em Morro do Chapéu, vila vizinha a Lençóis (que naquele contexto pertencia a Mucugê), que foi fundamental para a recuperação da economia baiana depois da depressão do período pós-guerra de independência no Brasil, na Bahia, em especial, e da crise no período regencial⁶¹. Os principais núcleos populacionais da Região de Itaberaba, João Amaro e Vila do Orobó, configuraram-se como periferia da região das Lavras.

Segundo Tadeu Baliza (2015), existia uma extensa rede de comunicação, sobretudo, entre Lençóis, o Recôncavo e a capital da província, que era possível devido ao excedente de produtos agropecuaristas dessa região e a presença do rio que levava gente e mercadoria. Para ele, a mineração estimulou o tropeirismo. O tropeiro, figura relacionada ao condutor de tropas de mulas que percorria imensas extensões no interior realizando um comércio interno de alimentos e manufaturados, vital na aproximação das vilas e dos lugarejos do sertão com os centros litorâneos, possibilitou a integração das áreas sertanejas entre si e destas com os portos marítimos. Os lavradores produziam diversas culturas e a produção de algumas delas era

⁶⁰ PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Memória histórica e descritiva do município dos Lençoes (Lavras Diamantinas): In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Sales. **Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)**. UEFS, Feira de Santana, p. 2002, p. 46.

⁶¹ FERREIRA, Jackson André da Silva. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014, p. 65-67.

comprada pelos tropeiros, que a repassava para as comunidades, sobretudo, milho, feijão e farinha de mandioca. Assim, seu papel na integração das áreas sertanejas entre si e destas com os portos marítimos foi extremamente importante⁶².

No que diz respeito ao processo de formação do núcleo populacional que deu origem a Itaberaba, nos referimos as fazendas de gado, principais espaços regionais, onde muitas comunidades e importantes núcleos populacionais sertanejos surgiram. Entre essas comunidades, destaca-se a de João Amaro, cuja trajetória oferece importantes elementos para a compreensão da dinâmica territorial, sociocultural e política que moldou o município desde o período colonial. A interdependência entre essas localidades revela uma rede de relações que extrapola os limites administrativos, formando uma malha histórica de pertencimento e de sociabilidades sertanejas.

João Amaro é o núcleo populacional mais remoto da Região de Itaberaba, datado do final do século XVII. O sertanista João Amaro Maciel Parente⁶³ relaciona-se com a conquista e ocupação da Região de Itaberaba, a partir da formação do núcleo populacional João Amaro, resultado das suas investidas após receber, por concessão da Coroa portuguesa, uma sesmária na região. A posse foi confirmada por carta régia em 1696, e, posteriormente, consolidada com a construção da Capela de Santo Antônio — marco fundacional da localidade⁶⁴. Ao longo do tempo foi se tornando rota obrigatória para os Sertões da Bahia, especialmente quando o percurso era o Rio Paraguaçu, seguindo pelas fazendas de gado, os chamados currais. O jesuíta Antonil⁶⁵ e Capistrano de Abreu⁶⁶ ao tratarem minuciosamente os caminhos dos Sertões da Bahia, citam a comunidade de João Amaro, ao se referirem a como se davam as rotas

⁶² ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais: In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000, pp. 63-63.

⁶³ Era paulista, filho do também paulista Estêvão Ribeiro Baião Parente, um sertanista que, em dois anos venceu os tapuias do Orobó (território que depois passou a se chamar Itaberaba), remetendo os prisioneiros as casas fortes criadas em Paraguaçu, Ibirutuca e Piranhas. João Amaro acompanhou seu pai nas campanhas do Nordeste contra os indígenas, onde destruiu tribos indígenas, queimou aldeias e aprisionou muitos indígenas. João Amaro teve como recompensa o posto de coronel e uma grande sesmária (território que recebeu seu nome) em terras baianas. Abriu uma estrada que ligava várias regiões sertanejas com o litoral, inclusive cortava o rio Paraguaçu, a primeira e maior via que se obteve no sertão baiano, em 1693. Vendeu a sua sesmária para Manuel de Araújo Aragão e investiu nas riquezas auríferas das Minas Gerais. Em 1703, passou a negociar na região do Rio das Velhas, o gado comprado na Bahia. Em 1708, se confrontou com os emboabas onde os derrotou. Em 1718 fundou um engenho de açúcar no arraial de Guarapiranga. Casou duas vezes e não deixou geração. Enfim, faleceu em 1721, em sua fazenda no arraial de Guarapiranga. Ver: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII)**. Gráfica Siqueira: São Paulo – SP, 1 ed. 1953, p. 282-284.

⁶⁴ A vila de Santo Antônio da Jacobina foi instalada em 1720, e Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, em 1724, ambas criadas para dar suporte a atividade mineradora. Ver: NEVES (2008), op. cit., p. 108; FREIRE (1906), op. cit.

⁶⁵ Santo Antônio de João Amaro, nomenclatura utilizada por Antonil para denominar o núcleo populacional, no início do século XVIII, uma junção dos topônimos católico e nome do sertanista. ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Editora da USP, São Paulo, 1982. 1 ed. 1711, p. 186.

⁶⁶ ABREU (1982), op. cit., p. 133.

percorridas pelos sertanistas do litoral para o sertão. Assim, João Amaro emerge como uma das primeiras células de ocupação permanente da região, desempenhando um papel estratégico na formação da malha urbana que daria origem, séculos depois, à cidade de Itaberaba.

Ao longo do século XIX João Amaro foi perdendo sua importância socioeconômica, deixou de ser ponto de apoio para ocupação econômica dos Sertões da Bahia, pois foram exploradas outras rotas sertanejas⁶⁷. Com a intensificação do processo de interiorização das atividades econômicas e do fluxo populacional para o sertão baiano, a região experimentou transformações significativas. É nesse contexto de transformações, que a cidade de Itaberaba é elevada à categoria de vila em 1877, consolidando-se como um centro regional articulado às rotas de circulação de mercadorias e pessoas. Essa ascensão está diretamente vinculada à instalação da Estrada de Ferro Central da Bahia, cujo ramal alcançou João Amaro em 1883⁶⁸.

Danilo Marcos Santos (2020) diz que a estação ferroviária local se transformou em ponto de conexão entre diversas localidades do sertão e a capital do estado, dinamizando a economia agropecuária e favorecendo a integração de comunidades anteriormente isoladas. Dessa forma, João Amaro passa a funcionar como entreposto comercial e logístico, conectando-se diretamente com Itaberaba por meio de vias de tropeiros, trocas de produtos agrícolas e redes familiares. Assim, Itaberaba vai se consolidando como cidade polo regional, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, e tal consolidação não pode ser compreendida sem considerar o papel desempenhado por seus distritos e comunidades adjacentes, como João Amaro.

No plano político, a comunidade de João Amaro esteve inserida nas redes clientelistas que caracterizaram o poder local durante o século XX. Lideranças rurais, muitas vezes associadas a famílias tradicionais, como a família Mascarenhas e os Medrados⁶⁹, ou a figuras religiosas, atuavam como intermediários entre o Estado e os sertanejos, garantindo a mobilização eleitoral em favor de grupos dominantes sediados no município. Essas práticas contribuíram para a manutenção de uma estrutura de poder hierarquizada e descentralizada, onde o controle territorial passava pelo reconhecimento da autoridade local, mas também pela capacidade de articulação entre os espaços urbano e rural.

⁶⁷ HENRIQUE, Juliana da Silva. **A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento** (Bahia, século XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

⁶⁸ SANTOS, Danilo Matos. A Estação Ferroviária de João Amaro e o desenvolvimento sertanejo baiano. **Revista Memórias da Chapada**, v. 7, n. 2, 2020, p. 112-130.

⁶⁹ RAMOS, Eucléia Nogueira de Oliveira. **História Local, Poder e Justiça Cartorial: os Medrados, os Magalhães e a Fazenda Sítio Novo** (Iaçu–BA, 1980–1998). Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba/BA, 2024.

A economia local, centrada na produção de milho, feijão, mandioca, além da criação de caprinos e bovinos, tinha na população sertaneja dessas comunidades sua principal base produtiva. Pequenos proprietários, meeiros e trabalhadores itinerantes compunham a força de trabalho responsável por abastecer os mercados da sede municipal, garantindo o fluxo contínuo de alimentos e mercadorias. João Amaro, nesse contexto, foi um elo fundamental na cadeia produtiva regional, contribuindo para a formação de uma economia mista de subsistência e de mercado que sustentou o crescimento urbano de Itaberaba.

A tentativa de emancipação de João Amaro, iniciada na década de 1990 e discutida em audiências públicas e estudos legislativos até os anos 2010, expressa um processo histórico de consolidação identitária e busca por autonomia. Ainda que não tenha alcançado a emancipação político-administrativa, o movimento revela o desejo da comunidade de reconhecimento institucional de sua importância histórica, econômica e cultural. Ao mesmo tempo, reafirma sua inserção na história maior da cidade de Itaberaba, da qual jamais se desvinculou completamente. A tensão entre pertencimento e autonomia marca a trajetória de muitas comunidades sertanejas que contribuíram decisivamente para a formação dos municípios baianos, mas que, por razões estruturais e políticas, permaneceram na condição de distritos. Atualmente João Amaro permanece como distrito de Iaçú⁷⁰, ou seja, ainda não obteve emancipação política.

Portanto, a comunidade sertaneja de João Amaro representa um modelo emblemático das múltiplas formas pelas quais o interior baiano se organizou e contribuiu para a formação das cidades do estado. Sua relação com Itaberaba é de reciprocidade histórica: enquanto contribuiu material e simbolicamente para o crescimento urbano e político da cidade, manteve-se como guardião de práticas e memórias sertanejas que continuam a moldar o imaginário regional. A análise dessa relação permite compreender Itaberaba não apenas como um centro urbano isolado, mas como um produto de interações complexas com o mundo rural ao seu redor, do qual João Amaro é parte constitutiva.

⁷⁰ “O município localizado às margens do Rio Paraguaçu teve sua origem na colonização portuguesa no Brasil por volta de 1674. Naquela data, o capitão mor Estevão Baião Parente recebeu as terras da Coroa Portuguesa como pagamento pelos serviços prestados ao governo daquele país. Sítio Novo, antigo nome de Iaçú, foi administrado pela cidade de Cachoeira por 44 anos, por Curralinho hoje cidade de Castro Alves por 16 anos e pela cidade de Santa Terezinha por 31 anos. Nesta época, a sede do distrito era João Amaro. Em 1882 com a chegada dos trilhos da estrada de ferro, começaram a surgir os primeiros sinais de povoado. O vilarejo foi crescendo ao redor da Estação Ferroviária, com a estrada de ferro veio o progresso e com ele os primeiros moradores, empregados da ferrovia. Através da Lei Estadual nº 1026, de 14 de agosto de 1958, surge Iaçú, desmembrado de Santa Terezinha, elevando a categoria de município, projeto do deputado estadual José Medrado. Mesmo após a aprovação da lei, as terras do município continuavam de posse de família Medrado, tradicional herdeira dos latifúndios da região, o que gerou uma série de conflitos agrários que durou mais de uma década, tornando Iaçú um importante polo de atuação da política de esquerda, mesmo durante a ditadura militar”. (Parte do discurso pronunciado pelo deputado Daniel Almeida (Pcdob-Ba), na sessão do dia 12 de agosto de 2024, em homenagem aos 47 anos de emancipação de Iaçú) Ver: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=330604

Ao nos debruçarmos sobre a Região de Itaberaba e analisarmos a sua formação, aspectos geográficos, econômicos e políticos, nos afastaremos da imagem homogeneizada e isolada que se tinha sobre o sertão, como lugares de tribos indígenas ferozes e população pobre marginalizada pela seca ou como lugar que complementava a “história litorânea”. Essa região tem características próprias e identidades socioambientais particulares, iniciando pela sua ocupação, que pode ser considerada um processo de avanço positivado da civilização luso-brasileira, multidirecional, descontínuo e irregular.

Desde os tempos coloniais, além dos indígenas, já havia outros grupos sociais circulando ou sedentarizados na região, a maior parte deles, envolvidos com a pecuária ou à procura de metais e pedras preciosas, utilizando a beira do rio Paraguaçu como rotas para as regiões de Jacobina, de Rio de Contas e Minas Gerais. Tanto os rios, quanto o relevo, consistiram em objetos de observação e registros dos aventureiros dos sertões para se localizar nas suas expedições. Aproveitando esses aspectos favoráveis, muitos desses aventureiros ergueram núcleos populacionais, que mais tarde se tornaram cidades. Itaberaba foi um deles.

As terras da Região de Itaberaba, mais precisamente entre os rios Piranhas, para o sul, e Capivari, pela nascente, até a serra do Orobó, pertenceram, inicialmente, ao mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito⁷¹, as quais foram divididas em sítios que se tornaram famosos devido às questões judiciais⁷². O espaço que se constituiria como área urbana, lugar de concentração inicial da população, desenvolveu-se em torno do regime sesmeiro, transmissões hereditárias e vendas de terras. Com a finalidade de ocupar o território através da busca pelo ouro e pedras preciosas, o governo passou a conceder a terra, anteriormente sem valor para o colonizador, em forma de sesmarias. O fator determinante para a concessão sesmeira era a linhagem familiar, ou seja, a concepção territorial passou a ter um significado ligado ao homem, mas apenas ao homem de “origem nobre”.

Assim, foram enviados fluxos de ocupação aos sertões baianos pelos agentes do poder português. Destes, o segundo fluxo fora registrado partindo das Vilas do Recôncavo, na segunda metade do século XVII, no sentido de conter a resistência indígena - maracás, kiriris, paiaíás, topins e xocós da região -, e os constantes ataques às unidades produtivas, as fazendas de gado

⁷¹ Antônio Guedes de Brito (1627-1694), foi um renomado apresador de índios que recebeu terras que havia descoberto. Sabe-se que Antônio Guedes de Brito recebera várias sesmarias, somente registradas nos Livros da Fazenda localizados em Salvador, mas nunca confirmadas pelo poder régio em Portugal, razão pela qual não existe sesmaria alguma confirmada em seu nome nas Chancelarias ou Registro Geral de Mercês, em Lisboa. Antônio Brito também adquiriu terras comprando-as. Teve papel destacado na luta contra índios e contra escravos fugidos que se estabeleciam em mocambos. Os cronistas consideram notáveis seus serviços de defesa à Bahia e ao Brasil nas lutas contra a invasão holandesa, mas principalmente suas entradas pelo sertão, contribuindo para o aumento das terras coloniais. Ver: ANTONIL (1982), op. cit. p. 75-79; p. 233-5.

⁷² SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do Sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 35.

e engenhos. Os primeiros momentos de ocupação do sertão caracterizaram-se muito mais pelo despovoamento. Afinal, muitos sertanistas estenderam os limites de seus domínios por léguas e léguas, movendo guerra, submetendo, expulsando ou exterminando as populações nativas⁷³. Então, reduzidas as possibilidades dos ataques indígenas com o avançar da ocupação e passados os terrores de se empreender viagens ao sertão, nas palavras de Capistrano de Abreu “alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente”⁷⁴.

Posteriormente, devido à concessão das sesmarias, às pessoas abastadas, as terras foram para as mãos de João Peixoto Veigas⁷⁵ em 1655. Estas terras foram vendidas, aproximadamente cem anos depois, por seus sucessores, a aventureiros vindos de vários pontos. Um deles foi o Capitão Manoel Rodrigues Cajado, que transformou essas terras na fazenda São Simão⁷⁶ por volta de 1768. Em 1806 Manoel Rodrigues Cajado vendeu a fazenda São Simão para Pedro Dias de Carvalho, o qual alienou, em 1809, a Antônio Figueiredo Mascarenhas, que edificou, na parte central da propriedade, uma Casa de Oração consagrada a Nossa Senhora do Rosário⁷⁷.

A constituição do núcleo populacional local teve início a partir da edificação da capela, que se tornou o elemento estruturador do espaço social emergente. Nos primeiros anos, essa formação restringia-se a menos de dez edificações, reunindo uma população estimada entre trinta e cinquenta habitantes⁷⁸. O proprietário da terra compreendia que a consolidação de um povoado dependia fundamentalmente da construção de um templo religioso, sobretudo diante das características adversas da região, marcada por terras inóspitas, improdutivas em razão da

⁷³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conflitos de terra numa fronteira antiga: o sertão do São Francisco no século XIX. **Revista Tempo**, n.º. 7, vol. 4, pp. 9-28, jul./1999, p. 10. Lycurgo Filho se refere a Antônio Guedes de Brito como “o regente do São Francisco”. SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 4. Sobre a ocupação do vale do São Francisco, a concessão de sesmarias em regiões de pecuária e os conflitos no decorrer do processo de ocupação das terras, entre outros trabalhos, ver PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003; VIEIRA JÚNIOR SILVA, Jacionira Coêlho. **Entre Paredes e Bacamartes - Arqueologia no médio São Francisco**. Indígenas, vaqueiros, missionários. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, especialmente os capítulos 3 e 4; PEIXOTO, Tatiana da Cunha. **Os mandarins do Sertão: os criadores de gado do São Francisco (1650-1750)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

⁷⁴ ABREU (1982), op. cit., p. 135.

⁷⁵ João Peixoto Viegas, um comerciante português que imigrou da vila de Viana de Castelo (Portugal) para a Capitania da Bahia em 1640, onde fez carreira administrativa e ascendeu socioeconomicamente, estabelecendo redes de sociabilidades que lhe possibilitaram alcançar os espaços reservados a “nobreza da terra”, como o Senado da Câmara e a Santa Casa de Misericórdia, e envolvendo-se em disputas e conflitos de caráter administrativo e bélico, na defesa de seus interesses. Ver: ARAUJO, Alex Teixeira de. **Catequização, colonização e conflitos na sesmaria de João Peixoto Viegas na Bahia – 1653 – 1700**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2015.

⁷⁶ O desmembramento das terras onde estava situada a fazenda São Simão fora supostamente devido à divisão das terras por motivo de herança e mesmo por venda de pedaços dessas terras delimitadas territorialmente em fazendas. Após a posse de outro proprietário, essas fazendas mudam de nome.

⁷⁷ CERQUEIRA (2003), op. cit., p. 50.

⁷⁸ BRANDÃO (2007), op. cit., p. 139.

baixa ocupação e afastadas dos principais centros comerciais. No caso do arraial de Nossa Senhora da Vazante do Orobó, observa-se que, no início do século XIX, seu entorno regional já apresentava indícios de uma incipiente rede urbana, composta majoritariamente por arraiais, o que favoreceu a integração desse núcleo em formação a um contexto territorial mais amplo e articulado.

Importante salientar, como bem colocou Marcos Sampaio Brandão (2006), que esse território inóspito e com densidade populacional rarefeita, distante de importantes entrepostos comerciais da época, como o Recôncavo e Orobó tinham as terras mais baratas se comparadas as terras mais próximas do litoral. A possível motivação para a aquisição de terras mais distantes do litoral, como esta, por exemplo, foi possivelmente devido ao fato de estarem localizadas entre a Chapada Diamantina (Itaberaba também é conhecida como Portal da Chapada) e o rio Paraguaçu. Ainda assim, amparado pelos documentos contidos no Arquivo da Paróquia de Itaberaba, o autor afirma que a subsistência no território derivava da produção agrícola própria, bem como da criação extensiva e da venda de gado na região, devido à proximidade com recursos hídricos, como o rio Piranhas, afluente do Paraguaçu⁷⁹.

A fazenda São Simão, propriedade de famílias influentes, funcionou como um importante polo de poder local, integrando-se à economia agropecuária regional voltada para a produção de gêneros como o algodão, a cana-de-açúcar, além da pecuária extensiva. Sua importância reside, sobretudo, na capacidade de articulação social e política que exerceu, tornando-se base de sustentação de lideranças regionais e local, de irradiação de práticas clientelistas, comuns no sertão baiano da Primeira República até meados do século XX. O poder simbólico e econômico exercido por seus proprietários influenciava diretamente os rumos políticos do município de Itaberaba, com ramificações na composição das elites locais e na gestão dos recursos públicos.

Em 1817, a capela da fazenda São Simão, agora transformada em núcleo populacional conhecido como Rosário do Orobó, pertencia à vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Este espaço do patrimônio eclesiástico foi instituído como de responsabilidade da capela, após as terras terem sido doadas pelo proprietário Antônio de Figueiredo Mascarenhas⁸⁰. As demais terras da fazenda continuavam a ser patrimônio do fazendeiro ou dos herdeiros, após sua morte. Por ocupar forasteiros ao seu redor, o aglomerado de terras em volta da capela

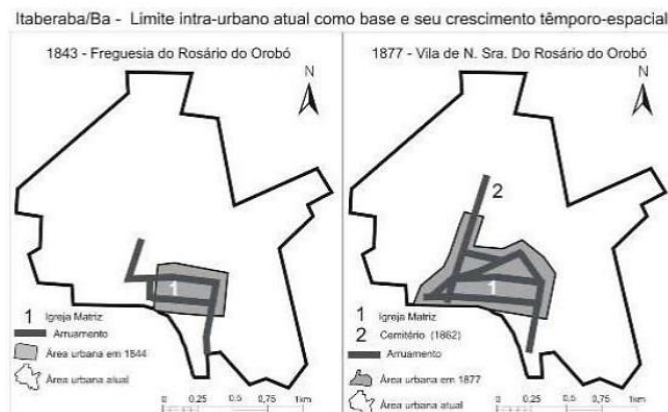
⁷⁹ BRANDÃO (2007), op. cit., p. 130.

⁸⁰ A partir do reconhecimento dado pela Igreja, a capela passava a ser um patrimônio desta com os bens em nome do santo de devoção. Esse patrimônio eclesiástico passava a ser chamado de encapelado e se constituía por terras, alfaias (objetos de culto religioso), a capela da santa junto com a imagem e dinheiro.

promoveu o que Erivaldo Fagundes denomina como “esmigalhamento”⁸¹ das fazendas dos latifúndios aos minifúndios a partir da divisão das terras através de doações voluntárias, hereditárias e vendas⁸².

Essas ações geraram um notório crescimento no núcleo populacional e o consequente aumento do número de habitantes. Como resultado, em 1843 foi criada a Freguesia (divisão eclesiástica) e o Distrito de Paz (jurisdição política) de Nossa Senhora do Rosário do Orobó⁸³ que em 1856 passou a fazer parte do termo do Camisão⁸⁴, em 1877 foi elevada a categoria de Vila do Orobó⁸⁵ sendo, pois, desmembrada da municipalidade da vila de Santana do Camisão (atual cidade de Ipirá/BA). Em 1890 é criada a Comarca de Orobó, segue-se a criação das cidades a partir das vilas de São Gonçalo e de Orobó em 1897. A vila de Orobó passou a ser chamada de Cidade de Itaberaba⁸⁶. Em 1897, a cidade consolida-se com o topônimo indígena de Itaberaba, referindo-se ao antigo termo católico Nossa Senhora do Rosário do Orobó. Foi um período de oitenta e oito anos, desde o estabelecimento da capela até a institucionalização do município de Itaberaba.

FIGURA 2 - Limite intraurbano atual com base em seu crescimento têmporo espacial



⁸¹ NEVES (2008), op. cit.

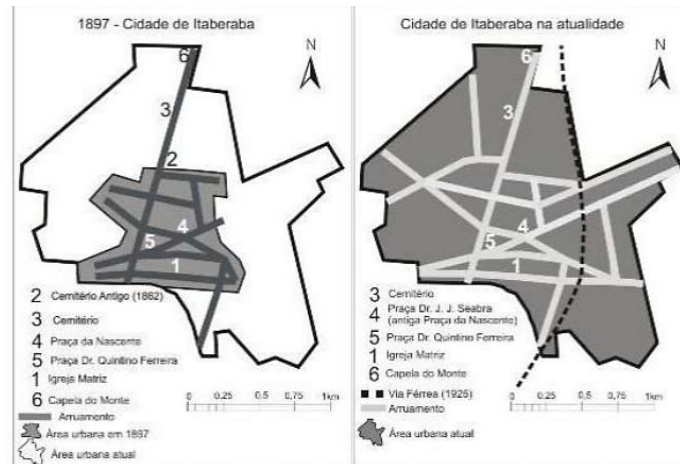
⁸² Após doa o de terras pelo proprietário da fazenda, as demais terras dessa fazenda continuavam a ser patrimônio particular do fazendeiro. Ver: MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: EDUSP, 1991, p. 38.

⁸³ Há contradi o nas informa es da data de cria o da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Orobó entre a escritura de terra e as informa es do livro *História Territorial do Brasil*, de Felisbello Freire. APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Funda o do Município de Itaberaba. FREIRE (1906), op. cit., p. 239.

⁸⁴ Segundo o texto original, a lei de 20 de abril de 1855, elevou   categoria de vila o arraial de Santa’Anna do Camisão, compreendendo seu termo as Freguesias de Santa’Anna do Camisão, de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e Monte Alegre, desligadas daquelas a que pertenciam. FREIRE (1906), op. cit., p. 241.

⁸⁵ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Funda o do Município de Itaberaba. Cria o da Comarca de Orobó: Decreto n  206 de 10 de fevereiro de 1890.

⁸⁶ APMI. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Funda o do Município de Itaberaba. Lei n  176: sancionado e decretado – Palácio do Governo do Estado da Bahia – Governador Luiz Vianna, 25 de julho de 1897, 9  da República.



Fonte: Brandão (2009).

Essa velocidade produzida no espaço do povoado ou arraial tem seu ritmo pautado pela produção e circulação têmporo-espacial da época e encaixa-se na lógica relacionada às técnicas do período⁸⁷. Milton Santos (1994)⁸⁸ afirma que a

(...) associadas à influência política exercida pela localidade, as técnicas que unem espaço e tempo seguem raciocínio fora da causalidade linear (em que causa tem um efeito imediato e vice-versa e desenvolvimentista, ao entender que esse mesmo tempo social no limite intraurbano de arraial à cidade faz esse espaço evoluir, envolver ou encontrar-se em estado de estagnação durante recortes históricos⁸⁹.

Assim, tem-se que esses movimentos evolutivos dependem da quantidade de influência política e econômica exercida pela localidade sobre a rede, porém, a nomenclatura apesar de ser hierárquica em arraial, freguesia, vila ou cidade, nem sempre vai significar uma mudança qualitativa no seu padrão intraurbano. Itaberaba teve sua gênese induzida e, por esse fator, sua dinâmica socioespacial tem um desenvolvimento que deve ser entendido como uma diversidade de formas e conteúdos únicos, contendo um movimento particular, diferenciado, desencadeado nos processos espaciais. Além disso, deve-se ter preocupação atenta com a questão da escala para não cair em uma generalização regional em que a estrutura territorial é tratada, muitas vezes, de forma homogênea com fenômenos também confundidos como homogêneos.

1.2 Itaberaba: características da integração regional

Grande parte da ocupação dos territórios ainda desertos no sertão baiano, tal como a região foco dessa pesquisa, tem por característica a atividade criatória. O início desse processo

⁸⁷ SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

⁸⁸ Idem, p. 132.

⁸⁹ Idem, idem.

de ocupação das terras sertanejas data do século XVII, com a chegada das expedições que buscavam metais preciosos. Contudo, a eficaz ocupação do sertão baiano ocorreu no decorrer dos séculos XVII a XIX através dos fazendeiros moradores, proprietários de extensas porções de terras que ainda não foram divididas em lotes ou desmembradas, herdeiros dos donatários e dependentes da criação de gado e da agricultura de subsistência⁹⁰.

Dantas (2000)⁹¹ aponta que,

A ocupação das áreas de pecuária equivalia a pequenas manchas distantes léguas e léguas umas das outras. Juntamente com o vaqueiro, podiam estar também alguns poucos rendeiros que, alijados da terra por não participarem dos círculos do poder colonial, viam-se impelidos a criar seu gado nas propriedades de outrem [...] as boiadas abriam seus caminhos pelas caatingas que, por sua própria formação, não demandavam do vaqueiro mais do que um facão ou foice para vencer as adversidades naturais. O conforto destes homens restringia-se a uma casa coberta de palha e, sua dieta, à carne e ao leite fornecidos em abundância pelo criatório⁹².

A pecuária foi se despontando como uma singular atividade econômica, não apenas na região de Itaberaba, mas em grande parte do território nordestino. Constituindo-se como uma atividade ligada ao desenvolvimento de diversas regiões e sendo fundamental para a formação de muitas cidades. No contexto em que a pecuária extensiva se torna um empecilho ao desenvolvimento da cultura canavieira nas costas litorâneas, é notório um remanejamento da criação para áreas interioranas do Estado, permitindo assim, a entrada da pecuária nos territórios dos sertões baianos. Tal mudança, aos poucos, também foi permitindo a chegada de pessoas para as terras distantes do litoral.

Segundo Goulart (1963)⁹³,

a região litorânea constituía-se de um espaço com características geográficas favoráveis para o desenvolvimento dos canaviais, principal produção da colônia brasileira. Diante dessa querela entre a prática da pecuária e dos engenhos, houve intervenções por parte da Coroa Portuguesa que atendeu às

⁹⁰ FAORO (2004) trata essa constituição hereditária territorial como sendo o tronco do sistema feudal em terras brasileiras executado desde os donatários. Para ele, o sistema de doações foi ampliado aos senhores de terras, aos potentados rurais, até se chegar aos latifundiários, pois a terra era o principal meio de produção e a maior demonstração de poder da época. Muitas dessas propriedades, distribuídas pelo sistema sesmeiro, foram transmitidas hereditariamente e perduraram durante anos nas mãos das mesmas famílias. Ver: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político**. vol. 1 e 2. 16.ed. São Paulo: Globo, 2004.

⁹¹ DANTAS, Mônica Duarte. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). In: **Penélope: revista de história e ciências sociais**. N. 23. São Paulo: Celta, 2000.

⁹² DANTAS (2000), op. cit., p. 3 e 4.

⁹³ GOULART, José Alípio. A formação da zona pecuária nordestina. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Volume 259. Rio de Janeiro, 1963.

reclamações dos produtores de açúcar e determinou que o criatório de gado fosse afastado das áreas de plantio, principalmente dos canaviais⁹⁴.

A atividade criatória, nos primeiros anos do domínio português, se desenvolveu associada originalmente à produção açucareira como fornecedora de carne, de couros e de bois de serviço⁹⁵. O que se via, no cotidiano socioeconômico do sertão, segundo Sodré (1998) era um sistema mais perto do regime feudal, um mercado com objetivo de abastecimento interno⁹⁶, afinal, os latifundiários tinham uma relação com a terra bastante ligada a subsistência da família. Faoro (2004), afirma que o sentimento desses latifundiários os aproximava da nobreza feudal e este era o quadro que se configurou o regime societário regional do sertão baiano: a figura do coronel e a posse da terra como sinônimo de dominação e poder sobre a região.

É preciso ter em mente que o gado não era natural dessas terras e que os primeiros exemplares de equinos e bovinos foram introduzidos na Bahia, chegando por navios que datam de meados do século XVI. Erivaldo Neves (2011) afirma que “o gado foi introduzido na América Portuguesa durante o governo de Tomé de Souza (1549-1552), através das capitâneas da Bahia, de Pernambuco e de São Vicente”⁹⁷. Deste modo, essa inserção estava coordenada com a principal atividade econômica desenvolvida na Colônia até aquele momento, as plantações da cana para a produção do rentável açúcar. Para Neves,

o gado entra como uma “peça” fundamental nesse “mecanismo” de produção e funcionamento da indústria açucareira. Ele é a “[...] força de tração para transporte e moagem da cana e também para o deslocamento de mercadorias em pequenas distâncias [...]” proporcionando ainda o fornecimento de alimentos para propriedades escravistas, pois fornecia carne para a alimentação cotidiana⁹⁸.

Na primeira metade do século XVII, a expansão canavieira impulsionou a separação das atividades pecuaristas e monocultoras, forçando o deslocamento do gado para o sertão. Com isso, o governo português buscou conferir, através do Alvará de 27 de fevereiro de 1701, uma política para a pecuária que admitia na faixa costeira os animais de serviço, nos engenhos e fazendas, restritos a pastos cercados para não causar prejuízo às lavouras⁹⁹. Essa medida de proteção das lavouras resultou na colonização do sertão adentro, com o advento das fazendas

⁹⁴ Idem, p. 17.

⁹⁵ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 340.

⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

⁹⁷ NEVES (2011), op. cit., p. 253.

⁹⁸ Idem, p. 259.

⁹⁹ Idem, p. 258.

de criação e a migração do gado em fins do século XVII, bem como impulsionou a abertura da fronteira através das intensas guerras de extermínio e/ou escravização das populações indígenas. Assim, conjunto de fatos foram fundamentais para a formação, “por parte dos colonizadores, de uma vastíssima rede de propriedades: as fazendas de gado”¹⁰⁰.

Os coronéis de gado, na região de Itaberaba, além da posse da terra, sobreviviam da pequena produção e dependiam da lavoura do recôncavo para escoar suas cabeças de gado. A Fazenda Curralinho¹⁰¹ era o grande centro de ligação da antiga vila do Orobó com a circulação do Recôncavo até a primeira metade do século XIX. Posteriormente, já no final deste mesmo século, o escoamento também se fazia pelo caminho que passava pela vila do Camisão e levava até a cidade de Feira de Santana, que nesse período era vista como a maior zona de abastecimento e produção de gado da Bahia¹⁰². O caminho percorria a estrada do gado com destino a São Félix e Cachoeira. Até a chegada ao destino passava-se pela freguesia do Rosário do Orobó, Sítio Novo (atual Iaçú), Pedra Branca (hoje Santa Terezinha), Curralinho (Castro Alves), Cruz das Almas e Muritiba. Todas as localidades que ficavam na rota da pecuária, tiveram a gênese de suas zonas urbanas influenciadas pela paragem dos tropeiros com o gado quando estes se dirigiam do Recôncavo a cidade de Salvador.

Vilhena (1969)¹⁰³ atesta que:

(...) Os diferentes sertões, donde saem os bois, que se consomem nesta cidade, e que nenhum fica em distância menor que 70, ou 80 léguas muitos na de 100 e 150 léguas, não poucos a 200, e mais léguas [...] Vêm estes por toda a mencionada distância agitados por vaqueiros, montados em cavalos, e armados com ferrões de uma polegada de comprido, com que os atravessam até as entranhas; comendo por toda a viagem, o que é fácil supor, até que finalmente chegam à Feira [de Santana] distante doze léguas da cidade, e ali são recolhidos em currais [...] Dêstes são conduzidos para a cidade [de Salvador], sem comerem mais, que o que, andando, podem apanhar com a língua, por uma só, e única estrada [...] Freqüentada de boiadas inumeráveis, desde o princípio da cidade, fundada há 250 anos¹⁰⁴.

¹⁰⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da SILVA. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abril 1997, p.119.

¹⁰¹ O município e a vila de Curralinho foram criados com território desmembrado de Cachoeira sob a Lei Provincial de 26 de jun. 1880. A vila passa a ter o grau de cidade em 22.06.1893 (GUIA CULTURAL DA BAHIA, 1997, p. 75).

¹⁰² No contexto citado, existiam 3 zonas de abastecimento de gado, são elas: (1) sertão baixo ao norte da província da Bahia, compreendendo as localidades de Feira de Santana, Inhambupe, Itapicuru, Jeremoabo, Monte Santo e Jacobina. (2) sertão alto no vale do rio São Francisco, compreendendo as localidades de Sento Sé, Barra de São Francisco e Santo Antônio do Urubu. (3) restringia-se à localidade de Caetité. As maiores zonas produtoras de gado nesse período eram Feira de Santana, Monte Santo e Jeremoabo respectivamente (APEB: Seção colonial e provincial. Série Agricultura, abastecimento de gado, carne. 1823 – 1888, nº 4630).

¹⁰³ VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Vol. I (livro I). Salvador: Itapuã, 1969.

¹⁰⁴ Idem, p. 160.

O gado que chegava à Feira de Santana era distribuído para Salvador, passando por Mata de São João, feira de gado Capoame (hoje Dias D'ávila) e Divino Espírito Santo de Abrantes (hoje Abrantes), localidade com Comarca subalterna à da Mata de São João¹⁰⁵. A pecuária bovina visava a produção de carne e de animais de tração que eram utilizados nas áreas mais densamente povoadas e exploradas, em torno de pousadas de tropeiros, em pontos de descanso das boiadas ou dos povoados que se formavam no caminho¹⁰⁶.

Importante salientar que as Lavras Diamantinas situadas a oeste da região de Itaberaba compuseram uma dinâmica de formação de vilas e cidades praticamente paralela às rotas de gado. O ciclo diamantino marcou o surgimento de centros urbanos em seu entorno estendendo-se após consolidados pontos citadinos na região em final do século XIX, afinal para a circulação ser efetivada era necessária a existência de vários pontos no território, os centros urbanos. Esses pontos do ciclo diamantino não exerceram influência sobre o espaço de formação de Itaberaba. A rede urbana diamantífera tinha suas veias de ligação mais conectadas a zona do alto sertão, região da passagem de gado vindo de Goiás e Minas Gerais.

O arraial do Orobó que se tornou a cidade de Itaberaba em 1897, como já dito anteriormente, baseou sua ocupação e seu desenvolvimento econômico, durante o século XIX, na pequena lavoura de café, algodão, fumo, mandioca, feijão, arroz e milho¹⁰⁷. Contudo, a principal produção estava reservada a criação de gado, o abate e a venda da carne, como fica claro no conteúdo dos seis primeiros parágrafos da lei que regeu a vila datada de 1882 e intitulada Posturas da Câmara Municipal da Vila do Orobó¹⁰⁸. Tem-se que, nesse contexto, as redes de relações da vila do Orobó eram bastante restritas, relacionando-se apenas com Currálinho, São Félix e Cachoeira¹⁰⁹. O principal local desse contato era a vila do Camisão (hoje Ipirá), pela vila do Orobó ter sido território desmembrado deste. Outros contatos eram com Monte Alegre (hoje Mairi) e Baixa Grande, conforme documento que pede a criação da Comarca do Orobó, editado pela Comarca do Camisão, datado de 6 de maio de 1889:

(...) informar sobre o projecto nº 314 que trata da criação da Comarca do Orobó constando d' este termo e do da Baixa Grande, o julgo conveniente, por ter actualmente esta comarca quatro termos e ser impossível ao Juiz de Direito bem cumprir os seus deveres em todos elles pela grande distância, que os separa. No entanto seria mais acertado compor se a nova comarca dos termos do Orobó e do Monte Alegre, por ser a Baixa Grande mais próxima do

¹⁰⁵ VIANNA, Francisco Vicente. **Memórias sobre o estado da Bahia**. Bahia: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893.

¹⁰⁶ ANDRADE, Manuel Correia. **Área de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas**. Recife: SUDENE, 1982.

¹⁰⁷ VIANNA (1893), op. cit., p. 532.

¹⁰⁸ APEB: Seção colonial e provincial. Série Judiciária, Orobó, 1849 – 1889, nº 2519.

¹⁰⁹ VIANNA (1893), op. cit., p. 533.

Camisão do que do Orobó. A vila do Orobó é a maior e a mais importante da comarca e fica cercada de matas [...] Que em pouco tempo darão grande desenvolvimento a ella e dista da via férrea central quatro legoas apenas¹¹⁰.

Apesar da respectiva importância que atinge, tanto no processo de colonização quanto na ocupação de novos territórios, a pecuária permaneceu durante todo tempo como uma atividade secundária em comparação com a agricultura praticada no litoral brasileiro. O gado era a produção mais importante para a sobrevivência da população sertaneja, mas isso não muda sua posição no cenário nacional. Para Caio Prado Junior, apesar da pecuária atingir uma relativa importância e do grande papel no processo de interiorização, ainda assim era uma atividade nitidamente secundária e acessória “[...] O seu lugar será sempre de segundo plano, subordinando-lhe às atividades principais da grande lavoura”¹¹¹. Sodré (1998)¹¹², reitera:

Para na época do segundo império (1831-1889) não tinha ainda o Brasil entrado no mercado de carnes. Não havia exportação dos produtos animais. A atividade pecuária no Brasil foi sempre uma economia pobre e dependente [...] cobrindo e ocupando áreas territoriais mais extensas que qualquer outra atividade produtiva [...] confortou também um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio (...)¹¹³.

Esse tipo particular de população, de que trata acima, liga-se diretamente à gênese da cidade de Itaberaba que se deu no período de expansão do capitalismo no Brasil, através dessa atividade criatória/secundária conforme escreveu Prado Junior (1967). O pouco acúmulo de capital que advinha da venda de gado para os mercados centrais se concentrava nas mãos do fazendeiro e coronel das terras do sertão. Estes proprietários que detinham o capital da venda do seu gado faziam o dinheiro circular em mercados mais prósperos da época, como a exemplo o fazendeiro e construtor da capela do Orobó, Antônio de Figueiredo Mascarenhas, que antes de existir o povoado do Orobó, morava em uma fazenda situada no Camisão (Ipirá), mas fazia circular seus valores em Jacobina (24 léguas do Camisão) no ano de 1794¹¹⁴.

Soma-se ao fato de que a criação era feita distante dos maiores mercados do litoral e essa distância dificultava a chegada de produtos vindos de Salvador e do Recôncavo, bem como reduzia a força de trabalho e uma ampliação das redes de relações econômicas no âmbito nacional, o que resumia o alcance desse capital ao setor regional. A força de trabalho constituiu

¹¹⁰ APEB: Seção colonial e provincial. Série Judiciária, Orobó, 1849 – 1889, nº 2519.

¹¹¹ PRADO JUNIOR (1967), op. cit., p. 44.

¹¹² SODRÉ (1998), op. cit., p. 223.

¹¹³ Idem, p. 223.

¹¹⁴ Relato encontrado em BRANDÃO (2007) referente a APEB: 2/704/1166/01.

em única moeda de troca do sertanejo, pois da terra advinha a mandioca, desta um relevante produto da subsistência, a farinha e do gado retiravam tudo de que necessitavam, carne, couro, leite e seus derivados, por exemplo. Por isso, o regime de trabalho do pastoreio não era baseado na escravidão, como bem explica Ribeiro (1995), mas num sistema peculiar em que o soldo se pagava em fornecimento de gêneros de manutenção, sobretudo de sal, e em crias de gado¹¹⁵. Já nas relações comerciais, além do fator mercadoria-dinheiro, era muito comum nesse espaço temporal, a relação da troca mercadoria por mercadoria.

Nesse contexto, Itaberaba desenvolveu um mercado distante do centro da capital Salvador e de seu entorno em relação à comunicação e transportes, o que fez o mercado e sua produção agirem internamente. Ou seja, os mercados destinavam-se ao abastecimento interno e nada mais. Sua base econômica era fortemente sustentada pela agropecuária extensiva, com ênfase na criação de gado e na agricultura de subsistência. Pequenos e médios produtores cultivavam mandioca, milho, feijão e algodão, produtos típicos do sertão baiano, que atendiam sobretudo ao consumo interno e ao abastecimento das feiras livres. A feira de Itaberaba, por sinal, constituía um dos principais polos de circulação de mercadorias e de sociabilidade da região, reunindo semanalmente trabalhadores rurais, comerciantes, criadores de gado e representantes das elites locais. Caroline Cruz de Oliveira Barros (2021)¹¹⁶, afirma que o espaço da feira assumia papel fundamental na intermediação entre a economia camponesa e o mercado regional.

Gradativamente, a organização socioespacial da Região de Itaberaba passou a aumentar substancialmente, atraindo mais pessoas, atividades comerciais e pouco a pouco o espaço tipicamente rural passa a ganhar valores de espaço propriamente urbano, especialmente após a elevação a categoria de município em 1897. Consequentemente, os eventos mais relevantes para o desenvolvimento só passariam a estar envolvidos com a mobilidade urbana. Em 1926, com a inauguração da Estação Ferroviária de Itaberaba, parte do projeto de expansão da Via Férrea Leste Brasileiro¹¹⁷, nota-se um crescente processo de integração econômica e territorial do sertão baiano ao Recôncavo e ao litoral. Sua criação pode ser compreendida dentro do

¹¹⁵ RIBEIRO (1995), op. cit. p. 342.

¹¹⁶ BARROS, Caroline Cruz de Oliveira. No chão da praça: cotidiano e experiências na feira livre de Itaberaba-Ba (1930-1954). In: RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. **Itaberaba: capítulos de história**. Paulo Afonso/Ba: Oxente, 2021, p. 169.

¹¹⁷ Foi uma das principais ferrovias da Bahia, conectando o estado de norte a sul. Possuía uma extensa rede de linhas e ramais, incluindo a linha-tronco (Salvador-Alagoinhas), linha do Sul (Mapele-Monte Azul), linha Norte (Alagoinhas-Propriá) e linha Centro-Sul (Senhor do Bonfim a Iaçú, passando por Itaberaba), além de ramais como o de Itaité, Feira de Santana, Catuiçara, Capela e Campo Formoso. A maior parte de suas linhas foram preservadas e atualmente se encontram incorporadas à Ferrovia Centro-Atlântica - F.C.A. Ver: ALVAREZ, J. R. **O Transporte Ferroviário no Nordeste do Brasil**. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Recife, setembro de 1962; DANTAS, Lucas; ARAÚJO, Luís Felipe. Trilhos da modernidade: a ferrovia e a transformação do espaço urbano no interior baiano. **Cadernos de História da UFBA**, v. 19, n. 32, 2018, p. 99–122.

contexto mais amplo das políticas de interiorização promovidas pelo Estado brasileiro no início do século XX, que visavam dinamizar os espaços rurais, facilitar o escoamento da produção agrícola e conectar regiões periféricas ao centro político-econômico da Bahia.

Hermano Viana Lima (2009)¹¹⁸ afirma que a estação de Itaberaba, localizada em um ponto geograficamente privilegiado - no entroncamento entre a Chapada Diamantina, o Recôncavo e o semiárido baiano - consolidou-se como um elo importante no eixo Salvador - Juazeiro. Para ele, a chegada dos trilhos não apenas encurtou distâncias, mas também redesenhou as dinâmicas comerciais da cidade, até então voltadas majoritariamente para as feiras livres e o comércio de tropa. A ferrovia facilitou o transporte de gêneros alimentícios, produtos manufaturados, madeira, algodão e, posteriormente, frutas tropicais, conectando pequenos produtores ao mercado regional e nacional. Além disso, a estação passou a funcionar como ponto de convergência simbólica e material da cidade, intensificando processos de urbanização, atraindo trabalhadores, comerciantes e migrantes temporários, mudando a configuração sociocultural com o surgimento de novos bairros, armazéns e serviços no entorno da linha férrea.

A chegada da estação, com sua arquitetura simples, porém funcional, é um marco do processo de modernização parcial vivenciado por Itaberaba, representando tanto a promessa de progresso quanto os limites estruturais impostos pelo modelo de desenvolvimento excludente adotado no Brasil. Mesmo com sua decadência, a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a desativação gradual das linhas da Viação Férrea Leste Brasileiro, sua existência está diretamente ligada ao processo de ampliação e integração econômico, política e social da Itaberaba com o Estado. É inegável que a ferrovia encurtou distâncias e ampliou a eficiência logística, permitindo que diversos produtos, muitos deles produzidos em propriedades familiares e pequenas fazendas, fossem transportados com mais rapidez e em maior escala para centros de consumo e exportação.

Assim, Itaberaba foi despontando, especialmente na primeira metade do século XX, período de importantes transformações econômicas e sociais no interior da Bahia, como um exemplo significativo dessas dinâmicas e um importante centro regional de articulação entre o sertão e as áreas mais urbanizadas da Bahia, favorecida por sua posição estratégica entre Salvador e o semiárido baiano e, sobretudo, pela chegada da linha férrea. A economia local, ainda marcada por traços agropecuários, comerciais e fundiários, refletia tanto a persistência de estruturas tradicionais quanto a emergência de novas formas de produção e sociabilidade.

¹¹⁸ LIMA, Hermano Viana. **Ferrovia e modernização no sertão nordestino: os impactos da VFLB na Bahia (1900-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2009.

Alcides de Jesus Lima (2021)¹¹⁹ destaca que nos anos 1940, Itaberaba se consolidou como município e importante entreposto comercial entre o Recôncavo e o sertão. Agora, eram as estradas vicinais e o transporte por caminhões que favoreciam o escoamento de produtos agrícolas, o abastecimento de mercadorias industrializadas vindas de Salvador e Feira de Santana, e o fortalecimento do comércio local. Itaberaba tornava-se, assim, uma “cidade polo” para pequenos produtores e compradores de municípios vizinhos como Iaçú, Ruy Barbosa, Boa Vista do Tupim e Ibiquera, fortalecendo sua centralidade na microrregião. Soma-se o forte protagonismo das casas comerciais, armazéns e estabelecimentos de secos e molhados, que desempenharam um papel estratégico no fornecimento de crédito informal, venda a prazo e financiamento indireto da produção agrícola. Assim, o crédito rural oficial, escasso e burocratizado, era substituído por arranjos informais que combinavam confiança pessoal, relações de compadrio e dependência econômica.

1.3 A inserção das famílias no sertão do Piemonte do Paraguaçu

Assim como em outras áreas de fronteira econômica, no Brasil do final do século XIX, constituir família foi um passo primordial para o estabelecimento da população no Território do Piemonte do Paraguaçu. O desenvolvimento de laços familiares era fundamental para a estabilidade territorial, pois afastava-se do sentido de transitoriedade da ocupação, fixando pessoas e capitais nas novas terras. Entre os séculos XVIII e XIX, juntamente com os donos de terras da Casa da Ponte, conviveram na Região de Itaberaba diversas famílias de pequenos lavradores e de grandes fazendeiros, que se estabeleceram através do arrendamento ou a partir da aquisição de terras dos antigos domínios livres dos Guedes de Brito. Possivelmente, outras famílias tenham se estabelecido através do sistema de sesmarias, se apropriando de uma porção de terras e abrindo roças no meio da caatinga.

No final do século XIX e no decorrer do tempo, mesmo sendo uma região atrativa para inúmeros forasteiros devido à descoberta de ouro e diamante, aquela região já contava com diversas gerações de famílias enraizadas, cujas origens se perderam no abandono das fontes. Os Rodrigues Cajado, Carvalho, Mascarenhas, Fernandes Serra, os Alencar e os Dias Laranjeira que constituíram seus domínios e seus poderes políticos por vários espaços rurais ao redor do município. Sobrenomes que denunciam hierarquias e títulos reconhecidos e respeitados. Mas longe da uniformização social que a repetição destes sobrenomes sugere, as famílias em

¹¹⁹ LIMA, Alcides de Jesus. “Uma cidade vulnerável: anseios e medos em Itaberaba (1940–1952)”. In: RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida (Org.). **Itaberaba, Capítulos de História**. Salvador: EDUFBA, 2021, p. 169.

Itaberaba eram componentes de uma sociedade composta por grupos diversificados, aos quais era atribuído *status* social também diferenciado.

Na Região do Piemonte do Paraguaçu o arranjo populacional ocasionou a desigualdade em relação à posse da terra, influenciando nas divisões e hierarquias sociais. Se no contexto oitocentista a terra ainda não era elemento constitutivo das fortunas das famílias da região, afinal nem todos detinham a propriedade de fato, ainda assim, em Itaberaba, o acesso à terra era um dos fatores que garantiam e legitimavam o prestígio e o poder de uns poucos indivíduos, que no final das contas eram controladores dos meios de produção principais: terras, gados e escravos. No final dos anos de 1830, quando houve o processo de divisão e conclusão do loteamento realizado pelos herdeiros do sexto conde da Casa da Ponte, as terras foram transferidas para os respectivos arrendatários, definindo-se no sertão “uma estrutura fundiária caracterizada pelas pequenas e médias propriedades, sem, contudo, eliminar o latifúndio, nem modificar o poder político e o controle das instituições sociais, estabelecidos pela colonização portuguesa”¹²⁰.

Ao analisar inventários de famílias no Sertão do São Francisco em meados do século XIX, Elisângela Oliveira Ferreira (2008)¹²¹ com o apoio das conclusões de Erivaldo Fagundes, percebeu que

(...) a ausência de terras entre os bens inventariados pode estar ligada ao fato de que muitas famílias do sertão só tiveram acesso à propriedade efetiva após o dismantelamento do que restava da sesmaria dos Guedes de Brito, com a comercialização dos domínios da Casa da Ponte, processo que só foi levado a cabo de forma mais efetiva a partir de 1835. Esta foi a época em que se extinguiu oficialmente a instituição do morgadio no Brasil e três anos antes se concluiu o inventario judicial dos bens do sexto conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, falecido em 1809 quando ainda exercia o governo da então capitania da Bahia¹²².

Mesmo que inicialmente as terras não fossem elementos constitutivos das fortunas, o acesso a elas no Brasil, inclusive na região foco dessa pesquisa, através do arrendamento, era motivador de povoamento, fixação e constituição da família. Teixeira da Silva (1997)¹²³ argumenta que ao desbravarem essas terras do sertão, o objetivo básico dos desbravadores era arrendar as terras recebidas. O autor afirma que,

¹²⁰ NEVES. Sucessão dominial, p. 119-120; ver também NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros, proprietários:** estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 147-148.

¹²¹ FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras:** trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Salvador, 2008.

¹²² Idem, p. 31.

¹²³ SILVA (1997), op. cit.

(...) Apenas pequena parcela dessas imensas propriedades destinava-se à exploração direta pelo próprio sesmeiro. Mas essa predominância não excluiu outras formas de acesso, tal como a costumeira forma de posse e uso, traduzida nos apossamentos em comum que formavam as chamadas “terras pró-indivisas”, encontradas ainda amplamente em meados do Oitocentos no sertão do São Francisco sergipano¹²⁴.

Em Itaberaba, segundo apontam as fontes, é possível que os apossamentos tenham feito parte do cotidiano das famílias que ali chegavam. Nota-se uma diversificação das relações com a terra nessa região e não somente nela, como no Brasil em todo período colonial, ocorreram diversos tipos de acertos com base nos costumes. Estes acertos iam desde um aforamento com um contrato formalmente estabelecido com prazo para a sua duração, ou apenas um acordo verbal entre os envolvidos, passando pelo plantar “de favor” em terras de outros, pelos apossamentos e mesmo as expropriações indevidas, até chegar à aquisição por compras ou por heranças, mais comumente evidenciadas nas fontes¹²⁵. Assim, tais processos de vendas ocasionaram a desagregação do latifúndio, sendo os grandes domínios gradualmente substituídos pelas pequenas e médias propriedades.

Erivaldo Neves demonstra que essa era uma realidade do sertão, ao apresentar a região do médio São Francisco,

(...) desde a segunda metade do século XVIII, após a morte de Joana Guedes de Brito sem deixar descendentes, o seu segundo marido e herdeiro instituído Manoel de Saldanha da Gama “arrendava e vendia fazendas nos baixios ribeirinhos e sítios nos planaltos de poucas aguadas”, tanto aos respectivos rendeiros quanto a outros interessados. Muitos deles se transferiram para a região depois de abandonar a mineração aurífera nas cabeceiras dos rios Paramirim e de Contas, cuja exploração dava sinais de esgotamento nessa época. Mesmo em um período anterior, ainda na duração do casamento de Joanna com o primeiro marido João de Mascarenhas, já tinha sido iniciada a comercialização dos latifúndios alodiais, intensificando-se este processo depois do segundo consórcio com Manoel de Saldanha da Gama¹²⁶.

Neves¹²⁷ ainda ressalta que até o início do século XIX, devido às contínuas investidas de posseiros contra terras dos domínios da antiga sesmaria, essa tradição foi se expandindo.

¹²⁴ Idem, p. 135.

¹²⁵ Tais informações podem ser observadas no Arquivo da Paróquia de Itaberaba. Registros Eclesiásticos de Terras de Itaberaba. Livro Cível da Matriz de Nossa Senhora do Rosário.

¹²⁶ NEVES (2003), op. cit., p. 120.

¹²⁷ Todas essas questões estão muito bem detalhadas no trabalho de Erivaldo Fagundes Neves, sobretudo no tópico que analisa os direitos hereditários dos Guedes de Brito questionados em Jacobina no correr do século XVIII e início do XIX. NEVES (2003), op. cit., p. 171-180.

Os herdeiros do latifúndio valeram-se comumente da prática de negociar o arrendamento das terras ocupadas aos mesmos posseiros e vender outras posses àqueles que ali já estavam na condição de rendeiros. Quando assim não funcionava, visto não se concretizar a negociação com os ocupantes, outra solução utilizada foi fazer negócios com qualquer interessado e sobre este aspecto pode-se imaginar os inúmeros conflitos encenados naquelas paisagens sertanejas¹²⁸.

Mesmo com os rearranjos e as combinações costumeiras, Erivaldo Neves sugere que havia o reconhecimento e a ligação que os membros das pequenas comunidades tinham sobre e com os lugares em que viviam. A identidade do lugar estava fortemente enraizada, a terra era um espaço de memória e de histórias repetidas das famílias, era espaço de reconhecimento, como diz Michelle Perrot, “ser daqui é reconhecer os elementos que formam uma paisagem: os sinais de céu e do tempo, os limites das propriedades e as histórias que as moldaram”¹²⁹. Nesse contexto, o arame torna-se o elemento divisório que fornece, pela primeira vez, a mensagem do limite, a ideia de posse alheia, de um lugar pertencente a uma determinada família¹³⁰.

O arame delimitava os espaços dos sítios e fazendas. Segundo a historiografia sobre a propriedade de terras no Brasil, o termo sítio está intimamente relacionado “a terras de plantação”, de menores proporções, e o segundo se refere a “terras de criar gado”, ocupando geralmente maiores espaços. Ao analisar os registros eclesiásticos da freguesia de Porto da Folha, área sergipana do sertão do São Francisco, Teixeira da Silva argumenta que não era o caráter jurídico ou a extensão que definiam as fazendas, mas a criação de gado, já os sítios remetiam a terras de cultivo, e quase nunca a terras incultas ou de pastos, uma denominação usual das terras arrendadas no sertão¹³¹. Maria Yedda Linhares (1996) concorda com esta conclusão, e reforça que a área básica de exploração tanto podia ser um sítio (área arrendada de menor porte), uma situação (área ocupada economicamente, sem o domínio sobre o subsolo), ou uma fazenda (propriedade do sesmeiro, senhor eminente, e status político dominante)¹³².

Resumidamente, as significações não carregam divergências em autores que abordam o assunto, mas é necessário o cuidado de observar as peculiaridades regionais e os processos de mudança no tempo. Richard Burton em uma de suas viagens pelo São Francisco, em 1867, observou que fazendas e sítios eram palavras utilizadas na região como sinônimas e que as

¹²⁸ Idem, p. 175.

¹²⁹ PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 312.

¹³⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955, p. 17.

¹³¹ SILVA (1999), op. cit. p. 8-9; SILVA (1997), op. cit. p. 21.

¹³² LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo**, nº 2, vol. 1, dez.1996, p. 205

fazendas eram vistas como “centros de criação de gado ou agricultura, muitas vezes com uma capelinha e meia dúzia de casinholas, pertencentes a outros tantos condôminos”¹³³. Portanto, fazenda ou sítios, podiam tanto indicar a propriedade de um único dono, quanto se referir a um pequeno ajuntamento de casas onde viviam algumas famílias distintas ou ainda membros de uma mesma família, se considerarmos a parentela mais ampla. Afinal, era recorrente entre as famílias do sertão, a realização de casamentos entre filhos e conseqüentemente a formação de novos núcleos familiares que se estabeleciam ao redor das residências dos pais. Fazendas ou sítios, a questão era que, sem dúvida, a terra se constituía como elemento básico de formação socioeconômico. Sobretudo, se próximo houvesse a existência de mananciais, como rios, lagos perenes e lagoas indispensáveis a criação de gado e a possibilidade de fixação das famílias em uma unidade de criação.

Ao observarmos os assentos das propriedades das áreas de povoamento mais remotas, percebemos que estas eram predominantes ocupadas por fazendas, ficando as terras descritas como sítios, mais encurraladas na região serrana e outras áreas do interior do município. Tal predominância de fazendas tem uma ligação direta com o contexto do povoamento e com o fato do estabelecimento dos currais na Região de Itaberaba ter seguido, principalmente, o curso dos rios. Após a fixação, o trabalho na terra era a principal fonte de rendimento. Mesmo sem as preocupações iniciais com relação à demarcação e formalização de limites, nos registros eclesiásticos de Itaberaba é comum encontrarmos as descrições limítrofes se referindo ao sentido da nascente, dando a entender que mais a leste ainda havia terras desocupadas por falta de recursos naturais. Longe de importar apenas o tamanho da propriedade herdada, com o tempo, o sentido das disputas locais estavam na melhor ou pior localização do pedaço de chão partilhado.

É verdade que algumas das principais famílias oligárquicas tinham nas terras ribeirinhas ao Paraguaçu o reduto dos seus gados. Mas também, podemos considerar a existência de outros núcleos familiares que sobreviveram do plantio da policultura, ligadas a uma criação em pequena escala. As plantações de subsistência, importantes tanto para a sobrevivência quanto para aqueles que criavam gado, estavam presentes por toda a região desde os primeiros tempos, e de maneira intensa da região do rio Paraguaçu. Há de considerar, ainda, os lavradores que destinavam sua produção para fins comerciais. Estes, habitavam em áreas próximas às vilas e pontos importantes do rio com o intuito de facilitar a comercialização da produção tanto na cidade como nos mercados vizinhos ao rio Paraguaçu.

¹³³ BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 235.

Não surpreende a comprovação de que nas terras que margeavam o rio Paraguaçu estavam os domínios das principais famílias constitutivas e representantes do poder local. Apesar do seu reduzido valor econômico em relação ao gado, a propriedade de terras foi verdadeiramente uma importante base na qual se amparou um poder político. Na região de Itaberaba, algumas famílias que possuíam prestígio e posição de mando eram formadas por aqueles que, anteriormente, detinham o monopólio das áreas próprias à lavoura e a criação de gado, bem como possuíam efetivamente a terra ou a exploração delas sob a forma de arrendamento. Famílias que reuniam as condições e o capital necessários para adquirir terras quando os herdeiros da Casa da Ponte começaram a liquidar seu patrimônio, intensificando o fluxo de ocupação. Assim, a terra representava a estrutura fundamental para se montar ou ampliar uma unidade agrária e as famílias sertanejas dependiam dela completamente.

A territorialidade da região que engloba o município de Itaberaba está diretamente ligada a uma só família, os Mascarenhas e seus descendentes, transmissores de uma rede de relações sociais de poder aprofundado e materializado no território a partir do domínio regional. Este domínio, impresso pelas famílias latifundiárias da região, exerceu influência direta em toda a rede urbana que começava a se articular. José Pereira Mascarenhas é considerado o pioneiro das terras da área urbana da antiga freguesia do Camisão, conforme verificado em testamento¹³⁴. Anteriormente, tem-se que o seu pai já havia se estabelecido na região como um grande sesmeiro tendo posse de terras que iam da Camisão até a beira dos rios do Peixe e Capivari, terras bem próximas à região que se desenvolveu até a posterior ocupação e formação da Fazenda São Simão, núcleo primeiro do arraial do Rosário do Orobó, futura Itaberaba¹³⁵.

Ao mapear seus descendentes, Marcos Brandão (2006) vai afirmar que José Pereira Mascarenhas deixou as terras que comportam as áreas urbanas de Ipirá a Itaberaba¹³⁶ para seus quatro filhos. Dois de seus filhos se destacaram pela quantidade de terras que possuíam, José Alexandre Peixoto Mascarenhas e Ignácio de Figueiredo Mascarenhas, pai do construtor da capela do Rosário do Orobó. Ignácio de Figueiredo Mascarenhas possuía a fazenda Paraguaçu, tinha onze filhos, dentre os homens, destacaram-se como grandes proprietários da região, José Pereira Mascarenhas (com nome idêntico ao do seu avô) e Antônio de Figueiredo Mascarenhas (fazendeiro que erigiu a capela de Nossa Senhora do Rosário do Orobó)¹³⁷. Brandão segue

¹³⁴ APEB: 02/704/1166/01 f. 225. Testamento de José Alexandre Peixoto Mascarenhas e sua esposa Hilária Francisca de Jesus. Ano de 1792 encontrado nas descrições de BRANDÃO (2007), op. cit.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. Para o autor, as duas localidades desde o início do século XIX formavam uma rede urbana dendrítica na região.

¹³⁷ APEB: 02/943/1412/08. Inventário de José Pereira Mascarenhas e sua mulher Nazária Maria das Virgens encontrado nas descrições de BRANDÃO (2007), op. cit.

explicando que após o falecimento de José Alexandre Peixoto Mascarenhas em 1792, a viúva Hilária Francisca de Jesus casa-se com o capitão Manuel Rodrigues Cajado que aparece como proprietário das terras à esquerda do rio Piranhas, bem como fundador da fazenda São Simão.

Acerca deste fato, atesta Cerqueira (2003)¹³⁸:

Pouco mais de cem anos após a aquisição da grande sesmaria as terras de João Peixoto Viegas foram parte vendidas por seus sucessores, por outros ocupadas ou tornadas devolutas, o que trouxe a seus filhos e netos o empobrecimento. Conforme passaram-se os anos, aventureiros surgiram em diversos pontos desse território e aí permaneceram. Um deles, o Capitão Manuel Rodrigues Cajado, fundou a fazenda São Simão, a sueste da serra do Orobó, à esquerda do rio Piranhas, por volta de 1768¹³⁹.

Nesse contexto, as terras que compõem a região deste estudo, ainda aguardavam por uma efetiva ocupação, mesmo já tendo um nome e estarem delimitadas em fazendas. Somente na metade do século XIX, é que os fazendeiros de gado, iniciaram o deslocamento para as vilas e cidades próximas. Anteriormente, eles residiam nas fazendas ao longo das rotas das boiadas e das tropas, nos entroncamentos de estradas, nos transbordos de rios ou justapostos a uma capela construída pelos proprietários¹⁴⁰. O deslocamento levou-os em direção à futura Itaberaba, após Manuel Rodrigues Cajado, proprietário da Fazenda São Simão, vendê-la a Pedro Dias de Carvalho que posteriormente alienou a Antônio de Figueiredo Mascarenhas¹⁴¹.

Nota-se, que a ligação familiar é um dos importantes caminhos para a compreensão da dinâmica regional através da transferência hereditária de terras, que neste caso formam o futuro sítio urbano de Itaberaba. A relação de Antônio de Figueiredo Mascarenhas e seus familiares com as terras do Orobó e a produção do espaço em Itaberaba, relaciona-se a partilha da terra a seus descendentes e as futuras delimitações dos territórios em fazendas. Assim, a modificação desse espaço regional ocorre após Antônio de Figueiredo Mascarenhas obter a condição de morador e passar a circular pela região satisfazendo suas necessidades produtivas ligadas à criação de gado. A circulação fez com que o fazendeiro Antônio de Figueiredo Mascarenhas, criador de gado *vacum*, tivesse interesse em conhecer melhor a região e as propriedades adquiridas por compra, entre elas a própria Fazenda São Simão¹⁴².

¹³⁸ CERQUEIRA (2003), op. cit.

¹³⁹ Idem, p. 47.

¹⁴⁰ SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara Christine Nentwig. **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE, 1985, p. 84.

¹⁴¹ Sobre esse movimento de venda da fazenda São Simão, está escrito na obra de Cerqueira (2003, p. 47 -50).

¹⁴² Suspeita-se que os valores para a compra da Fazenda São Simão foram adquiridos por Antônio de Figueiredo Mascarenhas através da herança de sua mulher, herdeira de vastas glebas, já que descendia da família dos Rocha Passos que foram grandes proprietários na região. Ver: CERQUEIRA (2003), op. cit.

Interessante pontuar, como bem afirma Marcos Brandão, que

(...) Conforme testamento do pai de Antônio de Figueiredo Mascarenhas, nem o próprio, nem seus irmãos receberam por herança, terras no sertão do Orobó. Por esse motivo, é permitido levar em consideração que a grande maioria das terras sertanejas do Orobó que aparecem nos testamentos da família Mascarenhas após meados do século XVIII, foram incorporadas pelos casamentos, e por cabeça das esposas (...) ¹⁴³.

O dote era uma prática herdada dos portugueses, onde o pai aristocrata combinava o casamento de sua filha com o filho de um outro senhor de condição similar. Tal prática colocava a mulher de elite como peça-chave do sistema produtivo, já que o dote que trazia consigo era a base da viabilização material da família. Segundo a autora, essa prática perpetuou durante séculos, chegando até o início do século XX¹⁴⁴. Assim, os Mascarenhas no século XIX, exerceram uma territorialidade na região de Itaberaba, juntando-se com outras famílias de igual importância, multiplicando suas posses, promovendo a complexidade do espaço regional e, sobretudo, redefinindo as relações produtivas com base na fixação nos lugares. A constituição dessas relações produtivas está ligada à ocupação dos fazendeiros a terra através de atividades que os fixam a ela, partindo da compreensão de que a produção do espaço provém da fixação e circulação humana baseadas na divisão do trabalho. A circulação regional e as sucessivas mudanças impostas pela divisão do trabalho, são constitutivas da dinâmica dessa região.

Por fim, vemos que a partir da Capela do Rosário do Orobó, as propriedades valorizadas ao redor tornam-se espaço de permanência e perpetuação hereditária entre as famílias mais endinheiradas da região. Do arraial a construção da cidade, a concentração territorial permaneceu nas mãos da minoria. Para a maior parte da população que se fixava na freguesia obter a sua subsistência, restava trabalhar e produzir nas terras dessa minoria latifundiária da região. Por isso, ao tentarmos, neste capítulo, elaborar uma breve reconstituição da formação desse núcleo populacional específico da Região de Itaberaba nos faz entender como a ocupação territorial dessa região esteve intrinsecamente relacionada às relações entre grandes famílias sertanejas com base nas propriedades de terras. A partir do comércio e produção gerados pelas fazendas, essas famílias, se organizavam, promovendo assim, a ocupação dos sertões. Processo singular que, de certa forma, ilumina a compreensão descrita da própria gênese do município de Itaberaba.

¹⁴³ BRANDÃO (2006), op. cit., p. 116.

¹⁴⁴ MOURA, Denise Aparecida Soares de. Mulheres e dote no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA E TERRITÓRIO

Abordaremos a relação entre território e família, a partir da análise de alguns aspectos da relação com a terra. Traço um panorama geral do uso social do espaço por parte das famílias, percebendo as fazendas como primeiro lugar aglutinador dos núcleos humanos e que influi na constituição e manutenção das diferenças sociais. Sendo o grande rio Paraguaçu e seus afluentes a referência principal na busca pela segurança, nas terras que o margeavam se erigiram os domínios de muitas famílias e suas redes de relações que sucessivamente ocuparam os cenários de exercício de poder e autoridade no município. O caminho percorrido neste capítulo, priorizou uma reflexão sobre a natureza e a cultura dos sertões, espelhadas no território, posto que a existência destas é produto das concepções de mundo e das relações sociais. Neste caso, os sertões, enquanto território, como representações, por um lado, e produto da cultura política, por outro.

A fim de evidenciar as dimensões do mundo sertanejo e entender as identidades territoriais, que não existem fora das representações, algumas indagações surgem sobre como nos representamos, como somos representados ou poderíamos nos representar. É pela cultura que as populações do sertão constroem um modo próprio de vida e criam raízes no território, possibilitando a construção de uma herança cultural que permeia a relação com ele. As identidades se imbricam, se mesclam e são dinâmicas, o que nos impossibilita de pensar numa identidade cultural e territorial única para o povo sertanejo. Assim, são as representações que conferem sentido ao território e elas se regeneram em contato com o universo simbólico do qual o território fornece a base referencial.

Para Paul Claval (1995)¹⁴⁵ é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem sua mediação com o mundo e constroem um estilo de vida particular. Por isso, para entender como a cultura consolida o ser sertanejo é importante estar atento ao significado da natureza, a compreensão do uso e pelas representações feitas por ela, bem como a manutenção ou extinção de determinadas expressões culturais e sua interação com o território. Entender que o território é um elemento importante para as territorialidades é fundamental para este capítulo. O território, sobretudo, percebido aqui como objeto de operações simbólicas onde os sujeitos, as famílias, projetam suas concepções de mundo. O território é uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, ao mesmo tempo, estabelece sua identidade cultural. O significado político do território revela um mundo de

¹⁴⁵ CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle*. Paris. Nathan, 1995.

recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade e servindo como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam.

Claude Raffestin (1993)¹⁴⁶ assegura que o espaço e território são termos distintos. Para ele, o espaço antecede ao território, sendo este, um espaço físico onde se constrói um esforço humano que revela relações marcadas pelo poder que o modifica pelas redes que se instalam, como estradas, fazendas, casas comerciais e povoados. Já o espaço preexiste a ação humana, sendo um local de possibilidades no qual um projeto expresso por uma representação revela um território ou um local de relações. Assim, a regionalização do espaço torna-se uma produção com base em ações e comportamentos, que supõem a apropriação de códigos prontos que, por sua vez, transformam o espaço no local das relações sociais específicas a um projeto de território.

Para Raffestin,

(...) toda forma de territorialização traduz em seu cenário a imagem da ação humana e seu projeto de ocupação do espaço. A esta ocupação do espaço, segue-se sua organização estabelecida em cadeias de poder. A distribuição e localização dos indivíduos e grupos em um determinado espaço produzem pontos diversos (povoados, cidades), que possuem uma interação política, econômica e social resultante do sistema de redes. Esse sistema, desenvolvido no espaço, constitui o território sob o qual se articula o poder¹⁴⁷.

Contribuindo com as análises de Raffestin, Marcelo José Lopes de Souza (2012)¹⁴⁸, afirma que o Território é como um espaço, um conjunto de sistemas de objetos e ações que se envolvem e são marcados por relações de poder:

O território, (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (...) o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Esse Leitmotiv traz embutida ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?¹⁴⁹.

¹⁴⁶ RASFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

¹⁴⁷ Idem, p. 82.

¹⁴⁸ SOUZA, Marcelo J. L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

¹⁴⁹ Idem, p. 78-79.

Importantes considerações foram colocadas por Milton Santos (2005)¹⁵⁰ acerca da dialética na problemática e na compreensão das relações espaço/território posta através do poder. Para Santos, o espaço constitui-se como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, onde o processo de produção e circulação se relaciona, dentro desse mesmo espaço. Dessa forma, o Espaço é visto como,

(...) formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada de objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico¹⁵¹.

Nessa perspectiva, o conceito de Espaço se amplia para o conjunto de materiais dispostos no ambiente, podendo ser naturais ou construídos pelo homem artificialmente. O Espaço é caracterizado por um sistema de objetos, que se relacionam entre si, onde o homem domina e promovem modificações que são materializações dessas relações. Por isso, territorializar o espaço, passa pela perspectiva de que as relações, tanto de poder como sociais, estão inseridas na sociedade que habita um determinado espaço (território). Caracterizar essa relação não significa reduzir a complexidade do conceito em questão com o intuito de obter uma simples definição, e nem poderia, pois na abordagem geográfica, o conceito de Território não é monossêmico¹⁵².

Uma dessas vertentes de análise do Território, segundo Rogério Haesbaert¹⁵³ (2007), considera que o vínculo do homem com o espaço ocupado remete ao conceito de identidade cultural, esta que se efetiva, somente quando se torna elemento central para a identificação e ação política de um grupo social e este, de alguma forma se identifica como membro de um espaço e de uma sociedade comum. Haesbaert considera que a territorialidade leva em conta tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a

¹⁵⁰ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed, 17ª Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

¹⁵¹ Idem, p. 63.

¹⁵² Haesbaert considera três vertentes de análise do Território, cada uma com suas especificidades em relação ao processo de apropriação do espaço. Ver: HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e Globalização. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: Ano 1 – Nº 1: 15-39, 1999

¹⁵³ HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). in: Araújo, F.G.B; HaesBaert, R. **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: access, 2007. p.33-57.

um dado território. O território é para aquele que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação expressiva do espaço portador de significados e relações simbólicas¹⁵⁴. Maura Penna (1992)¹⁵⁵ também traz algumas discussões sobre identidade cultural quando interroga sobre o sentido de ser nordestino. Para a autora, umas das possíveis configurações dessa identidade se manifesta na convivência com o lugar, com o território. Laços de identidade se despontam com o lugar, contudo, tais laços não são únicos e sim múltiplo de percepções.

A identidade dá sentido ao território e delinea as territorialidades, que por sua vez, pode definir uma relação individual ou coletiva ao território, que se apoia sobre as paisagens e revela uma etnogeografia¹⁵⁶ sertaneja. Ao tratarmos do sertão baiano nos referimos a um território multiescalar, aberto para acolher a diversidade de combinações espaciais que tecem as sociedades com a experiência individual na superfície terrestre. Um território dotado de historicidade caracterizada por seus ritmos específicos. Ao debruçarmos sobre a identidade sertaneja, nessa pesquisa sobre Itaberaba, notamos que as heranças sociais, culturais e étnicas desses sertanejos da caatinga¹⁵⁷ são manifestadas nas diversas formas de reconhecimento e utilização das várias vegetações, no uso da terra, em rituais e festas organizadas pelas pessoas da/na caatinga e por aspectos políticos.

Os geógrafos têm elaborado uma série de estudos sobre os sertões, seus lugares, suas paisagens e seus símbolos com uma dinâmica singular. Os estudos tratam da cultura dos currais e a política sertaneja¹⁵⁸, os saberes dos camponeses do sertão¹⁵⁹, dá ênfase as paisagens, tratam

¹⁵⁴ ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005. 103-114.

¹⁵⁵ PENNA, Maura. O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

¹⁵⁶ A Etnogeografia constitui, pois, o conjunto de saberes - fazeres vernaculares de um grupo. É um termo polissêmico e essa polissemia foi evidenciada nos diversos estudos realizados, sejam aqueles que abordam os indivíduos sejam os que estudam o grupo. Almeida aponta que a Etnogeografia “busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo”. Ver: ALMEIDA, Maria Geralda. Uma Leitura Etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Ângelo (Org.) Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: Edufba, 2008, p. 313-336.

¹⁵⁷ Sem querer construir uma tipologia identitária do sertanejo, estudos foram realizados com o intuito de identificar os perfis sertanejos. São quatro os principais grupos identitários: os cerradeiros e/ou geraizeiros, os caatingueiros, os barranqueiros e vazanteiros e irrigantes modernos. Levando em conta que são traços gerais, o propósito é evidenciar a diversidade dos sertanejos e o risco ao se fazer uma leitura e um discurso sobre os sertões, considerando-os como uma sociedade, uma paisagem e um território único. Ver: ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidades Paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. in. ALMEIDA, M.G, CHAVEIRO, E.F., BRAGA, H.C. **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: ed. Vieira, 2008, p. 47-74.

¹⁵⁸ Sobre o tema cito como exemplo o trabalho de AZEVEDO, Francisco F. **Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no Sertão Potiguar**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

¹⁵⁹ A exemplo da pesquisa de OLIVEIRA, Alexandra M. Camponeses tecendo saberes no sertão: o uso comum das terras soltas. in: SILVA, José B. et alii (orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: expressão gráfica, 2006, p. 95-106.

da dimensão cultural e das populações tradicionais, por exemplo. Grande parte desses trabalhos tratam os “sertões” como uma representação cultural¹⁶⁰,

leitura elaborada da realidade, constituída do real, dos próprios lugares físicos e também, talvez principalmente, da memória de um processo de transformação da paisagem, com todos os conflitos ocorridos na concreta “reocupação” espacial do chamado “sertão”. Sendo assim não existem limites rígidos determinando onde começa e acaba o sertão, mas linhas que se movimentam conforme as circunstâncias. O sertão foi território que se expandiu e se contraiu. São, portanto, vários os sertões¹⁶¹.

Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que os elementos constitutivos de um campo em que natureza e sociedade se articulam formam um universo unitário, no qual se elaboram múltiplas heterogeneidades. Assim, o habitat e a paisagem de cada sociedade não são necessariamente determinados pelas condições naturais do solo, do clima ou da vegetação, mas resultam de um conjunto de elementos sociais, políticos e culturais. Esses dispositivos atuam simultaneamente como forças de coesão e de fragmentação, pois, ao mesmo tempo, em que consolidam territórios nos sertões, também contribuem para sua diferenciação interna, tornando-os múltiplos e diversos. Por isso que no caso dos sertões, a presença de identidades plurais constituiu um elemento estruturante desse processo de formação territorial e simbólica¹⁶².

Analisando o espaço como território no qual se articula o poder, Ellen Woortmann (1970)¹⁶³ considera que a terra não é somente uma unidade de produção, mas um local carregado de valores simbólicos, intimamente relacionado ao parentesco, que garante controle e equilíbrio para as famílias. A autora considera que as alianças firmadas com base na terra tinham o objetivo de torná-la indivisa para que fosse passada de geração a geração, permanecendo nas mãos da mesma família. A propriedade que fica na família, adquire um valor social ligado ao princípio da descendência, ou sucessão. Tal valor é expresso pela noção de indivisão, pois a família também é um patrimônio, “e este não é apenas uma materialidade, mas igualmente uma sacralidade”¹⁶⁴. Por isso, muitas famílias ao se fixarem em determinados espaços, iniciaram uma endogamia de lugar, que não resultou do isolamento geográfico, mas

¹⁶⁰ ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

¹⁶¹ Idem, p. 28.

¹⁶² ALMEIDA, Maria Geralda. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 313-336.

¹⁶³ WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, Brasília: EdUnb, 1995

¹⁶⁴ Idem, p. 132.

de uma estratégia de casamento com parente ou aliados a fim de minimizar os efeitos da partilha da terra.

As famílias em Itaberaba possuíam, em seu processo de adaptação ao espaço sertanejo, lógica e dinâmicas próprias, utilizando frequentemente o recurso de alianças e transações. Para elas, o patrimônio familiar não possuía somente valor material, mas também moral e afetivo. Qualquer que fosse o patrimônio, uma fazenda, empresa, comércio, gado, era considerado um bem indissolúvel, associado a todo um complexo de sentimentos e simbologias. Patrimônio estes que eram fundamentais para a perpetuação das estruturas de poder e que para mantê-los, partia-se para a estratégia de casamentos dentro do próprio grupo dos grandes proprietários, como um caminho para sua integridade. Em um período histórico em que a posse de terra era fator preponderante para o *status* familiar, a estratégia matrimonial visava a conservação dos bens de raiz, somando-os aos da esposa, gerando o estreitamento de laços políticos dentro do próprio grupo.

A união do projeto territorial familiar e a articulação de alianças são as bases da formação social da Região de Itaberaba. Nessa lógica, era vantajoso pertencer a um grupo familiar que mantinha o poder a nível local. A ideia de território também estava ligada a noção de limite, os traçados que determinavam os espaços de atuação dessas famílias. A ação desse grupo (família) gera a delimitação do espaço. Tal ação é sempre ordenada por um objetivo, este também caracterizado como uma delimitação em relação a outros possíveis objetivos. Delimitar é manifestar um poder numa área precisa. No caso da família extensa Mascarenhas, por exemplo, seu poder estava demarcado aos distritos onde seus membros dominavam territorialmente, através da posse de grandes propriedades. Dessa maneira, a relação dos homens com o território é triangular e intermedia as relações dos homens entre si.

Assim, a hierarquia das famílias estava baseada no domínio de espaços públicos, como cargos municipais, bem como o controle do território. A vizinhança nos antigos distritos municipais era formada basicamente por parentes consanguíneos ou de afinidade, membros da família Mascarenhas somados a outros grupos que se formaram a partir de diversos sobrenomes. Temos que, nesse contexto de expansão de Itaberaba nos anos de 1940, o termo território não se refere apenas ao solo, ou aos recursos, mas principalmente ao tipo de cultivo posto em prática, às modalidades de propriedade, aos sistemas sociais que se basearam de acordo com um modelo de família e parentesco. O sentido de territorialidade ligou-se às instituições sociais, como a família. As relações dos homens entre si e destes com o meio desenvolveram um sentimento de identidade, de pertencimento das famílias com o território sertanejo.

A análise da relação entre família e território no sertão baiano revela que os vínculos de parentesco constituem um dos principais eixos de organização social, política e econômica. A posse e a transmissão da terra, mais do que um simples recurso material, funcionam como elementos simbólicos de permanência, legitimidade e prestígio, assegurando às famílias o controle sobre espaços estratégicos e sobre as populações locais. Assim, o território não deve ser compreendido apenas como suporte físico da vida social, mas como uma construção histórica, continuamente ressignificada pelas práticas familiares de dominação, solidariedade e articulação política.

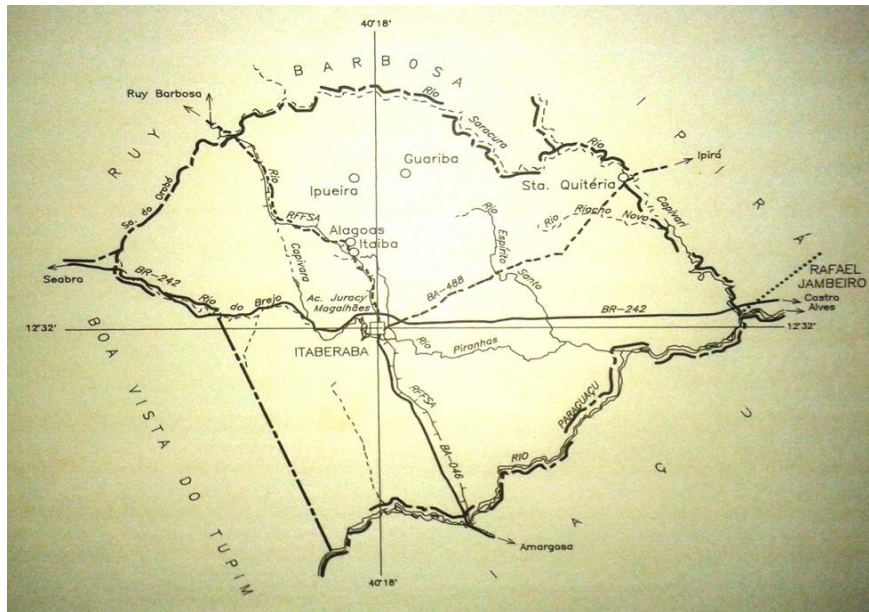
O caso de Itaberaba demonstra que a territorialização das famílias no sertão baiano não se restringiu à posse física da terra, mas envolveu um conjunto complexo de práticas políticas, jurídicas e econômicas que sustentaram a reprodução social. Ao mesmo tempo em que asseguraram prestígio e poder local, tais processos de apropriação territorial inseriram o sertão em circuitos mais amplos de relações regionais e estaduais, revelando a centralidade da família como mediadora entre a dimensão local e o espaço político mais abrangente. Assim, compreender a relação entre família e território na Bahia dos anos 1950 implica reconhecer que a paisagem sertaneja foi continuamente moldada por disputas familiares, alianças políticas e pela capacidade de adaptação das elites locais às transformações impostas pela modernização e pela presença do Estado.

Chegamos a Itaberaba do século XX, um município que apresentava um cenário em processo de construção, se observarmos as transformações no espaço urbano e nos processos sociais, decorridos desde as primeiras referências ao seu surgimento no século XVII. Este cenário foi apresentado anteriormente em trabalhos de historiadores conterrâneos: Fernanda de Souza Lima (2014) na dissertação intitulada “*Entre o Público e o Privado: relações de gêneros nos processos de desquite e Divórcio no município de Itaberaba/BA (1950-1980)*”, o livro de Alcides de Jesus Lima (2016), “*Da usina de luz à energia elétrica de Paulo Afonso: modernização e eletrificação urbana em Itaberaba/BA (1938/1971)*” que aborda aspectos do processo de modernização de Itaberaba a partir da chegada da luz elétrica entre os anos de 1938 a 1971 e o trabalho de conclusão de curso de Franciny da Silva Boaventura (2013), “*Penna, papel e tinta*”: *Jornal O Itaberaba, cultura letrada e os ideais de modernização (1926-1936)*”. Obras que possibilitaram o contato com aspectos singulares de Itaberaba e são fundamentais para a escrita do tópico a seguir.

2.1 O cenário: Itaberaba de meados do século XX

De perto ao pisar o solo itaberabense, logo aos primeiros passos, encaminhando-se para ela, o observador recebe a impressão exata de estar numa atmosfera de progresso e de prosperidade. Tudo quanto começa a ver, então, prende-lhe a atenção e atesta o grau de adiantamento em que se vive nesse meio social¹⁶⁵.

Figura 3 – Mapa da Localização de Itaberaba



Fonte: BAHIA. **Informações básicas dos municípios baianos; Região do Paraguaçu**. Salvador: Centro de Estatísticas, informações, 1994, p. 399.

Os geógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizaram na década de 1940, a primeira divisão regional da Bahia¹⁶⁶, processo de regionalização interna do estado com base nas semelhanças dos aspectos naturais entre os municípios, sem levar em consideração os fatores de ordem socioeconômicos¹⁶⁷. Nesse momento, criam-se as chamadas zonas fisiográficas no estado, entre elas a Zona da Mata do Orobó, da qual faz parte os municípios de Itaberaba, Ruy Barbosa, Baixa Grande, Macajuba, Mairi e Mundo Novo. Logo após, em 1950, todos estes municípios citados foram incluídos na recém-criada Zona da Encosta da Chapada Diamantina, em função da extinção das Matas do Orobó. Os municípios de Jacobina, Miguel Calmon, Piritiba e Ibiquera também foram integrados à Encosta da Chapada Diamantina, visto que a zona de Jacobina fora extinta nesse mesmo período¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Relatos sobre Itaberaba em TEIXEIRA, Leopoldo. **Aquarelas de Itaberaba**. Feira de Santana: Pap. Silva & Irmão, 1945, p. 12.

¹⁶⁶ Sobre o assunto ver: GUIMARAES, Fábio Macedo Soares. **Divisão Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1942.

¹⁶⁷ IBGE. **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968**. Rio de Janeiro, 1970, p. VIII.

¹⁶⁸ Os municípios de Piritiba e Ibiquera foram criados nos anos 1950. Portanto, apenas Jacobina e Miguel Calmon pertenciam a Zona de Jacobina.

Novos critérios foram adotados pelos técnicos do IBGE em relação a divisão dos estados brasileiros, no final da década de 1960, substituindo as zonas fisiográficas pelas microrregiões. Nessa nova abordagem, prevaleciam fatores de ordem social e econômico desprivilegiando uma análise a partir da observação dos aspectos naturais colocados anteriormente. A partir desses novos parâmetros, criou-se em 1968 a microrregião do Piemonte da Diamantina, composta dos municípios que se assemelhavam economicamente¹⁶⁹. A principal característica dos municípios dessa região era a expansão dos pastos cultivados e a intensificação da pecuária. Entre as cidades da microrregião do Piemonte da Diamantina, Jacobina ocupava o posto de maior centro urbano em 1970.

Itaberaba vivenciou algumas transformações demográficas no período estudado. Acompanhando o crescimento urbano verificado em toda Bahia, a cidade apresentou uma taxa de crescimento demográfico superior aos 116% no decorrer da década de 1940, não havendo declínio populacional até 1957. O decréscimo populacional notado no final da década de 1950 e início dos anos 60, tem relação com a autonomia política de alguns distritos¹⁷⁰ e com a Grande Seca em 1950. Nesse sentido, mesmo a população absoluta e rural se modificando em sentido decrescente, a população urbana se alterou no sentido inverso, gerando vários problemas na cidade. Na Bahia, até 1970, o quadro demográfico era semelhante, afinal a população urbana baiana ainda não havia superado a população rural.

Itaberaba apresentava uma estimativa populacional de aproximadamente 33,897 mil habitantes no ano de 1940, incluindo os distritos de Ibiquera e Boa Vista do Tupim. Em 1950, o censo Demográfico apontou que dessa estimativa, somente cerca de seis mil habitantes residiam no perímetro urbano, num conjunto formado por 1500 casas¹⁷¹. A partir da segunda metade do século XX, as alterações no cenário urbano somaram-se as mudanças na divisão territorial e administrativa do município que levaram ao desmembramento de terras e à constituição de novos distritos, como o de Brejo Novo (1953), Ibiquera (1958) e Boa Vista do Tupim (1962), o que tornou Itaberaba, em 1963, distrito sede dos municípios mencionados.

O município estava inserido num cenário bastante diferente do que era no início do século XX, quando ainda apresentava um típico panorama agrário. Naquele momento, sob influência dos discursos de modernização, Itaberaba vivenciou uma série de modificações tanto

¹⁶⁹ Como já dito anteriormente, A Microrregião Piemonte da Diamantina incluía dezesseis municípios: Baixa Grande, Boa Vista do Tupim, Caém, Ibiquera, Itaberaba, Jacobina, Lajedinho, Macajuba, Mairi, Miguel Calmon, Mundo Novo, Piritiba, Ruy Barbosa, Serrolândia, Tapiramutá e Várzea do Poço

¹⁷⁰ Dados disponíveis em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de jan. 2024.

¹⁷¹ IBGE: Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Censo Demográfico de 1950. Série Regional. Vol. XX, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1955. In: LIMA, Alcides de Jesus. **Itaberaba: transformações urbanas e luz elétrica (1938-1971)**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba, 2012, p. 21.

no espaço urbano como nas práticas socioculturais, a exemplo da implementação da luz elétrica, a canalização da água, o alargamento das ruas, a construção de praças e novas vias públicas, além da chegada de serviços antes inexistentes na cidade, tais como agências bancárias, correios, cineclubes, dentre outros. Nesse cenário de transformações, alguns eventos são importantes: a criação do primeiro jornal da cidade, *O Itaberaba*, em 1926, a fundação da sociedade Filarmônica Maestrina Silvani (1927), instalação dos primeiros serviços de energia elétrica (1938), a criação do Clube Social de Itaberaba (1946), a inauguração do Ginásio de Itaberaba (1953) e a implementação do serviço de água encanada (1958). Esses eventos foram responsáveis pelo estabelecimento de novas práticas sociais, novos elementos na vida da cidade e mudanças de hábitos que impactaram na vida privada dos moradores.

Em Itaberaba, o progresso apresentou seu primeiro sinal com a chegada do telégrafo em 1910, segundo a percepção do vereador Francisco Serra posta em um dos seus discursos na Câmara Municipal em 1961¹⁷². Segundo o vereador, alguns outros elementos se referiam aos projetos de progresso em Itaberaba como o surgimento do jornal *O Itaberaba* na década de 1920, responsável pela difusão das ideias de civilidade na cidade e a inauguração da estação ferroviária da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB). Fabiana Machado (2009)¹⁷³ afirma que

com a chegada da ferrovia, em 1º de outubro de 1926, as cidades se integraram a várias regiões do estado, inclusive Salvador. Outras duas estações foram construídas no interior do município posteriormente: as estações de Itaíba e da Capivara, inauguradas em 1928 e 1951 respectivamente¹⁷⁴.

Francisco Serra pontuou que a chegada da ferrovia em 1926 também havia gerado a expectativa de progresso urbano¹⁷⁵. Em outro pronunciamento, ele assegura que outros elementos de transformações somaram-se as intervenções no traçado físico da cidade.

Em 1938, instala-se a luz elétrica na gestão de Plínio Mata Pires. Veio a administração de Almir Mata Pires com melhoramentos como seja a Praça J.J. Seabra. Surge a administração do Dr. Renato Cincurá, época em que chega o

¹⁷² O vereador Francisco Serra destacou num dos seus pronunciamentos de 1961, que a cidade havia experimentado em 1910, o seu “primeiro surto de progresso.” Na época desta declaração, Francisco Serra havia deixado a União Democrática Nacional (UDN) e se filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tal agremiação política fazia oposição ao prefeito Josué Ribeiro (1959-1962). Arquivo da Câmara de Vereadores de Itaberaba – ACMI. Livro de Atas, 14 de outubro de 1961.

¹⁷³ Alguns estudos abordam as relações entre ferroviárias e cidade na Bahia no século XX. Para as relações entre ferrovias e cidade, ver: SILVA, Fabiana Machado. **O Trem das Grotas: a ferrovia leste brasileira e seu impacto social em Jacobina (1920-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

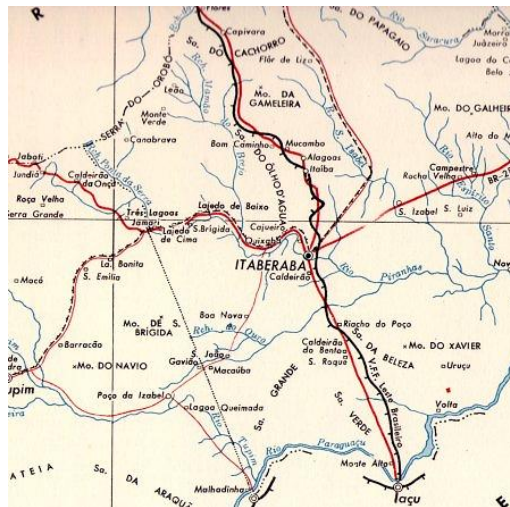
¹⁷⁴ Idem, p. 121.

¹⁷⁵ ACMI. Caixa: 0132. Livro de Atas, de 1960 a 1963, p. 74.

tráfego aéreo e justiça se faça, constroem o mercado municipal e remodela a Praça da Matriz. [...] Justiniano Jacobina de Brito muda o aspecto urbanístico da cidade¹⁷⁶.

Contudo, é importante salientar que o progresso urbano alcançado com a inserção de diversas inovações não foi acessível a todas as camadas sociais, dado ao caráter relativo do progresso como visto nos documentos da época. Tal fato pode ser explicado pela presença quase inexpressiva do Estado da Bahia na oferta de serviços básicos ao desenvolvimento, como os serviços de água e luz, por exemplo. Assim, Itaberaba estava longe de ser inserida em qualquer programa de desenvolvimento econômico expressivo para toda a população até o final da década de 1950. Na Bahia, era Salvador que reunia grande parte dos serviços especializados do Estado, como o Departamento das Municipalidades, um dos principais órgãos responsáveis por auxiliar os municípios da Bahia, sobretudo nas questões ligadas ao planejamento urbano. Por depender deste órgão para desenvolver as modificações no município, a cidade enfrentava processos demorados e longos de mudanças urbanas.

Figura 4 – Mapa dos anos 1950 mostra a linha passando pelo município de Itaberaba



Fonte: IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. VII, 1960.

Ainda na segunda metade do século XX, a Bahia era um estado predominantemente rural, com exceção da capital e alguns poucos núcleos litorâneos que gozavam de certa urbanização se comparados a outros centros urbanos do interior¹⁷⁷. Na primeira metade do século passado, as cidades do interior conservavam aspectos tipicamente rurais e o crescimento

¹⁷⁶ ACMI. Caixa: 0132. Livro de Atas, 14 de outubro de 1961.

¹⁷⁷ Os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizados entre 1940 e 1970, são reveladores do crescimento urbano no Estado da Bahia, especialmente no interior.

demográfico ainda não era aspecto suficiente para ampliação das estruturas urbanas. Somente no contexto das políticas intervencionistas do governo baiano, gestadas na década de 1950, é que notamos um processo de gradativas mudanças urbanas.

Em Itaberaba, tais mudanças chegaram acompanhadas de um discurso de modernidade em defesa da instalação de luz elétrica e da exclusão dos hábitos e práticas consideradas não civilizadas. A partir do início da década de 1940, os líderes políticos elencaram um conjunto de medidas proibitivas com o objetivo de impedir uma infinidade de práticas consideradas antiurbanas – a criação de animais no espaço urbano, estender roupas nos logradouros públicos, colocar objetos domésticos nas portas, janelas ou varandas, expor carnes, couros e peles para secagem ou arejamento no espaço público. O Código de Posturas publicado em 1955, condenava e punia várias outras práticas que contrariavam a concepção de cidade civilizada¹⁷⁸.

O modo de circulação pela cidade também foi afetado, com destaque para a maneira de se locomover pelos logradouros, expresso no artigo 91º do Código de Posturas: “no trânsito pelos passeios, os transeuntes deverão guardar a sua direita dando a esquerda aos que se dirigem em sentido contrário”¹⁷⁹. Segundo Alcides Lima (2016)¹⁸⁰,

(...) Essa política de transformação dos hábitos do cotidiano da sociedade no espaço público se constitui, desse modo, numa das etapas necessárias ao processo de civilização urbana. Os termos “cidade civilizada”, “foros de cidade civilizada” e “progresso” aparecem com frequência no discurso local da época. Esses termos são recorrentes quando foi proposta a reforma dos logradouros públicos e, principalmente, durante as crises na iluminação pública. O descumprimento das posturas municipais por parte dos habitantes também levou ao uso de tais expressões pelas autoridades locais¹⁸¹.

Motivados pelo ideal de progresso, as elites urbanas, especialmente os chefes do poder político agiram no sentido de modificar a cidade. As preocupações giravam em torno da melhoria dos transportes, da comunicação, do abastecimento de água, embelezamento do espaço urbano e instalação de luz elétrica¹⁸². Elementos que nem sempre correspondiam aos ideais da cidade sonhada pela maioria da população, mas que segundo a lógica de certos setores da sociedade, eram sinônimo de progresso. Os processos de remodelação urbana e as mudanças

¹⁷⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Itaberaba (ACMI). Caixa: 0320. Código de Posturas. Lei nº 102 de, 10 de novembro de 1955, p. 88-89.

¹⁷⁹ ACMI. Caixa: 0320. Livro de Leis. Código de Posturas. Lei nº 102 de, 10 de novembro de 1955, p. 89.

¹⁸⁰ LIMA, Alcides de Jesus. **Da usina de luz à energia elétrica de Paulo Afonso: modernização e eletrificação urbana em Itaberaba/BA (1938/1971)**. Salvador: Saggá, 2016.

¹⁸¹ Idem, p. 19.

¹⁸² SAES, Alexandre Machionne. Vida urbana e capitalismo na modernização de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo na transição para o século XX. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

nos hábitos do cotidiano eram sinônimos de progresso. E esta era a palavra de ordem das elites políticas, econômicas e intelectuais para intervir e reconfigurar o espaço urbano.

A consolidação da cidade civilizada era o ideal dos dirigentes políticos e da elite local de Itaberaba. Essa elite era composta por profissionais liberais, funcionários públicos, negociantes, comerciantes e os religiosos. Deste grupo saíram os representantes políticos do município, sobretudo os prefeitos. Segundo Epitácio Cerqueira (2003), entre 1928 e 1971, quase todos os prefeitos tinham formação superior, com destaque para a engenharia, direito e medicina¹⁸³. Além de deter o poder político, esses indivíduos integravam o grupo intelectual¹⁸⁴ de Itaberaba e que refletiam sobre como modernizar a cidade. Juntamente com os chefes do Executivo Municipal, o jornalista Roque Fagundes¹⁸⁵, proprietário do jornal *O Itaberaba*, foi um dos principais intelectuais da cidade que exerceu relevante papel no contexto de propagação das ideias de progresso.

O jornal *O Itaberaba*, sob a direção de Roque Fagundes, participou da difusão das medidas de modernização, se posicionando contra os habitantes que mantinham hábitos diversos daqueles que eram considerados como adequados ao mundo urbano¹⁸⁶. A ideia de cidade civilizada, que estava muito mais ligada ao imaginário das elites políticas e intelectuais do que ao cotidiano, também se constituiu num meio de convencer as autoridades políticas do estado da necessidade de se introduzir determinados melhoramentos em Itaberaba. Afinal, uma cidade em processo de civilização, necessitava tanto da exclusão das práticas contrárias ao progresso urbano quanto da introdução de novos benefícios urbanos.

Os ideais de modernização, procedentes do Rio de Janeiro e das grandes capitais, na Primeira República, foram espalhados pelo interior do país, inclusive em Itaberaba, por meio das notícias divulgadas na imprensa local, a exemplo do *O Itaberaba*, que traziam matérias, incentivando a educação, a inclusão de novas normas sociais, bem como a organização da cidade¹⁸⁷. Assim, *O Itaberaba*, ditava normas e padrões condizentes com uma sociedade

¹⁸³ CERQUEIRA (2003), op. cit.

¹⁸⁴ Na concepção de Antônio Gramsci, “o intelectual se define não apenas pelas suas qualificações de caráter intelectual, mas pelas relações sociais que caracterizam sua posição num determinado contexto.” O autor prossegue afirmando que “todos os homens são intelectuais [...], mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectual.” GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e organização da cultura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1928, p. 7.

¹⁸⁵ Roque Fagundes de Souza além de jornalista e proprietário do Jornal *O Itaberaba*, era também pecuarista e Tabela de Notas. A leitura do seu periódico evidencia seu alinhamento com o poder público municipal. *O Itaberaba* foi o único periódico que circulou no município no período dessa pesquisa, tendo circulado entre 1926 e 1954. Núcleo de História Local/Centro de Documentação da UNEB Campus XIII (NHL/ CEDOC).

¹⁸⁶ Analisei as edições que circularam entre 1949 e 1954. O período anterior foi analisado por Franciny Boaventura em Trabalho de Conclusão de Curso. Consultar: BOAVENTURA, Franciny da Silva. **“Penna, papel e tinta”**: jornal *O Itaberaba*, cultura letrada e os ideais de modernização (1926 – 1936). Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba/BA, 2013.

¹⁸⁷ BOAVENTURA (2013), op. cit., p. 18.

civilizada, principalmente por possuir aspectos de uma cultura letrada. Esses novos hábitos e comportamentos, inseridos no “*Torrão Baiano*”, segundo Franciny Boaventura, influenciavam na instrução escolar dos indivíduos, alçando o domínio da cultura letrada a sinônimo de dignidade para uma sociedade moderna¹⁸⁸.

Além da intelectualidade que se organizava em torno do jornal *O Itaberaba*, os médicos tiveram uma considerável importância no processo de construção de uma nova cidade. Em 1920 chegaram em Itaberaba os primeiros médicos. Entre esses, destaco o Dr. Prisciliano Leal que se tornou chefe do Posto de Higiene, juntamente com o Dr. Augusto Saraiva que chegou à cidade quando da visita ao município do Governador Góes Calmon¹⁸⁹. *O Itaberaba* registrou um discurso do médico Augusto Saraiva acerca as medidas de transformação da cidade, inclusive no que diz respeito a saúde pública:

O Sr. Doutor. Antônio Saraiva, médico chefe do posto de saúde da cidade, nos comunicou ter feito um aviso a quantos possam interessar, de que o bem da saúde do povo, dava o prazo de 8 dias para serem retirados todos os suínos existentes no perímetro urbano dessa cidade, pois a manutenção dos mesmos ameaça a saúde pública. Saa. Espera que todos contribuam para a realização de tão necessária medida cautelatória a saúde do povo. Nós da imprensa que desejamos o bem-estar de todos, também solicitamos de quantos tenham porcos nos quintais, em chiqueiros e nas ruas que os retirem com presteza atendendo do aviso da autoridade sanitária¹⁹⁰.

Saraiva exerceu o cargo de chefia da saúde do município por 20 anos e foi vereador entre as décadas de 1950 e 1960¹⁹¹. Esses médicos foram bastante atuantes na década de 1940 e contribuíram substancialmente com a política de higienização da cidade e o combate às práticas de cura ou curandeirismo¹⁹², que são perceptíveis quando lemos as medidas tomadas pelo médico que se relacionava apenas a ideia de transformar a aparência da cidade, mas sobretudo, pela urgente necessidade de cuidar da saúde da população por motivos relacionados as doenças que estavam se alastrando pelo município.

¹⁸⁸ BOAVENTURA (2013), op. cit., p. 18.

¹⁸⁹ Francisco Marques de Góes Calmon, nasceu em Salvador no final do século XIX, filho de Antônio Calmon du Pin e Almeida e de Maria dos Prazeres de Góes Calmon, e casado com Maria Julieta Maia de Góes Calmon, com quem teve 10 filhos. Ele foi jurista, economista, banqueiro, professor e político, atuando como Governador da Bahia no período de 1924 a 1928. Ver: CALMON, P. Vida; Governadores do Estado da Bahia; MEIRELES, E. J. J. Seabra; MELLO, A. Cartilha; **Revista da Fundação Pedro Calmon**, ano 6, n. 6, 2001, p. 187-195.

¹⁹⁰ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal *O Itaberaba*, 1954.

¹⁹¹ ACMI. Caixa: 0132. Livro de Atas, de 1953 a 1955, p. 53.

¹⁹² Sobre as práticas de cura em Itaberaba, ver: SANTOS, Sirlene Souza. **Jogo pela sobrevivência: estratégias de curas em Itaberaba/BA (1930-1960)**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba-BA, 2013.

As movimentações econômicas se intensificaram com a chegada das agências bancárias Banco Econômico da Bahia, em 1944, e o Banco do Brasil, em 1947. Em 1956, instalou-se o Banco da Bahia, o que levou ao autor de um artigo do IBGE publicado na Revista dos Municípios Brasileiros em 1957, afirmar que Itaberaba “estava em franco desenvolvimento.”¹⁹³. A instalação das agências foi de extrema importância para o funcionamento das atividades econômicas, afinal, anteriormente, era o Departamento das Municipalidades quem intermediava os empréstimos entre os governos locais e as agências de crédito e a contratação de alguns empréstimos repassados à prefeitura.

A fundação em 1946 do *O Clube Social de Itaberaba* que funcionava como uma instituição social e recreativa, com apoio das famílias itaberabenses, que pertenciam, principalmente, à classe média da cidade, favoráveis a propagação dos novos hábitos vivenciados no século XX, foi motivo de agitação. Entendendo que a municipalidade também se preocupava com o desenvolvimento sociocultural da cidade, em 1951, o município destinou cerca de quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 40.000,00) para auxiliar na construção do prédio que iria sediar o clube¹⁹⁴. O novo prédio, construído na Avenida Rio Branco, era sinônimo de modernidade, afinal, era nessa avenida que estavam instalados os principais pontos comerciais da cidade, como a Agência do Banco do Brasil.

A avenida Rio Branco era extensa. Iniciava-se com a praça J.J Seabra, espaço público, local frequentado por jovens, moças e rapazes com a finalidade de socialização. Segue-se na extensa avenida, os prédios da Câmara Legislativa e da Prefeitura Municipal, a sede do Clube Social de Itaberaba, o Banco do Brasil e o Cine Teatro. A avenida finalizava com a estação ferroviária da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. A Praça J. J Seabra apresentava a dinâmica do movimento típico da rua e a estrutura social do lugar, reproduzindo uma esfera de significados na qual a sociedade itaberabense poderia ser lida, compreendida. A imagem abaixo registra as mudanças transcorridas na Praça J. J Seabra com o intuito de atender aos novos ideais de embelezamento da cidade.

¹⁹³ ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XX Volume. Rio de Janeiro, 1958, p. 297.

¹⁹⁴ APMRFS. Caixa: 1070, série: mensagens. Mensagem aos vereadores de 17 de maio de 1951. In: LIMA (2016), op. cit., p.35.

FIGURA 5: Praça J. J. Seabra no ano de 1958

Fonte: <http://www.portalitaberaba.com.br>

O novo cenário urbano que se apresentava, revelava as experiências singulares de indivíduos e famílias, impactadas pelas transformações que vão desde o florescimento da economia, à decadência agrária, tendo como consequência a migração campo – cidade, além das interferências nas experiências socioculturais do cotidiano. Transformações que atravessaram as diversas formas de comportamento da vida privada, que geraram mudanças de maneira não tão simples, sobretudo em termos de apropriação de novas práticas que rompessem com os valores tradicionais.

A introdução da eletricidade possibilitou a inserção de outras novidades em Itaberaba que, ao lado da imposição de novos hábitos pelos dirigentes políticos, já citados anteriormente, e mesmo com a não incorporação desses por parte de alguns habitantes, contribuíam para fortalecer a ideia de cidade civilizada. A energia elétrica e os novos hábitos são elementos que começaram a integrar o cotidiano cidadão. Mesmo sendo um benefício restrito a poucos, a energia elétrica gerou intervenções no espaço público motivadas, sobretudo, pelo poder municipal.

Segundo Alcides Lima (2016),

Em Itaberaba, os moradores foram proibidos de acender fogueiras no leito das ruas em função dos melhoramentos tanto na cidade como nas vilas do município que possuem calçamento ou rede de energia elétrica. As normas alcançavam o interior do município que também entrava nos discursos do progresso. As vilas de Tupim e Ibiquera também seriam inseridas no universo da luz elétrica. Em 1948, o prefeito Almir Mata tentou levar energia elétrica para Ibiquera. Mas, a prioridade estava direcionada para a cidade de Itaberaba, ficando essas vilas num plano secundário. Em 1953, o prefeito udenista Renato Cincurá retomou o projeto de eletrificar Ibiquera¹⁹⁵.

¹⁹⁵ LIMA (2016), op. cit., p. 39.

Para o autor, eletrificar as vilas não era incomum na Bahia, pois em 1950, vários municípios já tinham esse melhoramento nas suas áreas suburbanas. A instalação da energia elétrica e o abastecimento de água não eram discursos isolados de ideais de progresso. Em vários centros urbanos, essa ideia também era uma realidade e a eletricidade era vista como sinônimo de modernidade. Mesmo que em Itaberaba, alguns indivíduos possuíssem geradores elétricos próprios, não se exclui o papel simbólico da iluminação e mesmo da energia elétrica no contexto de modificações que aos poucos foram limpando o cenário da iluminação a gás e dos candeeiros. E mais, o autor deixa claro que as disputas políticas locais ou mudança de lideranças políticas, poderiam afetar os projetos de instalação. Uma derrota eleitoral do grupo vencedor da eleição municipal numa determinada vila, por exemplo, podia privá-la de determinados melhoramentos, inclusive da instalação da luz elétrica.

Com relação a aspectos da economia local, observa-se que as atividades econômicas praticadas na zona rural e urbana ainda não estavam nítidas na cidade, pois a cidade conservava muitos aspectos rurais, embora desde a década de 1930 já houvesse posturas proibindo a criação de animais e outras práticas eleitas como incivilizadas no perímetro urbano. Em 1940, o jornal *O Itaberaba*, publicou uma nota a respeito da situação econômica do município,

É promissora a situação econômica. Afora as épocas atingidas pelas grandes secas que tudo dizima como é natural, nota-se que atravessamos certo ânimo nos centros comerciais e agropecuário, observando-se, sobretudo a extraordinária produção de mamona, cereais, coco de ouricuri, produto bastante procurado para a extração do óleo destinado a fabricação de sabonetes e lubrificantes; pó de palha do oricurizeiro, sucedâneo da cera de carnaúba; fumo e madeira da construção e exportados em alta escala (...)¹⁹⁶.

O jornal destacou a composição da economia local, elencando os principais itens que compunham a produção econômica do município. O comércio era baseado na venda dos produtos agrícolas como a mamona, cereais e fumo e extrativistas, a exemplo do coco e da palha do licurizeiro. Havia um destaque também para a extração de madeira que era utilizada para diversos fins, inclusive na indústria moveleira e na fabricação de carvão vegetal. A produção agrícola era vulnerável as estiagens. Estas não afetavam apenas os camponeses, mas também aos moradores da zona urbana. No começo dos anos de 1950, a Grande Seca¹⁹⁷, teve efeito catastrófico no Nordeste, na Bahia e no município de Itaberaba. Essa estiagem reduziu

¹⁹⁶ NHL/CEDOC. *O Itaberaba*, maio de 1940.

¹⁹⁷ Para saber mais sobre os impactos da seca em Itaberaba, a exemplo da que ocorreu em 1950, ver SANTOS, Quesia Souza. **Memórias da seca de 1932 em Itaberaba-Ba**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba/BA, 2011.

significativamente os rebanhos de gado e estimulou a migração, além de gerar o declínio da produção agrícola e conseqüentemente, a escassez de alimentos no mercado local.

No contexto da Grande Seca de 1950, que se estendeu até dezembro de 1952, itens como feijão, milho e mandioca passaram a vir de outras cidades produtoras para abastecer a população, como ocorrido em 1951 quando o governo municipal enviou a cidade um caminhão de legumes vindo de Jaguaquara. Tais produtos eram vendidos na feira livre sob a supervisão do governo municipal¹⁹⁸. Conforme Alcides Lima (2021), embora a Grande Seca tenha sido longa,

(...) não impediu a manutenção do pensamento que via os melhoramentos urbanos como autênticos símbolos do progresso. Todavia, algumas obras simbólicas foram paralisadas, como a construção da nova sede do Club Social. As dificuldades impostas pela Grande Seca obrigaram ao poder público local a se concentrar também na execução de obras públicas como os açudes e estradas. Essas obras emergenciais se tornaram mais que necessárias para afastar o risco da autonomia político-administrativa do município¹⁹⁹.

A Grande Seca de 1950 apresenta outro aspecto relevante do período que diz respeito a baixa presença do Estado como indutor do desenvolvimento. A ação estatal se fazia sentir principalmente por meio da atuação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), além de programas pontuais de assistência técnica ou perfuração de poços. A falta de políticas públicas integradas para essa região impediu uma modernização efetiva das estruturas produtivas locais. Sendo a mecanização agrícola praticamente inexistente, com a dependência das chuvas a produção agrícola tornava-se totalmente vulnerável à sazonalidade climática.

O periódico local destacava o crescimento urbano e comercial e registrava a multiplicação dos prédios urbanos. Desse modo, a expansão urbana, comercial e mesmo da agropecuária eram alguns dos indicadores do progresso econômico na perspectiva do jornal, mesmo com os anos de estiagem. Nesse sentido, o conjunto de elementos modernos que passaram a integrar o cotidiano da urbe vai gradualmente se impondo sobre a vida agrária local, visto que essa tende a se enfraquecer em meios às medidas de desruralização e do crescimento urbano de Itaberaba.

A ampliação da malha rodoviária também foi vista como fator de progresso urbano. Os discursos locais apontavam tanto para rodovia Bahia- Goiás como para outras rodovias menos expressivas, entre elas as que ligavam Itaberaba às cidades do entorno como Ruy Barbosa, Iaçú

¹⁹⁸ APMRFS. Caixa: 1073. Nota oficial de 21 de junho de 1951.

¹⁹⁹ LIMA (2021), op. cit., p. 183.

e Ipirá. Na segunda metade do século XX, o sistema rodoviário havia assumido uma maior relevância em função do aumento dos automóveis no Brasil²⁰⁰. Após a década de 1950, a rede rodoviária contribuiu, especialmente, para unificar os mercados regionais²⁰¹. A conexão da cidade de Itaberaba com outros centros urbanos, era resultado desse sinal de progresso.

Por fim, os ideais modernizadores atingiram o espaço onde era realizada a feira livre da cidade. O discurso higienizador e civilizatório que legitimaram os decretos e posturas municipais, a fim de limpar e organizar o centro urbano, incluíam alterações na feira livre. Em Itaberaba, foi através das posturas municipais que a modernização atingiu os diversos grupos sociais, especialmente aqueles que atuavam nas ruas. Segundo Caroline Cruz Barros (2021)²⁰²,

As posturas municipais formam um dos instrumentos de vinculação da lei, da ordem e do discurso que foram imprescindíveis para a efetivação do projeto higienizador que nesse período passou a ter vigência no município. A higienização era um dos pilares da modernização; para modernizar era preciso limpar, não só a “sujeira” das ruas, mas também dos costumes considerados incivilizados²⁰³.

Entendemos que, com o intuito de responder aos interesses da camada mais abastada e legitimar as ações desse grupo, os ideais de modernização foram incluídos nos discursos e leis, provocando assim, mudanças significativas, não apenas no espaço das ruas, mas também na maneira de viver dos Itaberabenses. A praça do Rosário, espaço que deu origem a cidade, foi o local que mais recebeu intervenções. A feira livre funcionava nesta praça e por isso, os prefeitos recebiam várias reclamações dos moradores que consideravam o espaço inadequado para tais práticas comerciais. Tais moradores alegavam que a constante circulação de animais no perímetro urbano e a evidente sujeira não era somente no dia da feira, mas no cotidiano comum. Assim, após inúmeros decretos municipais, em fevereiro de 1951, o prefeito Renato Cincurá deu início a obra do novo Mercado Municipal, concluído em janeiro de 1954.

A transferência da feira livre e a construção do Mercado Público são analisados como resultado de um processo de modernização do espaço público que refletiu no privado, afinal houve uma significativa mudança na rotina dos feirantes, pois estes foram obrigados a abandonar os velhos hábitos, como o curral improvisado nas mediações da praça. Além disso,

²⁰⁰ Sobre a chegada dos automóveis na Bahia ver OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 70.

²⁰¹ GALVAO, Olímpio J. de Arroxelas. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil: 1943-69. **Revista Brasileira de Economia**, vol.53, n.4, 1999, p. 523-558.

²⁰² BARROS (2021), op. cit., p. 169.

²⁰³ Idem, p. 204.

a mudança no espaço de comércio e sociabilidades foi bastante simbólica para a cidade, como registrou o Jornal *O Itaberaba* em uma publicação em janeiro de 1954,

É deveras uma obra marcante da administração do Prefeito de Itaberaba, dr. Renato Cincurá, o novo mercado municipal, que foi inaugurado com solenidades magníficas no domingo passado 10 de janeiro sob o júbilo popular. E o sr. Prefeito agindo democraticamente, convidando para as solenidades inaugurais do novo mercado próceres de todos os partidos políticos, imprensa e o povo em todas as suas classes sociais, tendo havido extraordinária assistência [...] ²⁰⁴.

A “obra marcante” que diz o jornal fala a respeito do fato dos animais não mais circularem nas ruas ou ficarem amarrados próximos às residências, a feira já não era mais no “chão batido”, a feira livre já não ocupava a bela praça do Rosário e esta já não era mais a da feira ou a do comércio. A mudança da feira para o Mercado Público não se refere apenas a uma mudança física, mas reflete um conjunto de modificações sociais, espaciais e políticas vividas pelo município nos anos de 1950.

Em suma, os ideais de um Brasil moderno ecoaram em diferentes centros urbanos brasileiros e no interior da Bahia não foi diferente. Em Itaberaba, tais ideais trouxeram consigo os trilhos, os fios elétricos, as reformas urbanas e as transformações no campo das práticas sociais. O moderno não chegou para ser adicionado ao antigo, mas para substituí-lo. As elites em Itaberaba, manifestaram este desejo, pelas novidades do mundo moderno, alinhado com os princípios da cidade pós-liberal emergidos no século XIX.

2.2 A geografia política das fazendas em Itaberaba-Bahia

No município de Itaberaba, originário de uma estrutura fundiária marcada pelo latifúndio e pela posse, a fazenda se organiza a partir do sistema de concessões de sesmarias, com a apropriação desregulamentada do solo que permitiu a concentração de terras e a manutenção do poder por algumas famílias. Frente à imensidão do território do sertão baiano, alguns optaram pelas fronteiras tomando posse de pequenas parcelas para garantir a sobrevivência. Outros que não tiveram condições de adquirir concessões agregaram-se nos latifúndios.

Essa era a realidade do Brasil, desde o período colonial. A aquisição e manutenção do poder esteve vinculado com a propriedade da terra. Para Luís Estevam (2004) ²⁰⁵,

²⁰⁴ NHL/CEDOC. *O Itaberaba*, janeiro de 1954.

²⁰⁵ ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2 ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.

(...) O processo de colonização e povoamento na América portuguesa impôs algumas limitações ao acesso à terra a sujeitos que não detinham condições econômicas favoráveis para a implementação, por exemplo, de uma “indústria” agropastoril. A manutenção de um curral de criação era extremamente cara, como era cara também a mão de obra de escravizados africanos e descendentes nascidos na Colônia. A legislação implementada para regulamentar o acesso à terra dificultou ao pobre, aos pequenos produtores, aos vaqueiros, aos pequenos meeiros, aos posseiros e aos jornaleiros a aquisição de um pedaço de chão para o seu cultivo²⁰⁶.

Estevam (2004) ressalta que no regime de concessão de sesmarias os menos favorecidos eram excluídos da condição de proprietários, justamente por não se enquadrarem na situação de “homens de bens”. Essa conjuntura favoreceu a reprodução da figura do agregado e do posseiro. Soma-se o fato de que o próprio regime de concessões e posteriormente a Lei de Terras, de 1850, foram instrumentos de constrangimento do livre acesso à terra que contribuíram para a manutenção do processo de acumulação do capital, via expansão da fazenda agropastoril. Cumprindo assim, a importante função na criação das condições de amadurecimento das relações de trabalho tipicamente capitalistas²⁰⁷.

Nesse contexto, o sujeito que se encontrava em posição mais favorável na hierarquia social do período era o fazendeiro-proprietário, que devido à concessão da propriedade da terra desfrutava de posição de poder sobre os demais sujeitos. Os fazendeiros que dispunham de contatos políticos conseguiam maiores parcelas, beneficiando-se também da deficiência dos sistemas de demarcação, medição e registro dos estabelecimentos. Estes, negociavam condições específicas para aceitação de agregados, parceiros, meeiros e outros sujeitos necessários à manutenção e expansão da grande propriedade e da manutenção dos vínculos com o mercado, sobretudo através da comercialização do gado, atividade que decorreu de uma racionalidade particular, orientada pelas condições de cada região, pela cultura desenvolvida e pela combinação de recursos e experiências de vida.

Na Bahia, especialmente na região de estudo, algumas atividades se desenvolveram como suporte para este processo de expansão das fazendas. Tropeiros e viajantes dedicavam seu tempo as longas viagens pelas fazendas e arraiais, onde encomendas eram solicitadas e produtos, de toda sorte, comercializados. Aos tropeiros cabia a função de garantir a conexão entre o litoral e o sertão, em comboios que variavam de tamanho e que servia à montaria e ao

²⁰⁶ ESTEVAM (2004), op. cit., p. 147.

²⁰⁷ LEITE, Ana Carolina Gonçalves. A expansão da fazenda agropastoril como expediente para mobilizar o trabalho e promover a acumulação de capital regional e coronelista nas Minas Gerais da República Velha. In: **Anais do VI Encontro de Pós-Graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP**, São Paulo, 2010.

transporte de cargas. Enfrentavam caminhos e estradas precárias, marcadas também pelos riscos das tocaias e assaltos.

Por isso, o comboio era necessário, bem como o conhecimento aprofundado das distâncias e locais seguros para estabelecimento de pousos e paradas para descanso. No lombo das mulas e nos assoalhos dos carros de bois, conduziam[-se] mantimentos, tecidos, armas, ferramentas, alpercatas, ferraduras, panelões, sal, fumo, cachaça, móveis, enfim, uma imensa e variada coleção de mercadorias²⁰⁸.

O tropeirismo teve início com a economia do ouro e prolongou-se por muito tempo, garantindo sua existência no contexto da formação de Itaberaba. Só perdeu em importância para a figura do vaqueiro, tendo em vista o papel assumido pela pecuária na constituição dessa cidade. O vaqueiro, exerceu uma função fundamental na organização econômico-social em Itaberaba, afinal ele lidava diretamente com o manejo, transporte e comércio das boiadas. Além disso, os vaqueiros conduziam o rebanho pelos caminhos e estradas que serviam “[...] de veias condutoras para centenas e centenas de garrotes, todos para engorda e abate”²⁰⁹.

Assim, considera-se que durante muito tempo, esses poderes locais, na figura do fazendeiro, foi se articulando e se sobrepondo, na esfera local e regional. Para Michel Foucault (1990)²¹⁰, o Estado não se configura como um aparelho central e exclusivo de poder, mas como sendo produto de uma articulação com poderes locais, específicos. Isso conduz a diversas formas de exercício do poder, articuladas ao Estado de maneiras diferenciadas e imprescindíveis à sua sustentação. Ao considerar os micropoderes, Foucault afirma que o poder possui uma existência autônoma e formas próprias ao nível mais elementar. Abaliza todo tipo de poder social, distinto do poder central e do poder exercido nas periferias, o que possibilita uma perspectiva de análise que retira do poder central uma situação de controle em detrimento a elementos locais.

Esse elemento local, no qual aponta Foucault, se apresenta tanto na figura do fazendeiro quanto nos sobrenomes de famílias abastadas. O poder local municipal, estabeleceu um contraponto ao poder central do Império e da República Velha. A inconsistência do poder público no Brasil favoreceu a ascendência dos coronéis, que exerceram informalmente grande parte das funções do Estado em relação a seus aliados. De tal forma, a ausência do poder público tem como consequência o efetivo fortalecimento do poder privado²¹¹.

²⁰⁸ ESTEVAM (2008), op. cit., p. 499.

²⁰⁹ Idem, p. 483.

²¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

²¹¹ FAORO (2004), op. cit.

Para Faoro (2004), era a propriedade de terras, gados e escravos que serviam de base material para a consolidação de riqueza, prestígio e poder a essas figuras locais. Mas não somente as diferenças econômicas, acrescentam-se as distinções simbólicas, dentre as quais a maneira de usufruir os bens. A diferenciação social no município e no quadro mais vasto da cultura da região do Piemonte do Paraguaçu podia ser percebida também por estilos de vida que a riqueza poderia oferecer, por sinais de status e de prestígio demonstrados a todo tempo. O grupo principal, a elite local, reunia uma série de requisitos que não dizia respeito apenas a situação econômica favorável, poderíamos citar “o prestígio familiar, a ocupação de postos na administração e na justiça municipal e um mínimo domínio das letras e contas eram combinações fundamentais para a distinção na sociedade”²¹².

Fica evidente, que a terra como capital econômico e social auxilia tanto na performance quanto na manutenção do poder simbólico que decorre de sua propriedade²¹³. Para Bourdieu (2001)²¹⁴, assim como para muitos estudiosos do assunto, o monopólio da posse da terra desde a Antiguidade é um dos motivadores que levaram à complexificação das relações de poder, fazendo surgir organizações administrativas que geriram relações entre sujeitos, formando o que viria a ser uma sociedade, com o nascimento de um modelo de Estado embrionário. Assim, dentro da estrutura de poder político, a terra assumiria um lugar de destaque. Isto explica, por exemplo, a preocupação das famílias em investir em terras ao longo da vida, como posse segura e hereditária.

Ser dono de terras era tanto o ponto de acesso ao poder e aos cargos oficiais, como era o ponto ao qual retornavam o poder e os cargos. Se entre as famílias mais pobres de Itaberaba muitas foram as que não tiveram acesso à terra, entre aquelas de maiores recursos a situação era claramente diferente. Mesmo considerando que a perspectiva de análise é limitada em vista do número de documentos encontrados, é preciso dizer que todos os considerados abastados possuíam na sua lista de bens terras e propriedades. Alguns poucos sobrenomes que se destacaram no contexto estudado estavam ligados somente ao comércio, contudo a força da riqueza ainda estava na pecuária, o que reforça a hipótese de que a riqueza em Itaberaba advinha da produção agrícola e da pecuária.

Levando em conta, principalmente, a posse da terra, ela é, na referida temporalidade, e até aos dias de hoje, prioridade. No que diz respeito à posse de bens, possuir terras agregava e agrega grande valor econômico. No período que estamos analisando, um grande domínio de terras significava um domínio sobre homens e mulheres que giravam ao redor de sua grande

²¹² FAORO (2004), op. cit., p 204.

²¹³ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2001, p. 23.

²¹⁴ Idem, ídem.

propriedade, levando as relações de poder a serem construídas com base na dinâmica de dependência e deferência entre esses sujeitos e os proprietários. Assim, quanto mais terra sob o domínio de uma família, mais pessoas essa família poderia mobilizar para lutar as suas lutas e defender os seus interesses, especialmente políticos.

Além disso, a cidade se apresentava como complemento a dinâmica de domínio no espaço rural e como uma atualização sociossimbólica do território das fazendas e não como uma ruptura com ela. Este modo implícito de representação, experiência e apropriação do território da cidade a partir do modelo simbólico da fazenda contrapõe-se à maneira como a cidade é apresentada no discurso explícito dos moradores da época, assim como à própria denominação administrativa oficial de cidade, que evoca obviamente a ideia de urbanidade. Observa-se, portanto, as ações de territorialização dos habitantes que se baseiam simbólica e praticamente na organização socioespacial da fazenda, a qual, como primeira referência de experiência territorial, veio a se tornar matriz da cidade, que formada pelos bairros, mas especialmente os logradouros (como aparecem nos documentos) torna-se o palco desta (re)atualização da vivência e experiência de práticas territoriais fundadas sob a matriz da grande fazenda²¹⁵.

Assim, a fazenda emerge como um território-embrião de exercício do poder econômico e social e que será estendido e projetado em outros âmbitos de experiência territorial, como o da cidade. Além disso, as fazendas se apresentam como instâncias primeiras de produção desse poder que se expressa como uma “prática social constituída historicamente”²¹⁶, manifestando sua relevância, a partir do momento em que se interfere no dia a dia de seus habitantes e no controle desde atividades ordinárias, como a contratação de trabalhadores em épocas propícias, à escolha do novo prefeito da cidade.

Como base na formação sociocultural de um pensamento territorial do município, as fazendas, em Itaberaba-Ba, adquirem um *status* de valor moral, assim como um elemento formativo da própria identidade Itaberabense. As terras adquirem o valor de moeda de troca e elemento fundamental nas relações de autoridade/ dominação, construindo campos de poder que estruturam as organizações territoriais, como os bairros rurais e a cidade. Ter a posse da terra significava ter o poder e ser notado como poderoso chefe local da região. Essa fonte de “capital simbólico”²¹⁷, a terra, está indissociavelmente ligada ao valor político, econômico e simbólico conferido ao seu proprietário e as pessoas pertencentes a este local.

²¹⁵ LYRA, Ana Cláudia. Da fazenda à cidade. A Territorialização da Dádiva na Formação de Poço Fundo (MG) *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 13, núm. 2011, p. 137- 150.

²¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

²¹⁷ BOURDIEU (1987), op. cit.

Como espaço de troca nas relações de poder e bases de manutenção de uma representação política, social e econômica, as fazendas, formam uma elite agrária baiana e um *modus operandi* de territorialização. Os membros dessa elite agrária, cujo “capital” fundamental são as fazendas possuídas, se organizam em redes²¹⁸ conforme um processo que confere uma fisionomia social particular aos territórios da região. Tal geografia política agrupa redes de famílias e parentelas em bases territoriais, desenhando, desde sua fundação, campos de poder comandados, pelos chefes políticos fundadores da cidade e seus descendentes.

A pesquisa traz a ideia de que a fazenda constituiu o princípio organizador da representação cultural da cidade por seus habitantes, de modo que nesta são reproduzidos simbolicamente, através das famílias, os traços políticos, sociais e culturais tradicionalmente vividos na grande fazenda de gado dos seus antepassados. Sendo assim, para entender a história do Sertão de Itaberaba, as fazendas se configuram como espaços fundamentais. As famílias e as redes que se estabeleciam entre elas, especialmente no âmbito da política municipal, ou moravam nas fazendas, ou exerciam atividades ligadas às fazendas agropecuaristas. Vale ressaltar que o recorte temporal de estudo que interessa a presente pesquisa, diz respeito à época na qual ainda estava evidente nas riquezas, a tríade: terra, gado, comércio urbano. Segundo Girardi (2008)²¹⁹, em 1950, a população rural brasileira ainda correspondia a quase dois terços (64%) da população total, invertendo-se, vinte anos depois: em 1970, a população rural era somente de 44% (a urbana, obviamente, 56%). Na Bahia, o ritmo foi bem mais lento: em 1960, a população rural ainda correspondia a 65%; em 1970, 56%; 1980, 52%. Somente em 1991, a população urbana passou a ser maioria: 59%, contra 41% da população rural. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aponta que nos anos de 1950 a Bahia possuía 761.528 estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área de 29.180.559 hectares.

A perspectiva de análise sobre território e poder se espelha, em muito, nas considerações de Claude Raffestin (1993)²²⁰. Em “Por uma geografia do poder”, o autor traz novas abordagens não somente sobre a visão do poder no/do território, mas por esquematizar as relações de poder nos níveis quase moleculares, Raffestin nos revela certas perspectivas que a análise das macroestruturas não permite, acrescenta aos pilares da Geografia política um novo paradigma, o do ator, que possibilita o entendimento que no jogo do poder multidimensional participam

²¹⁸ ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e a análise de redes em História. **Revista da FLUP Porto**, IV Série, vol. 2 - 2012, p 11-22.

²¹⁹ Ver: GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária no Brasil. In: _____. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008, p. 86-321.

²²⁰ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.

não somente o Estado-nação, mas também as organizações, empresas, sociedade civil, que não apareciam na concepção moderna de Estado- territorial.

Assim, os atores que se situam em um campo espaço-temporal e possuem uma posição absoluta e relativa no espaço mantêm uma ligação com o território por meio das territorialidades, sem que sejam esquecidas as tessituras, os nós e as redes. Os atores podem ser o indivíduo, uma organização, o Estado ou uma família que, a partir das relações de poder, formulam estratégias de ação no território. Este, é colocado, então, como um espaço onde se projetou um trabalho, energia e informação, contendo relações sociais e de poder, envolvendo os atores que constituem uma sociedade.

Com base nas análises de Michel Foucault (1990)²²¹, Claude Raffestin assegura que as relações contêm poder e podem ser materiais, linguísticas, sociais e econômicas. Todas envolvem a ação humana em um movimento contínuo de troca dentro de uma territorialidade. A manifestação de tal poder no tempo e no espaço, depende do tipo de relação, pois a partir disso as forças exercidas formam um campo de poder, a partir do qual organiza as configurações e os elementos. Em Foucault também está a explicação para a natureza do poder, em que se observa a sua multidimensionalidade.

Por isso, para compreender as tramas que envolvem partidos e famílias em Itaberaba-Bahia, faz-se necessário essa análise da geografia política das fazendas, colocando-as não somente como uma unidade produtiva, mas sobretudo, como reduto de poder. Nesse contexto, as famílias agropecuaristas se apresentavam como herdeiras diretas dos primeiros “práticos dos sertões”, passando a controlar amplamente a terra, as relações de trabalho e a política. As alianças entre essas principais famílias levaram em conta a questão da consanguinidade e de parentela.

Os casamentos eram um dos principais mecanismo de perpetuação de poder²²². Fortuna e poder local enveredavam juntos nos núcleos populacionais sertanejos, ainda que houvesse uma população consideravelmente pobre. O sentido de territorialidade ligou-se às instituições sociais, como a família. As relações dos homens entre si e destes com o meio desenvolveram um sentimento de identidade, de pertencimento a um determinado grupo ou território. Além da integridade do território, definido pela descendência, está também envolvido o patrimônio específico de cada família, o que conduz ao casamento preferencial. Em Itaberaba, opositores políticos misturam-se em casamentos, os Cincurá com os Mata Pires, estes com os Moscoso, por exemplo.

²²¹ FOUCAULT (1990), op. cit.

²²² FERREIRA (2014), op. cit.

Leopoldo Teixeira (1945), um poeta que passou a residir em Itaberaba devido à falta de recursos da sua cidade de origem, escreveu a obra “Aquarelas de Itaberaba”²²³ com o incentivo do então prefeito Plínio Mata Pires. Nessa obra, o autor faz uma listagem e consequente exaltação da elite política e economia local. Nota-se que o objetivo era apresentar o cenário itaberabense nos anos de 1945, bem como elaborar um catálogo de atividades econômicas da cidade, lista de estabelecimentos comerciais e os serviços prestados e as ações governamentais, dentre outros aspectos. Esta fonte, destacou algumas fazendas importantes como a Fazenda Cágados de Joaquim Manoel Sampaio, Fazenda Pedra D’água de Arnold Mota e a Fazenda Leão dos Brejos da família Mata Pires²²⁴. Todas, possuidoras, também, de uma sede administrativa situada na Praça do Rosário – de onde se originou o município – ou na Avenida Barão do Rio Branco – caminho direto para estação ferroviária.

Importante destacar que nesse contexto existiam relações dialéticas entre os administradores das fazendas e os administradores dos núcleos populacionais. As fazendas, com a produção e comercialização de gado, deram suportes à existência dos núcleos populacionais. E por sua vez, os núcleos populacionais forneceram espaços para as vendas dos produtos das fazendas e para sedes que resolviam problemas burocráticos como cartórios e forneceram equipamentos que subsidiaram na criação, manutenção e crescimento das fazendas.

Teixeira (1945) ainda destaca que a população Itaberabense nos anos de 1945 era de 33.897 mil habitantes, predominantemente moradores das fazendas. O centro urbano era formado pela Praça do Rosário, onde as elites locais possuíam casas, bem como a grande Avenida Barão do Rio Branco. Somam-se 1500 casas entre esses dois espaços principais e umas poucas áreas de núcleos mais periféricos. O comércio da cidade se distinguia pela solidez e, mais ainda, pela cordialidade entre os negociantes locais que traziam produtos direto das suas fazendas para abastecer a cidade. Cultivava-se em abundância: fumo, mandioca, café, mamona e pó de palha (maior fonte de receita naquele ano). O destaque estava na criação de gado do tipo Schuluz, Poliango, Gir, Nelori e InduBrasil, bem como vacas holandesas e tourinas e caprinos.

Ao analisarmos os registros de batismos entre os anos de 1949 e 1955, na sessão “localidade”, mapeamos cerca de mais de 300 fazendas citadas como endereço. Entre as fazendas onde mais ocorrem batismos, temos a Umbrana, Bom Jardim, Mata da Folha e Coité. Nota-se que nenhuma das mencionadas anteriormente por Leopoldo Teixeira aparecem nessa

²²³ TEIXEIRA (1945), op. cit.

²²⁴ Lista de fazendas citadas em TEIXEIRA (1945), op. cit.

listagem. A fazenda Cágados, por exemplo, que segundo Teixeira seria a mais importante da cidade, não aparece em nenhum registro de batismo. Com isso, entendemos, a princípio, que as fontes consentiam em relação à centralidade em torno da esfera rural, porém sobre as fazendas, as fontes são tendenciosas, afinal divergem com relação à ordem de influência e prestígio delas.

Conforme uma das fontes analisadas, o destaque era a fazenda Leão dos Brejos da família Mata Pires, de onde saíram três prefeitos consecutivos: Plínio Mata Pires, Manoel Moisés de Oliveira e o Bacharel Almir Mata Pires. Sua especialidade era o criatório e engorda da raça InduBrasil e vacas holandesas. Fora descrita como a mais importante da região, dada sua capacidade de engorda referente a 3500 bois, sua grande área verde com matas riquíssimas em madeira de lei e seu potencial hídrico com a presença permanente de dezessete riachos que corriam em várias direções. Contava com grande plantação de mandioca e mamona, “ótima vivenda com água encanada, luz elétrica e uma formidável piscina”²²⁵. Além da casa da fazenda, mais dezoito casas são descritas pertencentes ao proprietário, estas que abrigavam a parte administrativa, os trabalhadores e a exposição permanente de seus produtos. Um verdadeiro reduto econômico e político que sustentava a importância da família na cidade e região.

A fazenda Cágados, do “estimado”²²⁶ comerciante Joaquim Manoel Sampaio, importante aliado político da família Mata Pires, era servida de estrada de rodagem com uma área de 5800 tarefas destinadas ao criatório da raça InduBrasil e caprinos e ovinos de variadas raças. Distava trinta quilômetros da cidade e possuía minações permanentes que banhavam seus terrenos, contribuindo para a existência de grande área com lavoura, bem como abundante madeira de lei (cedro, pau darco e putumunju). Arnold Mota, “pessoa de grande conceito social e político, agricultor e selecionador de gados de raça”²²⁷ era o proprietário da fazenda Pedra D’água, situada a sete quilômetros da cidade, conhecida pelo seu extenso criatório de gado vacum para corte e de equinos da raça Mangalarga e em cujas terras havia ricas jazidas de molibdênio²²⁸.

De propriedade do engenheiro José O. Sampaio, a fazenda Boa Sorte situava-se a doze quilômetros da cidade e era bem servida de rodovias. Era destinada a criação e engorda de gado bovino (Indubrasil, Gir, Nelori), caprinos e ovinos bergamasso, com criatório com capacidade para 500 bois. Possuía um manancial de mineração permanente, matas compostas de madeira

²²⁵ Descrição encontrada em: TEIXEIRA (1945), op. cit.

²²⁶ Termo utilizado por TEIXEIRA (1945), op. cit.

²²⁷ Idem, p. 63.

²²⁸ Idem.

de lei, banhado pelo Rio Riranhas numa área de 2 mil tarefas. Os produtos dessa fazenda eram expostos no comércio do proprietário na Praça do Rosário. Cito a Fazenda Paulista de Alcebiades Vieira, pois esta era considerada uma notável organização pastoril no município, com destaque para a grande seleção de raças Nelori e Indubrasil e um admirável criatório de ovinos bergamassos, caprinos angorás e equinos angro -árabe.

Segue a Fazenda São Félix do proprietário Ramires Pimentel de Sá, com área superior a 2 mil hectares, sendo 50% de pastagens de capim guiné e grama da Europa. A fazenda era destinada a engorda e cria com capacidade para mil bois. Boas estradas de rodagem, fontes de águas e madeiras de lei. A exposição de seus produtos era realizada na Avenida Rio Branco. Ramires Pimentel ainda era proprietário da Fazenda Tamanduá e considerado um importante comprador de produtos agrícolas e enfardador de fumo em folhas. Fazenda Affetos de Sinézio Cerqueira que situava a 12 quilômetros da cidade e se aproximava de várias rodovias na zona da mata. Sua área era superior a duas mil tarefas, e seus terrenos eram destinados ao cultivo e a pecuária. Visibilidade para a o criatório de gado Indubrasil, tanques de reservas e minações permanentes, bem como para a sua mata composta de Madeira de lei, Cedro, Putumunjú, Bastião de Arruda e Tapioca. E por fim, levando em consideração as fazendas que se destacaram, o Sítio Cipó-Branco de propriedade de Leão Antônio Bastos situada a 7 km da cidade e próxima 6 km da estrada Bahia-Goiás. Banhada por água nativa em vários sentidos, essa fazenda é um destaque na agricultura com a plantação de laranja, lima, abacaxi, abacate, uva, ervilhas, jambos, maçãs, pêra, pimenta-do-reino, batata e cebola do reino.

Assim, para entender a geografia política em Itaberaba, foi importante não somente a apresentação desse panorama tipicamente rural com alguns, ainda tímidos, saltos de modernidade urbana, mas, sobretudo, elencar as fazendas de renome e sua lógica de funcionamento. Fazendas, no sentido de um território apreendido por um ator social, econômico e político onde os indivíduos estão a todo momento envolvidos em algum tipo de relação, o que a torna não somente um lugar de produção, mas sobretudo como um território de exercício de poder político.

Com a concentração dos meios de produção, relações e alianças construídas dentro e fora das fazendas, grandes negociantes e proprietários mantiveram e aumentaram suas fortunas, havendo uma conseqüente permanência da concentração de riqueza e desigualdade socioeconômica entre os moradores de Itaberaba. A terra, adquirida por compra e herança, com terrenos contínuos e descontínuos, recebia valores altos na avaliação, dada sua extensão e benfeitorias, possibilitando o desenvolvimento de importantes atividades agropastoris. Por um lado, sem fortunas comparáveis aos grandes proprietários e negociantes da cidade de Itaberaba,

mas com alguns desfrutando de patentes e cargos públicos, e por outro com uma diversificação maior de investimentos e posses do que aqueles de vida mais modesta, médios proprietários e negociantes, apesar de situações diversas por eles vividos, possuíam terrenos que possibilitavam tanto uma criação bovina de grande porte, cavalos e de gado miúdo, como de gêneros agrícolas, possuindo ainda negócios e residências, tanto cidade como no campo.

A análise das fazendas no sertão baiano demonstra que essas unidades produtivas extrapolavam sua função estritamente agrícola, constituindo-se em símbolos de poder e legitimidade social. A propriedade da terra assegurava às famílias não apenas a geração de riqueza por meio da pecuária, da agricultura e, posteriormente, de atividades ligadas ao comércio regional, mas também a capacidade de exercer autoridade sobre a população residente e dependente de suas terras. Em Itaberaba, por exemplo, famílias como os Mata Pires consolidaram prestígio social a partir do controle de extensas propriedades, o que lhes permitia, de alguma forma, articular redes clientelistas e influenciar diretamente os rumos da política municipal. Assim, a concentração fundiária funcionava como elemento estruturante das hierarquias locais, possibilitando a manutenção de clientelas políticas e a legitimação da elite rural como mediadora de poder.

Além disso, as fazendas se configuravam como espaços de articulação entre o poder local e as instâncias mais amplas do Estado. A posse de grandes propriedades conferia às famílias sertanejas visibilidade e influência, permitindo-lhes acessar cargos públicos, estabelecer alianças partidárias e participar de disputas eleitorais em posição privilegiada. Esse fenômeno também se verificou em Iaçú – município vizinho a Itaberaba – onde os Medrados e os Magalhães protagonizaram disputas em torno da Fazenda Sítio Novo, evidenciando como a terra não apenas sustentava a economia local, mas também se tornava palco de conflitos judiciais e políticos que reforçavam a centralidade da elite rural²²⁹. Assim, as fazendas devem ser compreendidas não apenas como unidades produtivas, mas como indicadores de força econômica e política, capazes de assegurar às elites sua permanência no controle do território e sua integração nos processos mais amplos de formação do poder regional.

2.3 Famílias e a força do sobrenome político

A nova historiografia política, em diálogo com a sociologia relacional, tem enfatizado a centralidade da família enquanto categoria de análise e princípio estruturante da realidade social. A noção de família não se restringe a um dado natural ou biológico, mas deve ser

²²⁹ RAMOS, Eucléia Nogueira de Oliveira. **História local, poder e justiça cartorial: os Medrados, os Magalhães e a Fazenda Sítio Novo (Iaçú-BA, 1980-1998)**. Salvador: EDUFBA, 2008.

compreendida como uma verdadeira “palavra de ordem”, um conceito socialmente produzido e legitimado, capaz de assegurar a reprodução da ordem vigente e de instituir valores, práticas e modos de agir nos indivíduos. Nesse sentido, a família se apresenta como um trabalho constante de instituição, responsável por inculcar nos corpos e mentes modos específicos de ser, pensar, agir e sentir, conformando identidades sociais e políticas. Tal perspectiva corrobora o entendimento da família como instância que assegura sentimentos de integração e pertencimento, condição fundamental para a manutenção da unidade social, legitimando, por meio de símbolos como o “nome de família” e à instituição do “casamento”, sua permanência ao longo do tempo²³⁰.

A família, portanto, deve ser pensada como “forma social” em permanente construção, um constructo relacional que articula discursos e práticas situados na intersecção entre poder e saber. Enquanto categoria social, emerge em contextos históricos, políticos e econômicos específicos, moldando percepções e formas de atuação conforme as condições de cada tempo e lugar. Desse modo, o grupo familiar não existe apenas como realidade biológica ou doméstica, mas como criação social que reproduz estruturas mais amplas e sustenta interesses múltiplos.

Em sociedades capitalistas, um dos objetivos centrais é a ampliação do capital econômico, sendo à esfera política um dos espaços privilegiados de conversão de capitais: o político, o econômico e o familiar. Assim, o capital político, quando articulado às redes de parentesco, transforma-se em recurso estratégico para a manutenção e expansão da posição social dos grupos familiares. Como observa Alves (2015)²³¹, “numa estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto corpo com sentimentos recíprocos de proteção, os levaria a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros”.

Esse processo pode ser observado empiricamente em diferentes estudos sobre oligarquias regionais no Brasil. Linda Lewin (1993)²³², ao analisar a oligarquia dos Pessoa, na Paraíba, no final do século XIX e início do XX demonstrou como os vínculos de parentesco se constituíam em redes de poder político que extrapolavam os laços consanguíneos, abrangendo agregados, compadres, apadrinhados e seguidores políticos. Essa complexa parentela garantia a sustentação da oligarquia, configurando-se como uma “rede política entrelaçada” que assegurava os interesses e a perpetuação do poder. De modo semelhante e demonstrando a força

²³⁰ ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Nova Letra, 2015.

²³¹ ALVES (2015), op. cit., p. 28

²³² LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 10.

da estrutura familiar e da estrutura de parentesco no campo político e econômico, Teruya (2002)²³³, ao estudar a família Maia de Catolé do Rocha, por meio de registros de nascimento, casamento e testamentos, demonstrou a continuidade do poder dessa parentela ao longo de um século (1870-1970), reiterando a centralidade do parentesco na reprodução das elites políticas locais. Investigações mais recentes, como as de Oliveira (2012)²³⁴, sobre o Paraná, e Grill (2004)²³⁵, sobre o Rio Grande do Sul, também apontam para a persistência da articulação entre parentesco e política na constituição de redes de poder regional.

A historiografia brasileira, ao longo do século XX, produziu diferentes interpretações sobre a família como núcleo estruturador da sociedade. Sérgio Buarque de Holanda (1988)²³⁶, em sua conhecida tese do “homem cordial”, interpretou, mesmo que com controvérsias, a família brasileira como “hospitaleira e generosa”, a partir do instrumental weberiano. Décadas depois, Kátia Mattoso (1988)²³⁷ analisou a família baiana do século XIX, destacando o peso das ordenações jurídicas portuguesas, especialmente o Código Filipino, na constituição do modelo nuclear que vigorou no Brasil até 1917, quando foi instituído o Código Civil Brasileiro. Em revisão posterior, Mattoso salientou que tais ordenações dividiam a sociedade em “nobres” e “peões”, mas, em ambos os casos, definiam a família como unidade nuclear. Em estudo quantitativo, baseado no censo de 1855 e em mais de 1.100 inventários post mortem, Mattoso identificou três tipologias familiares: a legal (resultado do casamento formal religioso), a consensual (uniões livres aceitas socialmente, ainda que não reconhecidas pela Igreja ou pelo Estado) e a escrava, composta por libertos e cativos, organizados por nacionalidade, etnia e condição civil. Além disso, observou uma diversidade de arranjos domésticos, nos quais coabitavam irmãos, afilhados, parentes afastados, viúvas, mães solteiras e seus filhos, bem como escravos e agregados.

Os estudos sobre o sertão afirmam que os casamentos consanguíneos foram frequentes, sobretudo em regiões como o Alto Sertão da Serra Geral da Bahia. Esse fenômeno se explicava não apenas por interesses patrimoniais, mas também pela restrição do universo social local, que tornava inevitável a repetição de alianças familiares. À inserção de sobrenomes externos, em determinados momentos, apenas rompia temporariamente esse círculo, sendo logo retomada a

²³³ TERUYA, Marisa Tayra. Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970). Tese de Doutorado. FFLCH- USP, São Paulo, 2002.

²³⁴ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

²³⁵ GRILL, Igor Gastal. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 10, n. 2, ago. 2004, p. 159-197.

²³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 106 e 107.

²³⁷ MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. Trad. James Amado. São Paulo: Corrupio: Brasília: CNPQ, 1988, p. 39.

prática endogâmica. Tal realidade moldou, ao longo de séculos, uma sociabilidade marcada pela consanguinidade e pelo reforço de linhagens locais, garantindo coesão interna e a perpetuação de elites regionais.

A presença dessas famílias nas principais instituições da República brasileira revela o acúmulo de poder e riqueza construída historicamente. Oliveira (2012) ressalta que tais parentelas, ao controlar cargos eletivos, empregos estatais e posições estratégicas no mercado, transformaram privilégios em regra, estruturando processos de desigualdade que se consolidaram sobretudo a partir da chamada Segunda República. Nesses contextos, herdeiros não apenas assumiam funções políticas com altos salários, mas também recebiam patrimônios acumulados por gerações, conjugando rendas de capital – como lucros, dividendos, juros e aluguéis – aos recursos advindos da política. Tal realidade confirma a análise de Piketty (2014)²³⁸, segundo a qual, nesses contextos, fortunas herdadas tendem a superar a riqueza construída individualmente ao longo de uma vida de trabalho.

A herança de capital político e econômico garantiu a essas famílias a permanência nas estruturas estatais, produzindo uma verdadeira nobreza hereditária. O poder, transmitido de geração em geração, consolidava dinastias políticas que se revezavam no controle do Estado e fragmentavam territórios em microrregiões dominadas por sobrenomes específicos. Assim, a política se tornava extensão da família, e a família, por sua vez, estruturava a política, num círculo de legitimação simbólica que naturalizava a herança como destino. Os estudos de Oliveira (2012) e Grill (2003) mostram que, no Brasil, as famílias mantêm influência sobre partidos, cartórios, mídia, faculdades e concessões públicas, além de dominar a burocracia estatal, demonstrando como o capital político-familiar se converte em múltiplas formas de poder.

Esse quadro é igualmente perceptível em contextos locais, como o sertão pernambucano, estudado em etnografias recentes. Nessas regiões, a família constitui-se como fenômeno plural, segmentar e territorializado. Mais que laços biológicos, a pertença é continuamente fabricada e negociada por meio de narrativas genealógicas, alianças políticas e práticas cotidianas. O parentesco, portanto, não é dado, mas construído, dissolvido e refeito conforme disputas políticas, casamentos e redefinições de sobrenomes. A segmentação das linhagens, frequentemente associada a territórios específicos, cria identidades como a dos “Santanas do Imbuzeiro” ou “Santanas de Jordânia”²³⁹, nas quais nome e território se

²³⁸ PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 9-43.

²³⁹ Faz referência aos estudos de NEVES, Erivaldo Fagundes. História de família: origens portuguesas de grupos de consanguinidade do alto sertão da Serra Geral da Bahia. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, vol. 19, nº 1 (2001): Jan.–Dez, 30 de out. 2019.

entrelaçam. Nesse processo, política e família se tornam indissociáveis: uma palavra, um gesto ou uma aliança podem selar solidariedades, ou romper vínculos de pertencimento, numa dinâmica marcada pela impermanência.

Em Itaberaba, a glorificação pode ser feita pela consanguinidade ou pela ideia de território. Porque família, para a sociedade onde realizei a pesquisa, costuma ser, segundo minha percepção, uma família-território. Um indivíduo de tal sobrenome é segmentado e simultaneamente complementado pelo território ao qual pertence. Por exemplo: um dos sobrenomes mais célebres no município estudado é o Cincurá. Mas os Cincurá são apenas um dentre vários segmentos do contínuo arborescente. Ele é capaz de se segmentar. Um dos modos de segmentação é a ligação do sobrenome, filiação, portanto, ao território, como acontece no grupo: os Cincurá de Itaberaba. Eles são misturados, ligados na árvore genealógica, aos Dias de Andrade de Itatim²⁴⁰.

O estudo da família Cincurá em Itaberaba permite compreender a forma como determinadas linhagens locais se articularam na cena política e social baiana ao longo do século XX. Embora não haja registros detalhados sobre a origem geográfica inicial da família na Bahia, as evidências históricas indicam que seu processo de enraizamento em Itaberaba ocorreu nas primeiras décadas do século XX, em paralelo à modernização da cidade e à chegada de novos instrumentos de sociabilidade, como a ferrovia. Nesse período, o nome da família aparece associado à fundação do Grêmio Castro Cincurá, em 1926, instituição que marcou a vida cultural e comunitária do município, revelando a inserção precoce dos Cincurá em espaços de destaque social. No campo político, a presença dos Cincurá se consolidou a partir da atuação de Rafael Cincurá (1903–1984), natural de Itaberaba, que se destacou ao ser eleito deputado federal constituinte pela Bahia em 1946, participando do processo de redemocratização nacional no pós-Estado Novo e Renato Cincurá de Andrade, prefeito de Itaberaba entre 1951 e 1955. Ambos eram filhos de Praxedes Dias de Andrade e Carlota Castro Cincurá de Andrade. Praxedes Dias de Andrade era filho do coronel Francisco Gil Dias de Andrade, um grande latifundiário de origem portuguesa, filho de Joaquim Antônio Dias D' Andrade casado com Maria Magdalena do Amor Divino de Andrade que se estabeleceu na região de Itatim por volta de 1835 e onde também morreu em 1899²⁴¹.

²⁴⁰ Itatim e Itaberaba são municípios vizinhos do estado da Bahia, localizados na região da Chapada Diamantina, mas a relação entre eles não é de dependência ou subordinação histórica, e sim de proximidade geográfica e compartilhamento de características regionais, pois ambos têm seu desenvolvimento ligado ao ciclo do ouro e ao território do Piemonte do Paraguaçu.

²⁴¹ <https://itaberabahoje.blogspot.com/p/cine-teatro.html>

A partir da atuação de Rafael Cincurá na política estadual, a família firmou-se como parte da elite política de Itaberaba, integrando-se ao circuito de poder que envolvia outras famílias tradicionais da região. Nas décadas seguintes, o protagonismo dos Cincurá se manteve no plano municipal, com a eleição de Belmiro Cincurá de Andrade, que exerceu o cargo interinamente em 1962 e de forma efetiva entre 1971 e 1972. Essa continuidade política evidencia o caráter dinástico da família, reforçando uma lógica comum às elites sertanejas, em que o poder se reproduzia por meio da herança de cargos públicos e da manutenção de alianças familiares. Dessa forma, os Cincurá consolidaram um espaço de influência que perpassava a esfera social, cultural e política de Itaberaba, participando ativamente das disputas locais e do processo mais amplo de integração do sertão baiano às dinâmicas políticas do estado.

Dividindo espaço com os Cincurá encontramos a família Mata Pires. Assim como outras famílias tradicionais da região, os Mata Pires consolidaram sua posição de prestígio a partir da posse da terra, do controle de fazendas – a fazenda Amaralina²⁴² - e do estabelecimento de redes de parentesco que funcionaram como bases de poder social e político. A trajetória dessa família exemplifica o modelo descrito por Rios e Ramos (2005)²⁴³, e se insere em um contexto mais amplo de elites sertanejas que fizeram da terra e do parentesco instrumentos de dominação e legitimidade. A genealogia da família evidencia que a figura de Anésia Mata Pires (1877–1957) e do renomado coronel João da Matta Pires foi central na consolidação da linhagem em Itaberaba. Como matriarca, ela não apenas administrou os bens herdados e transmitidos, mas também estabeleceu alianças matrimoniais que garantiram à sua descendência uma posição de destaque no município. A partir dessa base, emergiram lideranças políticas que ocupariam cargos administrativos e consolidariam a presença da família na esfera pública. Esse processo, comum às elites sertanejas, demonstra a interdependência entre estruturas familiares, poder local e estratégias de perpetuação da autoridade.

Entre os descendentes diretos de Anésia destacam-se dois de seus filhos: Plínio Mata Pires, prefeito de Itaberaba entre 1934 e 1936, e Almir Mata Pires, que governou o município de 1948 a 1950. A sucessão de dois prefeitos da mesma família em momentos históricos distintos revela a força da linhagem na política local, inserida em um contexto de disputas marcadas ainda por práticas coronelísticas e pelo clientelismo típicos do sertão. Plínio governou durante a primeira metade da década de 1930, período de forte instabilidade política nacional

²⁴² Essa fazenda é citada nos documentos que pesquisamos, mas não há detalhes sobre ela. Apenas que era localizada na entrada da cidade e o foco era a criação de gado.

²⁴³ RIOS, Ana Maria; RAMOS, Eucléia Nogueira. Famílias, poder e propriedade na Bahia sertaneja (1950-1980). Salvador: EDUFBA, 2005.

após a Revolução de 1930, enquanto Almir administrou a cidade no pós-guerra, momento de reorganização institucional e de crescimento da importância das redes partidárias.

A influência da família Mata Pires, entretanto, não se baseava fundamentalmente no exercício formal de cargos políticos. Seu poder derivava também da articulação com a economia regional, baseada na agricultura e na pecuária. O controle de fazendas e propriedades rurais funcionava como base material do prestígio familiar, garantindo não apenas recursos financeiros, mas também a dependência de trabalhadores e pequenos produtores que gravitavam em torno de suas terras. Esse modelo de dominação, bastante comum na Bahia sertaneja, reforçava a capacidade de liderança e a autoridade moral da família no espaço local. Além disso, a família se inseriu em uma rede de alianças políticas e matrimoniais com outros grupos locais, como os Moscoso de Oliveira²⁴⁴, fortalecendo sua presença nos quadros administrativos de Itaberaba. Essas uniões matrimoniais reforçaram laços de cooperação e reciprocidade, ao mesmo tempo, em que ampliaram o raio de influência da família para além da esfera municipal. De modo semelhante, a associação dos Mata Pires com outras elites sertanejas lhes permitiu transitar entre o poder local e o regional, participando das articulações políticas que envolviam partidos como o PSD e a UDN durante as décadas de 1940 e 1950.

Na segunda metade do século XX, os descendentes de Plínio e Almir Mata Pires mantiveram posições de prestígio em Itaberaba, mas já convivendo com o fortalecimento de outras famílias tradicionais. Esse processo revela tanto a permanência quanto a adaptação das elites locais frente às transformações políticas e econômicas, especialmente a partir da década de 1950, quando a urbanização e a modernização das estruturas regionais começaram a alterar o equilíbrio de poder tradicional. Os Mata Pires consolidaram uma trajetória que integra economia, sociedade e política em um modelo típico do sertão baiano. Sua presença evidencia que a história política da Bahia do interior não pode ser dissociada da história das famílias, pois estas representavam os verdadeiros núcleos de poder e articulação social.

Com relação às famílias do sertão, apesar de não serem muitos os estudos a abordarem a temática, algumas considerações feitas até então sugerem que valores morais e sociais, e imperativos econômicos influíam nas uniões entre homens e mulheres. Acerca desse tema, Erivaldo Neves argumenta que, entre os fatores ou estratégias políticas que contribuíram para uma segmentação social diferenciada no Alto Sertão, estão as alianças matrimoniais. Em se tratando especialmente da propriedade da terra, as uniões conjugais entre famílias proprietárias de grandes extensões, somando amplos domínios fundiários ou heranças bilaterais, aliadas aos

²⁴⁴ Câmara Municipal de Itaberaba. Monção de congratulação. Sala das sessões, 21 de novembro de 2017. Este documento em homenagem ao vereador Eduardo Moscoso, evidencia essa união dos Mata Pires com os Moscoso.

casamentos consanguíneos, proporcionavam a criação de novos latifúndios ou a manutenção de antigos²⁴⁵. Assim, a união das parentelas em defesa da honra, as estratégicas alianças entre famílias, os ajustes de casamentos e apadrinhamentos, as redes de solidariedade e dependência poderiam remeter a uma lógica patriarcal. Mesmo aqueles aspectos mais institucionais da vida familiar traduziriam esta lógica.

Sobre a união dessas famílias de influência local através dos casamentos, vemos as muitas notas publicadas no jornal *Mensageiro da Fé*²⁴⁶ e *O Itaberaba* que reforçavam os discursos de legitimidade da família. É possível considerar que o objetivo das publicações dessas notas esteja associado ao desejo e interesse de tornar público os enlaces, visto que o noivado e, conseqüentemente, o casamento assumia significados de valor moral e político para sociedade. Tais publicações faziam referência a um tipo específico de família, que mantinha suas relações sociais imbricadas em uma classe social distinta, no qual, a maioria desses indivíduos situavam-se na pirâmide da hierarquia social local, compondo a classe média alta da cidade de Itaberaba e arredores. Talvez por isso, se fizesse tanta questão de atestar, perante a sociedade, a confirmação do casamento e a continuidade daquele modelo de vida conjugal pelos herdeiros, como bem pontuou Fernanda de Souza Lima (2014)²⁴⁷,

Nessa perspectiva, vale ressaltar que algumas dessas peculiaridades, apresentadas nas notas dos Jornais *O Itaberaba* e o *Mensageiro da Fé*, evidenciam que os discursos publicados ensejavam conduzir a sociedade, construindo assim lugares ordenados para os indivíduos se relacionarem, ou seja, a produção desses discursos privilegiava uma base institucional, que legitimava e revigorava a política de poder e dominação, garantindo assim a distribuição dos sujeitos que falam, profetizando ou mesmo reconduzindo a sociedade a exercer/assumir uma identidade tida como verdade. Assim, podemos considerar que por trás dessas “falas” havia instituições que cristalizavam uma noção de verdade a aquilo que se desejava legitimar, como aconteceu, por exemplo, com as ideias de modernidade e progresso do espaço urbano²⁴⁸.

Mesmo essa análise sendo extensível a diversas regiões brasileiras, para diversos níveis da política e para a etnografia da política de outros países, o exposto são os modos como, em alguns municípios do sertão baiano, a família é objeto de fabricação, de solidificações

²⁴⁵ NEVES (2003), op. cit., p. 226

²⁴⁶ O *Mensageiro da Fé* foi um periódico católico editado em Salvador pela comunidade franciscana, com circulação registrada entre as décadas de 1920 e 1940. De caráter pastoral e educativo, divulgava doutrina, notícias religiosas e conteúdos devocionais, alcançando grande tiragem sob direção de frades como Hildebrando Kruthaup. A publicação também produziu almanaques anuais e chegou a ser alvo de apreensão policial durante a Segunda Guerra, embora não haja comprovação de orientação política estrangeira em suas edições.

²⁴⁷ LIMA, Fernanda de Souza. **Entre o Público e o Privado: relações de gêneros nos processos de desquite e Divórcio no município de Itaberaba/BA (1950-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus/BA, 2014.

²⁴⁸ Idem, p. 55.

impermanentes, do mesmo modo como o é a política. Mais do que isso, que a política é um dos elementos através do qual se faz, desfaz-se e se mantém família.

A política municipal, nesse caso, não apenas reflete o parentesco, mas também constitui o território. Ao longo das disputas eleitorais, casamentos, rupturas e recomposições familiares, a genealogia é constantemente reconfigurada, evidenciando a maleabilidade dos laços de pertença. Tal como assinala Favret (1968)²⁴⁹, trata-se de “feixes de relações específicas e condicionais”, que podem ser mobilizados em diferentes circunstâncias para legitimar grupos políticos ou excluir adversários. A fabricação da família, portanto, é indissociável da fabricação da política, e vice-versa. A política, ao mesmo tempo que cria cortes e colagens na genealogia, reforça a centralidade da família como categoria estruturante da vida social.

Dessa maneira, a análise das famílias políticas no Brasil confirma que a reprodução das elites não se dá apenas pelo controle econômico, mas também pela capacidade de transformar parentesco em recurso político e cultural. A naturalização da herança, legitimada por processos de dominação simbólica, sustenta dinastias que se apresentam como “herdeiros legítimos” do poder. Assim, seja na Bahia oitocentista, na Paraíba oligárquica, no Paraná contemporâneo ou no sertão pernambucano, a família permanece como unidade estratégica de articulação entre economia, política e cultura, assegurando a continuidade de privilégios e a perpetuação das desigualdades sociais.

Assim, perceber este contexto nos faz pensar que, se a família em Itaberaba é um elemento central nos modos de ver, viver e avaliar o mundo e as ações de cada um, ela aparece como o resultado de uma montagem que tem diversos efeitos e outros tantos sintomas. Nesse contexto, a família é polissêmica e nunca uniforme. Família é o sobrenome. Família é a linhagem, que permite recortar a partir de um tronco, quer dizer, um fundador situado há algumas poucas gerações acima, um agrupamento que se reconheça como tal. Família é a casa: o conjunto que reúne os pais, a irmandade, alguns moradores ou até mesmo os funcionários. Nessa perspectiva, os esquemas espaciais que organizam os territórios de Itaberaba vão de um espaço dos patrimônios familiares ao espaço da cidade, sendo a fazenda seu eixo organizador.

O território-fazenda presta-se a modelar diversos contextos socioespaciais e, em particular, a formação de tipos territoriais: cidade e bairros rurais. A família, como estrutura de relações de parentesco e de afinidade (casamento e compadrio), prima pela utilização de variados mecanismos para a manutenção dos bens materiais e simbólicos constituintes do seu patrimônio. A família impõe adaptações sobre a materialidade, de modo a persistir, face à

²⁴⁹ FAVRET FAVRET-SAADA, Jeanne. “Relations de Dépendence et Manipulation de La Violence en Kabylie”, *L’Homme*, vol. 8(4), 1968.

sucessão dos seus membros. A continuidade do patrimônio pressupõe sucessores com direito e deveres, que preza pela continuidade do patrimônio e da utilidade familiar através do tempo, a partir de estratégias e adaptações que são construídas e implementadas como forma de flexibilização dos padrões organizatórios das relações de parentesco e de afinidade. Essas estratégias requerem arranjos particulares, visando à perpetuação da família como um grupo unificado através do sobrenome e da ocupação.

Dessa forma, a perspectiva de relacionar a família à noção de territorialidade, de pertencimento sociocultural a um grupo de origem, com localização territorial específica é um objetivo fundamental deste trabalho. Essa análise vale para o município de Itaberaba, mas não será difícil estender essa reflexão para outros lugares, guardando-se sempre as suas especificidades. As reflexões aqui colocadas, não são exclusivas para lugares considerados “distantes”, para populações consideradas “mal-informadas”. Poderão servir para países que são os fundadores da democracia representativa, bem como para os operadores desse regime, como os personagens citados anteriormente. Afinal, esses personagens políticos conhecem bem o seu funcionamento por conta de sua longa convivência com ele.

CAPÍTULO 3 – OS PARTIDOS POLÍTICOS NA REDEMOCRATIZAÇÃO PÓS-ESTADO NOVO

O processo de redemocratização brasileiro, desencadeado a partir da deposição de Getúlio Vargas em 1945, marcou uma inflexão decisiva na história política do país. Após quinze anos de centralização e autoritarismo, representados pela experiência do Estado Novo (1937-1945), o Brasil passou a viver um contexto de reabertura institucional e de reconfiguração dos espaços de participação política. Essa transição não ocorreu de forma linear nem isenta de contradições, pois, ao mesmo tempo em que se ampliavam direitos políticos, permaneciam práticas tradicionais de dominação local, sobretudo em regiões interioranas como o sertão baiano. Assim, compreender a redemocratização exige não apenas analisar as transformações estruturais no plano nacional, mas também observar como essas mudanças se concretizaram nas esferas regionais.

No cenário nacional, a queda de Vargas foi impulsionada tanto pelo desgaste do autoritarismo quanto pela pressão internacional decorrente da Segunda Guerra Mundial. O Brasil, que havia se aliado às potências democráticas contra o nazi-fascismo, não podia manter em seu território um regime ditatorial sem sofrer fortes questionamentos internos e externos. O movimento militar de outubro de 1945, liderado por generais como Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, resultou na deposição de Vargas e na convocação de eleições gerais para a escolha do presidente e da Assembleia Constituinte. Nesse contexto, emergiram novos partidos políticos, como o Partido Social Democrático (PSD), vinculado a setores da burocracia estatal e das oligarquias regionais; a União Democrática Nacional (UDN), identificada com o liberalismo e as camadas urbanas; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), herdeiro da legislação social e da base sindical construída durante o varguismo.

A Constituição de 1946, fruto desse momento, representou a tentativa de equilibrar as demandas por democracia representativa com a manutenção de estruturas tradicionais de poder. No plano jurídico, restabeleceu-se a separação entre os poderes, a autonomia dos estados e municípios, além da garantia de direitos civis e políticos. No entanto, tais avanços conviveram com a permanência do clientelismo, do coronelismo e do controle oligárquico em diversas regiões, especialmente no Nordeste. Essa contradição aponta que a redemocratização não se deu apenas pela via institucional, mas foi mediada por continuidades históricas que limitavam a plena universalização da cidadania política.

Na Bahia, a redemocratização trouxe consigo rearranjos entre as famílias tradicionais e a emergência de novas lideranças regionais. O estado, marcado por forte interiorização do poder, viu no PSD uma via de reorganização das elites agrárias e sertanejas, que encontraram

nesse partido um instrumento de articulação entre seus interesses locais e o novo quadro nacional. Já a UDN, embora mais forte em centros urbanos como Salvador, também encontrou espaço em municípios médios do interior, disputando com o PSD em arenas eleitorais que se estruturavam em torno de redes de parentesco e alianças políticas. O PTB, por sua vez, teve inserção mais limitada na Bahia, mas garantiu apoio de setores operários em cidades em processo de industrialização.

No sertão baiano, e particularmente em cidades como Itaberaba, Iaçú e Feira de Santana, a redemocratização se traduziu na intensificação da disputa entre famílias de tradição política e econômica. A correspondência de lideranças locais, como a de Rafael Cincurá, deputado federal constituinte eleito pela Bahia em 1946, evidencia a importância da articulação entre as esferas municipal e nacional. A atuação de Cincurá mostra como elites sertanejas conseguiram projetar-se para além do espaço local, participando ativamente da elaboração da nova ordem constitucional. Esse protagonismo demonstra que a redemocratização não foi apenas um fenômeno urbano ou das capitais, mas envolveu a mobilização de famílias do interior, cuja inserção no jogo político dependia da capacidade de articular relações de poder em múltiplas escalas.

O período também foi marcado por tensões entre a permanência de práticas coronelistas e a emergência de novas formas de participação. Se, por um lado, os prefeitos e deputados do interior continuavam a exercer forte controle sobre eleitores dependentes de suas redes clientelísticas, por outro, o acesso ao voto, mesmo que restrito, ampliava as possibilidades de contestação e de disputa. A Bahia sertaneja, nesse sentido, tornou-se um espaço de síntese entre a tradição oligárquica e a renovação institucional da política brasileira do pós-1945. Essa ambiguidade explica tanto a continuidade de famílias tradicionais no poder quanto a inserção gradual de novas lideranças políticas ligadas a outros setores sociais.

A redemocratização pós-Estado Novo foi um processo de múltiplas camadas. Nacionalmente, significou a restauração das instituições democráticas e a reorganização dos partidos políticos. Regionalmente, e no caso específico da Bahia, representou a adaptação das elites sertanejas às novas regras do jogo político, sem abandonar os mecanismos de controle local. A análise dessa dinâmica revela a centralidade das famílias na mediação entre sociedade e Estado, reafirmando a importância de compreender o poder político no Brasil como um fenômeno atravessado por práticas históricas de longa duração.

Além da análise das fontes documentais, considero de fundamental importância para a escrita deste capítulo, o trabalho de Paulo Santos Silva (1992)²⁵⁰ em sua obra *A volta do jogo*

²⁵⁰ SILVA, Paulo Santos. **A volta do jogo democrático (Bahia, 1945)**. Salvador: Assembleia Legislativa. 1992.

democrático: Bahia, 1945 e Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937 da historiadora, também baiana, Consuelo Novais Sampaio. O primeiro trabalho analisa a retomada da política democrática na Bahia ao término do Estado Novo, especialmente no contexto em que a Bahia integra o movimento nacional de redemocratização com características próprias, marcadas pela dinâmica de suas elites políticas regionais e seus nexos com a esfera federal. O autor destaca a importância das eleições estaduais de dezembro de 1945 na Bahia, momento no qual foram escolhidos senadores e deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, com figuras como Aloysio de Carvalho e Pinto Aleixo. Esses pleitos representaram o primeiro passo institucional para o restabelecimento da autonomia política estadual e a reconstrução de partidos e instituições democráticas suprimidas durante o período varguista.

Para Silva, esse retorno democrático não foi meramente espontâneo, mas resultado de articulações entre elites locais, partidos como PSD e UDN, e lideranças regionais capazes de capitalizar politicamente o fim do autoritarismo. Nesse processo, o estado da Bahia exibiu uma transição pactuada, na qual a política tradicional encontrou canais formais de reentrada política dentro da nova ordem constitucional, mantendo parte de suas prerrogativas de controle local, mas sob um regime de competição mais plural. Assim, a obra revela como os mecanismos eleitorais e as instituições democráticas foram reconstruídos com base em uma conciliação entre “jogadores” tradicionais - coronéis, intelectuais, políticos conservadores - e novos agentes emergentes da redemocratização. Este arranjo garantiu uma redemocratização dirigida, onde o reequilíbrio institucional foi mediado por pactos entre diferentes grupos de poder, abrindo caminho para o sistema multissetorial de poder político que consolidaria a república democrática na Bahia pós-1946.

Por fim, acerca das discussões sobre os embates políticos entre o governo Vargas, representado na Bahia pelo interventor cearense Juracy Magalhães, e os autonomistas a obra de Consuelo Novais Sampaio é inovadora. A autora discorre sobre a política baiana da Primeira e Segunda República e a sua abordagem gira em torno da disputa empreendida pelos diversos grupos políticos pela conquista do poder na Bahia a partir da recomposição do processo político-partidário e a atuação do Legislativo baiano entre 1930 e 1937 à luz das diferentes propostas e agremiações políticas, sendo a Concentração Autonomista, somente uma delas. Trabalho fundamental para entendermos o cenário que antecede a redemocratização pós-Vargas na Bahia.

É importante salientar que este capítulo não tem o objetivo de recuar no tempo para apresentar o impacto da Era Vargas (1930-1945) na política baiana. Contudo, aspectos aqui

apresentados sobre o referido contexto, servirão fundamentalmente, para colaborar para o entendimento acerca do cenário que se monta após 1945, que é resultado das transformações e ações anteriormente conduzidas pela oposição ou pelos favoráveis a Juracy Magalhães, cearense e interventor da Bahia por indicação de Vargas. Assim, o objetivo desse capítulo é perceber as estratégias de poder empreendidas pelos partidos políticos no cenário baiano frente às mudanças políticas no Brasil após a queda de Getúlio Vargas e o conseqüente processo de redemocratização. A compreensão desse cenário ajudará na percepção das articulações políticas e os motivos que levaram à formação de coligações partidárias e a reorganização política que redefiniram as bandeiras de luta e o conteúdo ideológico que será utilizado no embate político entre os udenistas e os petebistas no Estado e no município estudado.

3.1 A “redemocratização” na Bahia: definições ideológicas e partidárias

Israel Pinheiro (1999)²⁵¹ ao tratar sobre a política baiana, no período da Primeira República (1889 - 1930), afirmou que ela se encontrava em profunda estagnação, desde o começo do Império (1822-1889). Havia uma clara falta de dinamismo político devido à ausência de nomes importantes na política nacional, com exceção de Rui Barbosa²⁵². A política baiana era um caminho para a manutenção e continuidade do *status quo* de grupos conservadores através do clientelismo²⁵³ e da posição política das famílias tradicionais do estado. Esses políticos baianos tinham como objetivo fundamental, permanecer ao lado dos detentores do poder para tentar recuperar diante do país a posição de destaque que durante o Império o estado desfrutou.

Pinheiro continua sua análise afirmando que pelo fato da Bahia não ter evoluído politicamente o bastante para adaptar-se ao período republicano, ocorreu a privatização do Estado para satisfazer aos interesses dos grupos no poder. Tal fato só foi possível porque o único grupo que permanece na disputa eleitoral é a oligarquia baiana, agora dividida em partidos políticos que praticamente tinham as mesmas defesas ideológicas e se diferenciavam por seus políticos importantes: J.J. Seabra, Góes Calmon, Severino Vieira, Otávio Mangabeira, por exemplo. Isso explica por que tais partidos não se resumiam às siglas, mas aos sobrenomes dessas figuras de importância política - os seabrista, os calmonista e severenista - claramente

²⁵¹ PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismo. In: **Ideação**, Feira de Santana, n. 4, jul./dez, 1999, p 47-78.

²⁵² Ruy Barbosa foi um jurista, advogado, diplomata, jornalista e político baiano que nasceu em Salvador, Bahia, em 1849. Ele foi uma figura central na política brasileira, defendendo a abolição da escravatura e a liberdade religiosa, e tendo um papel fundamental na elaboração da Constituição da Primeira República.

²⁵³ Clientelismo: é a troca de favores entre duas figuras políticas (uma mais forte e outra mais fraca) em troca de apoio político (José Murilo de Carvalho. Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual).

sinal do personalismo que dominou a política no estado não só durante a primeira república, mas até a Revolução de 1930.

J.J. Seabra²⁵⁴ foi o único político de relevância da Primeira República que apoiou a Aliança Liberal na Bahia. O apoio só aconteceu devido ao seu afastamento do poder há quase 10 anos, quando finda seu governo em 1924. Vendo na situação que se formou, uma oportunidade para retornar ao cenário político, J.J. Seabra começou a cobrar vantagens pelo apoio dado à Aliança Liberal pós “Revolução de 1930”, sobretudo no que diz respeito a uma possível nomeação a interventoria, o que fora negado por Getúlio Vargas em nome da manutenção dos ideais revolucionários e da possibilidade de frear de vez as antigas oligarquias baianas. Getúlio Vargas, conhecedor das peculiaridades da política baiana, nomeou um de seus aliados, o Leopoldo Amaral, que por não conseguir se manter por muito tempo no poder abriu caminho para a chegada de Juracy Magalhães.

Nesse ínterim, os jornais baianos iniciaram uma campanha de indicação de J.J. Seabra ao cargo de interventor, porém sem sucesso. Com a então nomeação de Juracy Magalhães a interventoria, Seabra se coloca definitivamente como oposição, juntamente com os irmãos Mangabeira, João e Otávio. Agora, a imprensa de oposição na capital e no interior passa a publicar artigos que afirmavam a importância da Bahia ser governada por um baiano e não por um “forasteiro”, militar e tão inexperiente politicamente quanto Juracy era²⁵⁵. Expressões²⁵⁶ como “Brios Baianos”; “A Bahia ainda é a Bahia”; “Bahia, a heroína hercúlea de seios titânicos”, dão o tom de uma oposição que tenta lembrar um passado há muito inexistente. É essa fixação nas glórias anteriores que foi a base para a campanha nas eleições de 1934, que teve Otávio Mangabeira como candidato ao governo do estado pela oposição e J.J. Seabra como candidato a deputado federal.

Assim, a insatisfação do grupo dirigente, oposição ao interventor, resultou na organização em 1933, da Liga de Ação Social e Política, a LASP, uma agremiação formada por jovens e professores da Faculdade de Medicina e de Direito empenhados na campanha a favor da devolução da Bahia à posse de si mesma. Por revelar-se pouco coesa, a LASP passa a ser conduzida pelo experiente político J. J. Seabra que possibilitou ao grupo, concorrer às eleições

²⁵⁴ Sobre Ruy Barbosa e J.J. Seabra ver SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador, 2009.

²⁵⁵ MAGALHÃES, Juracy. **Minhas Memórias Provisórias**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

²⁵⁶ As expressões citadas são encontradas em jornais de apoio a J.J. Seabra como: “O Imparcial”, “A Tarde”, “Diário da Bahia” e “Diário de Notícias”.

daquele ano, defendendo a chapa “A Bahia ainda é a Bahia”, que elegeu apenas dois dos seus representantes²⁵⁷.

Com o retorno de Simões Filho e Otávio Mangabeira do exílio, respectivamente em dezembro de 1933 e agosto de 1934, a resistência à interventoria de Juracy Magalhães foi fortalecida através da Concentração Autonomista, frente de oposição organizada por ambos no ano de 1934, que abrigou diferentes associações políticas contrárias ao governo Vargas na Bahia, entre elas, a LASP. Os autonomistas defendiam a chapa do Governador Otávio Mangabeira apelando pelo “orgulho regional” que, segundo Sampaio (1992)²⁵⁸ resultou na ocupação de 13 dos 42 lugares na Assembleia estadual Constituinte. Figuras políticas como José Joaquim Seabra, João Mangabeira, Wanderley Pinho, entre outros formaram uma unidade no combate ao novo governo, e no curso dessa disputa entre governo e oposição formou-se o autonomismo, movimento não exclusivo da capital, mas também presente em vários municípios do interior notado através de alianças realizadas com os líderes autonomistas da capital com chefes políticos locais nos diversos municípios da Bahia²⁵⁹.

Juracy Magalhães, temeroso com as possíveis hostilidades dos chefes políticos locais e da recusa em relação a sua nomeação a interventoria, se articula com o intuito de buscar o apoio destes. Consuelo Sampaio afirma que após a recusa da aliança por parte de J.J Seabra, João Mangabeira e Pedro Lago, o interventor alia-se ao conselheiro João Pedro dos Santos, o desembargador Pedro Ribeiro de Araujo Bitencourt e o ex-deputado federal João Pacheco de Oliveira²⁶⁰. No interior do Estado, o apoio a Juracy Magalhães veio a partir das alianças com os tradicionais líderes políticos locais, ou seja, os coronéis. Embora o interventor tivesse inovado na administração do estado, foi recorrendo a uma prática política da República Velha que ele conseguiu receber apoio nos principais municípios do estado: a troca de favores²⁶¹.

Segundo Consuelo Sampaio, em janeiro de 1933, Juracy Magalhães iniciou uma peregrinação pelo interior da Bahia. A fim de obter amplo apoio dos grupos políticos municipais, o interventor dividiu o estado em amplas coligações. A principal, a Coligação Sertaneja, foi comandada pelo coronel Franklin Lins de Albuquerque²⁶², que congregava vinte municípios, e a Aliança Social e Política Municipal (ASPM), liderada pelo engenheiro José

²⁵⁷ SAMPAIO. Consuelo Novais. **Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992, p. 102.

²⁵⁸ Idem, p. 96-102.

²⁵⁹ Sobre isso ver SAMPAIO (1992), op. cit. e SILVA, Paulo Santos. **Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930/1949)**. Salvador: EDUFBA, 2011.

²⁶⁰ SAMPAIO (1992), op. cit., p. 87.

²⁶¹ PINHEIRO (1999), op. cit., p. 49-78.

²⁶² Para mais ver MELLO, M. A. G. **História política do baixo médio São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

Jatobá, que englobava dez municípios²⁶³. Juracy Magalhães se aproveitou dos “elementos válidos de cada municipalidade”²⁶⁴ para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária, objetivo alcançado se levarmos em consideração que em 1933 foram a Salvador, 151 representantes dos municípios a fim de participarem da convenção que daria origem ao Partido Social Democrático regional, o PSD.

O PSD baiano foi uma criação de Juracy como resultado de um trabalho de agrupamento de alianças feitas por ele. Quando se iniciam as conversas acerca da organização dos partidos da revolução em 1933, Juracy já contava com o grande apoio do estado, com a consolidação de 400 diretórios municipais, que elegeram 20 dos 22 deputados federais, além de 40 dos 53 deputados estaduais, provando claramente o domínio de Juracy Magalhães no estado, como pontuado em discurso pelo próprio interventor²⁶⁵,

O que eu fiz, na realidade, foi aproveitar os elementos válidos em cada municipalidade para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária. Além disso, dei autonomia política às chefias locais, eliminando intermediários, como João Mangabeira e Chico Rocha, para tratar dos problemas diretamente com os pequenos chefes municipais, que passaram a me manifestar suas preferências, indicando eles próprios o candidato a deputado que desejavam apoiar em sua área, de modo a estabelecer nossa vinculação em bases absolutamente democráticas e reais²⁶⁶.

Assim, Juracy inaugura na Bahia uma “nova velha ordem”, como bem colocou Vítor Nunes Leal (1986)²⁶⁷. Nova porque os coronéis, apesar de muito poderosos, precisavam se submeter a uma estrutura partidária e a um líder único e maior, que nesse caso é o próprio interventor. E é velha porque a base das relações, era ainda, a troca de favores entre o governador e os coronéis, exatamente como antes da Revolução.

Os líderes autonomistas também se moveram para o interior do Estado, fundando comissões partidárias em vários municípios na tentativa de arregimentar novos adeptos, ou assim como Juracy Magalhães, obter o apoio dos coronéis²⁶⁸. Nota-se que, diferente do que havia ocorrido no ano de 1933, na campanha de 1934 tanto Juracy Magalhães, quanto os autonomistas deixaram de lado o comodismo da campanha somente na capital e focaram no sertão, que parecia definidor das eleições. Inspirados por Goes Calmon²⁶⁹, os nomes que

²⁶³ SAMPAIO (1992), op. cit., p. 91.

²⁶⁴ MAGALHÃES (1982), op. cit., p. 83.

²⁶⁵ Idem, idem.

²⁶⁶ MAGALHÃES (1982), op. cit., p. 73.

²⁶⁷ LEAL (2012), op. cit.

²⁶⁸ SAMPAIO (1992), op. cit., p. 102.

²⁶⁹ BRITO, Jonas. **A Bahia dos Calmon**: um ás no jogo político da I República (1920 - 1926). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

pleiteavam “uma cadeira dirigente no estado, embrenhavam-se cada vez mais no sertão, com a justificativa de que precisavam conhecer melhor os problemas do interior e do homem interiorano”²⁷⁰.

De forma bastante insistente, Juracy Magalhães atuava no sentido de combater a oposição, inicialmente agindo contra a LASP, em 1933, e depois contra a Concentração Autonomista, em 1934, tanto na capital quanto no interior. Prova disso é que os jornais de oposição, fortemente perseguidos, como a Folha do Norte, de Feira de Santana, o Jornal Oficial, (de Canavieiras), O Município (Santo Amaro), o Diário da Tarde de Ilhéus, entre outros jornais de municípios do interior, trazia notícias sobre a oposição baiana ao governo de Getúlio Vargas, uma vez que os seus dirigentes estavam preocupados em combatê-la e, para isso, publicaram, ainda que em alguns casos, esparsamente, notícias sobre ela.

Dessa forma, entre 1930 e 1945, a Bahia apresentava-se em parte na defesa do interventor Juracy Magalhães e na oposição representada pela Concentração Autonomista, até o final do Estado Novo com a redemocratização. Por isso, ao analisarmos a Era Vargas na Bahia nos deparamos com as disputas políticas locais que refletiram, de forma particularizada, os dilemas nacionais do período. A figura de Juracy Magalhães, simbolizou a tentativa de centralização do poder e a construção de uma nova ordem política vinculada ao projeto varguista de modernização do Estado. Sua administração, ao mesmo tempo em que buscava implantar reformas e alinhar a Bahia ao modelo centralizador do governo federal, provocou forte resistência entre setores das elites tradicionais e dos políticos locais que viam na nomeação de um interventor externo uma afronta à autonomia estadual.

Paralelamente, a Concentração Autonomista expressou a reação organizada de lideranças baianas contrárias à preponderância de Juracy e ao enfraquecimento das forças políticas locais. Composta por opositores de diferentes correntes, mas unidos pela defesa da autonomia regional, a Concentração Autonomista encarnava uma resistência ao projeto varguista de intervenção nos estados, resgatando, ao mesmo tempo, um discurso de valorização das tradições políticas baianas e de preservação do poder das famílias regionais. A disputa entre os juracistas e os autonomistas não se restringiu a embates administrativos, mas representou um verdadeiro confronto de projetos de poder: de um lado, a modernização centralizada e alinhada ao Estado Novo; de outro, a continuidade das práticas oligárquicas que garantiam às elites locais o controle sobre o espaço político.

²⁷⁰ MOREIRA. Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 207.

Assim, a Era Vargas na Bahia deve ser compreendida como um período de tensões e negociações entre o poder central e as elites estaduais. A trajetória de Juracy Magalhães e a reação da Concentração Autonomista exemplificam o caráter híbrido da política baiana, marcada por arranjos que combinavam inovação institucional e permanência de estruturas tradicionais. A oposição entre essas forças evidenciou que a rediscussão da autonomia estadual, longe de ser apenas uma questão formal, representava a luta pelo controle dos recursos, cargos e símbolos de poder que estruturavam a vida política no sertão e no Recôncavo. Nesse sentido, a experiência baiana demonstra como a Era Vargas, apesar de seu ímpeto centralizador, não anulou as disputas locais, mas, ao contrário, intensificou a complexa relação entre Estado e região, redefinindo a configuração política que sustentaria a Bahia nas décadas seguintes.

3.1.1 – O processo de redemocratização pós-Vargas: a organização partidária nacional

As transformações que ocorreram na esteira do desfecho da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, tornou insustentável a manutenção da ditadura do Estado Novo e fez com que a questão político-eleitoral passasse a ocupar os interesses nacionais, tendo como horizonte a execução de uma transição rumo a uma democracia representativa. Esse processo de abertura política foi conduzido pela cúpula estadonovista que, deste modo, buscava evitar que fosse severamente abalada a permanência dos grupos políticos que estavam no poder²⁷¹. Para Souza (1976)²⁷², o panorama pós-Estado Novo não comportava rupturas profundas, mas também não deveria conservar plenamente o contexto sociopolítico vivenciado durante o período ditatorial. Nesse novo panorama, a legitimação do Estado se assentaria em outras bases, especificamente através no voto. Por isso, convinha às organizações partidárias e aos candidatos a cargos eletivos levar em consideração os elementos presentes na conjuntura nacional diante do restabelecimento do jogo eleitoral, a partir de 1945.

Com a abertura política processada com a derrocada do Estado Novo foram estruturados os partidos políticos que, segundo a legislação eleitoral que passou a vigorar em 1945, deveriam, obrigatoriamente, possuir bases nacionais. A partir desse momento, destacaram-se como organizações partidárias com maior grau de influência no quadro político brasileiro a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). Esses partidos, embora surgidos do mesmo processo de reorganização política, representaram interesses distintos,

²⁷¹ SOARES, Gláucio. A. D. **Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)**. São Paulo: Difel, 1973, p. 105-106.

²⁷² SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, 1983.

possuíam bases sociais diferenciadas e expressavam projetos ideológicos que refletiam tanto as tensões da política interna quanto as influências do cenário internacional da Guerra Fria.

Maria do Carmo Campello (1983)²⁷³ ressalta que objetivando combater os regionalismos e implementar a nacionalização dos partidos, o Código Eleitoral de 1945 estabeleceu a coleta de assinaturas em todos os estados da federação como critério básico para a efetivação dos registros partidários. Saiu a frente em 1945, o PSD no qual agregou sob suas bases, prefeitos e interventores dos estados beneficiados por cargos concedidos por Vargas, conseguindo, assim, afiliação nacional necessária para disputar as eleições. A UDN só conseguiu se adequar aos critérios, quanto ao registro do partido, após se articular com outras facções que tinham em comum a oposição ao Estado Novo, em outubro de 1945²⁷⁴.

Assim, O PSD, criado em 1945 sob a liderança de Getúlio Vargas, reuniu as forças vinculadas às elites agrárias, aos interventores estaduais e aos setores burocráticos do Estado Novo. Estruturado a partir da herança varguista, tornou-se o partido oficial do poder, ocupando um espaço de centro pragmático no espectro político. Seu perfil ideológico era marcado pelo conservadorismo moderado, pela defesa do desenvolvimento econômico centralizado e pela manutenção da ordem social. O PSD representava, em grande medida, os interesses da classe política tradicional, com forte penetração no interior e nas regiões agrárias. Sua força eleitoral foi decisiva para a eleição de Eurico Gaspar Dutra em 1945, configurando-se como partido de sustentação governamental ao longo de boa parte da República Liberal²⁷⁵.

Nos estados, o PSD começou a ser organizado sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelos interventores), membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos etc. Em muitos estados, o que decidiu a adesão ou não ao PSD foi a questão regional. Políticos que apoiavam o presidente Vargas, mas discordavam do interventor ficaram na oposição. Antigas desavenças que remontavam à República Velha também influíram na formação do novo partido.

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947 o PSD solidificou ainda mais sua posição. Nas eleições complementares para a Câmara e o Senado o partido fez dez deputados, três em coligação com o Partido Republicano (PR), num total de 19 vagas, além de 14 senadores em 21. Completava-se assim o número de três senadores por estado, determinado pela nova Constituição. Para os governos estaduais, o partido elegeu 11 governadores: Alagoas - Silvestre

²⁷³ SOUZA (1983), op. cit.

²⁷⁴ Idem, p. 115.

²⁷⁵ HIPOLITO, Lúcia. **De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Péricles de Góis Monteiro; Mato Grosso - Arnaldo Figueiredo; Pará - Luís e Moura Carvalho; Paraná - Moisés Lupion; Pernambuco - Barbosa Lima Sobrinho; Rio Grande do Norte - José Augusto Varela; Rio Grande do Sul - Válter Jobim; Espírito Santo - Carlos Fernando Lindenberg (PSD-UDN); Santa Catarina - Aderbal Ramos da Silva (PSD-PTB); Sergipe - José Rolemberg Leite (PSD-PTB-PR); e Rio de Janeiro - Edmundo de Macedo Soares e Silva (PSD-PTB-UDN). Além disso, o PSD coligou-se com a UDN e com o Partido de Representação Popular (PRP) para eleger o governador da Bahia, o udenista Otávio Mangabeira²⁷⁶.

Márcio Delgado (2006)²⁷⁷ assinala que as tensões provocadas pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado das Forças Aliadas, e do Manifesto dos Mineiros, iniciaram uma grande pressão social por parte de parcelas da pequena burguesia contra a continuidade do regime estadonovista, isso ainda no ano de 1943. Essa pressão social fez com que o governo Vargas, no ano de 1945, editasse pontos da Constituição que tratavam de eleições, indicando uma abertura democrática e uma possível nova Carta, e é nessa conjuntura que a UDN começa a ser articulada. Para ele, os diferentes grupos que compunham o partido representavam os interesses tanto regionais quanto pessoais das lideranças da UDN.

Assim, a UDN surgiu como partido de oposição, reunindo setores urbanos, elites intelectuais, empresários liberais e parte da classe média que se colocava contra Vargas e sua herança política. Criada em 1945, a União Democrática Nacional se apresentou como o principal antagonista do varguismo e do populismo trabalhista. Sua identidade ideológica era fortemente liberal-conservadora, marcada pelo discurso em defesa da moralização política, do combate à corrupção e da limitação da intervenção estatal na economia. O udenismo, embora expressivo nas grandes cidades e nos centros urbanos de maior dinamismo econômico, enfrentava dificuldades em consolidar bases populares mais amplas. Ainda assim, desempenhou papel fundamental na crítica aos governos de Vargas e João Goulart, sendo um dos principais articuladores da oposição ao projeto trabalhista e da sustentação política que levou ao golpe de 1964.

A UDN emerge como sucessora da “tradição liberal brasileira” como aponta Benevides (1981)²⁷⁸,

²⁷⁶ https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/PARTIDO%20SOCIAL%20DEMOCRATICO%20_1945-1965_.pdf

²⁷⁷ DELGADO, Márcio de Paiva. **O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

²⁷⁸ BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945- 1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

as liberdades individuais são a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos [...] Seus ideais mobilizadores, sua confiança no progresso democrático, sua preocupação com as liberdades individuais faz dela o padrão do liberalismo burguês [...]”²⁷⁹.

A UDN sustentou durante toda a sua existência, a imagem de sucessora, herdeira e continuadora do liberalismo brasileiro. Afirmava ser a representante das classes médias urbanas, a partir da inspiração em figuras liberais brasileiras históricas, como Teófilo Otoni²⁸⁰ e Rui Barbosa. Dado que a UDN mostrava ser um partido com traços particulares do liberalismo brasileiro, é preciso, pontuar que o liberalismo que se desenvolveu na história brasileira era muito mais um ideal importado que se adequou mal a realidade social periférica do capitalismo. Na Europa, o liberalismo do início do século XX era uma ferramenta de crítica e de mudança social, já no Brasil, não passou de uma moda da época que não servia para a realidade brasileira daquele século e nem de tempos atuais²⁸¹.

Importante colocar que, apesar da autoimagem cunhada de partido modernizador, a UDN ainda conseguia adentrar nas zonas rurais, regiões tidas sociologicamente como atrasadas, obtendo ali uma parte considerável de seus votos. Um estudo feito por Gláucio Soares, citando Otávio Dulci (1986)²⁸² confirma este dado. Nele, Gláucio (1973)²⁸³ demonstra que tanto o PSD (Partido Social Democrático) quanto a UDN possuíam uma expressiva votação nas áreas rurais em detrimento das zonas urbanas. Curiosamente, os votos na UDN também eram mais frequentes em estados com menor renda per capita e menor alfabetização, contudo, não era um partido de representação unicamente da burguesia agrária. Soares segue afirmando que a UDN também representava boa parte da pequena burguesia urbana nas cidades, e essa dinâmica em relação à base social do partido sugere uma correlação negativa com a industrialização e modernização do país, já que predominava mais a base rural e agrária²⁸⁴. Esse fato deixa evidente a influência de frações da burguesia agrária no interior do partido.

As ideias propostas pelo PTB, isto é, o trabalhismo, eram compostas por aspirações, valores e princípios que circulavam no imaginário²⁸⁵ social das camadas populares antes mesmo

²⁷⁹ BENEVIDES (1981), op. cit., p. 243.

²⁸⁰ Jornalista e político, foi militante republicano durante o império. É dele o gesto de acenar com um lenço branco para o povo, que se tornou símbolo do liberalismo brasileiro (cf. Duarte, 2002) e em 1945 foi reivindicado pela UDN na chamada “campanha do lenço branco”.

²⁸¹ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

²⁸² DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1986.

²⁸³ SOARES, Gláucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

²⁸⁴ DULCI (1986), op. cit.

²⁸⁵ Por imaginário social entende-se “uma das forças reguladoras da vida colectiva [...] [que] informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação [...], o Nº 7, Ano 5, 2011 194 dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de

da criação do próprio partido. Logo, componentes de natureza material, como os benefícios auferidos com a legislação do trabalho, e simbólica, como os sentimentos de dignidade, de gratidão e de justiça que atravessavam a referida relação, contribuíram consideravelmente para a formação substancial de uma tradição política trabalhista. Como resultado, vê-se a constituição de um patrimônio político e cultural construído e disseminado também pelas experiências das classes populares, ao longo de algumas décadas, e em contextos políticos diversos, que criaram condições propícias, a posteriori, à formação e ao peso político eleitoral do PTB²⁸⁶.

Não desconsiderando os obstáculos, alguns recursos políticos, evidentemente, estavam à disposição do PTB para levar a cabo a gestação da sua estrutura organizativa. Ainda em 1945, no ano de fundação, Jorge Ferreira (2005)²⁸⁷ e Ângela de Castro Gomes (1989) juntamente com Maria Celina D'Araujo (1989)²⁸⁸ afirmaram que o movimento popular queremista foi um desses recursos. Receosos com a possibilidade de eventuais perdas de direitos sociais com a saída iminente de Vargas do governo, os trabalhadores ascendem contestando aos opositores do presidente da República e apoiando-se no aporte ideológico do trabalhismo. Assim, segundo os autores, o queremismo em muito contribuiu para a organização do PTB, que se aproveitou da capilaridade da estrutura montada dos comitês de apoio à “Constituinte com Vargas”. Contudo, sem nomes relevantes para participar do processo eleitoral que se avizinhava, e imerso em uma estrutura social ainda eminentemente agrária²⁸⁹, um partido dirigido aos trabalhadores, principalmente aos das cidades, teria de se esforçar bastante, e por anos, para alcançar capilaridade nacional.

A centralidade na pessoa de Getúlio Vargas era uma das mais significativas características da formação do PTB. Segundo Maria Celina D'Araújo (1996)²⁹⁰, o maior líder da agremiação, Getúlio Vargas exerceu poderosa influência na organização partidária. Para a autora, o PTB nasce e se mantém ao longo dos anos como um partido fortemente centralizado e autoritário, com nítidos contornos carismáticos, girando, até 1954, em torno da figura de Getúlio Vargas. Comumente,

valores”. Cf. BACKZO, Bronislaw, “Imaginação social”. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 309-311.

²⁸⁶ FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil** – o imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

²⁸⁷ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

²⁸⁹ Como já dito anteriormente, ainda que o país estivesse, nesse contexto, experimentando um considerável processo de urbanização e de industrialização, a maioria da população residia no campo. Nos anos 1940, o censo aponta uma taxa da urbanização brasileira atingia a casa dos 31,2%. Na década seguinte, a taxa nacional cresceu para 36,2%.

²⁹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1996

lideranças da sua confiança, ou mesmo parentes, detinham o controle da cúpula dirigente, pouco afeita ao debate coletivo endógeno sobre os rumos a serem perseguidos pela legenda. Sem lugar à dúvida, variável que em muito contribuiu para o estabelecimento de uma hegemonia gaúcha no partido, hegemonia essa que teremos a oportunidade de observar por meio da relevância das lideranças e dos grupos políticos que se seguem²⁹¹.

Além de ser considerado um partido de origem carismática, o PTB, representou igualmente a incipiente experiência formativa de um partido de massas na história republicana brasileira. Do ponto de vista organizacional, como bem pontuou Robert Michels (1982)²⁹², era um partido de massas, popular e esquerdista que representou historicamente a tendência à centralização decisória interna, em função de variáveis diferentes. Autoritarismo interno, sob o ângulo organizacional, porém se observarmos sua relação externa com a sociedade civil, podemos identificar uma face também democrática. Assim, a trajetória do PTB permite caracterizá-lo como um partido que se relaciona ativamente com o ambiente social e eleitoral.

No geral, o PTB foi fundado em 1945 a partir da base sindical e trabalhista fomentada pelo Estado Novo. Criado com o objetivo inicial de controlar e canalizar as demandas operárias, acabou transformando-se em um dos principais instrumentos de mobilização política das classes trabalhadoras urbanas. Seu projeto ideológico estava ancorado no trabalhismo e no populismo, defendendo a ampliação dos direitos sociais, a legislação trabalhista e uma política de desenvolvimento econômico que incluísse maior intervenção do Estado. Sob a liderança de Vargas e, posteriormente, de João Goulart, o PTB representou a principal força de esquerda institucional da República Liberal, disputando espaço tanto com a UDN quanto com o PCB. A identificação do partido com as massas urbanas, especialmente trabalhadores industriais, conferiu-lhe papel central na polarização política do período.

O Partido Comunista Brasileiro – PCB após 1945, adotou uma política não muito diferente daquela predominante durante quase toda a sua existência. Com exceção de curtos períodos, a formação de frentes únicas dominou a sua linha política, principalmente após o ingresso de Luís Carlos Prestes em suas fileiras. Do mesmo modo, permeou em toda sua atuação, de maneira mais ou menos acentuada, a defesa do nacionalismo. A linha política que prevaleceu nos dois primeiros anos após o conflito mundial foi também ditada pela União Soviética, que preconizava a convivência pacífica com os Estados Unidos e demais países capitalistas.

²⁹¹ D'ARAÚJO (1996), op. cit., p. 156.

²⁹² MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

Nesse contexto de reabertura política, o PCB solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE o seu registro, concedido provisoriamente em outubro de 1945 e definitivamente em novembro do mesmo ano. Assim, o partido voltava a atuar na legalidade, após 18 anos de atuação, sendo 13 na clandestinidade. Agora legal, o partido atraiu muitos escritores, jornalistas e professores universitários. Entretanto, nenhum deles atingiu postos de direção, sendo-lhes atribuídas apenas tarefas secundárias dentro do partido. Muitos iriam concorrer na legenda do PCB às eleições de 1945 e 1947, como os escritores Jorge Amado, Graciliano Ramos e Álvaro Moreira, o historiador Caio Prado Júnior, o pintor Cândido Portinari, o físico Mário Schemberg e o jornalista Aparício Torelli²⁹³.

Nas eleições de 1945, decidido a apresentar candidato próprio à presidência da República, o partido lançou a candidatura de Iêdo Fiúza, que fora prefeito da cidade de Petrópolis (RJ) e não era filiado a seus quadros, corroborando assim a tese da união nacional. Segundo dados, Fiúza obteve nas eleições de 2 de dezembro 10% dos votos, ou seja, 569 mil votos contra 55% do candidato apoiado por Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra, e 35% do candidato da oposição, brigadeiro Eduardo Gomes da UDN. Essa candidatura própria repercutiu mal dentro do partido, pois havia um grupo que era favorável ao candidato Eduardo Gomes. Nas eleições para a Constituinte o partido conseguiu o apoio de 9,7% do eleitorado e elegeu 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, o mais votado obtendo um total de 157.397 votos²⁹⁴. Assim, a bancada comunista na Constituinte em 1946, se distribuiu pelos órgãos técnicos, onde teve atuação destacada.

Leôncio Martins (1981)²⁹⁵ considera que no período em que atuou na legalidade, o PCB dispôs de uma vasta rede de órgãos de divulgação, entre jornais, revistas, editoras e entidades culturais. Em 1946 o partido possuía oito jornais diários, alguns semanários e duas editoras. A fase de atuação legal também propiciou um aumento rápido no número de inscritos no partido. Para o autor, a adesão ao PCB estava ligada em parte ao prestígio de Luís Carlos Prestes e em parte ao prestígio da URSS, que tivera um papel fundamental na derrubada do nazifascismo. Segundo algumas estimativas, o PCB no início da fase de redemocratização, em 1945, contava entre dois e cinco mil membros e em 1946, de acordo com Leôncio Martins, atingiu 180 mil membros inscritos. Este notório crescimento em 1945 pode ser verificado na eleição de 15

²⁹³[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização". In **O Brasil República**, vol. III da História Geral da Civilização Brasileira, coordenada por Boris Fausto, Difel, São Paulo, 1981.

parlamentares²⁹⁶, resultado em grande parte, dos trabalhos realizados pelos Comitês Populares Democráticos²⁹⁷, em parceria com o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que se expandiram por todo o país com as campanhas de alfabetização de adultos, criação das bibliotecas de bairros, clubes sociais e culturais a fim de elevar o nível cultural e educacional do povo através do ensino.

Ideologicamente, o Partido Comunista Brasileiro estava alinhado ao marxismo-leninismo e defendia a construção de um Estado socialista, com base na luta de classes e no protagonismo da classe operária. No entanto, com o início da Guerra Fria, o presidente Eurico Gaspar Dutra “alinhou-se com a diplomacia americana, manteve sob vigilância o movimento operário e buscou isolar o Partido Comunista, tolhendo suas manifestações, procurando impedir o seu crescimento e incompatibilizando- com a democracia”²⁹⁸. O resultado foi a cassação de seu registro em 1947 e a perseguição a seus dirigentes, o que devolveu o PCB à clandestinidade. Apesar disso, sua influência no movimento sindical urbano permaneceu significativa, contribuindo para a radicalização das lutas sociais e para o fortalecimento do discurso de oposição ao sistema capitalista.

A estrutura partidária pós-1945, portanto, refletiu a tensão entre continuidade e ruptura. Enquanto o PSD representava a herança do Estado Novo e a manutenção de práticas tradicionais de poder, a UDN se erguia como força liberal-conservadora de oposição, e o PTB encarnava o populismo trabalhista, abrindo espaço para a mobilização popular. O PCB, ainda que marginalizado pelo sistema, desempenhou papel simbólico e estratégico no campo das esquerdas, influenciando debates e movimentos sociais. A interação entre esses partidos moldou a dinâmica da República Liberal, marcada por constantes disputas entre projetos políticos excludentes e pela dificuldade de conciliar modernização econômica, ampliação da participação popular e estabilidade institucional.

Em síntese, a configuração partidária do Brasil após 1945 é um reflexo das contradições estruturais da sociedade brasileira e das disputas em torno da condução do processo democrático. O PSD e a UDN simbolizaram a persistência das elites políticas tradicionais, ainda que sob novos formatos institucionais. O PTB, por outro lado, representou a ascensão das

²⁹⁶ Foram eleitos os pecebistas Jorge Amado, Marighella, Maurício Grabóis, João Amazonas, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Alcêdo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro, Gervásio Gomes de Azevedo, José Maria Crispim e Oswaldo Pacheco da Silva. E Luís Carlos Prestes ao Senado. Seus mandados foram cassados em 1947.

²⁹⁷ Com a legalização do PCB em 1945, foram criados os Comitês Populares Democráticos que tinham o objetivo de aproximar o partido das massas trabalhadoras e populares, lutando por reivindicações imediatas de interesse de melhoria de vida nos bairros e dos grupos sociais

²⁹⁸ NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. Editora Parma: São Paulo, 1986, p. 92.

massas urbanas ao jogo político, enquanto o PCB trouxe a dimensão ideológica da luta de classes, mesmo sob repressão. Essas forças coexistiram em um ambiente de instabilidade, polarização e intensa mobilização, que culminaria no colapso da experiência democrática com o golpe civil-militar de 1964.

Os trabalhos cujo foco é o estudo das singularidades de alguns organismos partidários do período de 1945 a 1964 - seus projetos, suas ideias, suas organizações internas, assim como a capacidade de representação da sociedade civil -, tem possibilitado a relativização do difundido cânone interpretativo concernente à debilidade dos partidos políticos brasileiros na temporalidade em foco. Sem a pretensão de superestimar a organicidade do sistema partidário brasileiro da época, marcado por vícios e deficiências salientes ainda em nossos dias, não obstante os referidos estudos põem em destaque uma significativa coerência programática e uma atuação socialmente representativa dos principais partidos. Levando em consideração, o PTB e a União Democrática Nacional (UDN), como também, sob os limites da clandestinidade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) comporiam o sistema partidário em processo de consolidação, revelando expressivo grau de identidade partidária no universo do eleitorado, sem deixar de levar em consideração o fato da sociedade brasileira estar marcada por diferenças regionais culturais, econômicas e políticas e que experienciou a obrigatoriedade da criação de partidos organizados nacionalmente apenas na agonia final do Estado Novo.

Fernando Limongi (2012)²⁹⁹ analisa a eleição de 1945 como marco inaugural da primeira experiência democrática brasileira, discutindo a ruptura introduzida no sistema político após o Estado Novo. O autor enfatiza que a novidade de 1945 consistiu na introdução da competição eleitoral, fenômeno até então inédito na tradição nacional. Embora eleições existissem desde o Império, o que se observava era o predomínio absoluto do governismo e do controle das oligarquias, sustentado pela dependência social dos trabalhadores rurais e pelo amesquinamento das instituições municipais. A partir de 1945, porém, esse padrão foi alterado, permitindo que as oposições tivessem chances reais de vitória.

Para Limongi, a novidade de 1945 decorreu justamente da neutralidade excepcional do governo José Linhares³⁰⁰, que, ao substituir interventores por juizes e afastar prefeitos vinculados a partidos, reduziu a interferência estatal no pleito. Esse contexto permitiu que as eleições fossem competitivas e que a oposição conquistasse espaço político. A eleição de Eurico

²⁹⁹ LIMONGI, Fernando. "Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945". **Revista Dados**, v. 55, n. 1, 2012, p. 37-69.

³⁰⁰ Em 1945, José Linhares assumiu a Presidência do Brasil em 29 de outubro, como o 15º presidente interino do país, após a deposição de Getúlio Vargas. Seu mandato foi curto, de três meses e cinco dias (até 31 de janeiro de 1946), com o objetivo principal de conduzir o país rumo à transição democrática e à realização de eleições para a nova Assembleia Constituinte e para a Presidência.

Dutra e a organização de partidos inauguraram um sistema de maior equilíbrio, ainda que marcado por continuidades do passado. As eleições de 1947, em que oposicionistas venceram em estados importantes, confirmaram a ruptura com o governismo e consolidaram uma experiência democrática inédita. Limongi ressalta, no entanto, que essa transição não decorreu de transformações estruturais profundas, mas de arranjos conjunturais e institucionais que limitaram a ação do governo sobre as urnas. Em sua conclusão, o autor afirma que a eleição de 1945 deve ser entendida como divisor de águas na história eleitoral do Brasil, pois inaugurou a primeira experiência democrática efetiva, ainda que frágil e condicionada por fatores conjunturais. O argumento central é que a democratização não foi produto automático da modernização socioeconômica, mas resultado de mudanças políticas que quebraram o padrão de governismo. Assim, compreender a originalidade do processo de 1945 contribui para recolocar no debate acadêmico a questão da competitividade eleitoral como elemento central da democracia brasileira.

3.1.2 – A atuação dos partidos na Bahia

Paulo Santos Silva (1992)³⁰¹ analisa a volta do jogo democrático na Bahia (1945) e a retomada da política democrática ao término do Estado Novo. O autor focaliza o ano decisivo de 1945, contexto em que a Bahia integra o movimento nacional de redemocratização com características próprias, marcadas pela dinâmica de suas elites políticas regionais e seus nexos com a esfera federal, bem como destaca a importância das eleições estaduais de dezembro de 1945 na Bahia, momento no qual foram escolhidos senadores e deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, figuras como Aloysio de Carvalho e Pinto Aleixo no cenário baiano. Esses pleitos representaram o primeiro passo institucional para o restabelecimento da autonomia política estadual e a reconstrução de partidos e instituições democráticas suprimidas durante o período varguista.

Silva ressalta que esse retorno democrático não foi meramente espontâneo, mas resultado de articulações entre elites locais, partidos como PSD e UDN, e lideranças regionais capazes de capitalizar politicamente o fim do autoritarismo. Nesse processo, o estado da Bahia exibiu uma transição pactuada, na qual a política tradicional encontrou canais formais de reentrada política dentro da nova ordem constitucional - mantendo parte de suas prerrogativas de controle local, mas sob um regime de competição mais plural. Para ele, os mecanismos eleitorais e as instituições democráticas foram reconstruídos com base em uma conciliação entre “jogadores” tradicionais - coronéis, intelectuais, políticos conservadores - e novos agentes

³⁰¹ SILVA (1992), op. cit.

emergentes da redemocratização. Este arranjo garantiu uma redemocratização dirigida, onde o reequilíbrio institucional foi mediado por pactos entre diferentes grupos de poder, abrindo caminho para o sistema multissetorial de poder político que consolidaria a república democrática na Bahia pós-1946.

Na Bahia, a redemocratização trouxe consigo rearranjos entre as famílias tradicionais e a emergência de novas lideranças regionais. O estado, marcado por forte interiorização do poder, viu no PSD uma via de reorganização das elites agrárias e sertanejas, que encontraram nesse partido um instrumento de articulação entre seus interesses locais e o novo quadro nacional. Já a UDN, embora mais forte em centros urbanos como Salvador, também encontrou espaço em municípios médios do interior, disputando espaço com o PSD em arenas eleitorais que se estruturavam em torno de redes de parentesco e alianças políticas. O PTB, por sua vez, teve inserção mais limitada na Bahia, mas garantiu apoio de setores operários em cidades em processo de industrialização, como Alagoinhas.

O período também foi marcado por tensões entre a permanência de práticas coronelistas e a emergência de novas formas de participação. Se, por um lado, os prefeitos e deputados do interior continuavam a exercer forte controle sobre eleitores dependentes de suas redes clientelísticas, por outro, o acesso ao voto, mesmo que restrito, ampliava as possibilidades de contestação e de disputa. A Bahia sertaneja, nesse sentido, tornou-se um espaço de síntese entre a tradição oligárquica e a renovação institucional da política brasileira do pós-1945. Essa ambiguidade explica tanto a continuidade de famílias tradicionais no poder quanto a inserção gradual de novas lideranças políticas ligadas a outros setores sociais.

Nas eleições de janeiro de 1947, o PTB baiano lançou sozinho a candidatura de Antônio Medeiros Neto³⁰² ao governo do estado, enquanto o PCB deliberou em defesa do udenista Otávio Mangabeira, apoiada pela Coligação Democrática Autonomista que reunia a UDN, o PSD, o PR, a Esquerda Democrática e o PRP dos ex-integralistas. Com o intuito de obter apoio das massas, os partidos majoritários da Coligação introduziram nos seus discursos e programas algumas bandeiras populares e trabalhistas, a exemplo da maneira como o próprio candidato Otávio Mangabeira³⁰³ era apresentado, como um “homem do povo” que prometia “governar

³⁰² Fazendeiro e advogado, Antônio Garcia de Medeiros Neto era um político remanescente da Primeira República (“severinista” na década de 1920). Após a revolução de 1930, aliou-se ao interventor Juracy Magalhães. Em 1932, participou da fundação do PSD, partido pelo qual se elegeu deputado federal constituinte em 1933. Após a promulgação da Constituição de 1934, se elegeu senador, exercendo a presidência do Senado de 1935 a 1937, quando o Congresso foi fechado pelo golpe de novembro. Afastado de Juracy, pela posição favorável ao golpe, tornou-se alto funcionário do Estado Novo. Em 1945, foi membro fundador e tornou-se presidente do PTB na Bahia. (“Candidato do quererismo o sr. Medeiros Neto”. Estado da Bahia, Salvador, 3 dez. 1946, p. 3; “O candidato do Partido Trabalhista ao Governo da Bahia”. O Imparcial, Salvador, 8 dez. 1946, pp. 1, 4)

³⁰³ Engenheiro civil, Otávio Mangabeira foi um importante político liberal baiano. Ingressou na carreira política em 1908, como vereador de Salvador. Em 1911, foi eleito deputado federal, sendo sucessivamente reeleito, por

com o povo”, inclusive por Juracy Magalhães que afirmou que o candidato udenista nascera na Rua das Verônicas, “em meio a uma pobreza honrada” e que, depois de quarenta anos “de exemplar vida pública”, continuava pobre e honrado³⁰⁴.

Desconsiderando o tom muitas vezes retórico da imprensa pessebista, esta afirmava que alguns dirigentes e candidatos pelo PCB traziam nos seus currículos uma relação com o Estado Novo e/ou com a grande propriedade agrária, a exemplo do antigo interventor federal Landulfo Alves, candidato ao Senado, e do engenheiro civil Delsuc Moscoso de Oliveira, pleiteante a suplente de senador. O jornal cita também as figuras do fazendeiro Filadelfo Almeida, os bacharéis Aziz Maron, Expedito Cruz e João de Lima Teixeira, o médico Mario Pessoa da Costa e Silva e o engenheiro civil Silfredo Pedral Sampaio, candidatos a deputados estaduais que se associavam a uma identificação com as causas populares e trabalhistas. Além desses, entre os candidatos pessebistas algumas mulheres, como a exemplo da enfermeira Carmosina Nogueira, a médica Dagmar Santos Guedes, que atuavam junto aos fumageiros em Maragogipe, além da professora primária Maria Lopes de Melo e da tecelã Bernadete Santos³⁰⁵.

O jornal juracista, *Estado da Bahia*, ressaltou o espírito popular da candidatura de Mangabeira. Aliado ao apelo popular, o discurso mangabeirista defendia o autonomismo (a “devolução” da Bahia aos baianos), a defesa da democracia, um governo de conciliação e concórdia e a superação do “enigma baiano”, expressão com que denominava o que considerava um quadro de retrocesso econômico e social no estado. Em seu último comício, na Praça da Liberdade, bairro popular da capital baiana, Mangabeira prometeu que, no seu governo, o Palácio da Aclamação seria “uma casa de vidro e de portas abertas” e que governaria “com o povo e para o povo”³⁰⁶.

O apoio do PCB à candidatura de Octavio Mangabeira, já na reta final da campanha eleitoral, foi orientado pela ala da União Nacional, estruturada pelo Comitê Central³⁰⁷ que tinha

diferentes partidos até 1926. Durante o governo de Washington Luís, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Em 1930, apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, o que resultou na sua prisão e exílio na Europa pelo movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao governo. Anistiado em 1934, conquistou uma vaga na Câmara Federal, aliando-se à Minoria Parlamentar, que fazia oposição a Getúlio no Congresso. Em 1937, perdeu o mandato parlamentar com o fechamento do Congresso pelo golpe que instituiu o Estado Novo. No ano seguinte, foi preso e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, por conspiração contra o governo. Em seguida, foi novamente exilado na Europa e nos Estados Unidos. Anistiado em 1945, ingressou na UDN, tornando-se presidente dessa agremiação e participando ativamente do movimento pela democratização. Em dezembro de 1945, elegeu-se deputado constituinte pela Bahia.

³⁰⁴ MAGALHÃES, Juracy. “**Símbolo das aspirações do povo baiano**”. Estado da Bahia, Salvador, 28 dez. 1946, p. 1-3.

³⁰⁵ O Momento, Salvador, 17 nov. 1946.

³⁰⁶ MANGABEIRA, Otávio. “**Acima de tudo a causa pública**”. Estado da Bahia, Salvador, 28 dez. 1946, p. 1-3.

³⁰⁷ Segundo o dirigente nacional Pedro Pomar, a tática do PCB nas eleições estaduais de janeiro de 1947 consistiu em apoiar os “candidatos democratas e progressistas” aos governos estaduais contra “o anticomunismo sistemático”, “os representantes mais categorizados do latifúndio e do imperialismo” e a “demagogia trabalhista de Vargas”. POMAR, Pedro. “Nossa política de União Nacional”. O Momento, Salvador, 18 fev. 1947, p. 2-3.

o objetivo de evitar o isolamento político dos comunistas no estado. Sem muito espaço para atuação, o PCB em contrapartida ao apoio a Mangabeira, reivindicou apenas o comprometimento do mesmo as pautas do O “Programa Mínimo”³⁰⁸ para o estado da Bahia, apresentado pelo PCB. Ao lado do PCB, udenistas e pessedistas focaram em redutos eleitorais proletários e sindicais, onde os comunistas tinham maior influência, especialmente após perceberem que o acordo com os comunistas traria recompensas como a possibilidade de possíveis dissensões entre os setores mais conservadores do eleitorado, representados na coligação, sobretudo, pelos católicos e ex-integralistas.

O apoio explícito ao candidato udenista ocorreu no destacado comício na Praça da Sé no qual contou com a presença de Luiz Carlos Prestes. Tal fato fora registrado pela imprensa que justificou o posicionamento dos comunistas como “um caminho para evitar a divisão dos setores democráticos”, dando também um ar popular à candidatura de Mangabeira. O comício reuniu oradores, o dirigente comunista, o candidato a deputado estadual Giocondo Dias, o deputado federal constituinte Carlos Marighela e o anticomunista Juracy Magalhães. Em seu discurso, Marighela afirmou que Otávio Mangabeira, Pereira Moacir e João Pacheco de Oliveira haviam evoluído, por não terem medo de aparecer ao lado do povo e dos comunistas, bem como atacou o trabalhismo e Getúlio Vargas. Em contrapartida, Marighela dizia estar com as mãos estendidas aos “trabalhadores honestos das fileiras do PTB e do quererismo” na luta contra a miséria e a carestia³⁰⁹.

Otávio Mangabeira, aliado de Juracy Magalhães, um anticomunista ferrenho, via no apoio pessebista uma alternativa para conter o avanço do candidato petebista nos meios sindicais e proletários. Mangabeira, reafirmou seu compromisso com a manutenção da ordem legal e democrática se apresentando favorável ao “livre funcionamento de todos os partidos, inclusive o Comunista”, desde que estes desenvolvessem suas atividades com e dentro da lei. Além disso, Mangabeira considerou como primeiro dever dos governos uma atenção especial as necessidades do povo, especialmente das classes menos protegidas e amparadas. Contudo, apesar de aparecer ao lado dos pessebistas, Mangabeira não chegou a firmar compromisso formal com os comunistas.

³⁰⁸ O “Programa Mínimo” para o estado da Bahia, apresentado pelo PCB nas eleições de 1947, tinha como foco a defesa da Constituição Federal de 1946, a “rigorosa observância” das liberdades e direitos fundamentais do cidadão nela assegurados, a garantia da aplicação no estado das leis federais de amparo ao trabalhador da cidade e do campo e do seu direito de organização e a luta pelo progresso e bem-estar da população e pela liquidação das sobrevivências fascistas no estado. “Programa Mínimo estadual do PCB”. O Momento, Salvador, 13 jan. 1947, p. 1-2.

³⁰⁹ “O apoio do PCB à candidatura Mangabeira”, op. cit.; “Homens que evoluíram e não têm medo de aparecer ao lado dos comunistas”. O Momento, Salvador, 18 jan. 1947, p. 1 e 6; “O comício da Liberdade”. Diário da Bahia, Salvador, 16 jan. 1947, p. 3.

Por outro lado, na Bahia, assim como em outros estados, os principais redutos eleitorais do PTB estavam entre sindicalistas e trabalhadores urbanos. Os petebistas contavam com o apoio do ex-presidente Getúlio Vargas, eleito deputado constituinte pela Bahia em dezembro de 1945³¹⁰, com os recursos da propaganda da legislação trabalhista além do acesso a postos estratégicos da burocracia governamental, sobretudo nos setores trabalhista e previdenciário, e da influência em muitos sindicatos, o que possibilitava o exercício de uma também ponderável política assistencialista. Durante a convenção do PTB baiano, Getúlio exaltou a Bahia como “uma das mais ricas e belas terras do mundo” e lamentou por ser, contraditoriamente, “uma das mais torturadas pela espoliação e pelas ambições da politicagem”, alfinetando assim os adversários. Por fim, Getúlio agradeceu aos baianos pelos votos que o elegeram deputado constituinte pelo estado, reiterou o “compromisso de defesa dos trabalhadores” e conclamou a congregação de todos os esforços pela vitória dos candidatos petebistas³¹¹. Nesse contexto de sua visita a Bahia, Getúlio Vargas afirmou que o evento serviria para “um julgamento definitivo e irrefragável” sobre quem desfrutava de maior prestígio na Bahia: “Getúlio Vargas ou todos os seus detratores e inimigos reunidos”³¹².

Ainda em seu discurso em solo baiano, Getúlio recorreu à memória histórica e às “tradições baianas” tanto para exaltar a façanha do PTB baiano, que num “gesto memorável” decidiu concorrer sozinho contra a poderosa Coligação Democrática Autonomista, quanto para atacar seus concorrentes políticos, os “reacionários, conservadores, liberais e comunistas que se misturavam para a conquista do poder”. Além disso, comparou a aliança entre seus principais opositores com a política de conciliação da época do Império, fazendo uma analogia entre o contexto que precedeu à libertação jurídica dos escravos e a conjuntura daquelas eleições, que caracterizou como sendo “de libertação dos trabalhadores”. Procurando vincular a candidatura de Otávio Mangabeira com o comunismo, o chefe petebista exclamou: “na primeira terra onde se ergueu a cruz de Cristo” no Brasil, não pode triunfar “o materialismo e a negação da fé!”³¹³.

Segundo Ednaldo Antônio Souza (2014)³¹⁴ a legenda petebista para os mandatos a deputado estadual foi composta por profissionais liberais, funcionários públicos, sindicalistas, alguns comerciantes e fazendeiros. Antônio apontou que

³¹⁰Na Bahia, Getúlio Vargas foi o oitavo deputado mais votado, com 10.032 votos. Ficou atrás apenas dos udenistas Juracy Magalhães (18.591 votos), Otávio Mangabeira (13.480 votos), Manuel Cavalcante Novais (12.028 votos) e Luiz Viana Filho (10.096 votos) e dos pessedistas Eunápio Peltier de Queirós (12.346 votos); Guilherme C. da Rocha Marback (11.445 votos) e Lauro Farani Pedreira de Freitas (11.419 votos). BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

³¹¹ O Imparcial, Salvador, 8 dez. 1946, p. 1 e 4.

³¹² Idem, idem.

³¹³ O Imparcial, Salvador, 14 jan. 1947. Página diária do PTB, p. 1.

³¹⁴ SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. **Trabalho, política e cidadania: Trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

entre os sindicalistas, constavam: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salvador, José Nerval; o ex-presidente do Sindicato dos Portuários de Salvador, João da Silva Rego Filho; o presidente do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus, João Batista de Souza; o diretor do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares, Luiz Azevedo Cerqueira; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Cidade de Valença, Oldack Nascimento e o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico, José Eugênio de Oliveira. A legenda petebista incluía ainda os nomes do comerciante João Barbosa do Nascimento, da comerciária Maria Judite da Conceição e dos bancários Antônio dos Santos Bahia e Florivaldo dos Santos Trigueiros. Entre os profissionais liberais e funcionários públicos havia candidatos com algum prestígio nos meios sindicais, a exemplo dos advogados Carlos Aníbal Correia e Dorival Guimarães Passos, dos funcionários públicos Inácio Dias de Souza e José Afonso de Almeida e do jornalista Joel Presídio de Figueiredo³¹⁵.

Assim, na disputa pelos dividendos eleitorais nos redutos sindicais e proletários, os resultados das eleições estaduais apontaram ligeira vantagem em favor dos trabalhistas, mesmo com a derrota de Medeiros Neto, à sombra do getulismo o PTB despontou das urnas como potencial força política entre os trabalhadores da capital. Concorrendo praticamente sozinho e enfrentando forte oposição da imprensa baiana, que chegou a divulgar, nas vésperas das eleições, rumores de desistência e nulidade da sua candidatura, o petebista alcançou expressiva votação, sobretudo na capital onde obteve 28.823 votos contra 21.596 de Otávio Mangabeira, o candidato vencedor³¹⁶.

Na capital baiana, a UDN e o PSD foram a legenda mais votada, seguida do PTB e do PCB, respectivamente. Para a Câmara Federal, os candidatos petebistas ao senado o ex-interventor Landulfo Alves e o presidente do Diretório Estadual, Herosílio Baraúna, foram os mais votados. No interior do estado, em cidades onde havia algum sinal de urbanização, a exemplo de Cachoeira e Maragogipe – com os núcleos da agroindústria de fumo -, Feira de Santana como importante entreposto comercial entre Recôncavo e os sertões, Santo Amaro, polo da agroindústria açucareira; Nazaré e Alagoinhas, sedes ferroviárias e pequenos núcleos comerciais e industriais; Itabuna e Ilhéus, centros da economia cacaueteira, o PTB também obteve expressiva votação.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, para o legislativo estadual, o PTB elegeu sete deputados, resultado bastante superior ao das eleições de 1945 quando havia elegeido apenas

³¹⁵ SOUZA (2014), op. cit., p. 147.

³¹⁶ Nas eleições estaduais de janeiro de 1947, Otávio Mangabeira foi eleito com 211.121, todavia o candidato petebista obteve os expressivos 92.626 votos (43,87% da votação alcançada pelo governador eleito). BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

Getúlio Vargas para a Câmara Federal. Entre os petebistas eleitos constavam quatro bacharéis em direito, um funcionário público, um médico e um jornalista. Apesar de o número de votantes no estado da Bahia ter decaído de 357.621 no pleito federal de 1945 para 328.230 (uma redução equivalente a 8,2%) nas eleições estaduais de 1947, a legenda do PTB obteve um aumento de 80.69% nesse período, saltando de 22.695 para 41.000 votos, enquanto as demais apresentaram índices negativos³¹⁷.

TABELA 1 - Desempenho dos Partidos nas eleições de 1945 e de 1947 na Bahia

Partidos	Eleição federal - 1945	Eleição estadual- 1947	Diferença - %
PSD	134.851	100.006	- 25,83%
UDN	145.900	122.642	-15,94 %
PTB	22.695	41.009	+ 80,69 %
PCB	18.691	12.580	- 32,69 %
PRP	13.173	8.381	- 36,37 %
PR	-	17.551	-

Fonte: TSE. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

Apesar da legenda petebista permanecer discrepante com relação a udenista e pessedista - as duas mais votadas conforme tabela acima - os resultados das eleições legislativas de 1947 e o resultado da escolha do governador, sinalizam um potencial crescimento do PTB, sobretudo na capital, fortalecido por algumas personalidades com prestígio político, a exemplo do ex-interventor Landulfo Alves e do ex-senador Medeiros Neto, entre os candidatos petebistas. O PCB elegeu apenas dois deputados estaduais: o dirigente estadual Giocondo e o ativista sindical, Jaime Maciel. Embora tenha elegido um deputado a mais do que nas eleições federais de 1945, nesse intercurso a legenda pessebista apresentou um decréscimo de 32,69%, índice bem superior aos 8,2% observados no total de votantes³¹⁸.

³¹⁷ A composição das bancadas na Assembleia Legislativa ficou assim constituída: UDN 27 deputados; PSD 20; PTB 7; PCB 2 e o PRP (legenda integralista) apenas 1 deputado. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945

³¹⁸ Em 1946, a população estimada do estado da Bahia era de 4.378.136 habitantes. Nas eleições de 1945 e 1947, o número de eleitores cadastrados correspondia a pouco mais de 10% da população. Para as eleições federais de dezembro de 1945, foram inscritos 440.621 e compareceram para votar 357.621 eleitores (índice de 18,8% de abstenções); nas estaduais de janeiro de 1947 o número de eleitores inscritos elevou-se para 477.535, mas o número de votantes decaiu para 328.230 (índice de 31,26% de abstenções). Comparativamente com a anterior, observou-se uma redução de 8,2% dos votantes (Cf. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945, op. cit.).

No geral, a UDN e o PSD foram os partidos mais votados no estado. Contudo, em Salvador, a legenda petebista foi a segunda mais sufragada, ficando à frente da pessedista. Reforçado pelos votos dos comunistas, o PTN obteve a quarta colocação, como se observa na tabela a seguir. Apesar disso, os trabalhistas só conseguiram eleger três, e os comunistas apenas dois vereadores. Por seu turno, a UDN conquistou dez cadeiras, o PSD apenas duas e o PR somente uma na Câmara Municipal.

TABELA 2 - Resultados eleições municipais de 1947 em Salvador, por legenda

PARTIDO	VOTOS	VEREADORES ELEITOS
UDN	10.248	10
PTB	8.415	03
PSD	6.465	02
PTN/PCB	5.906	02
PR	3.648	01
PSB	1.797	-
PRP	1.324	-
PST	1.242	-

Fonte: Dados estatísticos do TRE/BA.

No interior do estado, a totalização dos resultados indica a predominância da UDN e do PSD como maiores legendas. O PTB e principalmente o PCB encontraram maiores dificuldades de inserção tanto pelas limitações geográficas (inclusive de natureza numérica, de conhecimento, prestígio e influência) da atuação de suas bases quanto pelo predomínio dos chefes políticos tradicionais. Em algumas cidades, os comunistas aliaram-se com os petebistas; em outras, uns e outros apoiaram candidatos udenistas ou pessedistas às prefeituras municipais, conforme tabela abaixo.

TABELA 3 - Resultado dos seis partidos mais votados nas eleições municipais de 1947, no interior da Bahia

Partidos	Votos por legenda	Prefeitos eleitos	Vereadores eleitos
UDN	138.226	63	592
PSD	125.918	58	567
PTB	27.229	3	47
PR	12.334	5	42
PTN	7.659	-	3
PRP	6.135	1	9

Fonte: TSE. Dados estatísticos: eleição municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

É importante ressaltar que a tabela acima não traz os resultados por coligações. O PTB elegeu sozinho apenas três prefeitos no interior do estado - em Itabuna, Queimadas e São Sebastião do Passé. Em coligações com a UDN e com o PSD, o PTB conquistou outras sete prefeituras. Dentre elas, Itacaré, na região cacauzeira; Barreiras, no oeste do estado, e a importante cidade de Feira de Santana. Para o cargo de vereador, foram eleitos 47 candidatos apenas pela legenda petebista, e 81 em coligações com outros partidos. Alguns desses candidatos mantinham uma relação com a política tradicional e não possuíam uma identidade efetiva com o trabalhismo. No interior do estado, a UDN elegeu 63 prefeitos, o PSD elegeu 58 e a coligação UDN-PSD venceu em outros cinco municípios.

Para Edinaldo Souza (2014), os resultados das eleições de 1947, apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral, de certa forma, contrariam tanto a afirmação consolidada pela história pretensamente nacional quanto pelos estudos da história política na Bahia que, geralmente apoiados nos resultados gerais das eleições, na composição do executivo e na representação parlamentar, enfatizaram uma suposta bipolarização política entre o PSD e a UDN e minimizaram a importância do getulismo, do PTB e do PCB nas disputas eleitorais no estado. Além disso, as eleições de 1947 consolidaram o novo pacto das elites políticas baianas gestado desde o governo Dutra e delimitou o lugar do trabalhismo, do getulismo e do PCB pondo-os como forças políticas alternativas no cenário político baiano³¹⁹.

Em abril de 1946, o jornal *O Imparcial*, numa nota do jornalista Wilson Lins, notável intelectual da elite política baiana, afirmava que, “a união nacional pregada por Prestes é a união dos traidores, contra a nação e a verdadeira união nacional ligava Dutra, Góis Monteiro, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães pela democracia e pelo Brasil”³²⁰. Levando em consideração a análise de Lins, podemos afirmar que em nível nacional, a articulação dessa aliança interpartidária envolvendo a UDN e o PSD foi conduzida pelos governadores udenistas Milton Campos de Minas Gerais e Otávio Mangabeira na Bahia e pelo próprio Eurico Dutra, com os propósitos de isolar as forças políticas representadas pelo PTB e por Getúlio e assegurar ampla maioria ao Presidente no Congresso³²¹. Ao mesmo tempo, essa articulação também gerou o isolamento do PCB e dos comunistas.

³¹⁹SOUZA (2014), op. cit.

³²⁰ LINS, Wilson. “Chegou a hora da união dos brasileiros”. *O Imparcial*, Salvador, 3 abr. 1946, p. 1 e 4.

³²¹ DELGADO, Lucília de A. Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 87.

3.2 – A UDN baiana: aspectos estruturais e conjunturais

Por apresentar uma diversidade tanto de grupo quanto de estilo, a UDN pressupõe a existência de várias UDNs, tanto na cena política externa quanto na dinâmica interna do partido. Dependentes da problemática do poder local, destacaram-se as UDNs estaduais, unidas por um pacto nacional: a formação de grupos interpartidários organizados pela junção da UDN com partidos menores. Essas alianças tiveram efeitos quase que exclusivamente locais. Assim, para compreender as diferentes manifestações das UDNs estaduais, é importante pensar que a rivalidade dos grupos dentro da UDN, em cada estado e às vezes até nos municípios, era mais intensa do que a posição ao partido adversário. Isso explica as coligações eleitorais aparentemente ilegítimas, geralmente com os adversários no plano nacional. Na Bahia, por exemplo, embora forte, a UDN estava literalmente dividida. Na verdade, o que se vê é uma UDN que não conseguiu ser majoritária nos estados de maior concentração de votantes, por dividir espaço com o PSD, com a força do eleitorado do PTB, e no caso na Bahia, pela histórica divisão interna.

Mesmo sendo plural, do ponto de vista institucional a UDN é um partido só, se observarmos o sentimento de identidade e de pertencimento dos próprios udenistas. A história desse partido apresenta momento em que essa identificação é inequívoca (na devoção aos mesmos heróis, na aversão a inimigos comuns e na crença pelos mesmos princípios) e por uma maneira de entender a política caracterizada pelo elitismo e moralismo. Além disso, o peso dos simpatizantes na UDN foi relevante para caracterizar a marca do partido, consolidando “o udenismo” e reforçando o papel dos bacharéis que identificavam, na orientação do partido, “um estado de espírito” mais do que uma certa prática política.

O artigo 109, do Decreto – Lei nº 7.856 considerava um Partido apenas a associação que apresentasse um contingente de pelo menos dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais que tivessem adquirido personalidade jurídica nos termos do Código Civil, admitidos apenas do âmbito nacional. Os partidos regionais que foram dissolvidos por este decreto se filiaram, em 1945, aos novos partidos nacionais, ficando vedada a criação de milícias cívicas ou formação auxiliar dos partidos, bem como o uso de uniformes e estandartes³²². Esses rearranjos partidários regionais aconteceram de maneira muito particular nos estados, segundo a lógica cultural e as deliberações do diretório nacional do partido.

A concentração Autonomista, que desde 1934 era a agremiação organizada em torno da oposição a Vargas na Bahia, associou-se à União Democrática Nacional dando apoio à candidatura de Eduardo Gomes como candidato à presidência da República. Essa não foi a

³²² BRASIL, Decreto 7.586, 1945.

primeira participação dessa agremiação em uma campanha nacional. Ainda em 1937, os autonomistas se envolveram na fundação da União Democrática Brasileira – UDB³²³ (que teve um curto período de atuação) e se lançaram em defesa de Armando Sales de Oliveira como candidato a presidente. A UDB tal como a UDN, em 1945, abrigava agremiações partidárias de vários estados do Brasil, somando um total de vinte e oito partidos estaduais³²⁴. Após o golpe que instaurou o Estado Novo no Brasil, ainda em 1937, os autonomistas, mesmo com a UDB fechada, não deixaram de atuar nos bastidores da política, tendo à frente o político baiano exilado, Otávio Mangabeira. As tarefas interrompidas pelo golpe foram retomadas no pleito eleitoral de 1945.

Otávio Mangabeira enviada do exterior cartas, manifestos e telegramas com duras críticas ao governo Vargas, sustentando-se no prestígio político que adquiriu enquanto esteve no cargo de ministro das relações exteriores no governo de Washington Luís. Através desses meios de comunicação que marcaram a sua atuação nesse período, Otávio Mangabeira tornou-se uma das maiores lideranças em oposição ao regime Vargas, alinhando-se a ele, inclusive, os homens que defenderam a Aliança Liberal na Bahia nos anos de 1929 e 1930, como J.J Seabra e os dissidentes do governo Vargas após a instalação do Estado Novo, a exemplo do próprio Juracy Magalhães que de 1931 a 1937 assumiu, contra todos os protestos de Otávio Mangabeira, a interventoria federal no estado da Bahia. Assim, após a deposição de Washington Luís, Otávio Mangabeira sai de cena como ministro das relações exteriores e segue, durante quase quinze anos, combatendo fervorosamente a pessoa de Vargas, considerado- o como “pior inimigo do Brasil”, se colocando contra o governo revolucionário e como o defensor da Democracia.

Mesmo não sendo objetivo desse estudo, é importante considerar que os primeiros anos de atuação de Otávio Mangabeira como oposição a Vargas, bem como seu posicionamento

³²³ União Democrática Brasileira (UDB) foi um partido político do Brasil, de âmbito nacional, formado em 1937 por opositores de Getúlio Vargas. O objetivo do partido foi eleger Armando Salles de Oliveira ao cargo de Presidente da República, nas eleições previstas para janeiro de 1938. Com o advento do Estado Novo, os líderes da UDB foram exilados. Entre eles, Arthur Bernardes e Otávio Mangabeira. Ver: LIMA, Aruã Silva de. **Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

³²⁴ Partidos regionais que formavam a UDB: Partido Trabalhista Amazonense e Partido Radical Republicano do Amazonas, do estado do Amazonas; Frente Única, do Pará; Partido Social Democrático, do Ceará; Aliança Social, do Rio Grande do Norte; União Democrática Espiritosantense e Partido da Lavoura, do Espírito Santo; Aliança Autonomista Fluminense e Partido Social Democrático do Estado do Rio, no Rio de Janeiro; Partido Constitucionalista, de São Paulo; União Republicana Paranaense e o Partido Liberal, do Paraná; Legião Republicana Catarinense e Partido Republicano Liberal, de Santa Catarina; Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, Partido Republicano Castilhistas e União Democrática Nacional, do Rio Grande do Sul; Partido Republicano Matogrossense, no Mato Grosso; Partido Republicano Mineiro e Partido Progressista Democrático, em Minas Gerais; Partido Libertador Carioca, Partido Republicano do Distrito Federal, Partido Popular Democrático, Partido Libertador Carioca, Partido Evolucionista e Núcleo Eleitoral Pró-emancipação Carioca, no Distrito Federal; Concentração Autonomista, da Bahia. Assinou pela Bahia o advogado/deputado Luiz Viana. A Batalha, Rio de Janeiro, 16 de julho de 1937 p. 2. Disponível em: <memoria.bn.br>. Acesso em: 23.09.2025

firme nos bastidores da política baiana e nacional sempre foi constante, especialmente entre os anos de 1932 e 1935, período que compreende, respectivamente, a revolução constitucionalista de 1932, a previsão do retorno do primeiro exílio, a elaboração da constituinte, o retorno do exílio e a atuação enquanto membro da minoria na Câmara de Deputados, em função de sua eleição pelo estado da Bahia no pleito de 1934. A partir de 1937, Mangabeira intensificou a oposição, especialmente quando da articulação da campanha da UDB e posteriormente, em 1945, na atuação para a formação das bases da UDN, sendo o líder baiano na campanha em favor do brigadeiro Eduardo Gomes e recuperando, ao modo da Concentração Autonomista de 1934, o lema “pela desumilhação da Bahia” e pela “devolução da Bahia à posse de si mesma”³²⁵.

Em 1945, assim que a legislação eleitoral foi publicada, os autonomistas baianos juntamente com Otávio Mangabeira, mobilizaram-se para “devolver a Bahia à posse de si mesma”. Para isso, era preciso superar as dificuldades impostas pela legislação, que de certa forma, dificultava o processo de reorganização da oposição em benefício dos partidos políticos que apoiavam o governo. Por isso, mesmo antes de o novo Código Eleitoral ter sido aprovado, em maio de 1945, os homens e mulheres que estavam à frente da oposição estadonovista na Bahia já se posicionavam contra a nova legislação eleitoral esboçada desde o final de fevereiro, a exemplo do Ato de nº 9 (BRASIL, LEI nº 9, 1945).

Contra essa lei, houve muitos protestos na Bahia, articulados, em sua maioria, por intelectuais, advogados e professores universitários, alguns deles ligados à Concentração Autonomista. Estes, protestavam acusando Getúlio Vargas de beneficiar os políticos ligados ao aparelho estatal, motivo pelo qual teriam maiores possibilidades de arregimentar aliados para as bases partidárias que representavam, ou seja, o PSD. Para alcançar os objetivos, convencer aliados em todo estado, era necessária uma atuação forte e para isso os autonomistas, agora convertidos ao udenismo, não pouparam esforços. Um dos canais de atuação em todo ano de 1945, foi o jornal baiano *A Tarde*, que pontuava as críticas contra Vargas e se colocava em defesa do retorno ao regime constitucional. O *A Tarde*, como porta-voz dos udenistas da Bahia, publicavam inúmeras matérias atacando o governo de Getúlio Vargas e intensificando, também, o discurso anticomunista, sobretudo no período mais intenso da campanha eleitoral de 1945³²⁶.

³²⁵ A expressão surgiu na época da campanha da Concentração Autonomista contra o PSD local, na qual Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães, à época interventor federal no estado, concorriam para o cargo de governador, em 1934. Antes disso, ainda em 1931, já se tinha elaborado a narrativa da Bahia humilhada, pois desde que a Revolução de 1930 foi vitoriosa, o estado baiano não teve nenhum político tradicional indicado para governá-lo. Os políticos baianos depositos naquele ano ressentiam-se dessa não indicação e acusavam a Getúlio Vargas e a Juracy Magalhães de querer “cavalgar o estado”.

³²⁶ SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. **Os impasses da estratégia**: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948). São Paulo: Annablume, 2009, p. 246.

O registro da União Democrática Nacional no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia só foi publicado em Diário Oficial no dia 31 de novembro de 1945, apenas dois dias antes das eleições. Segundo consta, nessa mesma data também foram publicados os registros do Partido Social Democrático, Partido Republicano Democrático, Partido Popular Sindicalista, Partido de Representação Popular, Partido Comunista do Brasil e Partido Trabalhista Brasileiro. Os demais partidos nacionais registrados à época não dispunham de representação formal na Bahia. Essa demora em organizarem-se como diretório na Bahia, explica-se pelas restrições impostas pelo já citado código eleitoral e não pela falta de representação da agremiação no estado. Afinal, como já fora dito, os autonomistas baianos, fizeram parte do primeiro grupo que ingressou na UDN no ano de 1945. Mas ainda que o seu registro definitivo tenha enfrentado as dificuldades burocráticas do TSE e saído somente a 30 de outubro de 1945, desde abril, a UDN baiana se aventurava em comícios por toda a Bahia apresentando o esboço de um programa que só se afirmaria mais tarde, como bem colocou Benevides (1981),

Na realidade, a UDN começara a ser pensada no exílio. Otávio Mangabeira, em Nova York, e Armando de Salles Oliveira, em Buenos Aires, mantinham estreitos contatos com os conspiradores no Brasil. Mangabeira especializou-se em Manifestos: ‘Uma Sucinta Exposição dos Fatos’ (nov. 1943), ‘Ainda uma Vez, Meus Companheiros’ (nov. 1944) e ‘Pontos nos ii da Ditadura Brasileira’ (março 1945). A constituição propriamente dita, segundo depoimento de Prado Kelly, começara ainda em setembro de 1943, quando, ao visitar Armando Salles doente em Buenos Aires discutiu-se a criação de um partido, nos moldes da União Democrática Brasileira— ou seja, um partido nacional, agrupando as oposições estaduais, e em torno de uma candidatura como em 37. (...) e não se repetiria a sigla UDB para não afastar os partidários da candidatura de José Américo³²⁷.

A UDN baiana foi fundada como “frente ampla” de oposição em abril de 1945 como fruto da desarticulação de um período no qual Getúlio Vargas exercia hegemonia e converteu-se em ponto de reunião para onde iam todos aqueles que contra ele pretendiam lutar³²⁸. Para Benevides a UDN havia sido pensada no ano de 1943 pelo ex-ministro e ex-deputado baiano Mangabeira, entre outros políticos que se opunham a Vargas, e abrigou um grupo heterogêneo. Integravam esse elenco inicial políticos das mais diversas categorias, motivo pelo qual, ainda no decorrer de 1945 “formalizaram-se as dissidências, trazendo às claras a característica da ‘frente ampla’ que marcara a criação do partido”³²⁹. Entre a artificial aliança de comunistas,

³²⁷ BENEVIDES (1981), op. cit., p. 43.

³²⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1974, p. 31.

³²⁹ BENEVIDES (1981), op. cit., p. 47.

oligarcas, liberais e a esquerda democrática para derrubar Getúlio Vargas havia muito mais que o reduto udenista poderia comportar.

Otávio Mangabeira dirigiu o programa udenista na Bahia, no qual continha pontos que materializavam as mais modernas causas do mundo pós-guerra. Somavam-se às críticas de intelectuais e políticos de outros estados e da Bahia, a fala deste representante baiano que mais se destacava no cenário da oposição nacional. Desde seu regresso a Bahia, Mangabeira não media esforços no combate ao governo constituído. Afirmava que mesmo com as disposições do Código - restringindo a participação política de parte significativa da população brasileira maior que dezoito anos, ao proibir o voto de analfabetos, militares em serviço ativo e mendigos, além de desobrigar as mulheres que não exerciam profissão lucrativa de votar - e as vantagens concedidas ao PSD pela legislação não seriam capazes de vencer o anseio popular. Otávio Mangabeira dizia acreditar no poder miraculoso dos grandes movimentos de opinião quando era o povo que entrava em cena, como ele mesmo colocou em uma entrevista concedida ao jornal *A Tarde*,

Todos juntos dirigirão a campanha. Trata-se de uma campanha cívica como a da independência, da abolição e da República. Campanha de libertação nacional [...]. A nova democracia brasileira precisa ser realmente do povo. Temos tido democracia de elites. Temos duas espécies de massas: das cidades e zonas limítrofes e a grande massa amorfa e totalmente abandonada. Acredito que a democracia fundada no voto livre perderá a preocupação eleitoral para ser a democracia do povo, da grande massa que no Brasil, vive morrendo de fome, batida pelas doenças atrasadas de séculos³³⁰.

Assim, Mangabeira anunciava que a UDN tinha o objetivo de organizar um grande movimento de opinião em defesa de Eduardo Gomes. Para que a vitória do seu candidato fosse uma realidade, ele contava com a própria imprensa, a mocidade, os intelectuais, a Sociedade Amigos da América, elementos da esquerda, proletários e o elemento feminino. Além disso, Mangabeira dava total atenção ao um contingente de trabalhadores, homens e mulheres que votariam pela primeira vez, bem como para os servidores públicos que, segundo ele, tinham sofrido muito com a inflação altíssima e o congelamento de salários durante o governo de Getúlio Vargas. Naquele contexto, os movimentos de massa já dispunham de um razoável poder sobre os dirigentes políticos ou ao menos estabeleciam relações de troca de forma bastante diferenciada daquela dos anos iniciais da década de 30. Assim, não era prudente deixar a expressão “povo” de fora das falas e dos programas partidários.

A União Democrática Nacional estruturava sua atuação política por meio de Comissões

³³⁰ A TARDE, 29 de mai. 1945, p. 2.

Permanentes, eleitas pelo órgão deliberativo máximo do partido. Inicialmente, foram instituídas cinco comissões: de Estudos Sociais, Econômicos e Financeiros; de Estudos Administrativos e Problemas Estaduais e Municipais; de Estudos Jurídicos e de Legislação Eleitoral; de Estudos de Educação, Assistência e Saúde Pública; e de Estudos de Direitos Trabalhistas e Organização Operária. Essa divisão expressava a tentativa de sistematizar a ação política e intelectual do partido, delineando as bases de um projeto liberal para a reconstrução institucional do país no pós-Estado Novo.

Embora o exame dos programas partidários não revele integralmente o projeto societário das classes que os formulam, tais documentos permitem compreender as estratégias de poder e os princípios ideológicos que orientavam a ação dos udenistas. O programa da UDN, previsto no artigo 2º dos Estatutos de 1945, estabelecia como prioridade apoiar o “processo de democratização do Brasil, de fim construtivo e social, capaz de promover o progresso político e econômico e o bem-estar de todos os brasileiros”. O partido reconhecia, ainda, a necessidade de uma articulação entre Estado e sociedade civil para a consolidação democrática, afirmando que sua ação política deveria “interpretar as correntes que a compõem” e promover “o desenvolvimento de todas as forças criadoras da Nação”.

Em torno do ideal democrático, o programa defendia o exercício pleno das liberdades civis - de reunião, associação, ensino, religião, culto, organização partidária e sindical -, compreendidas como pilares da cidadania liberal. Complementarmente, propunha a construção de um regime representativo “consciente e legítimo”, baseado no voto universal, direto e secreto, com representação proporcional. Assim, o sufrágio era concebido não apenas como instrumento eleitoral, mas como símbolo da cidadania moderna, em contraste com as restrições impostas durante a ditadura varguista. A liberdade de expressão e a autonomia sindical emergiam, então, como fundamentos da nova ordem democrática, articulando-se às demandas populares crescentes desde o biênio 1942–1943.

Para assegurar o bom funcionamento do regime democrático, o programa propunha leis severas contra crimes eleitorais e atentados às liberdades públicas. Essa concepção de “democracia vigilante” evidenciava o caráter liberal-conservador da UDN, que via na legalidade e na coerção jurídica instrumentos para garantir a estabilidade institucional e conter os riscos de radicalização política. A valorização do Estado de Direito, nesse sentido, expressava a intenção udenista de promover uma transição controlada, sustentada por elites políticas e intelectuais.

Outro ponto de destaque do programa dizia respeito ao pacto federativo. O partido propunha “manter a federação em bases que, sem restringir a autonomia dos Estados, fortaleça

a unidade política nacional”. Essa posição conciliava a defesa da descentralização administrativa com a busca de eficiência na gestão pública. No plano administrativo, o liberalismo udenista defendia a racionalização da máquina estatal, com redução de gastos e aumento da produtividade do funcionalismo, que deveria ser “selecionado” e “melhor remunerado”. A proposta expressava a crença na meritocracia como princípio regulador da burocracia e na eficiência administrativa como valor republicano.

A dimensão educacional do programa, por sua vez, inscrevia-se na concepção de desenvolvimento humano vinculada ao progresso social e econômico. O “homem”, entendido como portador da cidadania burguesa, deveria ser elevado “do nível primitivo a que se acha reduzido”, mediante a ampliação das condições de bem-estar e produtividade. Essa visão traduzia a ideologia do progresso e o humanismo liberal presentes na doutrina udenista, em que a educação aparecia como instrumento de formação moral, técnica e cívica. A expansão das matrículas escolares, sobretudo nas zonas rurais, era vista como condição para a construção de uma sociabilidade produtiva e disciplinada. A UDN reconhecia a necessidade de apoio estatal na construção de escolas e reformas institucionais, propondo um modelo “público” de organização educacional alinhado aos princípios do movimento escolanovista. Inspirado nas reformas de 1934 e retomado pela Constituição de 1946, esse projeto pretendia corrigir as desigualdades regionais e integrar os trabalhadores — do campo e da cidade — ao novo pacto democrático-social.

O programa udenista, portanto, representava a síntese de uma visão liberal de democracia que conciliava o ideal de liberdade com a defesa da ordem. A UDN via-se como guardiã das instituições republicanas e das liberdades públicas, mas concebia a democracia como espaço de atuação das elites ilustradas. Sua proposta de modernização política e educacional pretendia consolidar uma “democracia de vigilância”, onde o progresso dependeria tanto da eficiência do Estado quanto da formação de cidadãos disciplinados e produtivos — pilares de uma redemocratização sob o signo do liberalismo conservador brasileiro.

Com relação à pauta povo, a UDN enfrentaria grandes obstáculos. Primeiramente, por ser formada em sua maioria por bacharéis, o Partido não conseguia uma inserção plena na classe trabalhadora. Sua bandeira de representantes honestos e defensores da democracia não parecia satisfatória ao povo brasileiro, no ano de 1945. Os partidos que pleiteavam o apoio das camadas populares precisavam oferecer muito mais que o discurso da liberdade, sobretudo, porque para a maioria da população, a primeira forma de participação no estado havia se dado com a legislação trabalhista do governo Vargas, razão pela qual ainda era forte a sua base de apoio

popular³³¹. Com isso, não seria fácil para os udenistas combaterem os discursos dos pessedistas que defendiam a candidatura de Eurico Dutra e convenciam, os setores médios e a incipiente classe trabalhadora que exerceriam o direito ao voto pela primeira vez, a aderirem suas ideias.

A situação se agravou ainda mais para a UDN porque além do PSD, partido da situação, concorriam as eleições de 1945 os recém-fundados Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB e o Partido Comunista do Brasil, o PCB, legalizado naquele ano e que, na competição interpartidária, entrou na disputa pelos votos do incipiente operariado baiano, especialmente aqueles fixados nas pequenas indústrias e na rede ferroviária e que demonstrou grande potencial eleitoral na Bahia³³². Um exemplo desse desafio que a UDN enfrentou, foi a votação expressiva de ferroviários no município de Alagoinhas/BA, reduto eleitoral de Otávio Mangabeira, ao deputado Carlos Marighella, candidato a deputado pelo PCB no pleito eleitoral de 1945. Por isso, com a atuação de tais legendas e a estrutura partidária imposta pelo Código, que não colaborava para o alcance imediato das massas, a UDN precisou investir em medidas já conhecidas pelos seus dirigentes: angariar o apoio das forças políticas regionais do estado. Paulo Silva (2001) aponta que a estrutura política local ainda teve peso na formação dos partidos nacionais naquele ano. Naquele processo eleitoral, a aspiração de retomar as práticas políticas da República Velha que foram suprimidas pela Revolução de 1930, ainda que fossem no plano do discurso, ensejaria a hipótese da sua materialização na organização e na atuação partidária subsequente.

Dessa forma, era preciso apostar no apoio regional e nos possíveis desentendimentos e separações do lado situacionista. Enquanto o interventor da Bahia, Renato Pinto Aleixo ainda não tinha o apoio de Pacheco de Oliveira e lidava com a perda de Geraldo e Francisco Rocha, da família do coronel Franklin Lins de Albuquerque e outras tantas forças políticas locais e os baianos temiam seguir um interventor com prazo de validade, os udenistas avançavam pelos municípios na busca por votos, usando da justificativa:

(...) Quem vai seguir Pinto Aleixo nas próximas eleições? O bravo militar é político a prazo fixo. Termina com as eleições. Nos quadros que se formarem depois de 2 de dezembro, seu nome não se incluirá entre os dos condutores. Ninguém se decide a obedecer a um comandante que já se sabe abandonará o seu exército ao dobrar a primeira esquina [...] “O ambiente sombrio que se respirava no palácio da Aclamação não podia ser atribuído ao general Pinto Aleixo, mas, sim, a transitoriedade da carreira política³³³.

³³¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005. p. 176.

³³² SENA JUNIOR (2009), op. cit.

³³³ A TARDE, 12 de jun. 1945, p. 3.

Usando de tal justificativa, os udenistas baianos fundaram vários diretórios municipais com apoio de várias classes sociais. Nestor Duarte e Luiz Viana, membros da Comissão Executiva da Concentração Autonomista viajaram por vários municípios a fim de organizar os comícios e declararam satisfação com os resultados e com as “impressões colhidas dos entendimentos mantidos com os elementos oposicionistas locais”, ressaltando o notório entusiasmo visto em toda região percorrida em relação às futuras eleições e afirmando ser intenso o serviço de alistamento de eleitores³³⁴. Esses municípios receberam as caravanas autonomistas/ udenistas que objetivavam engrossar a lista de correligionários e garantir a vitória nas urnas em todo aquele mês de campanha. Como resultado, em novembro de 1945, a UDN registrou 137 diretórios municipais, contra 130 do adversário, o PSD³³⁵.

Esse contexto confirma a máxima de um dos fundadores da UDN que afirmava que este partido tinha a cabeça nas cidades, se referindo aos intelectuais urbanos, mas seu corpo estava, em grande parte, no eleitorado rural³³⁶. No interior da Bahia, Otávio Mangabeira possuía um expressivo contingente eleitoral, além de representar a maior liderança de destaque que detinha o voto dos autonomistas reunidos durante a Revolução de 1930, dos homens que se afastaram do governo no decorrer da década de 1930 e as novas lideranças políticas que surgiram naquele contexto. A admiração dos baianos com Otávio Mangabeira tinha respaldo na possibilidade de mais uma vez a Bahia alcançar posto de destaque na política nacional, o que ocorreu quando ele foi elevado ao cargo de presidente da UDN.

Assim, para que a vitória se consumasse, caberia aos líderes autonomistas da capital conquistar o eleitorado do interior. Portanto, “as atividades intelectuais dividiam-se com a sôfrega caça aos votos, principalmente do disputado eleitorado rural e semirural”³³⁷. Contudo, havia ainda uma questão: a adesão de prefeitos a UDN era muito difícil. Primeiro porque desde março de 1945, o interventor Pinto Aleixo mobilizava os representantes do interior, convocando-os a apoiar a candidatura de Gaspar Dutra em troca de benefícios. Depois, com a queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945, a ascensão da presidência por José Linhares e a nomeação de Bulcão Viana para governador da Bahia, aumenta a probabilidade da oposição se fortalecer em alguns municípios, tendo em vista a substituição de alguns prefeitos. Por fim, podemos considerar que o Decreto de nº 8.188, de 20 de novembro, que afastou dos cargos até 3 de dezembro de 1945 todos os prefeitos municipais que eram membros de diretórios de

³³⁴ A TARDE, 15 de jun. 1945, p. 3.

³³⁵ BAHIA, Diário Oficial, 30 de nov. 1945.

³³⁶ FRANCO, Afonso Arinos Melo de et al. **Um praticante da democracia: Otávio Mangabeira**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980, p. 85.

³³⁷ SILVA, Paulo Santos. **A Força da Tradição: a luta pela redemocratização na Bahia, 1945**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992, p. 47-49.

partidos políticos, dando lugar aos juizes de direito vitalício, que responderiam pela prefeitura até as eleições, inviabilizou o investimento em novas alianças.

Um outro fator relevante foi a ausência de Otávio Mangabeira nos comícios baianos, salvo o de 27 de julho, em comício realizado em Salvador. Mangabeira, desde seu retorno do exílio, se envolveu com a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes em todo território nacional, priorizando, contudo, as atividades realizadas na região sul e sudeste. Sua presença entre os baianos se dava via jornal *A Tarde*. Certamente, essa ausência contribuiu para que muitos eleitores não aderissem aos exércitos udenistas. Mas para o próprio Mangabeira, o insucesso da campanha de Eduardo Gomes na Bahia explica-se na sua oposição aos negros e ao emprego de mulheres em repartições e serviços públicos, além da aversão aos católicos, o que para Mangabeira era uma ofensa ao “católico perfeito” que Eduardo Gomes representava³³⁸.

Um outro aspecto que poderia ter dificultado a entrada da UDN nos municípios baianos foi a aliança entre Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães, que não foi aceita por alguns partidários políticos, especialmente os que compunham o antigo Partido Republicano e que acompanharam J.J. Seabra, à época já falecido, na oposição a Vargas e ao próprio Juracy Magalhães na década anterior. Os acordos firmados entre eles não passaram despercebidos pelas classes subalternas baianas que tomaram para si as bandeiras comunistas e trabalhistas. Os próprios elaboradores da política em torno dessa aliança, consideravam-na perigosa, especialmente se levado em conta a popularidade que o comunismo e o trabalhismo tinham alcançado entre as classes trabalhadoras. Talvez por isso, a combinação simbólica entre Mangabeira e Magalhães “tenha servido inclusive para atenuar os efeitos da repressão no discurso histórico oficial já que àquele a imagem de democrata persevera até os dias atuais enquanto ao último restou pecha de truculento”³³⁹.

Otávio Mangabeira fez-se governador em 1947, com o apoio de Juracy Magalhães após um pacto político. Sob o governo Mangabeira as ambiguidades políticas, especialmente no trato dos comunistas, revelaram também as ambivalências daquilo que foi referido passagens atrás a respeito da fundação da UDN. A polícia baiana fechou o jornal comunista *O Momento*, em 1948, e reprimiu, nesse mesmo ano, com prisões e outras formas de dispersão de multidões uma passeata que protestava contra a cassação dos mandatos comunistas a partir de ordens do Presidente da República, segundo Luís Henrique Dias Tavares. Contudo, o governador Otávio Mangabeira teria ordenado a soltura de todos os presos envolvidos na passeata no dia seguinte³⁴⁰. Após este fato, aparecem as tais contradições, no apoio que o PCB concede a

³³⁸ MANGABEIRA, Otávio. *Carta do Exílio*, 1945

³³⁹ LIMA (2009), op. cit., p. 85

³⁴⁰ TAVARES (2001), op. cit., p. 464.

Mangabeira em troca do seu suporte pela legalidade do “Partidão”, ao mesmo tempo que, Mangabeira é apoiado pelos resquícios integralistas na Bahia, Partido de Representação Popular.

A ascensão política de Mangabeira faz parte do contexto de estreitamento das relações entre Brasil e os Aliados, e mais especificamente, com os Estados Unidos, que resultou na fundação da UDN no final da Segunda Guerra. O posicionamento de Mangabeira o colocou como contraponto material e simbólico em prol de um liberalismo que precisava fazer-se hegemônico, sua origem não ligada a famílias oligárquicas, um sujeito que havia percorrido uma longa trajetória de quinze anos por meios democráticos e, principalmente, tinha conseguido desvincular-se do “liberalismo excludente” da República Velha, fabricava uma autoimagem de setores médios ávidos por representação política numa sociedade atrasada que visava se refazer, adaptando-se aos novos tempos, a partir de cima. Em contrapartida, Juracy Magalhães teria desempenhado outra função; uma que admite certos abusos em favor da manutenção da ordem liberal e da propriedade privada. Magalhães reuniu em torno de si sujeitos que ansiavam por renovação no Estado, sob limites precisos da proteção intransigente do status quo. Ele também ascendeu socialmente dentro do Exército e procurava demonstrar às classes médias que a aliança preferencial devia ser estabelecida com os grupos conservadores, já que o método de ascensão deveria ser preservado a todo custo³⁴¹.

Quando Juracy Magalhães foi afastado da interventoria em 1937 com a instalação do Estado Novo, encontrou-se com Otávio Mangabeira em Nova Iorque em 1942. Este encontro fora promovido pela maneira de ambos se posicionarem contrário ao estado das coisas e consolidou uma tentativa de reunir os setores oposicionistas a Vargas que havia sido iniciada desde meados de 1936 quando Magalhães tentou um debate em torno de uma candidatura que mediasse o conflito político instaurado entre opositores, varguistas e os dissidentes da “revolução”. O referido encontro em Nova Iorque se deu por ocasião do exílio de Otávio Mangabeira e em razão do curso de Juraci Magalhães na Escola de Estado-Maior em Fort Leavenworth. As necessidades que ambos se impunham enquanto opositores silenciados pelo regime era coerente com o momento e a indefinição do ano de 1942 em relação ao futuro do Ocidente colocara na ordem do dia, para as forças liberais uma necessidade de autodefinição³⁴². Assim, o pós-guerra e o início da reação estadunidense, compõe os elementos que tornaram possíveis as definições pactuadas nesse encontro entre Juraci Magalhães e Mangabeira.

³⁴¹ LIMA (2010), op. cit., p. 120.

³⁴² Idem, idem.

Com relação ao encontro de Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira em Nova Iorque há apenas duas passagens no depoimento de Magalhães sobre o assunto. Um primeiro elemento percebido no documento é o entendimento do encontro como marco. O segundo elemento evidencia a existência de grupos autonomistas que elegeram Magalhães e, não Vargas como principal opositor, fato que pode ter recebido reação contrária ao encontro entre Magalhães e Mangabeira. O terceiro elemento diz respeito as motivações deste encontro, que poderiam ser diversas. Entre elas está a existência de antipatias pessoais a projetos políticos distintos, já que o próprio autonomismo era pouco homogêneo, a exemplo de Ernesto Simões Filho, dono do periódico *A Tarde*, que embora autonomista, apoiou as interventorias do Estado Novo e quando não o fez, manteve-se neutro. Mas não foi só ele.

Passados quase cinco anos desde o Estado Novo e Magalhães já tinha viajado pelo Brasil em atividades ligadas à sua reintegração ao Exército quando aproveitava a ocasião e conspirava. De acordo com Gerard Colby, Juracy Magalhães, “apesar do proclamado patriotismo, era informante do FBI e enviava relatos sobre o governo Vargas desde pelo menos 1942, quando J. Edgar Hoover o identificou pela primeira vez para o OSS (Office of Strategic Services) como um dos principais informantes do FBI”³⁴³. Vários sujeitos de grupos contrários ao Estado Novo realizavam este trabalho de “investigação”. Para os militares, cabia a conspiração. Para os exilados competia a tentativa de manter contato com os correligionários visando driblar a censura; arranjar meios de publicação em veículos de comunicação internacionais; criar fatos políticos por meio de manifestos e cartas abertas. Antes disso, porém, ocorreu uma primeira iniciativa dos opositores a Vargas de construir uma alternativa partidária à máquina governista.

Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira foram liberais a seu modo. Segundo Lima (2009), o movimento que os leva à fundação da UDN ou mesmo a ruptura de Magalhães com Vargas em 1937 foi construído no decorrer da década de 1930, período este que propiciou a Juracy Magalhães um aprendizado liberal contundente. O dado novo, portanto, na história do liberalismo no Brasil, e por isso na aliança entre Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira não só se tornou “natural” como necessário, foi a invenção pelas classes subalternas de novos mecanismos de resistência na luta de classes no Brasil e na Bahia: o trabalhismo e o comunismo. O movimento que reagrupou as forças conservadoras dispersadas pela “Revolução 1930” aconteceu também em razão das pressões imperialistas. Assim, aproximação de Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira demonstra a existência dos aspectos - liberalismo,

³⁴³ Segundo Lima (2009) a citação de Colby para sustentar essa vinculação de Magalhães com o serviço secreto estadunidense é o Relatório OSS nº 13.886, de 20 de maio de 1942, página 216, encontrado nos Registros Militares Modernos dos Arquivos Nacionais.

anticomunismo e americanismo - que unificaram grupos políticos distintos³⁴⁴. O liberalismo de que essas duas figuras tratavam na Bahia e no Brasil se destacou pela dificuldade de diálogo com as classes subalternas.

Confirma-se a tese de Consuelo Novais Sampaio que afirma que a trajetória dos setores mais avançados politicamente do liberalismo baiano fosse limitada pela atuação de latifundiários. Havia, talvez, uma diferença sensível entre os dois grupos no que diz respeito à gestão do estado já que o juracismo iniciou seu trabalho de saneamento das contas do estado e deu prosseguimento a esse propósito de modo exemplar ao passo que as gestões de mangabeiristas, calmonistas e seabristas, na República Velha, levaram o estado à falência. Essa observação, no entanto, não caracteriza uma diferença substancial já que ambos mantinham a estrutura do estado voltada para um desenvolvimento econômico desigual, propunham o combate de questões sociais de forma similar e, por fim, partilhavam o temor que as elites dirigentes tinham das “classes perigosas”.

Na Bahia, o ponto culminante dessa transição, de um demoliberalismo³⁴⁵ de oposição para a outro de situação, ocorre na vitória de Otávio Mangabeira no pleito de 1947, no qual foi candidato ao cargo de governador do estado pela União Democrática Nacional. O sucesso de Mangabeira se deve as vitórias de lideranças importantes dos autonomistas, como Luiz Viana Filho e Gilberto Valente, na bancada baiana da Câmara dos Deputados e as escolhas de Nestor Duarte e Clemente Mariani, como Secretário da Fazenda do governo da Bahia e Ministro da Educação e Saúde Pública do governo Federal, respectivamente. Contudo, com a derrota da candidatura de Eduardo Gomes aos udenistas, era preciso superar a narrativa do derrotismo que se espalhava admitindo, ao menos, a vitória da democracia.

Derrotados nacionalmente nas urnas, os autonomistas/udenistas baianos estavam cientes de terem fechado um ciclo iniciado no estado com a Revolução de 1930. Otávio Mangabeira certamente tinha consciência do papel que exercera para a aglutinação dessa oposição durante os quinze anos do governo Vargas, sobretudo com a escrita de manifestos marcados pela defesa da democracia e do liberalismo e recuperados, naquele ano, com vistas a “subtrair o crédito político do Estado Novo e desmoralizá-lo”³⁴⁶. Por tudo que foi dito, Otávio Mangabeira representava o símbolo desse discurso liberal no estado da Bahia. Assim, ainda que o brigadeiro

³⁴⁴ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, vol. 1, p. 308.

³⁴⁵ O demoliberalismo resulta da combinação histórica entre o liberalismo, que prioriza a limitação do poder e a garantia dos direitos individuais, e a democracia, baseada na participação popular e na igualdade política. Essa articulação institui um regime em que liberdade e soberania popular coexistem, ainda que em permanente tensão. Trata-se do modelo político dominante nas democracias modernas. Ver: BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

³⁴⁶ SILVA, Paulo Santos; SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. **O Estado Novo: as múltiplas faces de uma experiência autoritária**. Salvador: EDUNEB, 2008, p. 53.

Eduardo Gomes não tivesse vencido as eleições em seu estado, Mangabeira comemorava a vitória da democracia pela qual esteve, desde 1930, visceralmente empenhado.

Assim, como no resto do país, o que importava era destacar em meio a vitória estadual e a derrota nacional, que a UDN na Bahia foi formada por uma frente oposicionista ligada a importantes líderes baianos como Otávio Mangabeira, Nestor Duarte, Juraci Magalhães, Aloísio de Carvalho Filho, Luiz Vianna Filho, entre outros, que se aglutinaram na luta contra o Estado Novo. Mesmo tendo sido adversários políticos em determinadas conjunturas da Era Vargas, esses líderes fizeram parte de uma união em prol da “redemocratização” do país que lançou as bases udenistas no estado, através da “Concentração Autonomista da Bahia”. A eleição de Otávio Mangabeira para o governo da Bahia, em 1947, representou um marco significativo no processo de reorganização política do estado no pós-Estado Novo e teve papel central no fortalecimento da União Democrática Nacional (UDN) em território baiano e consolidou a UDN como principal força política de oposição ao trabalhismo e ao legado varguista na Bahia, conferindo-lhe não apenas o controle do Executivo estadual, mas também uma plataforma institucional a partir da qual o partido pôde organizar suas bases e ampliar sua influência sobre o aparato político e administrativo do estado.

Nesse novo cenário, a vitória de Mangabeira simbolizou a adesão de parte expressiva das elites baianas à proposta udenista de um governo civilista, moralizador e contrário ao centralismo do período anterior. Ao assumir o governo, Mangabeira promoveu uma reestruturação das instituições estaduais, reforçando práticas políticas baseadas na legalidade constitucional, na autonomia estadual e na crítica ao populismo. Essas medidas contribuíram para legitimar o discurso udenista, consolidar uma rede de alianças locais em torno do partido e funcionar como ponto estratégico na articulação entre lideranças regionais e nacionais da UDN, permitindo que o partido se enraizasse de forma mais orgânica na Bahia. A nomeação de aliados para cargos administrativos e a abertura de espaços no governo para figuras udenistas fortaleceram a estrutura partidária, garantindo capilaridade política e controle de importantes mecanismos de poder. O peso político de Mangabeira e a visibilidade de sua gestão deram projeção à Bahia dentro do projeto nacional da UDN, que buscava se firmar como alternativa ao varguismo em âmbito federal. Assim, a vitória de 1947 não foi apenas um episódio eleitoral isolado, mas um ponto de inflexão que redefiniu o equilíbrio político estadual e lançou as bases para a atuação udenista nas décadas seguintes.

Dessa forma, a redemocratização pós-Estado Novo é claramente um processo de múltiplas camadas. Nacionalmente, significou a restauração das instituições democráticas e a reorganização dos partidos políticos. Regionalmente, e no caso específico da Bahia, representou

a adaptação das elites às novas regras do jogo político, sem abandonar os mecanismos de controle local. A análise dessa dinâmica revela a centralidade das famílias na mediação entre sociedade e Estado, reafirmando a importância de compreender o poder político no Brasil como um fenômeno atravessado por práticas históricas de longa duração, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – AS TRAMAS POLÍTICAS ENTRE FAMÍLIAS E PARTIDOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA (1949/1955)

A década de 1950 representou, no Brasil, um momento de redefinição das forças políticas e sociais que estruturaram a República pós-Estado Novo. Foi um período de rearticulação das elites regionais, de reorganização partidária e de transição entre a política oligárquica tradicional e a modernização administrativa do Estado. Nesse contexto, as relações entre famílias e partidos políticos assumiram um papel central na manutenção do poder, revelando continuidades profundas entre o Brasil agrário e o país em processo de industrialização. Como observa Raymundo Faoro (2004)³⁴⁷, a modernização republicana não destruiu as bases patrimoniais da sociedade brasileira, mas as adaptou a novas formas de dominação política e simbólica.

Após a redemocratização de 1945, com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946, o país assistiu ao ressurgimento de forças políticas tradicionais e à criação de novos partidos que buscavam representar diferentes setores sociais. Contudo, essa reestruturação institucional não rompeu com a lógica personalista e clientelista do poder local³⁴⁸. O sistema partidário que emergia - composto principalmente pela União Democrática Nacional (UDN), pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - foi rapidamente apropriado pelas elites regionais, que viram nessas legendas instrumentos para a continuidade de suas redes familiares de influência e dominação.

Na Bahia, esse processo tornou-se particularmente evidente. O retorno de Otávio Mangabeira ao governo estadual em 1947, eleito pela UDN, simbolizou a vitória das famílias liberais e urbanas que haviam sido marginalizadas durante o Estado Novo, mas que conservaram seu prestígio político e social. As alianças políticas na Bahia dos anos 1950 eram construídas sobre vínculos familiares e econômicos que garantiam às elites locais o controle sobre os cargos públicos, os recursos estatais e a representação partidária³⁴⁹. A vitória udenista baiana não apenas expressou um projeto de moralização da política, mas também representou a recomposição das antigas oligarquias em novos moldes institucionais, como vimos no capítulo anterior.

O período democrático (1946–1964) foi marcado pela coexistência entre o discurso liberal-democrático e as práticas herdadas do mandonismo local. Maria Isaura Pereira de

³⁴⁷ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2004.

³⁴⁸ LEAL (2012), op. cit.

³⁴⁹ RIOS; RAMOS (2005), op. cit.

Queiroz (1976)³⁵⁰ denomina esse fenômeno de “modernização conservadora”, em que as estruturas tradicionais de poder se mantêm, mas revestidas de novos significados políticos. No caso brasileiro, as famílias políticas passaram a atuar dentro de partidos legalmente constituídos, utilizando-se das instituições democráticas - eleições, alianças partidárias, comissões e diretórios - como meios de legitimação de sua autoridade. Essa apropriação do espaço partidário pelas elites familiares explica, em parte, a fragilidade dos partidos como espaços programáticos e ideológicos, pois sua força residia menos em seus princípios e mais nas redes de lealdade e dependência que os sustentavam.

Os anos 1950 também foram um momento de tensão entre o poder central e as autonomias regionais. Enquanto o governo de Getúlio Vargas (1951–1954) e, posteriormente, o de Juscelino Kubitschek (1956–1961) buscavam implementar projetos de desenvolvimento nacional e industrialização, as oligarquias estaduais procuravam preservar sua influência sobre o voto e o controle dos recursos públicos. O Estado brasileiro experimentava uma modernização econômica sem uma correspondente modernização política³⁵¹. As famílias dominantes adaptavam-se às mudanças institucionais e econômicas, associando-se a novas forças urbanas e empresariais, mas sem renunciar ao controle sobre a política local. No Nordeste, e especialmente na Bahia, a economia agrária e o poder patriarcal continuavam a definir a base das relações políticas.

Nas cidades médias e nos sertões baianos, as alianças entre famílias e partidos eram visíveis na composição dos diretórios municipais e nas disputas eleitorais. Rios e Ramos (2005) mostram que o PSD e a UDN funcionavam, em muitos municípios, como expressões políticas de grupos familiares distintos, frequentemente rivais entre si. As disputas partidárias, mais do que embates ideológicos, eram extensões de conflitos e alianças entre linhagens locais. O voto, nesse contexto, era um instrumento de reafirmação de lealdades pessoais, reforçado por relações de compadrio, dependência econômica e prestígio social. Assim, a estrutura partidária servia menos como espaço de debate político e mais como campo de atuação de famílias influentes, que utilizavam a máquina pública como recurso de poder e sobrevivência política.

Essa simbiose entre família e partido revela a persistência do patrimonialismo descrito por Faoro (2004), no qual as fronteiras entre o público e o privado se tornam tênues. O acesso aos cargos, a distribuição de benefícios e a administração do Estado eram mediados por critérios de fidelidade e parentesco. Como assinala Bourdieu (1989)³⁵², o capital social - aqui entendido

³⁵⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

³⁵¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

³⁵² BOURDIEU (1989), op. cit.

como a rede de relações e reconhecimentos - é um elemento essencial da reprodução das elites. No Brasil dos anos 1950, o capital familiar continuava a ser o principal recurso de mobilidade e manutenção do poder político, legitimando-se agora sob o discurso democrático e representativo.

O caso baiano oferece um exemplo claro dessa continuidade histórica. Famílias como os Cincurá, os Pires e os Medrado articulavam-se em torno de partidos distintos, mas mantinham entre si laços de reciprocidade, alianças matrimoniais e cooperação política. A política municipal e regional se estruturava em torno dessas linhagens, cujas lideranças orbitavam entre o campo econômico, a administração pública e as relações pessoais. A estrutura partidária, portanto, não dissolveu o poder familiar: ela o institucionalizou, oferecendo-lhe um novo idioma e novas formas de legitimação. A própria ascensão da UDN na Bahia e em outros estados nordestinos expressa a capacidade das elites tradicionais de se rearticular em no cenário da redemocratização, sem romper com a lógica hierárquica e excludente do passado.

A década de 1950 também foi marcada pelo crescimento do eleitorado urbano e pelo surgimento de lideranças populares, especialmente ligadas ao PTB e ao movimento sindical. Contudo, mesmo nesses espaços de aparente renovação, as alianças com famílias políticas tradicionais eram fundamentais para viabilizar candidaturas e campanhas. O jogo político brasileiro continuava, assim, profundamente dependente da mediação das elites locais. O coronel da República Velha cede lugar ao “chefe político” do pós-guerra, mas a lógica da dominação pessoal permanece. Essa foi uma década também de transição em que o país buscou conciliar o ideal liberal-democrático com a permanência de estruturas sociais e políticas de caráter oligárquico.

A família, enquanto unidade de poder, manteve-se no centro das articulações partidárias e da vida política regional. As mudanças formais no sistema eleitoral e partidário, longe de romper com o passado, proporcionaram às elites novas estratégias de inserção no espaço público. O discurso da moralização política, defendido pela UDN, ou o da conciliação desenvolvimentista, promovido pelo PSD, serviram de cobertura ideológica para a reprodução das mesmas dinâmicas de dominação. Portanto, as relações entre famílias e partidos políticos no Brasil dos anos 1950 revela que o processo de democratização foi marcado por ambiguidades estruturais. O avanço das instituições representativas e o crescimento do eleitorado coexistiram com a persistência de práticas personalistas e patrimoniais. As famílias políticas adaptaram-se às novas exigências da democracia, mantendo-se como intermediárias entre o Estado e a sociedade. Esse modelo híbrido, simultaneamente moderno e tradicional, explica tanto a estabilidade das elites quanto a fragilidade das instituições partidárias no período. A década de

1950, portanto, foi menos uma ruptura do que uma reconfiguração - uma etapa de transição em que o poder familiar se modernizou, mas não desapareceu.

Neste capítulo, analisaremos as estratégias de poder empreendidas a partir da família e suas redes de influência inicialmente no processo eleitoral pós 1945. O objetivo é entender como frações da classe dirigente itaberabense, particularmente aquelas ligadas à UDN, perceberam e agiram no novo horizonte político instituído a partir do fim da Era Vargas, a fim de compreender articulações políticas e os motivos que levaram à formação de coligações partidárias. O capítulo não irá discutir as relações entre elites distintas, mas entre atores que pertencem à mesma elite, porém situados em instituições distintas. Mais especificamente, analisaremos a interconexão entre membros da elite política por meio dos partidos políticos. Não se pretende analisar os indivíduos isoladamente, mas sim uma das principais instituições de capital político nas democracias contemporâneas: os partidos políticos e o uso que as famílias fazem deles. Este capítulo é o resultado da análise da documentação primária – atas do legislativo municipal e matérias do jornal local – que destrincham as tramas no poder legislativo municipal que envolvem famílias e partidos. O intuito é responder ao questionamento: são as famílias que direcionam a política local ou os partidos políticos?

4.1 Partidos políticos e controle familiar: uma breve discussão

O estudo das relações entre famílias e partidos políticos constitui um campo fecundo para a compreensão das formas históricas de exercício do poder no Brasil. Desde o advento da República, a vida política brasileira tem sido atravessada por estruturas de dominação que articulam o público e o privado, o político e o familiar, a tradição e a modernidade. Essa interpenetração entre esferas, longe de ser um traço residual do passado colonial, conforma um padrão persistente de organização social e política. Analisar a família como núcleo estruturante de poder e como mediadora das práticas partidárias implica na discussão das bases históricas da representação, da autoridade e da legitimidade no Estado brasileiro.

A família, enquanto instituição social e política, não se restringe ao âmbito privado das relações afetivas. Ela é uma construção histórica e simbólica que se perpetua por meio de estratégias de reprodução social, nas quais o capital econômico, o capital social e o capital simbólico se articulam para garantir a continuidade das posições de prestígio e poder. Nesse sentido, as famílias políticas constituem uma expressão particular daquilo que Bourdieu (1989) denomina *habitus* de classe, isto é, um conjunto de disposições internalizadas que orientam as práticas e as percepções dos agentes no campo político. No contexto brasileiro, esse *habitus* se

materializa em redes de parentesco e alianças políticas que asseguram a reprodução das elites, mesmo em momentos de transformação institucional³⁵³.

Ao longo do processo republicano, especialmente no século XX, a interdependência entre famílias e partidos não pode ser compreendida como mero resquício de um sistema oligárquico arcaico, mas como resultado de uma adaptação constante das elites às novas condições do Estado e da sociedade. O poder político no Brasil desenvolveu-se sob a égide de um patrimonialismo que atravessa os regimes e as ideologias, reinventando-se a cada conjuntura. O Estado republicano não rompeu com a herança do “patronato político”, mas incorporou as famílias tradicionais como mediadoras entre o poder central e as instâncias locais. O partido político, nesse sentido, emerge não apenas como instrumento de representação, mas como espaço de articulação e legitimação das antigas hierarquias sociais³⁵⁴.

A tradição do pensamento político brasileiro reconhece que o personalismo e o clientelismo não são fenômenos marginais, mas estruturais. Victor Nunes Leal (1975), em sua obra clássica *Coronelismo, enxada e voto*, demonstrou que o coronelismo não era uma anomalia transitória da Primeira República, mas uma forma específica de integração entre o poder local e o sistema representativo nacional. O município e o voto, observa Leal, tornaram-se arenas nas quais as relações pessoais e familiares mediavam o acesso ao Estado, produzindo um tipo de democracia de compromisso, na qual o poder se exercia por meio da reciprocidade e da dependência. Essa constatação permanece atual para a compreensão dos partidos políticos no Brasil, cujas estruturas internas e práticas eleitorais continuam fortemente condicionadas por laços familiares e regionais.

No plano mais amplo, o processo de racionalização política não elimina por completo os vínculos pessoais que sustentam a dominação tradicional. As sociedades modernas, mesmo as que adotam formas burocráticas e racionais de poder, conservam elementos de legitimação carismática e patrimonial. O Brasil republicano exemplifica essa tensão: a construção do Estado moderno coexistiu com a permanência de estruturas de lealdade pessoal e com a apropriação privada do poder público. Nesse contexto, a família atua como uma instância híbrida, simultaneamente tradicional e moderna, capaz de traduzir as normas impessoais da burocracia em linguagens afetivas, simbólicas e locais.

Essa perspectiva se articula à leitura de Norbert Elias (1993)³⁵⁵ sobre o processo civilizador e a formação dos Estados modernos. Elias mostra que o Estado não se forma apenas pela centralização política, mas também pela internalização de normas e comportamentos que

³⁵³ BOURDIEU (1989), op. cit.

³⁵⁴ FAORO (2004), op. cit.

³⁵⁵ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

disciplinam as relações de poder. No Brasil, contudo, o processo de formação estatal foi permeado por assimetrias regionais e pela força das estruturas familiares. As redes de parentesco funcionaram como mecanismos de coesão social e como instrumentos de controle político, preservando o equilíbrio das hierarquias e a continuidade das elites. A transição da monarquia à república, longe de instaurar uma ruptura, consolidou novas formas de dependência e autoridade, agora mediadas pelos partidos.

Do ponto de vista conceitual, compreender a relação entre famílias e partidos políticos exige ultrapassar as interpretações que opõem tradição e modernidade. Como aponta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976)³⁵⁶, o “mandonismo” - categoria que abarca o coronelismo e outras formas locais de poder - é uma estrutura dinâmica, capaz de se atualizar conforme o contexto institucional. O mandonismo não desaparece com a expansão do sufrágio ou com a criação dos partidos modernos; ele se reorganiza dentro das próprias instituições representativas. Assim, a família política, longe de ser uma figura do passado, assume papel ativo na manutenção da ordem democrática, transformando relações pessoais em instrumentos legítimos de ação coletiva.

Os partidos políticos, por sua vez, devem ser entendidos não apenas como entidades programáticas ou ideológicas, mas como campos de poder nos quais se reproduzem relações sociais mais amplas. De acordo com Robert Michels (1982)³⁵⁷, toda organização partidária tende à “lei de ferro da oligarquia”, segundo a qual o controle político se concentra nas mãos de uma minoria dirigente. No caso brasileiro, essa tendência oligárquica encontra terreno fértil na estrutura familiar e nas práticas clientelistas. As lideranças partidárias, frequentemente oriundas de famílias tradicionais, utilizam os recursos simbólicos da linhagem para legitimar sua posição e perpetuar o domínio político. O partido torna-se, assim, um prolongamento da casa patriarcal - um espaço em que o nome, o prestígio e o parentesco operam como capitais políticos.

Ao mesmo tempo, o conceito de família política deve ser historicizado. No Brasil republicano, as formas de reprodução do poder familiar não permaneceram estáticas; elas acompanharam as transformações sociais, econômicas e culturais do país. Nos anos 1950, por exemplo, a expansão do eleitorado urbano e o fortalecimento de instituições partidárias nacionais impuseram novas mediações entre o local e o nacional. Contudo, como observa Leal (1975), a modernização política foi mais formal do que substantiva: as práticas pessoais e os vínculos familiares continuaram a definir as dinâmicas de poder, agora sob a roupagem da

³⁵⁶ QUEIROZ (1976), op. cit.

³⁵⁷ MICHELS (1982), op. cit.

legalidade democrática. Assim, democracia brasileira constituiu-se sobre uma base híbrida, em que o formalismo institucional convivia com a persistência do mando familiar e do controle privado da política.

A análise conceitual dessa relação requer também um olhar sobre o papel simbólico da família na construção da legitimidade política. Bourdieu (1989) destaca que o poder simbólico opera justamente pela naturalização das relações de dominação. No caso brasileiro, a associação entre sobrenome, prestígio e autoridade é um exemplo de como o poder político se legitima socialmente. As famílias tradicionais constroem sua imagem pública a partir de narrativas de honra, serviço e tradição, convertendo o passado em capital político. Essa simbologia é fundamental para compreender por que determinadas linhagens permanecem influentes mesmo após mudanças profundas nas instituições e nas conjunturas.

O “nome” possuía valor político em si, funcionando como um signo de distinção e um instrumento de dominação. Em muitas regiões, o pertencimento a uma linhagem política assegurava vantagens eleitorais e acesso privilegiado a recursos públicos. A filiação partidária, longe de representar uma escolha ideológica, era frequentemente determinada por estratégias familiares de inserção e de sobrevivência no campo político. Associado ao nome, o “sobrenome” é um dos capitais simbólicos fundamentais à ocupação dos cargos eletivos na República Brasileira, quando associado ao poderio político e econômico das famílias. Isso demonstra que para ser eleito a um cargo do executivo ou legislativo municipal, era necessário não somente um investimento econômico, mas, sobretudo o capital político-familiar, o sobrenome. Os herdeiros destes sobrenomes, quase sempre, além de serem socializados no âmbito das famílias políticas, apreendendo o senso prático, o sentido do jogo político, as estratégias de atuação nesse campo através de processos de interiorização de valores pertencentes ao grupo social que está situado, também adquirem saberes que lhes eram fornecidos pelo processo de escolarização. Saberes que potencializaram o capital cultural que adquiriam desde a família e desenvolveram habilidades e competências que eram fundamentais para a atuação no campo de disputa. Saberes transmitidos culturalmente na praticidade das relações sociais, de geração a geração ao longo do tempo.

Para além dos “nomes de família”, como um dos tipos de capital simbólico, que permite o reconhecimento social dos herdeiros como legítimo, encontra-se materializado no corpo e na mente desses agentes que se achavam no polo dominante, de forma naturalizada, a concepção de que a política se encontra no “sangue”. Os herdeiros herdaram não só o patrimônio material, mas, e fundamentalmente, a história da família e o patrimônio simbólico. Assim, no contexto político, não permanecem somente os “sobrenomes”, mas um *modus operandi*, uma forma de

fazer política que se materializa através do habitus desse estrato da classe política dominante no Brasil, orientado pelos valores e costumes arraigados nos corpos e nas mentes dos agentes que operam no mundo da política. O modus operandi político é apreendido através do processo de socialização de saberes e valores no contexto das famílias que vivem da/na política. Diz respeito ao modo de falar, de agir, dentro do contexto político, bem como, as habilidades e competências que são apreendidas através do processo histórico de formação socializado e transmitido pela geração anterior.

A constituição da herança política só ratifica o argumento de que para ser político no Brasil não necessita tão somente pertencer às fileiras dos partidos. Mais que isso, precisa ser reconhecido como legítimo. E um dos distintivos que tem configurado essa legitimidade está no “nome de família”. Este, claro, associado a outros tipos de capitais: econômico e cultural. Nesse sentido, a origem social torna-se um dos mais preponderantes fatores, tanto para o sucesso quanto para o fracasso na escolha da representação política. Nascer em famílias políticas é herdar “nome” e “sobrenome”, capital político-familiar que se traduz em capital simbólico conhecido, reconhecido e desconhecido - como capital - por isso legitimado na sua forma simbólica de dominação.

Em síntese, a família política constitui um conceito-chave para compreender a persistência das desigualdades e a seletividade da modernização democrática no Brasil. Ela atua como um elo entre o antigo e o novo, entre o local e o nacional, entre o simbólico e o institucional. O estudo de sua relação com os partidos políticos permite identificar os mecanismos pelos quais as elites adaptam-se às mudanças sem perder o controle do poder. Trata-se, portanto, de um fenômeno estrutural, que ultrapassa as conjunturas e perpassa toda a história republicana brasileira. A Revolução de 1930 e o advento do Estado Novo marcaram um ponto de inflexão na trajetória das relações entre famílias e partidos políticos no Brasil. A centralização do poder e a tentativa de modernização do Estado não eliminaram o protagonismo das oligarquias regionais; ao contrário, deslocaram-nas e as integraram a novas formas de dominação. O regime varguista consolidou um Estado que, embora formalmente racional-burocrático, continuou dependente das mediações pessoais e familiares para exercer controle sobre os territórios e as populações. Essa ambiguidade, entre o impulso modernizador e a permanência do personalismo, tornou-se uma característica estrutural da política brasileira no século XX.

Ao transformar o espaço público em extensão do doméstico, o Estado brasileiro incorporou práticas e valores próprios da família patriarcal. Essa herança, já perceptível no período colonial, encontrou novas formas de manifestação na República: o Estado burocrático

conviveu com redes de lealdade pessoal que submeteram as instituições à lógica das alianças familiares. Assim, a consolidação de partidos políticos modernos deu-se num terreno permeado por vínculos de sangue, reciprocidade e dependência. A estrutura familiar torna-se, assim, um meio de acesso ao poder político, e a política, por sua vez, transforma-se em instrumento de reprodução familiar. Essa simbiose define o que Faoro chamou de “estamento burocrático”: uma camada dirigente que, mesmo sob regimes diferentes, mantém a posse dos meios de mando e de decisão.

A relação entre famílias e partidos, no contexto republicano, é parte de uma engrenagem mais ampla de dominação social, em que a política é veículo de mobilidade restrita e de reprodução das hierarquias. A figura do “chefe político local” persistiu como mediador fundamental entre o eleitorado e o Estado. Inspirando-se na noção weberiana de dominação patrimonial, pode-se dizer que esses chefes exerciam autoridade não pela racionalidade legal, mas pela tradição e pelo carisma herdado da família. A lealdade dos eleitores era, em grande parte, pessoal, e não ideológica; votava-se em “fulano” ou na “família tal”, e não propriamente no partido. A política, assim, continuava a operar como um prolongamento das hierarquias familiares, embora agora sob o manto da democracia representativa.

Por fim, antes de falarmos sobre a recomposição dos grupos dirigentes no contexto da redemocratização em Itaberaba, é necessário que se leve em consideração uma das categorias universalizantes que orientam o debate nos últimos anos sobre a família e seu desdobramento nas análises das grandes famílias, famílias de elite. Aceitando como dada a reificação da experiência europeia³⁵⁸, o modelo de família ocidental é um dos ingredientes-chaves para dar conta das condições de emergência e dos processos de transformação e de reprodução dos grupos dirigentes no Brasil³⁵⁹.

Algumas pesquisas sobre o tema, muitas vezes negligenciam ou esquecem de uma longa tradição de estudos dos grupos dirigentes no Brasil centrados em conceitos como clãs parentais, família extensa, parentela, redes de base familiar - os quais são vistos hoje como historicamente datados e ultrapassados -, mas que evidenciam as condições e dinâmicas históricas das elites brasileiras e seu papel na expansão da amizade instrumental e das redes de relações pessoais para a política. Esta pesquisa, sobre os grupos dirigentes na política Itaberabense também tem o intuito de demonstrar a importância atual desses conceitos para dar conta tanto das relações e

³⁵⁸ Para mais ver: CONNELL, Raewyn; COLLYER, Fran; MAIA, João; MORRELL, Robert. Toward a Global Sociology of Knowledge: Post-Colonial Realities and Intellectual Practices. *International Sociology*, **Thousand Oaks**, CA, v. 32, n. 1, p. 21-37, 2017.

³⁵⁹ OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de; PETRARCA, Fernanda Rios. Os estudos de elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal (ed.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2016. v. 2, p. 141-165.

dos conflitos entre as principais famílias dominantes quanto das inserções e vínculos estabelecidos por eles com diferentes mundos sociais: político, profissional. Assim, a fim de alcançar o objetivo posto por este capítulo, os desafios que tal análise coloca em jogo para situações como a que investigamos, não serão desconsiderados.

Mergulhamos na sociologia política brasileira que nos traz a noção do quanto a família compõe as interpretações sobre o país e suas respectivas particularidades, como também sugerir, a partir da noção de família extensa, parentela e redes de base familiar uma alternativa para pensar os problemas de ordem teórica e metodológica no estudo das famílias e grupos dirigentes no Brasil. A ideia é então, fazer notório o peso do sistema de alianças para a compreensão das condições de emergência e de transformação das “redes de base familiar” da elite política de Itaberaba. Mais do que apresentar a descrição de um caso particular, indicaremos que se trata de um princípio geral que, com conotações e formas diferentes, está na raiz da própria política brasileira.

Veremos que é precisamente a lógica da aliança que se sobressai como traço destacado das relações entre as principais famílias políticas no poder; aspecto que não parece nem um pouco restrito ao caso de Itaberaba, mas se apresenta como um dos traços distintivos da política brasileira em diferentes períodos³⁶⁰. O caso itaberabense é relevante por evidenciar o quanto as próprias condições de fragmentação da elite política e sua dinâmica de diversificação e diferenciação conduziram à produção de um sistema cujo componente central é a necessidade constante de estabelecer alianças. Logo, mais do que a herança do modelo ocidental de família, é a competência para manter e estabelecer novas alianças como um recurso fundamental de êxito e sucesso dos grupos dirigentes. Assim, o caráter aberto, ou extenso, das relações parentais para além do parentesco consanguíneo, o processo de expansão e de diversificação dos vínculos de natureza pessoal nas alianças políticas, as estratégias matrimoniais e de adoção de sobrenomes, a capacidade de incluir novos membros e estabelecer amplas alianças, entre outros aspectos, sinalizam para o quanto sua forma de organização social, econômica e política se opõe àquela observada na noção de grande família, baliza da sociologia política francesa³⁶¹.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) e Antônio Candido (1951)³⁶² demonstraram o quanto as noções de parentesco ou grande família, típicos da literatura socioantropológica, não

³⁶⁰ Para aprofundar nesse contexto ver: CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flavio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77-97. OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. (Biblioteca Básica Brasileira). QUEIROZ (1976), op. cit., v. 5.

³⁶¹ PETRARCA, Fernanda Rios. OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 37, nº 81, 2024.

³⁶² CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (ed.). **Brazil: portrait of a continent**. New York: Dryden, 1951.

eram generalizantes e universalizantes para dar conta dessa dinâmica familiar brasileira e, por consequência, das próprias relações de articulação e de concorrência entre os principais grupos dirigentes em tal situação. Para dar conta de certas regularidades quanto às condições e os princípios de organização, bem como de suas transformações no decorrer dos anos, eles formularam o conceito de parentela. A característica central do sistema de parentela era sua organização em torno de uma rede de reciprocidade e de lealdade que ultrapassava a família nuclear, possibilitando que, em paralelo à estrutura hierárquica controlada pelo grande proprietário rural, surgisse outra, de tipo mais igualitário, que gerava condições mais abertas para ascensão social via liderança política³⁶³. Por isso, tem-se que o arranjo estratificado, rígido, amplamente aceito pela sociologia política brasileira, oferece pouca ou nenhuma margem para pensar as condições de ascensão social e de formação de grupos dirigentes e lideranças políticas em tal situação.

Para Queiroz e Candido, o sistema de parentela se caracteriza por uma forte complexidade interna, contendo elementos tanto de um modelo igualitário, reunindo agrupamentos familiares de nível socioeconômico semelhantes, quanto de um estratificado, caracterizado pela existência de grupos familiares de níveis socioeconômicos desiguais, conectados por múltiplas alianças. Além dessa diferenciação, a forte solidariedade interna permitia unir grupos distintos, fundado no sentimento de união e de pertencimento a um agrupamento maior que poderia garantir as condições necessárias, seja para abertura de um simples negócio, seja para entrada na política, ou até mesmo para sua sobrevivência econômica e social. A lealdade dos membros com os chefes das parentelas constituía um dos aspectos essenciais para a manutenção e importância dos laços sociais³⁶⁴.

Longe de representar harmonia ou equilíbrio, essa forma de solidariedade desencadeou fortes rivalidades e confrontos violentos, que conduziam à formação de novos grupos, ou dissidências. Como a ascensão ao topo da parentela não era definida pela hierarquia de parentesco ou herança familiar, as disputas se davam em torno das qualidades pessoais que levavam à liderança. A posse dessas qualidades pessoais se tornava um dos ingredientes fundamentais na composição das parentelas. Sua posição econômica era um outro ingrediente essencial, na medida em que garantia a realização de uma importante condição: a capacidade de fazer favores. Assim, um chefe de uma parentela era também aquele que estava na condição de fazer favores.

³⁶³ PETRARCA; OLIVEIRA (2024), op. cit.

³⁶⁴ CANDIDO (1951), op. cit.

O sistema de parentela figura como o principal mecanismo de ascensão e dominação dos grupos dirigentes, em especial até a metade do século XX, e seu processo de transformação não ocorreu sem acomodações que garantiram, em certa medida, sua continuidade. Enquanto princípio de hierarquização, a parentela já integrava atividades econômicas diversificadas (café, açúcar, criação de gado, cacau, comércio), apoiadas em investimentos distintos, do qual o título escolar e as profissões liberais desempenharam papel fundamental e garantiram a entrada dos membros da parentela com alguma formação no Estado. Com o passar do tempo, os princípios que estavam na base do recrutamento, da seleção e da hierarquização dos grupos dirigentes e lideranças se diversificaram espacialmente, ajustando-se aos processos de urbanização e de industrialização, possibilitando sua dominação na grande indústria, no comércio e no alto funcionalismo do Estado. A solidariedade vertical perdeu espaço em detrimento da expansão da solidariedade horizontal. Exemplifica isso, o surgimento de organizações patronais (cooperativas, associações, federações), as quais surgiram para garantir os interesses dos grupos, reforçando a solidariedade horizontal.

Assim, mais do que a “decadência das parentelas”, somos desafiados a pensar em termos do processo de transformação delas em redes de relações diversificadas que mantêm os laços de solidariedade³⁶⁵. Desse modo, o conceito de parentela tem um enorme valor heurístico na medida em que, mais do que nos orientar a pensar em termos de unidade familiar ou grandes famílias como categorias universais, nos coloca diante de relações de base familiar bastante diversificadas (abertas, hierárquicas, verticais ou horizontais) e que podem dar conta tanto de alianças opostas (no caso de filhos desprovidos com herdeiras e filhas destinadas ao casamento político), quanto de alianças múltiplas (no caso de dois irmãos ou duas irmãs com irmãos de outra família). Tal formulação nos conduz a pensar não mais em termos das substâncias familiares que possibilitam a formação e a reconfiguração dos grupos dirigentes, mas em termos de relações diversificadas de base familiar que são mobilizadas por tais grupos e respectivas lideranças políticas. Esses aspectos estão presentes quando observamos as dinâmicas de formação e de recomposição dos grupos dirigentes e lideranças políticas de Itaberaba.

4.2 A redemocratização em Itaberaba: apresentação do cenário político local

As eleições para presidente em 1945, estavam confirmadas para dezembro. Foi necessário que comitês em todo o país fossem formados com o objetivo de arregimentar eleitores, organizar comícios e trabalhar em frentes diversas para conseguirem o maior número de votos em um curto espaço de tempo. Foram nove meses para pôr em ordem a campanha

³⁶⁵ LEWIN (1993), op. cit.

eleitoral até a votação em dezembro. Na disputa política estavam o General Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo Partido Social Democrático, ex-ministro da guerra durante o Estado Novo, o indicado de Vargas; o segundo, o Brigadeiro Eduardo Gomes (União Democrática Nacional) sobrevivente da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e participante do movimento tenentista na década de 1920, disputou o pleito com a sustentação de uma organização que teve sua história política marcada na luta contra a ditadura varguista. Em Itaberaba, a campanha eleitoral conduzida pelo jornal *O Itaberaba* veiculou a propaganda do Brigadeiro Eduardo Gomes.

A sede do jornal serviu como local de venda de cédulas eleitorais para aqueles que quisessem contribuir “para a vitória” do candidato da UDN³⁶⁶. Os partidos eram os responsáveis pela confecção das cédulas eleitorais e sua distribuição ao eleitorado. Esse mecanismo vigorou até 1955 quando a nova Reforma Eleitoral instituiu a cédula única com o objetivo de evitar fraudes. Os esforços para o lançamento da candidatura de Eduardo Gomes pela UDN significavam um ato cívico, segundo *O Itaberaba*. Tratava-se de uma luta que todos os cidadãos deveriam abraçar com o objetivo de consolidar a abertura democrática. Uma segunda batalha política, pois a primeira, contra o Estado Novo, tinha sido vitoriosa, seria o triunfo no pleito de 1945, a favor dos udenistas. Por isso, em novembro de 1945, concentraram-se em Itaberaba uma “multidão” juntamente com a presença de importantes lideranças baianas conforme noticiou o jornal local³⁶⁷.

Na praça de J.J Seabra, ao som da filarmônica Lira Itaberabense estiveram presentes no comício lideranças políticas locais e regionais. Alguns faziam parte da Concentração Autonomista da Bahia surgida em 1933, como reação ao desprestígio que a Bahia e seus líderes políticos tiveram depois do movimento de 1930. Esta foi uma corrente política aglutinadora de facções políticas que se reuniram com o objetivo de conferir à Bahia autonomia frente ao poder central, como já dito no capítulo anterior. A organização tinha o lema “reintegrar a Bahia na posse de si mesma” e foi responsável por lançar as bases políticas e ideológicas para a formação da UDN no estado³⁶⁸.

Maria Vitória Benevides afirma existir “várias UDNs”. A UDN que se organizou na Bahia estava repartida entre as facções juracistas e mangabeiristas. Os primeiros seguiam orientações políticas do ex-interventor Juraci Magalhães e os segundos as de Otávio Mangabeira³⁶⁹. O que as conciliava e dava unidade era o discurso autonomista carregado de

³⁶⁶ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal *O Itaberaba*, novembro, 1945, p. 1 a 6

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ SILVA (2011), op. cit.

³⁶⁹ BENEVIDES, op.cit.

crítica à estrutura centralizada do Estado Novo, além de objetivarem o retorno aos antigos postos de comando na esfera estadual. Ao instalarem o diretório estadual da União Democrática Nacional, a direção foi dividida entre mangabeiristas e juracistas para permitir uma melhor coordenação partidária, segundo eles. A cada um dos dois grupos coube a escolha de quatro elementos para compor a comissão diretora. Os mangabeiristas foram compostos por Aloísio de Carvalho Filho, Nestor Duarte, Luiz Viana Filho e Gilberto Valente. Os juracistas Manuel Novais, Albérico Fraga, Aliomar Baleeiro e Rafael Cincurá³⁷⁰. A equipe de políticos presentes no comício em Itaberaba confirma o caráter de “frente oposicionista” no estado sob a orientação de Juracy Magalhães e o deputado Itaberabense Rafael Cincurá.

Comparando-se os membros do diretório com os políticos presentes no comício percebe-se que ambas as correntes estavam igualmente representadas. Em Itaberaba, a coesão interna certamente tinha o objetivo de evitar a dispersão de votos. Além disso, a concentração da maioria do eleitorado no campo obrigava os partidos a se deslocarem em caravanas em direção ao interior para disputarem o eleitorado rural e semirural baiano. O comício para o lançamento da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes ocorreu na principal praça da cidade onde um grande contingente de pessoas se juntaram para ver, do coreto, a fala de políticos influentes na Bahia. As principais praças em Itaberaba, a praça central J.J Seabra e Praça da Matriz da Igreja de Nossa Senhora do Rosário construídas entre o Império e a República tinham um coreto, uma espécie de púlpito, coberto em estilo neoclássico ao ar livre, normalmente destinado a apresentação de bandas ou filarmônicas e que em ocasiões de campanhas eleitorais músicos e políticos se revezavam na tarefa de animar e passar a mensagem ao público.

Certamente os políticos presentes não eram a única atração da festa. A filarmônica Lira Itaberabense motivava pessoas a irem à praça. Normalmente, a filarmônica só fazia apresentações em ambientes particulares com entrada restrita, por isso, escutar os principais grupos musicais da cidade, gratuitamente, era uma propaganda que tinha o objetivo de atrair possíveis eleitores e levar a mensagem política ao maior número de pessoas. O jornal não divulgou os pronunciamentos feitos pelos políticos no comício, mesmo que tenha sido em apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes no que seria um dos principais comícios realizados no pós-Estado Novo juntamente com o que ocorreu em Feira de Santana naquele mesmo mês. Em um estudo sobre a experiência republicana no pós-1945, Nelson Sampaio (1960)³⁷¹ ressaltou que em sua maioria, os discursos improvisados agradavam mais o público e poderiam ter maior poder de persuasão, o que dificulta o acesso ao conteúdo dos comícios. O público que

³⁷⁰ SILVA (2011), op.cit., p. 97.

³⁷¹ SAMPAIO, Nelson de Souza. O Diálogo democrático na Bahia. **Revista Brasileiro de Estudos Políticos**: Livraria da Revista Forense, Rio de Janeiro, 1960.

escutava comícios improvisados e as apresentações musicais ao ar livre era composto por populares.

Em Itaberaba, os distritos (divisões territoriais administradas por uma sede e seu contingente populacional) e as fazendas eram locais mais habitados do que os centros urbanos e por isso, a quantidade de eleitores era maior. A lógica era que a propaganda presidencial fosse intensificada nessas localidades para levar as propostas políticas às populações mais distantes e convencê-la a votar em Eduardo Gomes. Ainda assim, apesar da campanha, o Brigadeiro Eduardo Gomes perdeu as eleições para Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD. No plano estadual, especificamente compreendendo várias seções das zonas e municípios - Santo Amaro, Feira de Santana, Caravelas, Amargosa, Itaberaba, Djalma Dutra, Condeúba, Paratinga e Santa Maria da Vitória - Dutra foi eleito com 140.718 mil votos contra 111.730 votos dados a Eduardo Gomes³⁷². A concepção de frente única, entretanto, defendida pela UDN, teve mais força no candidato a governador da Bahia em 1946. Ela incluiu outros partidos na defesa de Otávio Mangabeira para o governo do estado.

A corrida para o pleito presidencial, apesar do curto espaço de tempo, serviu para tecer alianças nos municípios baianos e confirmar antigos laços. A derrota da UDN a presidência deixou um legado político considerável para as próximas disputas: comitês políticos, forte propaganda nos municípios e a imagem de que a UDN lutou para a abertura democrática. As próximas eleições seriam para governador do estado e o candidato de “conciliação” foi Otávio Mangabeira de quem já falamos no capítulo anterior. O PSD e a UDN formaram uma coalizão que, apesar das diferenças, acentuadas pelo anti-getulismo e anti-populismo, visou criar um clima de paz social e assegurar a normalidade democrática³⁷³.

Otávio Mangabeira era um político cuja trajetória foi marcada pelo combate ao Estado Novo e, mesmo exilado, fez críticas à ditadura Vargas enviando cartas ao Brasil cujo conteúdo ideológico ajudou a construir uma alternativa política que viria a se tornar a União Democrática Nacional. Uma das lideranças itaberabense que apoiou a candidatura de Otávio Mangabeira foi Rafael Cincurá. Filho de Itaberaba, nascido a 27 de dezembro de 1903, Rafael Cincurá estudou em Salvador tornando-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1924 atuou também como agricultor e pecuarista nos municípios de Itaberaba, Andaraí e Ipirá, no interior da Bahia. Foi candidato à Assembleia Nacional Constituinte em

³⁷² Tribunal Regional Eleitoral. Resultado do interior do estado para Presidente da República, compreendendo além das já publicadas, seções das zonas e municípios de Inhambupe e Rio de Contas, p. 25. Disponível em: https://atom.tre-ba.jus.br/uploads/r/tribunal-regional-eleitoral-da-bahia/d/0/3/d0340addec7568876c822074e9c7487150c85359f23be8c1d7f5192ec89ac315/ed4f3a29-37ea-4027-a830-76db7dc4c693-1945_02_RESULTADO_ELEICOES_1945.pdf

³⁷³ DULCI (1986), op. cit.

1933 e mesmo não dando continuidade, permaneceu filiado ao Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, que obedecia à orientação do interventor Juraci Magalhães. Eleito em outubro de 1934 como deputado federal pela Bahia para a legislatura ordinária, assumiu o mandato em maio do ano seguinte. Cincurá integrou, na Câmara, as comissões de Finanças, Legislação Social, Tomada de Contas e Reforma do Código de Contabilidade e teve o mandato interrompido em 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Assim, partir de 1938 passou a exercer a advocacia no Rio de Janeiro.

Em 1945, com a desagregação do Estado Novo e o início do processo de redemocratização do país, Cincurá participou, em abril, da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), partido em formação. Na ocasião, foi designado para integrar a Comissão de Orientação Política da agremiação. Nessa legenda elegeu-se, em dezembro desse ano, deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Nessa legislatura, integrou a Comissão Permanente de Diplomacia da Câmara e exerceu a vice-liderança de seu partido. Em outubro de 1950 reelegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda da Aliança Democrática Nacional - coligação da UDN com os partidos Republicano (PR), Socialista Brasileiro (PSB), Social Progressista (PSP) e Democrata Cristão (PDC), integrando a Comissão de Finanças da Câmara. Novamente candidato a deputado federal em outubro de 1954, desta vez na legenda da UDN, voltou a ser reeleito³⁷⁴.

A coligação UDN-PSD que elegeu para governador do estado da Bahia Otávio Mangabeira em 1946 se repetiu nas eleições municipais que elegeram um novo prefeito para Itaberaba para o período entre 1948 e 1952. Ao contrário da “tranquilidade” que se vivenciou durante a campanha estadual, o pleito de 1947, para o executivo municipal, foi inicialmente marcado por um clima de tensão e disputa. A UDN em Itaberaba foi formada por políticos que perderam espaço durante o Estado Novo e que comungavam de ideias liberais. Muitos deles entraram em contato com essas ideias quando se graduaram entre 1930 e 1940, na Faculdade Livre de Direito da Bahia, lugar de destino de estudantes do interior que almejavam uma formação de nível superior. Esta instituição, conforme demonstrava Paulo Santos Silva, foi um dos locais de resistência contra a ditadura de Vargas. Através de entidades estudantis como o Centro Acadêmico Ruy Barbosa, e por meio de publicações no jornal *A tarde*, onde destacavam

³⁷⁴ <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rafael-cincura-de-andrade>

a necessidade do restabelecimento das liberdades políticas e civis, os bacharelandos em direito protagonizaram a campanha pela volta da democracia³⁷⁵.

A possibilidade de reocuparem espaços no controle do município, com as eleições em 1947, redirecionou a campanha política udenista. Durante a corrida presidencial, a UDN baiana através de jornais e comitês montou uma estrutura propagandística que serviu à campanha eleitoral do udenista a presidente. Os comitês formados durante a campanha do Brigadeiro foram reutilizados e a corrida por eleitores se voltava tanto para o centro urbano itaberabense, quanto para o seu entorno, os distritos, locais onde os contingentes populacionais eram maiores, apesar da existência de muitos analfabetos.

Em janeiro de 1947, o jornal O Itaberaba anunciou a visita de Juracy Magalhães a cidade para tratar da candidatura de Otávio Mangabeira como governador Constituinte apoiado pela coligação UDN, PSD, ED, PR e PRP. A frente do movimento local estava o deputado Rafael Cincurá e Adenor Souza Soares, primeiro presidente do diretório local da UDN que juntos organizaram a recepção na chegada a cidade, o comício e a apresentação da filarmônica. O evento contou com a participação e falas de Dr. José Santana, médico da cidade que “afirmou falar em nome do povo”, Dr. Prisciliano Leal que falou em nome do PSD local, o Sr. Herculano Torres que representou o diretório da UDN do distrito de Ibiquera e por último Dr. Adenor Souza, advogado e candidato da UDN á constituinte estadual e representante do diretório local de Itaberaba.

Juracy Magalhães agradeceu ao eleitorado da cidade “a quem dizia conhecer profundamente”. Após, dirigiu-se ao prefeito e ordenou que desse os encaminhamentos para a vinda da água para a cidade e por fim listou os feitos da UDN na Bahia e no município:

a Bahia foi contemplada com a ligação ferroviária, estradas de rodagem, hospitais, a Barragem do Boqueirão, portos e com a linha telegráfica. Em Itaberaba a UDN promoveu as ligações ferroviárias, assentamentos de tribos, estradas de rodagem, aeródromo (campo de avião em Itaberaba), construção de 100 casas populares para o operariado, linha telegráfica, trecho de estrada ligando Ipirá a Feira de Santana, a inauguração do prédio Correios e Telegrafos e da Escola Rural³⁷⁶.

Magalhães finalizou apelando aos sertanejos para que meditassem bem nas “urnas amanhã, para dar teu voto de consciência não aos granfinos, perfumados das avenidas, nem aos extremistas, pseudo – democratas com suas promessas farisaicas. Vota no homem que conhece suas necessidades”. O comício foi finalizado com o discurso de Rafael Cincurá e Renato

³⁷⁵ SILVA (2011), op. cit.

³⁷⁶ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, janeiro, 1947, p. 1 a 6.

Cincurá, irmãos e membros da UDN, que se dirigiram “com apreço aos capitalistas e ao operariado, a todos de Itaberaba, por uma união perfeita e democrática” apresentando a chapa udenista ao eleitorado local. A chapa era composta pelos candidatos: Otávio Mangabeira – governo do Estado; Adenor Souza Soares – Deputado Estadual; Pacheco de Oliveira – Deputado Federal; Antônio Pereira Moacyr – Senador. Afirmando e confirmando os indicados, falou Renato Cincurá e o secretário geral da UDN, Oscar Moura.

O jornal apontou que “a alta política nos Estados da federação brasileira se encontra bastante agitada”³⁷⁷, especialmente com a grande evidência dos políticos candidatos aos cargos eletivos de governador, senador e deputados federais e, sobretudo com as notícias que circulavam afirmando que Mangabeira era comunista, “boato” que fora posto pelo jornal como uma “mentira descabida” confirmada pelo Arcebispo da Bahia e pela Liga Eleitoral Católica³⁷⁸. Naquele contexto já havia passado por Itaberaba, em visitas políticas, os candidatos: Dr. Abelardo Moacir do PSD, Dr. Nelson Sampaio – escritor e jornalista de renome no cenário baiano, Hermes Simões (PTB), bem como o candidato petebista Dr. Antônio Garcia de Medeiros Neto juntamente com Delsuc Moscozo falando acerca da candidatura de Medeiros Neto a governo da Bahia³⁷⁹. Itaberaba estava bastante movimentada.

Na véspera das eleições, 18 de janeiro de 1947, o jornal descreveu em edição exclusiva para tratar sobre o pleito, que os debates estavam acirrados: de um lado com Medeiros Neto, candidato pelo PTB e do outro, Otávio Mangabeira da coligação UDN e PSD. Este último fez circular uma comitiva pelos municípios do interior a fim de angariar eleitores favoráveis a sua candidatura. A exemplo da própria visita de Juracy Magalhães a Itaberaba, Andaraí, Lençóis, Palmeiras, Vitória da Conquista e Jequié em prol de Mangabeira. No dia seguinte, foram divulgados os resultados do pleito:

apesar dos pesares, decorreu num ambiente democrático e de ordem, o grande pleito de 19 de dezembro último, nessa cidade e em todo o nosso município. O nobre eleitorado de Itaberaba votou livremente com os partidos democráticos de sua preferência, escolhendo seu governador e representantes do senado e Câmaras Federais e ainda os Deputados que formarão a Constituinte Estadual. Como em todo estado, em o nosso município, houve grande abstenções de eleitores nas urnas. Houve também grande dispersão de votos, chegando a 104 os candidatos votados nesse município, tendo vários deles somente 1 voto³⁸⁰.

³⁷⁷ Idem.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, janeiro, 1947, p. 1 a 6.

³⁸⁰ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, janeiro, 1947, p. 1 a 6.

Entre os dois candidatos que disputavam o cargo para governador teve o Dr. Medeiros Neto 1117 votos e o seu concorrente Dr. Otávio Mangabeira 1529 votos, vencendo este com a diferença de 412 votos. Dos candidatos a Constituinte Estadual, o primeiro lugar no município foi ocupado pelo Dr. Adenor Souza, da UDN, com 1377, seguindo de Dr. Abelardo Moacyr, do PSD, com 134 votos, Dr. Inácio Dias de Souza do PTB com 122 votos, Delsuc Moscozo, também petebista, com 114 votos e Dr. Joaquim Medeiros com 65 votos. Para a cadeira do senado os três candidatos mais votados na cidade, foram: Pereira Moacyr com 1321 votos. Landulfo Alves com 1012 e Orlando Gomes com 215 votos. O eleitorado do município de Itaberaba era de 5701 eleitores. Destes, 2708 votaram e 2993 se ausentaram do pleito.

Em fevereiro de 1947, o jornal local colocou uma nota solicitada pelo Deputado Estadual Dr. Rafael Cincurá, no qual o mesmo enviou a redação do jornal, um telegrama recebido em sua fazenda em Itaberaba. O telegrama fora enviado por Juracy Magalhães, apontado como “maior companheiro de campanha democrática pró-mangabeira”. Magalhães, “agradecia ao eleitorado itaberabense pela vitória de Mangabeira e apresentava o seu programa “de ordem e de trabalho: é de ver de perto o sertão abandonado; socorrer os pobres sertanejos sem saúde, sem água e sem escola e ainda sob o jugo do terrível cambio negro”³⁸¹.

Empolgado, como bem relatou o jornal, Magalhães elogiou o povo de Itaberaba do qual ele afirmou ter “grande admiração”. Na oportunidade, Cincurá afirmou que estaria presente na posse de Mangabeira, como “representante maior do município e dos interesses desse povo sertanejo sofrido” e levaria consigo uma caravana de sertanejos desta cidade de Itaberaba. Essa caravana local, que assistiu, na capital, a posse do governador Mangabeira em abril de 1947, foi composta por: Joaquim M. Sampaio, Drs. Carlos Bohana e José Santana, Faustino Castro, Olívio Vieira, Expedito Carvalho, Raimundo Santana, Manuel Vaz, Renato Cincurá e o diretor do jornal local *O Itaberaba*, Roque Fagundes. Todos ligados ao partido udenista, inclusive o diretor do jornal.

O discurso tanto de Juracy Magalhães como de Renato Cincurá era permeado de descrições sobre a realidade da população da cidade. As pautas fundamentais em toda campanha eleitoral, como bem colocou o jornal, eram sobre saúde, água e escola. Itaberaba não tinha uma casa de saúde e nem recursos para encaminhar os doentes até a capital. Existiam mais de 300 crianças em idade escolar dentro da cidade, analfabetas, crescendo sem assistência educacional, porque somente as seis escolas que o município possuía eram deficientes a toda população. Além disso, apesar da proximidade com Rio Paraguaçu, distante cerca de aproximadamente 28

³⁸¹ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, fevereiro, 1947, p. 1 a 6.

quilômetros da cidade, Itaberaba não tinha água. Talvez por isso tais discursos ganharam tanta força entre os itaberabenses. O próprio discurso de posse de Mangabeira, citou tais situações, determinando que o prefeito de Itaberaba juntamente com Rafael Cincurá cumprisse o que prometido: levar a água para este município do sertão baiano.

Em março, o jornal recebeu um telegrama de um operário petebista. Aqueles dias, pós-eleição, O Itaberaba registrou o recebimento de telegramas dos vitoriosos e de opositoristas que apresentavam seus agradecimentos e a crença em todo processo eleitoral que, para eles, representou, sobretudo, a “vitória da democracia”. O jovem Sydenísio Cerqueira, auxiliar do alto comércio na cidade, protestou contra a atitude de um missivista anônimo e as afirmações que o mesmo proferiu acerca do partido.

Trabalhista que sou, a cujo partido tenho a honra de pertencer, por sua doutrina puramente democrática, votei com satisfação no eminente baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto, para o governador do meu Estado, como ainda em toda chapa desse meu partido. Perdemos as eleições, mas continuarei como trabalhistas, com o nosso partido, sem maguas e nem paixões, seguindo o exemplo democrático do fidalgo do nosso chefe Dr. Medeiros Netto, que mesmo derrotado nas urnas, telegrafou ao ilustre competidor Dr. Otávio Mangabeira, baiano igualmente eminente, felicitando por sua vitória³⁸².

O jovem segue relatando que sua filiação ao PTB se deu, principalmente, pelo caráter democrático do partido, que repugna o ódio e mentira e é contra a anarquia. Seu telegrama ao jornal tinha a intenção de desmentir falatórios considerados mentirosos acerca do partido e de seu posicionamento após perder as eleições no município. A carta anônima atacava Renato Cincurá, presidente da UDN local, atitude da qual nem o PTB e nem o proletário concordavam. Assim, nessa mesma edição, encerrando a história, ao final do relato do telegrama, o jornal pontuou com letras garrafais: “o clima político de Itaberaba, marcado por acirradas disputas partidárias, é também um lugar de conciliação, cenário de paz onde as alianças políticas, antes de tudo, são feitas em benefício do próprio povo sertanejo carente de tantos recursos”³⁸³.

Em maio de 1947, foi a vez do periódico receber o telegrama do Deputado Adenor Souza que tratava da sua mudança para a capital e reafirmava seu compromisso com o eleitorado itaberabense que o fez vitorioso nas eleições. Adenor Souza, nasceu no município de Ruy Barbosa que está localizado na microrregião de Itaberaba e que anteriormente fazia parte da comarca de Itaberaba, sendo desmembrado em 1945. Era um advogado e promotor, atuante membro da UDN que juntamente com Rafael Cincurá, se destacou no cenário político

³⁸² NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, março, 1947, p.4.

³⁸³ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, março, 1947, p. 1 a 6.

municipal. Foi eleito deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional - UDN (1947-1951), reeleito pela UDN (1951-1955) e pelo Partido Social Progressista - PSP (1955-1959) e (1959-1963), além de Secretário-geral e presidente regional da UDN na Bahia. No telegrama, o político se despede da cidade, deixa sua impressão acerca do último pleito realizado, exaltando o ambiente democrático e o civismo do povo sertanejo que “tem a excelsa honra de representar na Câmara Estadual”. Referindo-se ao eleitorado, agradeceu a confiança depositada por vários municípios do sertão – Ipirá, Ruy Barbosa, Brejões, Maracás e Itaberaba – este último, em especial, onde ele vinha exercendo suas atividades como advogado, adquirindo prestígio e o conseqüente apoio na candidatura ao legislativo estadual.

Em junho, Adenor Souza enviou uma carta ao jornal, tratando sobre a pauta da falta de água na cidade. Na carta ele afirmava ter solicitado junto ao Poder Público, a formação de uma comissão técnica para proceder *in loco* com estudos relativos ao abastecimento de água via construção de poços, ou barragens, ou canalização de água potável para esta cidade e outras daquela região. Na mesma carta o Deputado apresentava a resposta favorável do Secretário da Aviação e Obras públicas, Sr. Alberico Fraga que despachou uma comissão técnica a caminho de Itaberaba. Assim, como já dito anteriormente, que tudo parece indicar, que as políticas públicas eram um instrumento de legitimação simbólica do poder local. Essa questão é bem pontuada pelo jornal, no mesmo mês, ao publicar uma nota de capa enaltecendo os feitos de Rafael Cincurá como Deputado Federal.

Não é demais darmos conhecimento ao grande eleitorado deste município e de todo sertão baiano que o elegeu, de quanto vem esse ilustre representante da Assembleia Nacional, trabalhando pelo nosso Estado. Cabe-lhe o mais justo reconhecimento pelo modo por que se está desempenhando dos seus deveres parlamentares como representante do povo na mais alta comarca, cooperando para reviver a democracia, por uma política de trabalho e de ordem. Temos dado conhecimento ao nosso público dos seus serviços pelo povo e temos salientado entre eles, a sua dedicação e esforço por esta região sertaneja e pelo nosso município, tendo conseguido para nossa cidade uma Escola Normal Rural e dado os primeiros passos para a resolução da questão da água junto ao Deputados Juracy Magalhães e Adenor Soares³⁸⁴.

No cenário político local, a capacidade de contemplar pautas sociais - como o abastecimento de água, a inauguração de escolas e a melhoria de serviços públicos – foi um elemento central para o fortalecimento das lideranças políticas. Essas ações, mais do que simples realizações administrativas, constituem-se em instrumentos de legitimação simbólica, por meio dos quais os agentes políticos constroem sua autoridade e consolidam laços de

³⁸⁴ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, junho, 1947, p. 1 a 4.

reciprocidade com a comunidade. Ao promover obras públicas e responder a demandas imediatas da população, as lideranças locais traduzem o poder em práticas tangíveis que reforçam sua imagem de “benfeitores” e mediadores entre o Estado e a sociedade.

No campo da história local, essas práticas revelam a persistência de formas de poder personalistas e familiares que se adaptam às conjunturas democráticas, mantendo, contudo, sua estrutura de dominação simbólica. Raymundo Faoro (2004) aponta que o patrimonialismo brasileiro perpetua a confusão entre o público e o privado, o que permite às elites políticas manipular as políticas sociais como expressão de prestígio pessoal. Dessa forma, o investimento em obras públicas adquire um duplo caráter: é, simultaneamente, uma ação administrativa e um ritual político de consagração. A inauguração de escolas, por exemplo, simboliza o compromisso com o progresso e a modernidade, valores amplamente associados à noção de “boa governança”. Da mesma maneira, o acesso à água, enquanto bem essencial, reforça a dimensão moral do poder, vinculando o político à ideia de providência e cuidado com o povo.

Esses gestos produzem efeitos duradouros sobre a memória coletiva, compondo o que Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) definiu como a moralidade do mando: a legitimação da autoridade através da prática de benefícios visíveis e socialmente valorizados. Assim, o crescimento político de certas figuras locais e suas famílias decorre da habilidade em transformar ações administrativas em símbolos de pertencimento e reconhecimento social. A política local, nesse sentido, opera como um campo de disputas em que o capital simbólico se sobrepõe ao econômico e ao ideológico, e em que a eficácia política depende da capacidade de personificar o Estado no cotidiano dos cidadãos. A realização de obras e a implementação de políticas sociais configuram, portanto, não apenas atos de gestão pública, mas estratégias de construção de poder e de perpetuação de hegemonias locais.

4.2.1 Eleições municipais em Itaberaba (1947 – 1951)

A militância udenista em Itaberaba foi composta principalmente por médicos, bacharéis, comerciantes, pecuaristas e industriais, alguns pertencentes às oligarquias que fizeram parte do poder na Primeira República. Assim, o industrial Carlos Simões, o criador de gado Renato Cincurá, os comerciantes Humberto Luquini e Josué Ribeiro dos Santos, o engenheiro civil José Dias Laranjeira, o jornalista Roque Fagundes, entre outros, liderados pelo advogado Rafael Cincurá, compuseram as hostes udenistas na cidade. Embora fossem personalidades influentes nos meios políticos itaberabense, eles compartilhavam do antigetulismo certamente por não terem ocupado cargos estratégicos na administração de Itaberaba durante o Estado Novo. Esta condição contribuiu para apoiarem a derrubada do governo de Getúlio Vargas.

Os agrupamentos partidários locais foram organizados por políticos que tiveram papel relevante na Primeira República ou durante o Estado Novo. Essa experiência política proporcionou a aglutinação de facções em torno de duas lideranças locais. Rafael Cincurá de Andrade e seu irmão Renato Cincurá, que se tornou um dos chefes locais da UDN; Antônio Garcia de Medeiros Neto - dono de uma grande propriedade pecuarista a Fazenda Morro da Pedra - juntamente com o influente médico Dr. Antônio Augusto Saraiva consagraram-se como líderes do PSD e, por fim, Almir Matas Pires e Odolfo Santos Brito como representantes maiores do PTB local.

A primeira eleição municipal, em 1948, marcou o início da luta política visando ao cargo do executivo municipal. Em agosto de 1947, a Chapa Conciliatória foi formada pela junção entre o Partido Social Democrático e pelo Partido Trabalhista Brasileiro que, liderada pela UDN, apoiou o nome do pecuarista e advogado Almir Mata Pires. O jornal local anunciou a formação da Chapa Conciliatória,

Os sertanejos não têm conforto, sem instrução, sem água, sem casa de saúde, sofrem de impaludismo, não tem distração, verdadeiros heróis que enfrentam todas as dificuldades, e, de todos os males que os perseguem nenhum existe maior do que a má política, de ódio e de vingança, de humilhação e desrespeito ao direito humano. É preciso que os homens de bom senso procurem fazer uma política de união, a que se constrói, evitando choques na sociedade, com o cuidado de sufocar, ao surgir, o espírito diabólico, que se contraria com a paz e que se sente bem com o fuxico³⁸⁵.

Dando prosseguimento, o líder udenista local afirmava que a decisão pela Chapa Conciliatória tinha o objetivo de promover a sorte, a união do município e do povo, promovendo uma política sem lamentações, ódio, atrasos ou a destruição. Apontado como “partido majoritário”, o líder udenista Renato Cincurá, dizia seguir uma política de ordem e fraternidade, cujo resultado vê-se “a aliança entre homens de bom senso e de maior projeção política de todos os partidos democráticos desta cidade, por todos aceitável, figurando na Chapa, elementos de valor de todas as correntes partidárias da cidade, evitando assim choques que só trariam preocupação aos que gostam da paz, aos que presam a esta terra”³⁸⁶. Assim, na primeira eleição municipal para os cargos de prefeito e vereadores, vemos a indicação de nomes ligados aos três principais partidos da cidade fruto, do que a UDN local, considerava uma “necessidade de manutenção da paz interna”.

³⁸⁵ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, agosto, 1947, p. 1 a 4.

³⁸⁶ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, agosto, 1947, p. 1 a 4.

Não é fácil a tarefa de se convidar adversários para colaborarem com uma política, mas, felizmente, adversários decentes, homens de bem, compreenderam logo a elegante intenção toda de harmonia da UDN local, e, discutido o assunto de interesse coletivo, eis que foi o caso resolvido com o mais feliz êxito. Afinal, de pleno acordo com todos, ficou constituída uma Chapa conciliatória. Um plausível movimento político, o desprendimento do partido majoritário, a sua intenção pacificadora num gesto de incontestável sinceridade, como também observou a perfeita compreensão dos homens de responsabilidade de todas as facções, para que se construísse uma política de ordem e de prosperidade pelo bom nome de Itaberaba³⁸⁷.

Esse fenômeno da “política de compromisso”³⁸⁸, demonstrava que o campo político itaberabense se estruturava menos pela oposição ideológica e mais pela capacidade de articulação entre lideranças capazes de conciliar interesses e manter o equilíbrio de poder. As alianças não apenas garantiam o acesso a cargos e recursos, mas também reforçavam o papel das elites locais como mediadoras entre o Estado e a sociedade, reafirmando o caráter patrimonialista e personalista da política regional. Observa-se que essa foi a dinâmica política baiana, ao longo do período republicano. Marcada por uma constante prática de articulações e alianças entre grupos e lideranças locais, expressando um processo de conciliação de interesses que ultrapassava a dimensão eleitoral. Tais alianças configuravam-se como mecanismos de manutenção do poder e de controle do campo político local, estabelecendo redes de compromissos que articulavam elites regionais, famílias influentes e partidos em torno de objetivos comuns.

Com o avanço da institucionalização partidária a partir da redemocratização de 1945, as alianças locais adquiriram novos contornos, assumindo caráter mais formal, mas preservando sua essência pragmática. Os novos partidos embora defendessem projetos nacionais distintos, frequentemente encontravam-se unidos nas esferas municipais por conveniências eleitorais e pela necessidade de preservar a governabilidade regional. Nesse contexto, a conciliação política funcionava como instrumento de controle social e territorial. Ao compor alianças, os grupos dominantes asseguravam a coesão das suas bases de apoio e limitavam a emergência de novas forças políticas. Assim, o pacto entre famílias influentes e partidos representava uma forma de contenção das tensões sociais, convertendo o conflito em cooperação controlada. Na Bahia, especialmente entre as décadas de 1940 e 1960, esse jogo de conciliação expressava tanto a continuidade das formas tradicionais de dominação, ainda que adaptadas às exigências da

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

modernização política, quanto uma prática central na reprodução do poder local, articulando tradição e mudança sob a lógica da negociação e do controle.

O direcionamento da campanha da Chapa Conciliatória centrou-se na figura de Almir Mata Pires como um homem de caráter, detentor de um “escudo inquebrantável”, não de sua trajetória como político. A escolha de Almir cumpria estratégias da UDN itaberabense, que era levar ao pleito de 1947 um candidato com experiência política, cuja carreira como pecuarista e advogado, o associava a homem de bens, com uma vida baseada na “honestidade” e no “trabalho”. Para os udenistas de Itaberaba a “redemocratização” iniciada em 1945 deveria significar uma nova fase política livre dos resquícios e do atraso político representados pelo Estado Novo. Embora fosse bacharel, Mata Pires incorporava características do “estilo” udenista. A “mística da ordem” e o “moralismo” foram traços característicos de sua campanha e do “perfil ideológico” do partido.

A ordem que aparece como “escudo inquebrantável” foi um dos lemas da UDN convertidos em práticas políticas. A defesa da ordem era mais importante do que a defesa da democracia³⁸⁹. A imagem que transparecia de Almir Mata Pires acentuava valores morais inspirados na “honestidade, na fé, no civismo e no amor à família”. Os valores morais desse homem público serviram para explicar seu comportamento político com ênfase na probidade pessoal, conforme assegurava o jornal *O Itaberaba*. Mata Pires também era ligado a uma rede de parentesco que se não o impulsionava, certamente servia como referencial simbólico para a indicação do seu nome para o pleito. Ele era filho de Anésia Mata Pires, irmão de Plínio Mata Pires (ex-prefeito nomeado em 1934 e eleito em 1936) e cunhado de Delsuc Moscoso – engenheiro civil e pecuarista, ex-prefeito nomeado em 1931, filho de Amélia Moscoso de Oliveira e do coronel José Baldoino de Oliveira também importante chefe político. Esse laço familiar com os Moscoso o colocava na mais “elevada linha social da cidade” ligado a uma família abastada e tradicional. De alguma forma, esses referenciais serviam para recuperar a imagem desses antigos líderes e associá-los ao pretendente udenista numa tentativa de fortalecer a candidatura. A sua figura também se revestia de um “sentido de excelência”, de um elitismo ligado à aristocracia itaberabense. A ênfase nas qualidades pessoais e na tradição familiar foi o eixo de sustentação da campanha, além da crença de que Mata Pires seria o melhor nome para representar parcelas da classe dirigente de Itaberaba.

Durante a campanha da Chapa Conciliatória, *O Itaberaba* reservou as primeiras páginas para promover a candidatura de Almir Mata Pires. Discursos, comícios e comentários dos eventos da agenda política do candidato petebista indicado da UDN eram a prioridade. Frases

³⁸⁹ BENEVIDES (1981), op.cit., p. 263.

de efeito ou trechos do programa partidário ditas em pronunciamentos foram reproduzidas em destaque sob a forma de epígrafe, abaixo do nome do jornal. Ficava claro que apenas Mata Pires disputava o pleito alimentando a ideia de repetir em Itaberaba o resultado que elegeu Otávio Mangabeira nas eleições de 1946. O impresso, durante as eleições, pendeu abertamente para promoção do candidato petebista indicado pela Chapa Conciliatória coordenada pela UDN, redirecionando o trabalho de seus jornalistas para a elaboração de artigos com fins partidários.

O “acordo louvável”, descrito pelo jornal local em dezembro de 1947, representava a constituição de um chapa composta pelo indicado petebista a cargo do executivo municipal, Almir Mata Pires, seguido dos nomes ao legislativo, segundo edital do registro na Justiça Eleitoral: Olivio Oliveira, Oscar Moura Costa – UDN, Hipólito Melo, Antônio Borges Filho, Plínio Mata Pires, Humberto Luquini, José Dias Laranjeira, Josué Ribeiro dos Santos, Antônio Augusto Saraiva, Manuel Moyses de Oliveira, Carlos Bohana Simões e Prisciliano José Leal. Entre os candidatos a vereador existiam dois antigos políticos, o engenheiro José Dias Laranjeira e Plínio Mata Pires, ambos ex-prefeitos do município nos últimos quatorze anos. A expectativa da população, segundo afirmou o jornal, era para saber qual dos dois seria o mais votado, muito mais do que acerca da vitória do indicado a prefeito, que “já caminhava certo da vitória”³⁹⁰. Cogitava-se que os outros dez candidatos teriam um pequeno número de votos pelo fato de serem comerciantes “apolíticos” sem preocupação partidária, enquanto os outros chegados recentemente à cidade e por isso, não tiveram tempo hábil para formar seu eleitorado.

Em janeiro de 1948 foi registrada a solenidade de posse do prefeito e dos vereadores da cidade. Sob a presidência do Juiz de Direito da Comarca e Eleitoral da Zona, Ananias Figueiredo, a posse ocorreu nos dias 4 e 6 de janeiro, uma solenidade repleta de familiares, da massa popular e da Lyra Itaberabense. Por eleição, escolheram os que constituíram a mesa: Presidente – Dr. Oscar Moura Costa (UDN), Vice – Dr. Prisciliano Leal (PSD), Primeiro e segundo secretário – Dr. Carlos Bohana e Humberto Luquini (UDN), nomes indicados anteriormente pela Chapa conciliatória. O prefeito eleito, Almir Mata Pires - PTB, fez seu discurso e leitura da sua plataforma de governo que contemplava os dois maiores problemas do povo: água e luz. As cerimônias de posse, foram encerradas com um baile no Clube Social de Itaberaba oferecido pelos vereadores, falando por essa ocasião o Dr. Aducto Sales Brasil – Delegado Regional, o novo prefeito e seu irmão, o vereador Plínio Mata Pires. Em abril de 1949, após meses de recesso pós-festividades de final de ano, a câmara foi reaberta com a sessão de reinstalação presidida pelo Dr. Oscar Moura. Na ocasião foram realizadas as eleições para a

³⁹⁰ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, dezembro, 1947, p.6.

mesa na qual os componentes foram reeleitos, exceto o vice-presidente, que por acordos políticos, fora substituído pelo médico Antônio Augusto Saraiva, ainda do PSD.

A compreensão dessas movimentações implica dar conta de um sistema político fundado em “alianças personificadas” entre líderes de diversos agrupamentos. A chance de recondução no cargo ou eleição do sucessor depende de alianças com agrupamentos fortes dentro do município e que se organizam a partir de um grande bloco, condições pelas quais conseguem preencher outros cargos nos âmbitos estadual e federal. A ruptura na continuidade ocorre quando o bloco se dissolve e as alianças se quebram, expondo a fragmentação, as divisões internas e abrindo a oportunidade para novas lideranças. Foi esse movimento que gerou as condições para a eleição de Renato Cincurá em 1950, originando um novo bloco com o fortalecimento da liderança da UDN.

O cenário dos agrupamentos políticos de Itaberaba tinha por característica fundamental uma composição centrada, de uma parte, em redes de base familiar e, de outra, em redes pessoais formadas na política profissional. O uso da expressão base familiar segue os padrões teóricos estabelecidos no nosso trabalho para evitar aproximações com a noção de domínio familiar, caracterizada pelo recrutamento político via parentesco. A rede de base familiar, portanto, é um misto de laços obtidos pelas conexões familiares (irmãos, primos, sobrinhos, tios, afilhados) e pela amizade política. É ela também que conecta os níveis municipal, estadual e federal a partir das alianças individuais estabelecidas fora dos limites regionais. Nessa lógica, é comum os agrupamentos se definirem ou pelo nome da família, como os Cincurá, os Moscoso, os Mascarenhas ou pelo nome da liderança e sua base, como o grupo aliado a Almir Mata Pires e o PTB. Esses grupos disputam o controle partidário e o acesso aos cargos, e os blocos que se formam decorrem da combinação dessas duas bases de alianças. Considerando os cargos para o executivo municipal, os cargos estaduais e federais, Itaberaba tem uma configuração que demonstra como essas duas bases se distribuem.

Se levarmos em conta a relação entre os eleitos e seus agrupamentos de sustentação, a relação entre família e política fica ainda mais forte, uma vez que os agrupamentos controlam as alianças dos partidos que lideram. Um exemplo é cargo para senador. Dos senadores eleitos pela Bahia, todos têm suas trajetórias fundadas na combinação entre a política e seus ofícios, seja como médicos, bacharéis ou empresários. Apesar de nem todos serem de famílias políticas, eles possuíam alianças com grupos de base familiar no estado. A sobrevivência dos agrupamentos de base familiar na política dependia das alianças com grupos diversos, cuja base de recursos não repousa somente nas redes familiares (tio, sobrinho, pai, filho, sogro), mas nos espaços profissionais (empresários, médicos, advogados, engenheiros).

Quanto a isso, o conceito de parentela colocou-nos diante da possibilidade de apreender um conjunto de aspectos antes levantados pela sociologia política brasileira, como também se mostrou uma ferramenta analítica pertinente para uma melhor compreensão histórica e geográfica das várias dimensões envolvidas na formação e recomposição dos grupos dirigentes. Caracterizado pela capacidade de extensão das relações familiares, esse sistema de parentela se constitui como o alicerce das alianças entre a elite, permitindo compreender tanto a liderança política, quanto a formação dos espaços profissionais. É, portanto, no “jogo entre parentelas” que as condições e os princípios que definem as dinâmicas de formação e reconfiguração dos grupos dirigentes adquirem sua importância política e social.

4.2.2 Eleições municipais em Itaberaba (1951 – 1954)

Em julho de 1949, o periódico noticiou acerca das movimentações internas para a organização do novo pleito. Na ocasião divulgou a decisão da UDN de reunir seu diretório para a escolha do candidato a prefeito de Itaberaba,

Temos a certeza de que o diretório saberá escolher um homem capaz, digno do apoio de todos, mesmo daqueles que não são filiados ao partido, mas, que presem a nossa Itaberaba, para qual tudo se deve fazer para que a praga da má política não venha incomodar os espíritos nem atrofiar a marcha de progresso desta boa terra³⁹¹.

No trecho acima percebemos a centralidade do diretório político como instância de condução e legitimação da vida pública municipal. Ao afirmar que “o diretório saberá escolher um homem capaz, digno do apoio de todos”, fica evidente o papel mediador e orientador dessa estrutura partidária, que ultrapassava o mero caráter organizativo para se converter em um verdadeiro núcleo dirigente do campo político local. O diretório aparece, assim, como depositário da sabedoria política, da capacidade de escolha e da autoridade moral necessárias à manutenção da ordem e à definição dos rumos do município. Essa forma de atuação reflete a estrutura verticalizada dos partidos políticos brasileiros no período republicano, especialmente na Bahia das décadas de 1940 e 1950, quando a política municipal ainda se ancorava fortemente nas redes de poder pessoal e nas hierarquias locais.

A confiança depositada no diretório para a escolha de um “homem capaz” expressa uma concepção patrimonialista e tutelar de política, em que a representação popular é mediada por poucos, e as decisões fundamentais são tomadas no interior de círculos restritos de influência. Fica claro que o diretório político funcionava como uma extensão institucional dessa lógica,

³⁹¹ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, julho, 1949, p. 1 a 6.

operando simultaneamente como órgão de coordenação partidária e espaço de reprodução das elites locais, cuja legitimidade deriva mais da tradição e do prestígio familiar do que da disputa democrática entre projetos.

Ao mesmo tempo, o discurso revela uma dimensão simbólica do poder: o diretório aparece como guardião da moralidade e do interesse coletivo, aquele que “saberá escolher” e “protegerá” a cidade contra “a praga da má política”. Tal formulação traduz o ideal de política como prática moral e pedagógica, em que as lideranças locais se colocam como guias do povo, definindo o que é o bem comum e quem deve representá-lo. O monopólio da fala política, a capacidade de dizer o que é legítimo, constitui um dos mecanismos mais eficazes de dominação simbólica; o diretório, nesse caso, é o espaço onde essa autoridade se institucionaliza e se reproduz. Na Bahia, essa dinâmica consolidou o diretório político como eixo estruturante da vida pública municipal, capaz de articular as elites locais e harmonizar interesses divergentes sob a aparência de consenso. Assim, ao mesmo tempo em que representa a organicidade partidária, o diretório também opera como instrumento de controle social, definindo quem pode falar em nome da comunidade e quem deve ser silenciado em prol da “boa política”.

No encerramento do anúncio ficou claro que a próxima edição do jornal apresentaria os resultados da reunião do diretório da UDN “partido majoritário que orienta os destinos desse município”³⁹². Assim, em agosto de 1949, o jornal em um “Manifesto ao Povo de Itaberaba” apresentou o nome de Renato Cincurá de Andrade para o cargo do executivo municipal. Além da decisão, o manifesto faz uma descrição do indicado a fim de justificar a escolha do diretório.

Um dos mais ilustres filhos da terra, já pelas qualidades morais e desprendimento com que aqui vem servindo a longos anos, a causa pública em todos os seus sectores. Com Renato Cincurá de Andrade, nome que por si só é uma bandeira, marcharemos firmes e sem desfalecimentos para a conquista do supremo ideal humano – lema do nosso partido – que se manifesta na solidariedade entre os homens. Com ele, o amigo do povo, garantiremos, nesse município, um governo de tolerância e de concórdia, fórmula indispensável a frutificação dos ideais democráticos e ao bom andamento dos negócios administrativos. Nele, a encarnação do bem e da honestidade, confiamos os Itaberabenses, convencidos que estamos de que a feliz escolha de seu nome constitui a maior garantia para a preservação das nossas tradições culturais e morais, pois estas se confundem com a própria personalidade do candidato³⁹³.

A análise do discurso que exalta Renato Cincurá de Andrade como “um dos mais ilustres filhos da terra” revela os mecanismos simbólicos e linguísticos através dos quais se consolidava

³⁹² NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, julho, 1949, p.4.

³⁹³ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, agosto, 1949, p. 1 a 6.

o poder político nas esferas municipais. A retórica que associa moralidade, “desprendimento” e “serviço à causa pública” constitui uma estratégia de legitimação que vai além do mérito individual: ela inscreve o sujeito político em uma ordem moral e afetiva vinculada ao pertencimento local e à herança familiar. O nome “Renato Cincurá de Andrade” não é apenas uma designação individual, mas um marcador de pertencimento, cuja evocação mobiliza memórias, alianças e prestígios acumulados por linhagens familiares no espaço político. Em Itaberaba, o nome e o sobrenome político atuam como dispositivos de autoridade e reconhecimento. Afinal, essa região de estrutura social hierarquizada se ancora fortemente em redes familiares e relações de reciprocidade, nas quais o sobrenome funciona como um signo de poder, credibilidade e continuidade. O nome próprio, reforçado por um sobrenome de prestígio, constitui uma espécie de “marca política”, capaz de condensar tradições, fidelidades e expectativas sociais. Assim, o apelo ao “filho da terra” e ao “amigo do povo” não apenas reafirma a proximidade afetiva do líder com a comunidade, mas também reproduz a lógica paternalista que sustenta as alianças e os pactos de poder nos municípios baianos.

A promessa de um “governo de tolerância e de concórdia” traduz, por sua vez, o discurso conciliatório que permeia a política local, na qual as alianças partidárias e familiares são apresentadas como garantias da ordem e do equilíbrio. Tal discurso mascara, contudo, os conflitos inerentes ao campo político, transformando a disputa em uma aparência de consenso. Essa prática, comum nas elites políticas da Bahia e de outras regiões do Nordeste, revela o caráter pessoalizado e relacional da política municipal, em que a legitimidade eleitoral se constrói mais pela rede de alianças e pela força simbólica do nome do que por plataformas ideológicas ou programas partidários. Assim, o extrato evidencia como o nome e o sobrenome político funcionam como elementos estruturantes da autoridade local e como instrumentos de perpetuação de um sistema de poder que se alimenta da conciliação de interesses, da personalização da política e da interpenetração entre família e partido.

Após o lançamento da candidatura de Renato Cincurá, uma caravana udenista percorreu o interior, visitando os povoados, fazendas e distritos com o intuito de unir os votos a favor do indicado. *O Itaberaba* afirmou que Renato Cincurá fora recebido no distrito de Tupim, com um churrasco e demonstrações de apoio em praça pública e logo depois, o distrito de Amparo publicou uma nota no jornal confirmando seu apoio ao indicado pelo diretório. O episódio da candidatura de Renato Cincurá mostra como a atuação política nos municípios baianos, nas décadas de 1940 e 1950, estava profundamente vinculada às estratégias de mobilização local e à construção de lealdades políticas enraizadas no território. A caravana udenista, ao percorrer povoados, fazendas e distritos, representava mais do que uma simples campanha eleitoral: trata-

se de um ritual político de aproximação simbólica entre o candidato e a comunidade, destinado a reafirmar a presença das elites partidárias nos espaços do cotidiano rural. O contato direto com o eleitorado e a mediação pessoal entre líderes e populações rurais constituíam práticas essenciais de legitimação e controle, em que o voto era compreendido como expressão de reciprocidade e gratidão, e não como manifestação autônoma de vontade política.

O churrasco e a recepção festiva em praça pública, mencionados no trecho, demonstram como rituais de integração política, por meio dos quais se reforçava o vínculo afetivo e hierárquico entre o candidato e a população. A figura de Renato Cincurá, construída publicamente como “amigo do povo”, insere-se nessa lógica de representação pessoalizada, na qual o nome político adquire valor performativo: é o nome que convoca alianças, desperta lealdades e simboliza a continuidade de uma tradição de poder local. Assim, o apoio manifestado em jornais e eventos públicos não expressava apenas adesão eleitoral, mas também o reconhecimento de uma autoridade legítima no campo político municipal, sustentada por vínculos familiares e redes de sociabilidade.

A nota publicada pelo distrito de Amparo reforça o papel da imprensa regional como mediadora entre o diretório político e as comunidades, atuando como veículo de legitimação e publicidade do consenso. Ao confirmar seu apoio ao indicado do diretório, o texto jornalístico formaliza uma relação de subordinação simbólica à instância partidária, reafirmando o papel do diretório como condutor do processo político e guardião da ordem democrática local. Essa dinâmica se insere em um modelo de política de conciliação, em que os conflitos são administrados por meio da distribuição de favores, promessas e reconhecimento público, garantindo a hegemonia dos grupos dirigentes. Desse modo, a caravana udenista e as demonstrações públicas de apoio a Renato Cincurá manifestam a persistência de uma cultura política marcada pela pessoalização, pela reciprocidade e pelo uso de rituais públicos de legitimação, em que o partido e o diretório funcionam como mediadores de interesses e perpetuadores de hierarquias locais. A cena descrita pelo jornal, ultrapassa o âmbito eleitoral e se inscreve na lógica mais ampla da reconstrução da política baiana no período pós-Estado Novo, quando a redemocratização se processava por meio das velhas linguagens da tradição e da autoridade pessoal, travestidas de participação cívica e de integração democrática.

No povoado de Ipoeiro a campanha política foi realizada em dois comícios, aproveitando-se da ocasião em que o povo se aglomerava em torno da festa de Santana. No primeiro momento, pela manhã, em um coreto da praça principal, reuniram-se caravanas de políticos composta por Priscilliano Leal, Arnold Mota e Plínio Mata Pires do PSD e Odulfo Brito e Renato Medeiros Neto do PTB. Nesse momento, da UDN estava presente somente o Sr.

Clóvis Moura Ribeiro que discursou acerca da importância da paz política e enalteceu a figura do Deputado Juracy Magalhães, inclusive candidato ao governo do Estado. À tarde, a caravana udenista tomou a cidade, e no mesmo coreto, por permissão de Plínio Mata Pires, discursou o diretor do jornal O Itaberaba, Roque Fagundes, o Deputado Adenor Soares, Moura Costa - presidente da câmara de vereadores - e Abelardo Ribeiro. Os udenistas falaram dos seus propósitos pelo bem da coletividade e apoio a candidatura de Juracy Magalhães para o governo da Bahia e de Renato Cincurá para prefeito da cidade.

Nos primeiros meses de 1950, além da realização dos comícios, o diretório udenista percorreu os distritos com a intenção de fundar postos eleitorais da UDN na região. Com grande solenidade, as vilas de Tupim e Ibiquera receberam os postos udenistas³⁹⁴. Montava-se assim, o cenário para o pleito federal, estadual e municipal daquele ano, que segundo a reportagem seria conduzida pelo Deputado Rafael Cincurá.

Ficou ainda sem solução a escolha de nomes para outros cargos eletivos, o que será resolvido com acerto, pelo deputado Rafael Cincurá, que amigo de todos, com seu bom senso e seu cuidado, sem magoar a ninguém, manterá a política de paz, iniciada nessa terra em 11 de agosto de 1945, com o conagraçamento perfeito e leal dos homens de bem de várias correntes e facções locais de que resultou a grande vitória dos anos de 45 e 46³⁹⁵.

A atribuição ao deputado Rafael Cincurá da responsabilidade pela definição dos nomes que ocupariam os cargos eletivos expressa, de forma exemplar, a concentração das decisões políticas em torno de uma liderança familiar que se converteu em eixo de articulação do poder em Itaberaba. A confiança depositada no deputado para “resolver com acerto” as escolhas partidárias e “manter a política de paz” demonstra que o processo político local se estruturava sobre a mediação de figuras dotadas de autoridade moral e legitimidade histórica, cuja atuação ultrapassava os limites do mandato eletivo para assumir funções de arbitragem e direção coletiva. A presença de Rafael Cincurá no centro desse arranjo revela o entrelaçamento entre linhagem e comando político, no qual o nome da família se transforma em um símbolo de estabilidade e continuidade da ordem local.

A “política de paz” e do “conagraçamento dos homens de bem” aponta para um discurso amplamente disseminado nas instâncias municipais da Bahia pós-1945, em que a ideia de conciliação substituía a de disputa. Essa linguagem, ao propor o consenso como valor supremo, camuflava as assimetrias e preservava o domínio das elites que, sob o signo da harmonia,

³⁹⁴ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, maio, 1950, p.4.

³⁹⁵ Idem.

mantinham o controle sobre os mecanismos de decisão, como já dito anteriormente. A “paz” evocada no texto não significava apenas ausência de conflito, mas a preservação de um equilíbrio social assentado na autoridade de poucos. A figura dos “Cincurás”, encarna o papel do mediador supremo, capaz de ordenar o jogo político local segundo critérios de lealdade e conveniência. A autoridade destes nomes decorre tanto da inserção institucional, enquanto deputados e representantes dos diretórios, quanto da herança simbólica associada ao sobrenome, que condensa uma tradição de liderança e confiança.

Vale ressaltar que a evocação das vitórias eleitorais de 1945 e 1946 reafirma o vínculo entre o êxito político e a figura dos Cincurá, sugerindo que a estabilidade administrativa e o sucesso partidário derivam da manutenção dessa liderança. O jornal, ao exaltar a moderação e o “bom senso” do deputado, contribui para a construção de um consenso simbólico em torno de seu nome, convertendo a família em uma espécie de instituição política informal, cuja legitimidade é continuamente reafirmada por meio da linguagem moral e da evocação de feitos passados. Em suma, a centralidade dos Cincurá em Itaberaba não se restringe à ocupação de cargos eletivos, mas abrange o domínio dos instrumentos de mediação e legitimação do poder. A família aparece como núcleo articulador da política municipal, controlando a distribuição de prestígio e a resolução de conflitos, e garantindo que o espaço público se mantenha subordinado a uma racionalidade doméstica, de caráter seletivo e hierárquico.

Em agosto de 1950, a cidade já estava envolvida pelo movimento político daqueles últimos meses. Os políticos em evidência, de todos os partidos, se encontravam em uma “agitação incomum”³⁹⁶. Segundo registro do jornal local, por causa das próximas eleições, os candidatos à Presidência percorreram as capitais e as principais cidades do país; os candidatos estaduais percorreram o interior dos Estados e os candidatos aos cargos municipais visitaram os distritos dos seus municípios a fim de arregimentar correligionários. Em Itaberaba, nesse mesmo mês, foram realizados comícios da coligação PSD e PTB na vila de Ibiquera, dirigido por Plínio Mata Pires e pela caravana udenista sob a chefia de Renato Cincurá, presidente da UDN local. Ambas as caravanas se direcionaram também para Ipoeira, novo povoado do município. Para os udenistas o comício em Ipoeira foi um marco na campanha do indicado Renato Cincurá, pois no local do evento se fez presente um contingente de quase oitocentas pessoas, o que é bastante considerável para um povoado que contava com apenas quarenta casas e em sua maioria de uma população de lavradores rurais. Para a coligação PSD/PTB foi um momento favorável para a apresentação da chapa composta por Cristiano Machado – candidato

³⁹⁶ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, agosto, 1950, p.1 a 6.

a presidente e Lauro Farani de Freitas ao governo do Estado. Na oportunidade, a Comissão Interpartidária PSD – PTB – Ala autonomista anunciou a candidatura de Almir Mata Pires a assembleia estadual e para prefeito Renato de Medeiros Neto, líder do PTB local e herdeiro político do falecido em 1948, Antônio Garcia de Medeiros Neto.

Em setembro, ocorreu a Convenção da UDN, secção Itaberaba sob a presidência de Renato Cincurá em cuja solenidade foram homologadas as candidaturas aos cargos de prefeito e vereadores da cidade. A convenção apresentou a composição da chapa udenista: Juracy Magalhães – governo do Estado, Clemente Mariani – para o senado, Rafael Cincurá para Deputado Federal, Oscar Moura e Adenor Soares candidatos a Deputado Estadual e Renato Cincurá para a prefeitura de Itaberaba. Para vereador foram indicados os nomes de Agenor Souza Ribeiro e Antônio Perigo da Cunha, “artistas, homens pobres, simples e dignos que muito representarão a classe trabalhadora a que pertencem e pela qual trabalharão defendendo seus direitos”³⁹⁷.

No dia 3 de outubro ocorreu o pleito, que segundo o jornal, “foi de paz e ordem interna, dentro de um ambiente democrático”. Dos 9.259 eleitores que compunham o município, compareceram às urnas 5220, abstendo-se de votar cerca de 4021 eleitores. Houve também grande dispersão de votos, havendo vários candidatos com dois votos (caso de 28 candidatos a Deputado Estadual) ou com um voto cada (18 candidatos ao mesmo cargo). Entendo que a dispersão de votos em um ambiente político caracterizado pelo discurso da conciliação revela a complexidade das dinâmicas de poder no interior dessa política municipal. Nesse contexto em que a política é apresentada como espaço de harmonia e colaboração entre “homens de bem”, a fragmentação eleitoral não constitui apenas um desvio do ideal conciliatório, mas antes um sintoma das disputas internas que se ocultam sob o manto da cordialidade política ou da discrição do próprio jornal. Essa contradição evidencia que a conciliação, longe de eliminar os conflitos, atua como um dispositivo simbólico de controle e contenção das tensões, administrando-as de modo a preservar as hierarquias estabelecidas e garantir a continuidade das lideranças tradicionais.

A dispersão de voto pode não denotar, necessariamente, uma ruptura da conciliação, mas a forma como ela se operacionaliza: um processo de acomodação de interesses no qual a competição é legitimada pela aparência de consenso. Mesmo não havendo em Itaberaba, nesse contexto, uma multiplicidade de candidaturas, a dispersão de votos pode ser interpretada como resultado da fragmentação das redes de influência, do enfraquecimento de vínculos clientelares ou da crescente autonomia dos grupos locais diante das lideranças centrais. Além disso, a

³⁹⁷ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, setembro, 1950, p.6.

dispersão de votos pode ser reflexo das transformações sociopolíticas mais amplas, como a ampliação do eleitorado após 1945, a emergência de novos mediadores políticos e o ingresso de setores populares nas práticas eleitorais. Tais mudanças, ao longo do tempo diluíram parcialmente o controle das elites sobre o comportamento político dos votantes, desestabilizando o monopólio familiar sobre as decisões eleitorais. Mesmo que as lideranças buscassem reafirmar o discurso da conciliação, o campo político tornava-se progressivamente mais plural e permeável a disputas de caráter programático, ainda que estas se expressassem em escala local e sob códigos de lealdade pessoal.

O boletim eleitoral foi fornecido pela Junta Apuradora sob a presidência do Dr. Ananias Vicêncio de Figueiredo no dia 28 de outubro. Para presidente, venceu Getúlio Vargas com 2671 votos, para governador do Estado, Juracy Magalhães – UDN, na frente com 709 votos; Clemente Mariani ganhou para o senado com 2819 votos. O Deputado Federal mais votado foi Rafael Cincurá -UDN com 2583 votos e o Deputado Estadual, Almir Mata Pires - PTB com 1620 votos. Para prefeito, Renato Cincurá – UDN obteve 986 votos a mais que seu concorrente, o candidato da Comissão Int partidária, Renato de Medeiros Neto. A câmara legislativa municipal foi composta por sete vereadores udenistas – Antônio Fagundes de Souza mais votado com 624 votos - e cinco vereadores da coligação, sendo Agostinho Barbosa o mais votado com 362 votos, seguido de Plínio Mata Pires com 302 votos.

No dia 31 de janeiro tomou posse o novo prefeito Renato Cincurá. O jornal O Itaberaba descreveu toda cerimônia de posse, as falas no ato de juramento da Câmara Legislativa, o discurso do novo prefeito em prol das melhorias do setor urbano, da defesa pela vinda da água e da luz elétrica, dentre outros assuntos, bem como toda a movimentação do evento, até a conclusão com o baile agitado pela banda Ita jazz. Contudo, o que chama atenção é a utilização de três páginas do periódico somente com tal assunto e a maneira com que o redator posiciona Renato Cincurá, sua família e a atuação do jornal.

No primeiro momento, observando as falas daqueles que participaram da cerimônia de posse, nota-se que a articulação entre as famílias tradicionais e os partidos políticos em Itaberaba, especialmente entre os Cincurá e os Mata Pires, revela uma rede política e econômica constituída de uma relação de cooperação estratégica e rivalidade controlada, típica dos acordos oligárquicos. Essas articulações possibilitavam a ambas as famílias expandirem sua influência: os Cincurá, com sua base social enraizada e prestígio simbólico no município, devido a conexões junto ao governo estadual garantiam estabilidade eleitoral e legitimidade local; os Mata Pires, com maior poder econômico, viabilizavam o acesso a recursos e obras públicas — como estradas, escolas e sistemas de abastecimento — que reforçavam o pacto político entre as

elites e o discurso de progresso e modernização. Esse equilíbrio entre disputa e manutenção de alianças se expressava na alternância de apoio mútuo entre as famílias, mediada pelos diretórios partidários e legitimada pelo discurso da conciliação e do “bem comum”. Assim, o capital simbólico do nome e sobrenome político — Cincurá e Mata Pires — funcionava como garantia de continuidade e confiança, estabelecendo uma gramática de poder que unia tradição familiar e legalidade democrática.

No segundo momento, vemos o redator do jornal, diga-se de passagem, udenista, justificando a necessidade da utilização daquele meio de comunicação para “colocar a par da população os encaminhamentos democráticos daquele pleito”³⁹⁸. Na verdade, o que se percebe é que os jornais locais, neste caso *O Itaberaba*, desempenhou papel central na articulação entre partidos políticos e famílias tradicionais, convertendo-se em instrumentos de legitimação e controle do campo político. Mais que simples mediadores da informação, esse periódico funcionou como espaço de produção de consenso, moldando percepções sobre autoridade, moralidade e competência pública.

Em Itaberaba, por exemplo, as publicações regionais serviram como voz das elites, divulgando e exaltando nomes como Renato Cincurá, apresentados como símbolos de progresso e conciliação. As matérias e editoriais reforçavam a ideia de uma liderança natural, apta a harmonizar correntes partidárias e garantir a “política de paz”, ocultando as disputas e exclusões que permeavam o cenário local. Ao atribuir neutralidade ao discurso familiar-partidário, os jornais transformavam interesses privados em causas públicas, consolidando o poder simbólico das famílias que controlavam tanto a palavra impressa quanto as decisões políticas. Desse modo, a imprensa regional constituiu-se como instrumento estratégico de mediação entre partidos e famílias, sustentando a hegemonia local sob a aparência de pluralismo. Em Itaberaba e em boa parte da Bahia interiorana, o jornal não foi apenas veículo de informação — foi dispositivo de poder e memória, elemento indispensável na manutenção das alianças que definiram o curso da política municipal.

Os vereadores foram empossados somente no dia 03 de maio e a câmara legislativa reaberta um mês depois. Na ocasião da reabertura da câmara municipal, o PTB lançou uma nota paga no jornal apresentando decisões que foram discutidas após o pleito de 1950 e sobretudo, sua indignação tanto com o adiamento da posse quanto pelo fato de vereadores da Comissão interpartidária não assumirem todos no mesmo dia, por ordem do juiz eleitoral da comarca. O texto reafirmava o compromisso da Comissão no apoio dado ao governador Regis Pacheco; reconhecia a derrota do partido no pleito de 3 de outubro de 1950, mas também assumia seu

³⁹⁸ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, fevereiro, 1951, p.4.

papel de oposição ao prefeito instituído; solicitava a nomeação do vereador eleito Benedito Mangabeira para o cargo de delegado de polícia do município como reivindicação partidária; indicação do vereador Odulfo Brito para líder da bancada oposicionista no legislativo municipal e nomeava Plínio Mata Pires para conciliar junto aos demais partidos acerca da composição da mesa da câmara municipal.

Nesse ínterim, o jornal recebeu também, um telegrama de Antônio Carvalho de Brito, do distrito de Amparo, comunicando seu afastamento do diretório da UDN local, alegando que não concordava com o discurso proferido pelo prefeito udenista Renato Cincurá. Somam-se as constantes “gravatices”³⁹⁹ – termo utilizado pelo jornal para identificar conflitos - especialmente entre o presidente da Câmara, o udenista Carlos Bohana e o vereador da coligação PSD- PTB, Plínio Mata Pires. O cenário político local “da paz e conciliação” parece ter tomado outros contornos após o pleito de 1950. E sobre isso, os jornais não falam, mas as atas dizem. É o que veremos!

4.3 As tramas no legislativo municipal – 1953/1955

A análise deste tópico incidiu sobre o legislativo municipal de Itaberaba, entre 1953 e 1955, período em que se destacaram as atuações de Renato e Rafael Cincurá, vinculados à UDN, e de Odulfo Brito e Plínio Mata Pires, ligados à coligação PDS–PTB. A leitura das atas da Câmara e da imprensa local evidenciaram transformações políticas e sociais em curso, revelaram as conexões entre as disputas pelo poder municipal e as tensões que ameaçaram a estabilidade do regime democrático nascente. Essas tensões, embora nem sempre registradas nas páginas dos jornais, manifestaram-se nas articulações partidárias, nos embates discursivos e nas estratégias de manutenção e conquista de influência local.

Os partidos políticos, nesse contexto, constituíam-se como instrumentos de acesso e permanência no campo político, funcionando como mediadores entre a sociedade e o Estado. Em Itaberaba, reproduziam-se fenômenos típicos da dinâmica nacional: a fragilidade dos vínculos entre filiados e programas partidários, o predomínio do pragmatismo e a mobilidade entre legendas, com trocas de filiação orientadas por interesses eleitorais imediatos. As disputas internas e o personalismo das lideranças revelavam que os partidos serviam, antes de tudo, como plataformas de legitimação de poder, e não como espaços de debate ideológico estruturado. Assim, a filiação política tornava-se uma espécie de passaporte para a participação no jogo eleitoral, mais associada à visibilidade pública e ao acesso a recursos do que à militância orgânica.

³⁹⁹ NHL/UNEB. Campus XIII. Jornal O Itaberaba, julho, 1951, p.1 a 6.

A UDN, originalmente integrada por setores conservadores e distantes das camadas populares, passou a incorporar candidaturas de origens sociais diversas, sobretudo na disputa por cadeiras legislativas. Essa ampliação de base, contudo, não significava uma democratização efetiva, mas a adoção de uma estratégia pragmática das elites locais para preservar seu domínio político diante das transformações sociais do pós-Estado Novo. A redemocratização, ao restituir o voto e o pluralismo partidário, abriu espaço para a recomposição das antigas oligarquias, que se adaptaram ao novo regime, mantendo práticas herdadas da Primeira República.

Com o retorno das atividades democráticas, o poder legislativo municipal ganhou destaque, e as câmaras tornaram-se arenas privilegiadas de mediação política. Em Itaberaba, a elite composta por intelectuais, profissionais liberais e proprietários rurais manteve-se ativa na condução dos negócios públicos, reforçando alianças e redefinindo bases eleitorais conforme o novo cenário político. Essa elite soube articular-se com setores estratégicos da sociedade, consolidando pactos de apoio e perpetuando formas de mando local. As disputas travadas entre UDN e PTB expressavam, portanto, não apenas divergências partidárias, mas o confronto entre projetos de poder, sustentados por tradições familiares e redes de influência.

As atas do legislativo evidenciam a persistência de traços herdados da República Velha, como o personalismo, o coronelismo e o controle eleitoral em áreas rurais. Mesmo sob o signo da redemocratização, práticas de mando e dependência política continuavam a estruturar as relações entre representantes e eleitores. Itaberaba, de base majoritariamente rural, mantinha vivos os vínculos clientelistas, em que lideranças locais – muitas vezes identificadas como “coronéis” – detinham influência decisiva sobre o voto. O processo eleitoral, embora formalmente democrático, ainda era atravessado por relações de poder baseadas na reciprocidade, na lealdade e na subordinação política.

Os jornais locais, por sua vez, funcionavam como instrumentos de difusão partidária e de legitimação simbólica. Longe de exercer uma função neutra, a imprensa operava como veículo das elites políticas e familiares, moldando percepções sobre o poder e a moralidade pública, por isso, muitas vezes, ocultava os conflitos políticos internos. Em torno das redações e das casas editoriais, formavam-se círculos de sociabilidade que reforçavam alianças e projetavam lideranças. Os diretórios distritais, muitas vezes chefiados por membros das famílias tradicionais, controlavam tanto a circulação de informações quanto o direcionamento das campanhas eleitorais.

A análise das atas da Câmara Municipal e da imprensa local revela, assim, que a política em Itaberaba era atravessada por práticas de conciliação entre grupos familiares e interesses partidários, em um contexto de transição democrática. A rivalidade entre figuras como Renato

Cincurá, da UDN, e Odolfo Brito, do PTB, simboliza a tensão entre a permanência de estruturas oligárquicas e o avanço de uma política mais competitiva e institucionalizada. A redemocratização, nesse sentido, não significou ruptura, mas reconfiguração do poder local, em que tradição, prestígio familiar e pragmatismo partidário continuaram a definir o rumo das decisões políticas no interior baiano.

A Câmara Municipal era parte do aparelho administrativo do Império português transferido para o Brasil com o objetivo de administrar com eficiência as vilas que eram fundadas. Embora tenha seguido o modelo de administração lusitano, o município, no Brasil, adquiriu feição própria ao longo da sua história, de acordo com as especificidades da realidade americana do Império Português.⁴⁰⁰ As Atas que servem de fonte para esta pesquisa são documentos elaborados pela edilidade municipal com o intuito de deixar registradas suas ações e decisões.

A análise das tramas partidárias na Câmara Municipal de Itaberaba-Ba e da abordagem legislativa terão por base a investigação das Atas. Os livros Atas da Câmara Municipal foram criadas para arquivar os posicionamentos de fala e as decisões, colher informações, coletar e arquivar alternativas legislativas, identificar problemas e propor soluções. Para isso, foi utilizado 1 livro correspondente aos anos 1953-1955, totalizando 400 páginas, todas em ótimo estado de conservação. Inicialmente seria utilizado, também, o livro referente ao ano de 1949-1953. Contudo, não foi possível, pois após o andamento da pesquisa fomos informados que o livro havia se perdido devido uma enchente que assolou a cidade.

A documentação camarária revela facetas do poder local, tais como o grau de autonomia local, as estratégias para obtenção desta autonomia e a maneira como se deu o controle poder regional/local e sobretudo, as especificidades das dinâmicas partidárias locais e das famílias envolvidas nesta dinâmica. A riqueza do livro de Atas que foi produzido por membros da Câmara Municipal não se reduz ao seu conteúdo. Ela está vinculada também ao que podem nos revelar quando as relacionamos, entrecruzamos e confrontamos com informações obtidas em outras fontes documentais, como o jornal, por exemplo. Os registros da Câmara são fundamentais para este tópico, mas não são os únicos. Se muitas das informações registradas pela Câmara Municipal nos são úteis para compreendermos a dinâmica da sociedade itaberabense, preciosos também são os silêncios e as estratégias que podemos apreender nesta documentação.

As Atas da Câmara assumem a condição de importante fonte para o desvendamento das relações de poder existentes na localidade, identificação dos membros da elite local, de suas

⁴⁰⁰ ZENHA, Edmundo. **O Município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948

posturas políticas e de suas redes de relacionamento intra-elite e para com outros setores. Nota-se, neste documento, que a elite local possuía espaço de ação através do qual buscava defender seus interesses, pois existiram brechas para que as vontades das elites locais se expressassem, tanto através de negociações com outras instâncias de poder, quanto pelo controle de setores da administração municipal que detinham significativo poder sobre a vida cotidiana local, como é o caso da Câmara Municipal.

As Atas tornam-se importantes fontes para evidenciarmos o que conduzia a lei e o que efetivamente era realizado. A Câmara, enquanto instituição local de poder, possuía maior autonomia do que era previsto por lei, pois era a Câmara que definia os impostos a serem pagos pelos exportadores do município, determinava normas de comportamento público e de organização do espaço, nomeava funcionários e criava impostos⁴⁰¹. O fato da Câmara Municipal deter o poder de nomear funcionário, constituiu um aspecto de fundamental importância para garantir o controle da política local, uma vez que assim permitia a criação, manutenção e ampliação de redes clientelares, baseadas na troca de favores, como o aponta Graham (2003)⁴⁰².

Ao realizarmos o levantamento nominativo a partir das Atas, notamos como se deu a atuação dos membros da elite política local, como, por exemplo, se sua permanência no cargo se efetivou ou se logo desapareciam da cena política. Como a Câmara designava os seus empregados, pudemos, a partir das nomeações relatadas nas Atas, traçar parte importante das relações que esta elite estabelecia na sociedade, além de desvendar as redes, alianças ou enfrentamentos da elite, tanto em termos das relações verticais quanto das relações horizontais. Além disso, ao traçar o perfil da elite local, conseqüentemente, aspectos políticos sobre o próprio município e suas feições político-partidárias foram apresentadas. Este levantamento nominativo dos vereadores, somados as informações contidas no jornal da época colaborou para o delineamento das feições partidárias do município.

De maneira geral, notamos, através da leitura e análise do livro de que dispomos, que as reuniões na Câmara de Vereadores, aconteciam as segundas, terças e sábados, às 20 horas. Tais reuniões seguiam uma ordem preestabelecida pela própria casa: informações sobre dia, ano e horário de início da reunião, listagem dos vereadores que compareceram, abertura da sessão pelo presidente com a leitura da ata da sessão anterior para fins de apreciação e aprovação.

⁴⁰¹ RAMINELLI, Ronald. Poder político das câmaras. In: FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno (org.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

⁴⁰² GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. **Publicações Braudel Papers**, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 14 set. 2024.

Segue-se para a matéria do dia, com as considerações diversas por parte dos vereadores interessados. Não havendo mais quem faça uso da palavra, o presidente dá entrada a ordem do dia – apresentação e discussão de projetos-lei, decretos e afins. Encerradas as ordens do dia, dá-se fim a sessão no qual a ata é lida e após aprovação é assinada por todos os presentes.

A primeira sessão registrada no livro, data de 21 de maio de 1953 e o encerramento do livro ocorre 04 de abril de 1956. Em 1953, sob o mandato do prefeito Renato Cincurá de Andrade, a presidência da câmara com o vereador Josué Ribeiro dos Santos e o secretário Odulfo Santos Brito registramos uma grande agitação política. No final daquele mesmo ano, ocorreu a transição de mandatos tanto do executivo quanto do legislativo, no qual constam os seguintes dados: 02 vereadores licenciados, 01 vereador renunciou, 01 suplente em exercício, 36 sessões foram realizadas, destas 03 extraordinárias, foram feitos 20 requerimentos, 05 moções, 08 projetos do legislativo aprovados, 17 projetos do executivo aprovados, 25 leis foram sancionadas, constam 24 resoluções, 122 ofícios e 15 telegramas. Em 20 de abril dá-se início a legislatura de 1955 com o prefeito Justiniano Jacobina de Brito, o presidente da câmara Dr. Antônio Saraiva e o secretário Arnold Mota.

Odulfo Santos Brito, natural de Itaíba, povoado ligado ao município de Itaberaba-Bahia, contador prático e vereador líder da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB na câmara municipal, é o nome mais recorrente nas atas de 1953/54. Oposição ferrenha ao prefeito udenista Renato Cincurá de Andrade, o vereador Odulfo Brito é autor das falas mais polêmicas e protagonista nas situações conflituosas vividas na câmara naqueles anos. Soma-se, ao grupo de oposição ao prefeito, a figura de Plínio Mata Pires, oriundo de uma das famílias mais renomadas da cidade, ex-prefeito e então vereador petebista, bem como Antônio Augusto Saraiva, médico e vereador representante da bancada do Partido Social Democrático – PSD.

Em uma sessão extraordinária no dia 14 de setembro de 1953, sob a presidência do vereador Odulfo Santos Brito, foi lido um telegrama do Diretor do Departamento das Municipalidades, no qual fora solicitado o número de vereadores da casa e os respectivos partidos do qual faziam parte. A partir de então vê-se algumas situações de enfrentamento partidário, tais como pedidos de desligamento dos partidos por parte de vereadores, mandonismo político⁴⁰³ e denúncias de perseguição política. Plínio Mata Pires anuncia seu desligamento da coligação do PSD e afirma ingressar no PTB. Em seguida toma a palavra, o orador, vereador Odulfo Santos Brito “com uma denúncia de ameaças aos trabalhistas na cidade

⁴⁰³ Essa expressão foi citada em uma das sessões pelo vereador petebista Odulfo Brito.

e alerta para o clima de intolerância e arbitrariedade que se quer impor no Estado as vésperas da caminhada eleitoral”⁴⁰⁴.

Tal arbitrariedade citada pelo vereador diz respeito a uma carta enviada pelo Delegado Regional, o Tenente Antônio Factum Pita, a residência do vice-presidente petebista, Plínio Mata Pires onde estava ocorrendo uma reunião de aliados políticos. Segundo o Delegado, em tais reuniões eram citados nomes de autoridades, em especial o do governador do Estado Regis Pacheco do PSD, de forma desrespeitosa. Na sessão seguinte é lida uma carta que o diretório, em nome do presidente do PTB Renato Rodenburg de Medeiros Neto, enviou em resposta ao delegado, alegando que a reunião tinha a finalidade de traçar planos de ação para a campanha que se aproximava e que tais acusações eram infundadas. A UDN, em nome do vereador Lauro Sampaio prestou solidariedade aos petebistas ameaçados pelo ofício do delegado⁴⁰⁵.

Nas atas que seguem, a atitude do Delegado Regional volta a discussão. Dessa vez, Antônio Augusto Saraiva usa seu momento de fala para afrontar Plínio Mata Pires acerca do evento ocorrido em sua residência. Segundo Saraiva, a reunião tinha o objetivo de assumir o rompimento com o governador do Estado, decisão que tivera partido do próprio Plínio Mata Pires e não dos seus aliados. Neste momento Plínio Mata Pires afasta o orador, segundo descrição da ata, “dizendo-lhe que em Itaberaba não há PSD, pois este não está registrado”⁴⁰⁶. Saraiva retoma a fala alegando:

Achei injusta a atitude de Plínio, pois o mesmo já havia sido concedido favores por parte do governado Regis Pacheco. Na verdade, o que está acontecendo é a divisão da coligação em duas frentes: uma conservou-se fiel ao governador e a outra contra ele. É voz geral, porém nada oficial, que nessa reunião foi indicado ao governo da Bahia o senador petebista Landulfo Alves apoiado pelo Sr. Juraci Magalhães e pelo ministro Antônio Balbino. Essa foi a verdadeira intenção de tal reunião⁴⁰⁷.

O clima tenso se estende. No dia 07 de outubro de 1953, Odulfo Brito põe em pauta novamente o assunto anterior, agora em defesa do Plínio Mata Pires. Ele afirma que se sente mais confortado em ver o seu partido mais forte, mais unido e reforçado a partir da adesão dos vereadores Plínio Mata Pires e Benedito Mangabeira que se desligaram do PSD “devido a política mal orientada que o governador Regis Pacheco causou no município”⁴⁰⁸. O orador continua

⁴⁰⁴ Atas da Câmara Municipal de Itaberaba-Bahia, 1953-1955, f.35-36. Câmara de Vereadores de Itaberaba-Bahia.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ Idem, f.43.

⁴⁰⁷ Atas da Câmara Municipal de Itaberaba-Bahia, 1953-1955, f.35-36. Câmara de Vereadores de Itaberaba-Bahia.

⁴⁰⁸ Idem, f.46.

Não poderia o PTB sustentar uma coligação com o PSD neste município, onde este partido encontra-se em decomposição, dividido em grupos com vários chefes, perseguindo os seus próprios coligados em defesa de adversários. Nomeia-se uma autoridade policial sem ouvir a coligação e nem ao menos o PTB. Substitui-se um coletor, nosso correligionário, sem dar satisfações. Demite-se autoridades no distrito de Ibiquera e não se ouve o PSD local para indicar os seus substitutos. Nenhum prestígio, nenhuma consideração merece o PSD local. A coligação há muito tempo deixou de existir. Desrespeita-se leis e regulamentos. Um verdadeiro mandonismo político que parte do governador e atinge os demais⁴⁰⁹.

Ao final do discurso, Odulfo Brito afirma que no que depender dele e de sua bancada no legislativo municipal, “o clima de paz implantado na Câmara e na política local não será alterado pelos partidos representados na casa”⁴¹⁰. Logo em seguida, Plínio Mata Pires diz comungar deste mesmo desejo de paz e aproveita para reforçar sua amizade com o Dr. Antônio Augusto Saraiva:

Afirmo que não há situação que me faça romper com o doutor, afinal datava de longas datas. O PTB tem seus candidatos próprios para todos os postos, por isso, quem sabe talvez seja até o vereador Dr. Antônio Augusto Saraiva o nosso candidato à prefeitura de Itaberaba. Tudo depende de sua atitude⁴¹¹.

“Tudo depende de sua atitude”. Seria uma ameaça? Ao que tudo indica o vereador Antônio Augusto Saraiva entendeu muito bem a colocação, a ponto de tomar a fala e reafirmar que “a amizade que eles tinham, de fato de longas datas, nenhum contratempo e nem a política poderia alterá-la”⁴¹². E continua em resposta a fala anteriormente colocada pelo Odulfo Brito:

O referido coletor não desejava a harmonia dos partidos, procurava insuflar a discórdia no meio dos mesmos. O coletor foi a capital do Estado e procurando o Deputado Osvaldo Ribeiro, disse-lhe que nunca fora do PTB, sempre estivera com o PSD. Este fato é público e notório⁴¹³.

Na sessão do dia 13 de outubro de 1953, foram lidos telegramas do Deputado Federal Dr. Rafael Cincurá de Andrade. O documento comunicava a liberação de verbas para as rodovias Itaberaba – Lençóis – Seabra, Itaberaba - Iaçú – Maracás, Itaberaba – Tupim – Ibiquera e rodovia BR 28 - Itacira. Havia também uma verba destinada a irrigação mecânica Paraguassu, ao Posto de Criação para manutenção agropecuária e para a Casa dos pobres. Contudo, ao

⁴⁰⁹ Idem, f.53.

⁴¹⁰ Idem, f.47.

⁴¹¹ Idem, f.52.

⁴¹² Atas da Câmara Municipal de Itaberaba-Bahia, 1953-1955, f. 52. Câmara de Vereadores de Itaberaba-Bahia.

⁴¹³ Idem, idem.

comentar sobre a liberação das verbas no serviço de alto falantes da cidade e alegar que a conclusão de todas as obras eram responsabilidade da UDN, o prefeito acaba sofrendo duras críticas.

Tais críticas foram colocadas na sessão dia 24 de outubro de 1953, mais uma vez, pelo vereador da oposição Odulfo Brito. Segundo Brito, a associação das verbas do município a pessoa do Deputado Rafael Cincurá, a quem ele chama de “figura incógnita”⁴¹⁴ são inverídicas. E aproveita a oportunidade para mais uma vez apontar a suposta perseguição política a bancada da coligação por parte do Tenente Delegado Regional nomeado pela UDN e sem o apoio dela. Odulfo alega que o Tenente tinha causado situações de conflitos na cidade e direciona uma pergunta a bancada da UDN: “é mesmo a paz que o delegado deseja para o município?”⁴¹⁵.

Decorridos oito dias, na sessão seguinte o Tenente Antônio Factum Pita, delegado regional, comunica seu pedido de exoneração do cargo. Dia 20 de novembro, dias antes de ocorrer a sessão, o jornal O Itaberaba, emitiu uma pequena nota na capa, acerca da despedida do Tenente Pita, através de uma carta enviada por ele ao órgão de comunicação. O breve anúncio traz: “trouxe ao jornal sua delicada despedida por ter de seguir para Salvador, capital deste Estado. O Itaberaba agradecido à S. Sa. deseja-lhe felicidade”.

Na última sessão do ano de 1953, ao fraquear a palavra, Odulfo Brito profere o discurso mais detalhado na Ata. Na realidade, durante todo este ano, nas descrições dos atos de fala, notamos a exposição minuciosa da participação do vereador Odulfo Brito. Sua atuação nas sessões é notória, dada não só as polêmicas que causa, mas ao relato normalmente longo e metucioso de suas falas. A explicação está no fato dele ser o secretário ou por ocupar em algumas reuniões o cargo de presidente da casa? O fato é que este vereador é uma figura de destaque nas atas.

Nesta última sessão do ano, o vereador faz um balanço dos trabalhos realizados pela câmara:

Encerramos hoje os trabalhos legislativos desta câmara, e é nosso dever prestar contas ao povo dos trabalhos realizados durante este período. Em todas as sessões desta casa, foram tratados assuntos referentes aos interesses do município, tendo-se votado vários projetos de lei, todos de interesse coletivo. Sobre a colaboração da bancada do PTB na câmara, não se recusando nunca a dar o seu apoio aos projetos de lei do executivo municipal, desde que seu objetivo principal visasse o bem coletivo ou os interesses do município⁴¹⁶.

⁴¹⁴ Idem, f. 73.

⁴¹⁵ Idem, f. 78.

⁴¹⁶ Atas da Câmara Municipal de Itaberaba-Bahia, 1953-1955. f.121. Câmara de Vereadores de Itaberaba-Bahia.

Sobre sua atuação da câmara, Odulfo Brito ainda afirma:

Assumimos a postura de crítica ao poder executivo todas as vezes que julgamos estarem os interesses do povo esquecidos da administração, entretanto essas críticas sempre foram construtivas. Saúdo a bancada da UDN pela solidariedade demonstrada em todos os atos da sua iniciativa. Quebrando o elo que ligava a coligação em face do rompimento do PTB com o governador do Estado, não deixamos de contar sempre com a colaboração do vereador do PSD, Dr. Antônio Augusto Saraiva. Fortalecida a nossa bancada com a adesão dos vereadores Plínio Mata Pires e Benedito Mangabeira, ficou o PTB em condições excepcionais de estabelecer uma linha política mais eficiente e mais produtiva⁴¹⁷.

A fala registrada nas atas da Câmara Municipal de Itaberaba, em que se afirma o “rompimento do PTB com o governador do Estado” e a consequente “quebra do elo que ligava a coligação” com o PSD, representa um episódio significativo do processo de reconfiguração das forças políticas baianas nos primeiros anos da redemocratização. Essa declaração expressa não apenas uma mudança de alinhamento partidário, mas a tradução local de um fenômeno estadual mais amplo: a cisão entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), que até então haviam sustentado uma aliança política pragmática em torno do governo estadual e de determinadas lideranças regionais.

Na Bahia, essa separação esteve vinculada às disputas pelo controle da máquina administrativa e à redefinição das bases de apoio político após o declínio do varguismo. O PTB, criado como expressão dos trabalhadores urbanos e setores sindicais, buscava afirmar sua autonomia política diante do predomínio do PSD — partido que congregava as elites agrárias e burocráticas do antigo Estado Novo. Em Itaberaba, essa ruptura reproduziu-se em escala local, evidenciando a tensão entre dois projetos de poder: de um lado, o PTB, que tentava afirmar uma identidade mais popular e reformista; de outro, o PSD, que representava a continuidade da ordem política tradicional, apoiada nas antigas oligarquias municipais.

A menção à colaboração do vereador Antônio Augusto Saraiva (PSD), apesar do rompimento formal entre os partidos, mostra a ambiguidade das alianças políticas locais, frequentemente pautadas por laços pessoais, familiares e clientelares que ultrapassavam os limites institucionais das legendas. Essa permanência da colaboração indica que, na prática, a fragmentação partidária não rompeu as redes de sociabilidade e reciprocidade política que estruturavam o campo político municipal. Assim, o discurso que celebra a “fortalecida bancada” do PTB com as adesões de Plínio Mata Pires e Benedito Mangabeira não expressa apenas um

⁴¹⁷ Idem, f. 122.

ganho numérico, mas a tentativa de construir uma nova legitimidade política frente à hegemonia udenista e à perda de sustentação junto ao governo estadual.

A fala, portanto, insere-se em um contexto de autonomia relativa da política local, no qual as alianças e rupturas seguiam uma lógica própria, mais vinculada à busca por espaços de poder do que à fidelidade partidária. O rompimento com o PSD foi, nesse sentido, um gesto de afirmação simbólica do PTB, que buscava consolidar-se como força independente em meio à fragmentação das coalizões estaduais. No entanto, o tom conciliatório ao mencionar a “colaboração do vereador do PSD” demonstra que o sistema político itaberabense ainda operava sob o signo da conciliação e da interdependência, características que garantiam a continuidade da influência das famílias tradicionais na mediação das disputas partidárias.

Na terceira sessão de 1954, em 10 de maio, Odulfo Brito, agora como primeiro secretário, aponta que as eleições em 1950, deu 40% do eleitorado votando na coligação democrática, da qual ele é integrante, e 60% de votos para a UDN. E analisa que “o prestígio da UDN no nosso município sempre foi e continuará a ser o dinheiro de que possa dispor Renato Cincurá e sua família”⁴¹⁸. Em resposta a sua colocação, o vereador udenista Lauro Sampaio, diz que “a UDN sempre foi a majoritária no município e continuará a ser majoritária”⁴¹⁹.

A afirmação de que “o prestígio da UDN no nosso município sempre foi e continuará a ser o dinheiro de que possa dispor Renato Cincurá e sua família” sintetiza, de modo emblemático, a natureza da política local em Itaberaba durante os anos 1950. Nessa fala, atribuída ao vereador Odulfo Brito, está contida uma crítica direta à política de conveniência que caracterizava o poder udenista e, de forma mais ampla, o funcionamento das redes familiares no interior baiano. O prestígio político, mais do que derivar de capital simbólico ou reconhecimento público, estava ancorado na distribuição de recursos materiais e na capacidade de mobilizar o poder econômico em favor de alianças e lealdades.

A trajetória da família Cincurá, central na política itaberabense, exemplifica esse modelo de atuação. Detentores de propriedades, influência comercial e conexões com o aparato administrativo estadual, os Cincurá consolidaram uma hegemonia local sustentada pelo uso estratégico do capital econômico como instrumento de poder político. No caso da UDN em Itaberaba, o controle da família sobre o partido revelava uma política moldada pela conveniência e pela reciprocidade, na qual o apoio político era conquistado e mantido por meio de benefícios, favores e patrocínios. Obras públicas, nomeações e concessões municipais eram frequentemente associadas à figura de Rafael Cincurá, reforçando a percepção de que o poder

⁴¹⁸ Atas da Câmara Municipal de Itaberaba-Bahia, 1953-1955. f.139. Câmara de Vereadores de Itaberaba-Bahia.

⁴¹⁹ Idem.

político e o poder econômico se confundiam. Assim, o partido, em vez de ser um espaço de debate ideológico, funcionava como extensão da estrutura familiar, garantindo a reprodução do mando local sob o discurso liberal e democrático da UDN.

A crítica de Odulfo Brito expõe uma contradição fundamental do processo de redemocratização no interior baiano: a permanência de práticas oligárquicas travestidas de democracia representativa. Ao denunciar o prestígio da UDN como resultado do “dinheiro” dos Cincurá, Brito demonstrava o caráter patrimonial da política local, em que o voto e a adesão partidária eram orientados pela lógica da dependência material. Essa forma de atuação consolidava a política da conveniência, em que alianças eram firmadas menos por princípios e mais por benefícios imediatos, mantendo as elites familiares no centro das decisões municipais. Dessa forma, a fala do vereador petebista deve ser compreendida como uma denúncia da economia moral do poder local, na qual o capital econômico se convertia em legitimidade política e o domínio familiar se perpetuava sob as novas regras democráticas. O “prestígio” mencionado na fala não é apenas uma referência ao dinheiro, mas à relação simbiótica entre poder e conveniência, que assegurou à família Cincurá não apenas o controle da UDN, mas a centralidade na vida política e administrativa de Itaberaba por várias décadas.

No dia 07 de abril de 1955, assume o poder executivo municipal, o prefeito petebista Justiniano Jacobina de Brito e altera-se quase toda a bancada do legislativo. Do mandato anterior, permanecem apenas os vereadores Antônio Augusto Saraiva, presidente da casa e Lauro Sampaio, o mesmo que afirmou que a UDN era e continuaria sendo predominante no município. A figura de destaque, agora, passa ser o vereador e secretário Arnold Mota, poeta e proprietário de umas das maiores fazendas de criação de gado de raça. A partir daí as atas passam a conter muito mais questões de ordem administrativa concernentes a infraestrutura e economia do município do que necessariamente a embates políticos.

O ano de 1955 marcou uma inflexão decisiva na política de Itaberaba, quando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fortalecido pelo cenário nacional pós-suicídio de Getúlio Vargas, consolidou-se como força dominante no município, conduzindo à nomeação de Justiniano de Brito como prefeito. Esse episódio revela uma mudança simbólica e estrutural na dinâmica política local, resultado do enfraquecimento da hegemonia udenista e da reorganização das alianças partidárias após o rompimento do PTB com o Partido Social Democrático (PSD). A morte de Vargas, em agosto de 1954, produziu um impacto profundo na correlação de forças, intensificando a identificação popular com o trabalhismo e abrindo espaço para a emergência de novas lideranças em municípios até então controlados por famílias tradicionais ligadas à UDN.

Em Itaberaba, esse movimento traduziu-se em um processo de redistribuição de poder que, embora apresentado como renovação, conservava elementos da política de conveniência herdada do período anterior. O PTB, reorganizado sob a liderança de figuras como Odolfo Brito e Plínio Mata Pires, capitalizou o prestígio do legado varguista e sua associação com as pautas sociais – trabalho, educação e assistência – para conquistar o apoio de setores médios urbanos e de parte do funcionalismo público municipal. A nomeação de Justiniano de Brito representou, assim, a apropriação local do discurso trabalhista, traduzido em práticas políticas que combinavam o apelo popular com a lógica tradicional da reciprocidade e do clientelismo.

A ascensão do PTB pode ser entendida como parte de um processo mais amplo de reacomodação do campo político baiano, no qual o colapso das antigas alianças PSD–PTB permitiu que novas configurações de poder emergissem. Se, no plano estadual, o rompimento refletia o desgaste do pacto getulista e o avanço da polarização nacional, em Itaberaba ele se manifestava como uma virada estratégica, em que antigos aliados buscavam reposicionar-se diante das mudanças no cenário político e do enfraquecimento da influência udenista. A perda de coesão da UDN, até então sustentada pelo prestígio material e pela centralidade da família Cincurá, abriu espaço para que o PTB construísse uma imagem de alternativa democrática, provavelmente diferente dos marcos das práticas políticas locais.

Além dos assuntos anteriormente citados, notamos nas atas, a partir de 1955, a discussão e consequente aprovação de projetos de leis que dizem respeito a desapropriação de terras e prédios privados, mediante pagamento de indenização aos proprietários com a finalidade de sediar projetos públicos como a Escola Rural e um posto agropecuário, por exemplo; abertura de crédito especial por parte do executivo para a conclusão de obras do mercado público; liberação de verbas para construção do Estádio da Primavera. A maioria das leis aprovadas, como já dito, foram de autoria do executivo municipal, que encontrava no legislativo uma bancada predominantemente de apoiadores.

Pontuamos alguns requerimentos importantes: ao governador do Estado solicitando o abastecimento de água no distrito de Ibiquera; ao Governador e ao Ministro da Viação e obras públicas solicitando o pagamento do comércio local que forneceu os trabalhadores da construção da rodovia Itaberaba – Iaçú; a mesa da câmara solicitando a prestação de contas de serviços prestados pelo prefeito na obra do açude Redenção, bem como na limpeza do tanque do bairro Coqueiro e nas medidas de prevenção a invasão de animais no centro da cidade. E por último o requerimento número 33 que solicita da Sr.^a. Darcy Vargas, presidente da Legião Brasileira de Assistência, a interferência no sentido de não haver suspensão das remessas de

viveres destinados aos flagelados, assolados pela seca que no momento afligia todo o sertão baiano.

Diante do exposto, entendemos, que nas manifestações parlamentares, podemos perceber que, mesmo em situações discursivas bastante ritualizadas em sessões plenárias, notamos negociações que podem se tornar complexas, a ponto de demandarem mais tempo para serem concluídas, como a situação provocada pela atuação do Delegado Regional. A prática social da Câmara Municipal, especialmente a manifestação discursiva, embora bastante restringida pelas normas regimentais, ainda dá margem a situações inesperadas, que mostram o caráter mais pessoal das situações conversacionais no plenário entre vereadores e entre estes e o Presidente da sessão.

Além disso, é notório que a maneira específica de se fazer uma intervenção parlamentar às vezes esbarra na personalidade de cada vereador. Ademais, percebemos que mesmo que o Presidente da sessão detenha regimentalmente e segundo as normas sociais e políticas o poder de concessão da palavra, muitas vezes esta é colocada sem a interferência dele. Portanto, há uma negociação no momento dos atos de fala dos Parlamentares, e que mesmo com toda a burocracia típica desse espaço de discussão, seguir normas muito rígidas para manifestação da palavra nem sempre é possível.

Dessa forma, podemos concluir que a análise das atas da Câmara Municipal de Itaberaba entre 1953 e 1955 permite compreender, de forma privilegiada, sobretudo, a dinâmica do poder local e as tensões que marcaram a relação entre o prefeito udenista Renato Cincurá de Andrade e o vereador petebista Odulfo Santos Brito. Em um contexto de redemocratização e reorganização partidária, Itaberaba reproduzia, em escala local, os embates que atravessavam a política nacional: de um lado, a União Democrática Nacional (UDN), defensora de uma democracia liberal, e de outro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se apresentava como porta-voz das classes populares emergentes. Essa rivalidade se expressava nas próprias sessões legislativas, onde os discursos, moções e requerimentos tornavam-se instrumentos de disputas simbólicas e de afirmação de poder.

Odulfo Brito, nesse contexto, foi uma das figuras mais atuantes. Sua oratória combativa e sua postura oposicionista ao prefeito Renato Cincurá lhe garantiram destaque nas atas e na memória política local. Em 14 de setembro de 1953, ao presidir sessão extraordinária, Brito denunciou “ameaças aos trabalhistas” e um “clima de intolerância e arbitrariedade” fomentado pela administração udenista e por autoridades policiais alinhadas ao governo estadual. As atas registram a tensão entre o PTB e a UDN como reflexo das disputas pela hegemonia política municipal, marcadas por acusações de perseguição e mandonismo. Essa prática de

enfrentamento discursivo evidencia o que Pierre Bourdieu (1989) denomina de “campo político” – um espaço de competição em que o poder simbólico é negociado através da palavra, da autoridade e da legitimidade.

Em suas falas, Brito construía uma imagem de defensor da moralidade e dos interesses populares, contrapondo-se ao poder familiar e patrimonial representado pelos Cincurá. Ao afirmar que “o prestígio da UDN no nosso município sempre foi e continuará a ser o dinheiro de que possa dispor Renato Cincurá e sua família”, em Ata já citada, o vereador explicitava sua estratégia de deslegitimar o adversário por meio da associação entre capital econômico e poder político. A resposta do vereador udenista Lauro Sampaio, ao afirmar que “a UDN sempre foi majoritária no município e continuará a ser majoritária”, confirma a dimensão simbólica e disputada da representação do poder local. Essas trocas de acusações e reafirmações de legitimidade configuram o que Norberto Bobbio (1997)⁴²⁰ descreve como o jogo entre “o poder visível da lei” e o “poder invisível da influência”.

O enfrentamento entre Odulfo Brito e Renato Cincurá ultrapassava as paredes da Câmara: manifestava-se também na imprensa local, que operava como extensão dos diretórios partidários. O jornal *O Itaberaba*, alinhado ao grupo udenista, publicava notas elogiosas à gestão de Renato Cincurá e divulgava com destaque os telegramas enviados pelo deputado Rafael Cincurá, associando obras e verbas municipais à ação da UDN. Em resposta, Brito utilizava as sessões legislativas como tribuna para contestar essas narrativas e denunciar o uso político da imprensa. Assim, os discursos do vereador petebista não apenas expressavam sua posição oposicionista, mas também configuravam uma estratégia de ocupação típica do espaço público, buscando contrapor a hegemonia udenista com um discurso de justiça social e de moralização da administração.

A rivalidade entre Brito e Cincurá traduz a complexidade das articulações políticas em Itaberaba, nas quais famílias tradicionais e partidos políticos disputavam, simultaneamente, o controle institucional e o monopólio simbólico sobre a definição do interesse público. A UDN, apoiada na tradição familiar dos Cincurá, apresentava-se como portadora da ordem e da continuidade; o PTB, por meio de figuras como Odulfo Brito e os Mata Pires, reivindicava o papel de renovador moral e representante das camadas populares. As atas demonstram que essa oposição produziu efeitos concretos na política municipal: atrasos na aprovação de projetos, denúncias públicas e enfrentamentos verbais que revelavam a frágil conciliação entre as forças políticas locais.

⁴²⁰ BOBBIO (1997), op. cit.

Esses embates expressam, portanto, a transição entre a política de conciliação oligárquica e uma prática de competição institucionalizada, em que o discurso se torna arma e arena. Além disso, as chamadas disputas partidárias constituíam, em grande medida, um mecanismo de reprodução das relações tradicionais de poder. Sob a aparência de divergência ideológica, essas contendas funcionavam como instrumentos de legitimação simbólica e institucional da influência das famílias que historicamente monopolizavam o espaço político local. Em vez de expressarem uma efetiva pluralidade democrática, as filiações partidárias tornavam-se estratégias de sobrevivência e adaptação das elites familiares às novas formas institucionais da política republicana. Em Itaberaba, o caso dos Cincurá é exemplar: a família soube instrumentalizar o aparato partidário da UDN como extensão de sua influência econômica e social, consolidando sua presença tanto no executivo quanto no legislativo municipal. As candidaturas, as alianças e até as ações administrativas eram articuladas de forma a garantir a continuidade da família no centro do poder, sustentada por uma rede de lealdades que atravessava a burocracia local e as instituições representativas.

Dessa forma, o estudo das atas da Câmara Municipal e dos jornais itaberabenses demonstra que o campo político local, longe de representar a emancipação do eleitor e a autonomia da esfera pública, operava como espaço de reafirmação do poder tradicional, traduzindo a capacidade das elites em se reinventar diante das mudanças do regime. As disputas entre UDN e PTB, nesse sentido, devem ser entendidas não como expressões de pluralismo democrático, mas como mecanismos de adaptação e continuidade de grupos familiares que, historicamente, definiram os rumos da política baiana. A democracia, em Itaberaba, apresentava-se, portanto, como forma moderna de um conteúdo antigo: a permanência do poder local sob novas vestes institucionais.

4.4 Um contraponto: os Mata Pires e o PTB

Diante da análise do cenário político de Itaberaba nas décadas de 1940 e 1950, marcado pela predominância das famílias tradicionais e pela força das legendas conservadoras, pareceu-nos oportuno abrir este espaço final para abordar um contraponto: o papel desempenhado pelos Mata Pires e sua relação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A escolha desse enfoque não deriva da tentativa de construir uma conclusão definitiva, mas da necessidade de reconhecer a complexidade que envolve a atuação desse grupo familiar, cuja trajetória sugere outras possibilidades de compreensão da política local. Em meio a uma dinâmica dominada pela UDN e pela influência econômica dos Cincurá, o comportamento político dos Mata Pires — especialmente em sua aproximação com figuras do trabalhismo baiano, como Medeiros Neto

— abre margem para repensar os sentidos de lealdade, poder e representação no interior baiano do período.

Mais do que oferecer respostas, a proposta aqui é formular novas perguntas sobre o significado político e simbólico dos Mata Pires. Que motivações sustentaram sua vinculação ao PTB? Até que ponto essa aproximação representava uma adesão ao ideário getulista, ou apenas uma reconfiguração estratégica dentro de um cenário de mudanças? Haveria, nessa relação, uma tentativa de romper com a lógica do poder oligárquico local, ou tratava-se de uma adaptação das mesmas práticas sob novas linguagens políticas? Essas indagações orientam esta reflexão final, na qual não temos a pretensão de responder, mas de partilhar uma ponderação de como a família Mata Pires se insere no processo mais amplo de transformação e continuidade das formas de poder que marcaram a vida política itaberabense no pós-Estado Novo.

Para compreender esse movimento, é importante retomar brevemente a trajetória do PTB na Bahia. Fundado em 1945, no contexto de reabertura democrática após o Estado Novo, o partido nasceu sob forte influência do getulismo, defendendo a continuidade das políticas trabalhistas e a ampliação dos direitos sociais. Desde o início, o PTB baiano procurou legitimar-se como representante dos trabalhadores, ainda que sua base fosse socialmente heterogênea, reunindo sindicalistas, funcionários públicos, profissionais liberais e até membros das elites agrárias. Nas eleições de 1947, sob a liderança de Antônio Garcia de Medeiros Neto e Landolfo Alves, o partido surgiu como uma terceira via entre o PSD e a UDN, elegendo sete deputados estaduais e revelando as primeiras tensões entre a vertente popular e a pragmática.

Com o retorno de Vargas ao poder, em 1950, o PTB fortaleceu-se ao associar-se ao PSD, tornando-se um dos pilares da coligação que conduziu Antônio Balbino ao governo da Bahia. Entretanto, essa aliança manteve um caráter ambíguo: o partido oscilava entre o reformismo social e o pragmatismo político, dependendo das alianças com setores conservadores para garantir espaço institucional. Nesse mesmo período, a Bahia enfrentava os desdobramentos da crise política do governo de Otávio Mangabeira. Embora o governador tenha representado uma esperança de reconstrução democrática após o Estado Novo, não conseguiu superar totalmente a crise que assolava o estado, marcada por dificuldades administrativas e pelo desgaste das alianças que o haviam conduzido ao poder. Ao final de sua gestão, sua imagem estava deteriorada entre os comunistas que o apoiaram em 1947, sobretudo após o empastelamento do jornal *O Momento* e a repressão policial à manifestação do PCB contra sua ilegalidade. Como observa Tavares (2001)⁴²¹, “os desgastes da coligação que elegera o governador Otávio Mangabeira eram evidentes nos primeiros meses de 1950”.

⁴²¹ TAVARES (2001), op. cit., p.464

Esse cenário abriu espaço para que o PTB se reaproximasse dos partidos e lideranças que haviam sustentado o velho autonomista, aproveitando a conjuntura favorável criada pela candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Embora Vargas buscasse se apresentar como o “candidato do povo”, desvinculando sua imagem do PTB, os trabalhistas sabiam do potencial eleitoral de sua figura e da importância simbólica do getulismo para ampliar sua representação parlamentar tanto na Bahia quanto no Congresso Nacional. O suicídio de Vargas, em 1954, apenas reforçou o simbolismo do trabalhismo como expressão de resistência e legitimidade moral, e o PTB baiano buscou reafirmar sua identidade em meio à crise, utilizando o legado getulista como ferramenta de mobilização política. A experiência petebista na Bahia foi marcada por tensões: ao mesmo tempo, em que defendia pautas de inclusão e modernização, o partido mantinha práticas de acomodação política, traduzindo a coexistência entre o discurso popular e a estrutura tradicional de poder.

É nesse contexto que a relação entre os Mata Pires e Medeiros Neto ganha importância. O vínculo político e familiar entre essas figuras aponta um caminho distinto daquele trilhado pelas famílias mais conservadoras de Itaberaba, como os Cincurá, cuja atuação na UDN se sustentava na força econômica e no controle institucional. As famílias Moscoso, Mata Pires e Medeiros Neto — que até então haviam integrado o grupo juracisista — romperam com essa orientação política e permaneceram fiéis ao getulismo, associando-se ao PTB e à sua agenda reformista. Esse reposicionamento foi consolidado também por alianças matrimoniais: Delsuc Moscoso casou-se com Edith Mata Pires, filha do coronel e pecuarista João da Matta Pires, pai de Almir e Plínio Mata Pires. Ambos os irmãos, embora herdeiros de uma tradição política fundada na influência paterna e na base agrária da família, pareceram preservar com mais vigor a defesa do trabalhismo e do legado getulista, expressando um compromisso ideológico que ultrapassava o pragmatismo dominante da política udenista local.

A inserção dessas famílias no campo trabalhista pareceu representar uma tentativa de redefinir o papel das elites regionais diante do novo cenário político nacional. Ao se aproximarem do PTB, os Mata Pires e seus aliados projetavam uma imagem de modernidade e engajamento social, buscando conciliar a herança rural com o discurso urbano e industrializante do getulismo. Essa postura os colocava em contraposição ao modelo udenista, cuja legitimidade se baseava no capital econômico e na política da conveniência. A adesão ao trabalhismo, mediada pelos Medeiros Neto, foi tanto uma escolha ideológica quanto uma estratégia de reposicionamento: uma forma de atualizar o poder local sem romper com suas estruturas tradicionais, adaptando-se à nova linguagem política do pós-Estado Novo.

Contudo, essa aproximação também dava ares de ambiguidade. A trajetória dos Mata Pires, assim como a de seus aliados Moscoso e Medeiros Neto, demonstrava que o discurso de transformação convivia com práticas herdadas da política tradicional, como as alianças familiares. O trabalhismo serviu como linguagem de legitimação de um poder que se modernizava sem se romper, ao mesmo tempo, em que introduziu novos valores no debate público, como a valorização do trabalho e da cidadania. Desse modo, o caso dos Mata Pires expressa uma transição discursiva: uma política que, embora ancorada na tradição familiar, incorporou a retórica do progresso e da inclusão social como forma de legitimar-se diante das mudanças democráticas em curso.

Assim, ao observar a política local a partir do contraponto representado pelos Mata Pires, Moscoso e Medeiros Neto, compreendemos que a história política de Itaberaba não se resume ao domínio da UDN ou às estratégias de manutenção das elites tradicionais. Ela também comporta experiências que dialogam com projetos nacionais de modernização e justiça social, ainda que de maneira contraditória e situada. A aliança dessas famílias com o PTB aponta um momento de inflexão na história política municipal, no qual o trabalhismo emerge como alternativa discursiva à política da conveniência, abrindo espaço para novas formas de pensar o poder, a legitimidade e a representação no interior baiano dos pós 1955, especialmente com a vitória do petebista Justiniano de Brito ao executivo municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é exagero afirmar que a história política brasileira pode ser interpretada à luz da história social das famílias políticas. A genealogia e o parentesco funcionam como recursos sociais fundamentais à compreensão das redes familísticas que, historicamente, dominaram o cenário político nacional. Em praticamente todos os estados, e especialmente na Bahia, essas famílias se inseriram nas diversas estruturas de poder da Segunda República, ocupando não apenas cargos eletivos, mas também posições estratégicas na administração pública, nos órgãos técnicos e nas instâncias de mediação política.

A pesquisa em questão aponta para a relevância de estudar o cenário político brasileiro a partir destas categorias, chamando a atenção para a cegueira analítica do pensamento hegemônico. A não inserção de agendas que considerem o *modus operandi* da política através de lógicas familiares pode ter gerado uma incapacidade de desvendar os processos de dominação que se instauraram na sociedade, visto que a incorporação acrítica de modelos e agendas estrangeiras, descontextualizadas da formação histórica brasileira, tem levado a uma produção científica míope, na qual alguns pesquisadores não percebem o peso estrutural que as famílias políticas exercem no sistema, inviabilizando a plena compreensão das estruturas de poder político e econômico que se constituíram historicamente e que, atualmente, se reproduzem.

O presente trabalho se propôs, conseqüentemente, a testar a hipótese de que existem dois tipos de capitais preponderantes que estruturaram as disputas e permitiram acesso aos cargos eletivos e de representação política da República pós-Vargas, sendo o estado da Bahia o lócus de estudo. Para tal, aplicou-se o conceito de capital político-familiar, inspirado no conceito de capital político de Bourdieu, tendo como pressuposto que, no universo empírico, a família se tornou central à dominação política. Através do levantamento e da análise da repetição de sobrenomes, foi possível constatar que determinadas famílias historicamente concentraram e controlaram os destinos do Estado, muitas das quais se perpetuaram no poder por mais de meio século, com algumas remontando ao período imperial. A associação do capital político-familiar ao capital econômico demonstrou a força que as famílias políticas e as novas famílias políticas exerceram no campo político de Itaberaba, concentrando poder e riqueza de forma histórica.

Esse processo de reprodução também está ligado às dinâmicas da propriedade da terra. A fragmentação fundiária — resultado da multiplicação das famílias e da divisão dos bens entre numerosos herdeiros — produziu redes parentais amplas, frequentemente marcadas por rivalidades internas. Essas rivalidades, longe de enfraquecer o poder dos grupos, ampliaram

suas possibilidades de articulação, gerando uma base sociopolítica extensa e flexível. É sobre essa base que se ergue o modelo de controle político típico do interior baiano, no qual a parentela, os aliados e os amigos ocupam papéis complementares na manutenção do poder. Com o tempo, as alianças fundadas exclusivamente na consanguinidade cederam lugar a redes políticas mais diversificadas, sustentadas por vínculos de amizade e por interesses comuns. Esse processo redefiniu o recrutamento das elites, que passou a depender de relações de confiança construídas em diferentes esferas — econômicas, profissionais e partidárias. Assim, a amizade política tornou-se um recurso estratégico no novo modo de dominação.

Essa constatação, baseada na análise das fontes pesquisadas, permitiu mensurar (ainda que com as limitações inerentes aos dados disponíveis da época) o patrimônio das principais famílias, comprovando-se que a estrutura de poder, tanto político quanto econômico, montada por elas, se assentava no controle de outras instituições estratégicas (imprensa, partidos, lugares de memória, entre outros). Além disso, verificou-se, de forma significativa, que quanto maior a vinculação e/ou o pertencimento do agente ao núcleo da família política, maior a probabilidade de exercer cargos de comando em postos superiores da administração pública — um fenômeno não novo, sobretudo na região Nordeste.

As famílias políticas eram, invariavelmente, aquelas que detinham, historicamente, o capital político-familiar e/ou o capital econômico, e seus herdeiros, via de regra, buscavam formação superior em instituições de prestígio (como Direito na Bahia ou Medicina em Salvador/Rio de Janeiro, ou no exterior), estratégia que funcionava como um mecanismo de diferenciação social e um vetor de acesso a cargos eletivos e de representação política. Um dos modos essenciais de reprodução social do grupo era, de fato, a transmissão direta de capitais (econômico e familiar) entre as gerações, os quais eram objetivados em títulos de "propriedades" e, fundamentalmente, na transferência do título do "nome de família", que se configurara como um símbolo fundante do capital simbólico familiar no mundo político.

Ao desvelar a estrutura de poder que operou nos bastidores e que permitiu entender a origem dos agentes competitivos no campo político de Itaberaba, propõe-se, em síntese, um olhar complementar sobre a constituição das elites políticas no Estado e novas possibilidades para a compreensão da classe dominante, apresentando que é viável compreender o fenômeno político por outras lógicas que complementam explicações vigentes e desmistificam a persistência e a alternância desses agentes nos mais variados cargos de representação política até a atualidade.

As reflexões finais da pesquisa, postas aqui, buscam, sobretudo articular as análises desenvolvidas ao longo dos quatro capítulos, evidenciando a complexa relação entre as famílias

tradicionais, os partidos políticos e os mecanismos de poder que configuraram o campo político de Itaberaba e, em escala mais ampla, o processo de redemocratização da Bahia nas décadas de 1940 e 1950. Ao longo da tese, observou-se que as transformações políticas não significaram uma ruptura total com as estruturas herdadas do passado oligárquico, mas antes uma reelaboração das formas de dominação e de legitimidade que sustentavam as elites locais.

Nos primeiros capítulos, a análise das origens do poder local e da constituição das elites regionais evidenciou que a organização social e política de Itaberaba esteve desde cedo vinculada à posse da terra, à hierarquia rural e ao prestígio familiar. A constituição das capelas, dos povoados e das primeiras instituições administrativas expressava não apenas a ocupação territorial, mas também o controle simbólico exercido por determinados grupos sobre o espaço e seus habitantes. A família, enquanto núcleo de poder, emergiu como instância de mediação entre o Estado e a sociedade, determinando o ritmo e o alcance da vida pública no sertão baiano. O terceiro capítulo mostrou que, com o avanço da urbanização e da abertura política após o Estado Novo, as antigas famílias rurais precisaram adaptar-se ao novo regime democrático. Nesse contexto, os partidos políticos – especialmente a UDN e o PTB – tornaram-se instrumentos de legitimação e continuidade das lideranças locais. Em Itaberaba, a atuação da família Cincurá foi exemplar desse processo: articulando capital econômico, prestígio social e capacidade de mobilização, Renato e Rafael Cincurá consolidaram sua hegemonia no cenário municipal, transformando o discurso liberal-democrático em ferramenta de manutenção da autoridade familiar.

O quarto capítulo aprofundou o papel das instituições e dos veículos de comunicação na construção e manutenção dessas hegemonias. Os jornais locais, longe de atuarem como instrumentos neutros de informação, funcionaram como aparelhos privados de hegemonia, difundindo ideologias, exaltando lideranças e silenciando vozes dissonantes. Em Itaberaba, a imprensa foi apropriada pelas famílias dominantes como meio de legitimação de seus projetos políticos e de desqualificação de adversários. A relação entre os jornais e os partidos reforçava o caráter instrumental da comunicação, transformando o discurso público em uma extensão das disputas de poder privado. E por último, o capítulo deslocou o olhar para as tensões internas do campo político, observando as relações entre a UDN, o PTB e o PSD, e como essas disputas refletiam tanto as contradições nacionais quanto as particularidades locais. As atas da Câmara Municipal e as notícias de jornais revelaram que, sob o discurso democrático, persistiam práticas de exclusão e hierarquização típicas da República Velha. O legislativo municipal tornou-se espaço de conciliação de interesses entre grupos familiares, onde o embate político se articulava a redes de fidelidade, reciprocidade e patronagem.

A presença expressiva de agentes familiares no interior dos partidos políticos levantou questões sobre a natureza da democracia e do sistema partidário na Bahia. Os partidos, teoricamente espaços de representação popular, funcionaram muitas vezes como propriedades privadas de grupos familiares que ditavam suas regras, controlavam recursos e definiam candidaturas. Se, por um lado, os partidos eram instrumentos indispensáveis à democracia representativa, por outro, sua apropriação por elites familiares limitava o pluralismo e concentrava poder. O controle partidário era um dos pilares da perpetuação das famílias no poder. A apropriação da instituição partido — como se fosse uma extensão do patrimônio familiar — permitiu que determinados grupos dominassem microrregiões e redes de municípios, transformando territórios eleitorais em verdadeiros “latifúndios políticos”. Nesses espaços, quanto maior o capital econômico e simbólico do grupo, maior a capacidade de controlar resultados eleitorais. Na Bahia, muitos desses partidos possuíam “donos”, frequentemente herdeiros diretos das antigas elites, que perpetuavam o domínio territorial e o controle dos fluxos de capital político.

O caso específico de Itaberaba demonstra que o processo de redemocratização não se deu de modo uniforme. As disputas entre Renato Cincurá (UDN) e Odolfo Brito (PTB) ilustram a coexistência de dois modelos de poder: de um lado, o da política da conveniência, amparada no capital material e nas redes clientelistas; de outro, o da política de inspiração trabalhista, que buscava afirmar uma identidade vinculada ao getulismo e às pautas sociais emergentes. Essa dualidade revela as ambiguidades do período, no qual as promessas democráticas conviviam com a persistência das práticas patrimoniais. Nesse sentido, o contraponto representado pelas famílias Mata Pires, Moscoso e Medeiros Neto adquire relevância especial. Ao romperem com o juracismo e permanecerem fiéis ao getulismo, essas famílias ofereceram uma alternativa simbólica à hegemonia udenista. O casamento intra elites não apenas reforçaram alianças familiares, mas também expressou uma forma de sociabilidade política em que laços de parentesco e afinidade ideológica se entrelaçavam.

Essas articulações revelaram que as disputas partidárias em Itaberaba, embora revestidas de linguagem ideológica, representavam também a busca pela continuidade da influência familiar. As coligações, as campanhas e as rupturas não podem ser compreendidas apenas como manifestações de alinhamentos nacionais, mas como instrumentos locais de manutenção de prestígio e poder. Mesmo o PTB, ao se apresentar como partido da inclusão social e da modernização política, acabou incorporando práticas de conciliação e personalismo típicas das elites regionais.

A trajetória política de Itaberaba entre as décadas de 1940 e 1950 ilustra um movimento de modernização conservadora, no qual os discursos democráticos e trabalhistas foram assimilados sem abalar profundamente as bases patrimoniais da política local. A permanência das famílias como eixo estruturante do poder, a instrumentalização dos partidos e a apropriação da imprensa como veículo de legitimação explicam a durabilidade dessas elites e a relativa estabilidade do campo político local. Em perspectiva mais ampla, a análise da experiência itaberabense contribui para o entendimento das dinâmicas políticas do Brasil republicano, nas quais a redemocratização de 1945 não significou uma democratização efetiva do poder. A tensão entre modernização institucional e continuidade social evidencia os limites da democracia liberal num país de heranças oligárquicas profundas. A história local, nesse sentido, funciona como espelho ampliado das contradições nacionais, mostrando que os processos de transformação política são, muitas vezes, reinterpretações de antigas estruturas de dominação.

Esta tese reafirma a importância da história local como categoria de análise capaz de iluminar a complexidade das relações entre poder, território e sociabilidade. O estudo de Itaberaba, ao articular partidos, famílias e práticas políticas, demonstra que o espaço municipal é um laboratório privilegiado para compreender as continuidades e rupturas da vida política brasileira. Mais do que um recorte geográfico, trata-se de um campo onde se revelam as interseções entre o público e o privado, o nacional e o local, o tradicional e o moderno, permitindo compreender como o poder se reinventa para permanecer.

Por fim, o estudo propôs uma abordagem multidimensional — histórica, sociológica e política — voltada à compreensão das dinâmicas de poder e da reprodução das elites políticas no contexto brasileiro, com foco na Bahia. Historicamente, a análise examina as trajetórias das famílias políticas e as estratégias de sobrevivência e adaptação que permitiram a essas linhagens manter influência ao longo das transformações institucionais. Do ponto de vista sociológico, investiga-se a reprodução do capital simbólico, social e econômico, articulando heranças de prestígio, recursos e relações de poder. Politicamente, considera-se a estrutura dos partidos, a organização interna das forças locais e a dinâmica dos processos eleitorais. Essa combinação de perspectivas permitiu apreender o fenômeno em sua complexidade, articulando os níveis micro (família e município) e macro (partido, Estado e sistema político nacional), evitando reducionismos e interpretações lineares.

REFERÊNCIAS

FONTES

1. Dados estatísticos

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos:** eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XX Volume. Rio de Janeiro, 1958.

BAHIA. **Informações básicas dos municípios baianos; Região do Paraguaçu.** Salvador: Centro de Estatísticas, informações, 1994.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** vol. VII, 1960.

IBGE. **Divisão do Brasil em microrregiões homogêneas 1968.** Rio de Janeiro, 1970.

2. Fontes Documentais e Arquivísticas

Arquivo da câmara municipal de Itaberaba (Ba) – ACMI

Caixa: 0132. Livro de Atas, de 1953 a 1955 e 1960 a 1963

Caixa: 0320. Livro de Leis. Código de Posturas. Lei nº 102 de, 10 de novembro de 1955

Livro de Atas, 14 de outubro de 1961.

Livro de leis municipais (1948 - 1956).

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Itaberaba-Ba).

Livros de registro de batismos (1949-1955). Manuscritos. Arquivo Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, Itaberaba, BA.

Livros do Tombo I e II. Arquivo Paroquial, Itaberaba, BA.

Arquivo Pessoal de Eptácio Cerqueira.

Periódico O Itaberaba (1947-1954). Livros de recortes e arquivos de jornal, volumes de 231 e 151 páginas.

Biblioteca da Câmara dos Deputados (Brasília, Df).

Memórias e documentos de Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira. Brasília, DF.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV).

Acervo Otávio Mangabeira. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Correspondência entre Juracy Magalhães e Getúlio Vargas (1934–1954). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia.

Documentos pessoais de Juracy Magalhães. Salvador, BA.

Relatórios administrativos do Governo Juracy Magalhães (1951–1955). Salvador: Arquivo Público da Bahia

Arquivo Público Municipal de Itaberaba – APMI

Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Fundação do Município de Itaberaba. Criação da Comarca de Orobó: Decreto nº 206 de 10 de fevereiro de 1890.

Acervo: Poder Executivo. Fundo: Intendência Municipal. Grupo: Secretaria de Intendência. Série: Fundação do Município de Itaberaba. Lei nº 176: sancionado e decretado – Palácio do Governo do Estado da Bahia – Governador Luiz Vianna, 25 de julho de 1897, 9º da República.

Coleção de leis e decretos municipais.

Arquivo Público Municipal Roque Fagundes de Souza (APMRFS)

Caixa: 1070, série: mensagens. Mensagem aos vereadores de 17 de maio de 1951

Caixa: 1073. Nota oficial de 21 de junho de 1951.

Atas do Poder Executivo municipal, ofícios, notas, projetos de leis, mensagens, decretos, comunicados, memorandos, avisos e cartas-contrato (1930 -1971).

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB

Livros de tabeliães de notas e Escrituras. Registros Eclesiásticos de Terras do século XIX.

Seção colonial e provincial. Série Judiciária, Orobó, 1849 – 1889, nº 2519.

02/704/1166/01 f. 225. Testamento de José Alexandre Peixoto Mascarenhas e sua esposa Hilária Francisca de Jesus. Ano de 1792.

02/943/1412/08. Inventário de José Pereira Mascarenhas e sua mulher Nazária Maria das Virgens.

3. Fontes Hemerográficas

O ITABERABA.

Periódico local. Itaberaba, BA, anos de 1947 a 1954. Acervo de Epitácio Cerqueira.

A TARDE.

Jornal. Salvador, BA, edições de maio e junho de 1945.

DIÁRIO DA BAHIA.

Jornal. Salvador, BA, edição de janeiro de 1947.

O IMPARCIAL

Jornal. Salvador, BA, edições de dezembro de 1946 e janeiro de 1947.

DIÁRIO OFICIAL

Jornal. Salvador, BA, edição de novembro de 1945.

O MOMENTO

Jornal. Salvador, BA, edições de novembro de 1946 e janeiro/fevereiro de 1947.

4. Fontes Impressas e Oficiais

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

Diário Oficial da União. Diversas edições (1949–1955).

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA.

Coleção de leis e decretos estaduais (1945–1955). Salvador: Imprensa Oficial da Bahia.

5. Fontes Iconográficas e Cartográficas

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Mapa – território do Piemonte do Paraguaçu – Bahia, 2012.

BRANDÃO, Marcos Sampaio. **Limite intraurbano atual de Itaberaba com base em seu crescimento têmporo-espacial**. In: BRANDÃO, M. S. (2009).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política local e a democratização no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**, ano 2, n. 2. Fortaleza: 2005.

_____. CHAVEIRO, E.F., BRAGA, H.C. **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: ed. Vieira, 2008.

_____. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A. (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

ALVAREZ, J. R. **O Transporte Ferroviário no Nordeste do Brasil**. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Recife, setembro de 1962.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Nova Letra, 2015.

AMADO, Janaina. História regional: um conceito em debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, 1985.

ANDRADE, Manuel Correia. **Área de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas**. Recife: SUDENE, 1982.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Editora da USP, São Paulo, 1982.

- ANTUNES, Cátia. A história da análise de redes e a análise de redes em História. **Revista da FLUP Porto**, IV Série, vol. 2, 2012.
- ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **Revisão do Paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- ARAUJO, Alex Teixeira de. **Catequização, colonização e conflitos na sesmaria de João Peixoto Viegas na Bahia – 1653 – 1700**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2015.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.
- AZEVEDO, Francisco F. **Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no Sertão Potiguar**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- BARROS, Caroline Cruz de Oliveira. No chão da praça: cotidiano e experiências na feira livre de Itaberaba-Ba (1930-1954). In: RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. **Itaberaba: capítulos de história**. Paulo Afonso/Ba: Oxente, 2021.
- RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. **Itaberaba: capítulos de história**. Paulo Afonso/Ba: Oxente, 2021.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945- 1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOAVENTURA, Franciny da Silva. **“Penna, papel e tinta”**: jornal O Itaberaba, cultura letrada e os ideais de modernização (1926 – 1936). Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba/BA, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BACKZO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- BRANDÃO, Marcos Sampaio. **Processos socioeconômicos do espaço regional no século XIX e implicações sócio-espaciais na gênese da cidade de Itaberaba – Ba**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

- _____. **A formação territorial de Itaberaba**. Salvador, 2007.
- _____. **Limite intraurbano atual de Itaberaba com base em seu crescimento têmporo-espacial**. Itaberaba, 2009.
- BRITO, Jonas. **A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920 - 1926)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CALMON, P. Vida; Governadores do Estado da Bahia; MEIRELES, E. J.J. Seabra; MELLO, A. Cartilha; **Revista da Fundação Pedro Calmon**, ano 6, n.6, 2001, p. 187-195.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CANDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (ed.). **Brazil: portrait of a continent**. New York: Dryden, 1951.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARNEIRO, Piquet. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 2, pp. 403 a 432, 2008.
- CARVALHO, Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955.
- CERQUEIRA, Eptácio Pedreira de. **Itaberaba no século XIX: economia, sociedade e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- CONNELL, Raewyn; COLLYER, Fran; MAIA, João; MORRELL, Robert. Toward a Global Sociology of Knowledge: Post-Colonial Realities and Intellectual Practices. *International Sociology*, **Thousand Oaks**, CA, v. 32, n. 1, p. 21-37, 2017.
- CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flavio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CLAVAL, Paul. **La géographie culturelle**. Paris. Nathan, 1995.
- DANTAS, Lucas; ARAÚJO, Luís Felipe. Trilhos da modernidade: a ferrovia e a transformação do espaço urbano no interior baiano. **Cadernos de História da UFBA**, v. 19, n. 32, 2018.

- DANTAS, José. **O vaqueiro e o gado no sertão da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2000.
- DANTAS, Mônica Duarte. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822). In: **Penélope**: revista de história e ciências sociais. N. 23. São Paulo: Celta, 2000.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Revista Espaços & Debates**. São Paulo: Cortez, n. 24, 1988.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DELGADO, Marcio de Paiva. **O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- DELGADO, Lucília de A. Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1986.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2 ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2004.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Edusp, 1999.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris: Gallimard, 1977.
- _____. **“Relations de Dépendence et Manipulation de La Violence en Kabylie”, L’Homme**. vol. 8(4). 1968.
- FERREIRA, Elisângela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- FERREIRA, Jackson André da Silva. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

- _____. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil (séculos XVI, XVII e XVIII).** Gráfica Siqueira, São Paulo – SP, 1 ed. 1953.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1974.
- _____, et al. **Um praticante da democracia: Otávio Mangabeira.** Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.
- FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe e Espírito Santo).** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1906.
- FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 4, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- GALVAO, Olímpio J. de Arroxelas. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil: 1943-69. **Revista Brasileira de Economia,** vol.53, n.4, 1999, p. 523-558.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária no Brasil. In: _____. **Proposição teórico- metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008, p. 86-321.
- GOULART, José Alípio. **A pecuária no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1963.
- GOMES, Ângela de Castro. **Uma breve história do PTB.** Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.
- _____. **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- _____. **A invenção do trabalhismo.** 3 ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo.** São Paulo: Ática, 1989.
- GUIMARAES, Fábio Macedo Soares. **Divisão Regional do Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1942.
- GRILL, Igor Gastal. **Família e política: o poder local no Brasil contemporâneo.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. **Publicações Braudel Papers**, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 14 de set. 2024.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. Território e multiterritorialidade. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1999.
- _____. Região, diversidade territorial e Globalização. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: Ano 1 – nº 1: 15-39, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HENRIQUE, Juliana da Silva. **A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- HIPPOLITO, Lúcia. **De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. A expansão da fazenda agropastoril como expediente para mobilizar o trabalho e promover a acumulação de capital regional e coronelista nas Minas Gerais da República Velha. In: **Anais do VI Encontro de Pós-Graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP**, São Paulo, 2010.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, Aruã Silva de. **Uma democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.
- LIMA, Alcides de Jesus. **Itaberaba: transformações urbanas e luz elétrica (1938-1971)**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba, 2012.
- _____. **Da usina de luz à energia elétrica de Paulo Afonso: modernização e eletrificação urbana em Itaberaba/BA (1938/1971)**. Salvador: Sagga, 2016.

_____. “Uma cidade vulnerável: anseios e medos em Itaberaba (1940–1952)”. In: RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida (Org.). **Itaberaba, Capítulos de História**. Salvador: EDUFBA, 2021.

LIMA, Fernanda de Souza. **Entre o Público e o Privado: relações de gêneros nos processos de desquite e Divórcio no município de Itaberaba/BA (1950-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus/BA, 2014.

LIMA, Hermano Viana. **Ferrovias e modernização no sertão nordestino: os impactos da VFLB na Bahia (1900-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2009.

LIMONGI, Fernando. “Eleições e Democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a Transição de 1945”. **Revista Dados**, v. 55, n. 1, 2012, p. 37-69.

LINHARES, Maria Yedda. **História das populações brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111–153.

LYRA, Ana Cláudia. Da fazenda à cidade. A Territorialização da Dívida na Formação de Poço Fundo (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 13, n. 2011, p. 137-150.

MAGALHÃES, Juracy. **Minhas Memórias Provisórias**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

_____. “**Símbolo das aspirações do povo baiano**”. Estado da Bahia: Salvador, 28 dez. 1946.

MANGABEIRA, Otávio. **Discursos parlamentares e correspondências (1930–1954)**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia.

_____. “**Acima de tudo a causa pública**”. Estado da Bahia, Salvador, 28 dez. 1946.

_____. **Carta do Exílio**, 1945.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu Recôncavo**. São Paulo: Corrupio, 1992.

_____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. Trad. James Amado. São Paulo: Corrupio: Brasília: CNPQ, 1988.

MDB. Constituinte com anistia – **Compromissos, políticos, sociais e econômicos do MDB**. Coleção Alberto Pasqualini, Brasília, MDB, 1978.

- MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: EDUSP, 1991.
- MELLO, M. A. G. **História política do baixo médio São Francisco.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: UnB, 1982.
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. Mulheres e dote no Brasil. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.
- MOREIRA. Patrícia Carneiro Santos Moreira de. **Juracy Magalhães e a construção do juracismo: um perfil da política baiana.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da história na modernidade.** Feira de Santana: Salvador, 2002.
- _____. **Posseiros, rendeiros, proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- _____. **Formação histórica dos sertões baianos.** Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local.** 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.
- _____. Perspectivas historiográficas baianas: esboço preliminar de recentes e tendências hodiernas da escrita da História da Bahia: In: OLIVEIRA, A. M. C. dos; REIS, I. C. do (Org.). **História Regional e Local: discussões e práticas.** Salvador: Quarteto, 2010.
- _____. **A pecuária e o povoamento do sertão baiano.** Salvador: EDUFBA, 2011.
- _____. História de família: origens portuguesas de grupos de consanguinidade do alto sertão da Serra Geral da Bahia. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica,** vol. 19, nº 1 (2001): Jan.–Dez, 30 de out. 2019.
- NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946.** Editora Parma: São Paulo, 1986.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- OLIVEIRA, Alexandra M. Camponeses tecendo saberes no sertão: o uso comum das terras soltas. in: SILVA, José B. et alii (orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro.** Fortaleza: expressão gráfica, 2006.
- OLIVEIRA, Caroline Cruz de. **Feiras livres e economia sertaneja na Bahia do século XX.** Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2021.

- OLIVEIRA, José Ismael de. **Famílias, poder e política no Brasil contemporâneo**. Brasília: Senado Federal, 2007.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.
- _____. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de; PETRARCA, Fernanda Rios. Os estudos de elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal (ed.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2016. v. 2, p. 141-165.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Partido Social Democrático. In: FLEISCHER, David. (Org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. (Biblioteca Básica Brasileira).
- PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.
- PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Memória histórica e descritiva do município dos Lençóis (Lavras Diamantinas): In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Ronaldo de Sales. **Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)**. UEFS, Feira de Santana, 2002.
- PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- PETRARCA, Fernanda Rios. OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 37, nº 81, 2024.
- PEIXOTO, Tatiana da Cunha. **Os mandarins do Sertão: os criadores de gado do São Francisco (1650-1750)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: Atraso e personalismo. In: **Ideação**, Feira de Santana, n. 4, jul./dez, 1999.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: Difel, 1976.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.
- RAMINELLI, Ronald. Poder político das câmaras. In: FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno (org.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- RASFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Eucléia Nogueira de Oliveira. **História Local, Poder e Justiça Cartorial: os Medrados, os Magalhães e a Fazenda Sítio Novo (Iaçu–BA, 1980–1998)**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba, 2024.
- REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia: o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. 2. ed. rev. e ampl. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RIBEIRO, Antônio Marcos de Almeida. **O sertão conquistado: o Médio Paraguaçu e a formação de Itaberaba**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- _____. **Itaberaba, capítulos de história**. Salvador: EDUFBA, 2021.
- _____. **A conquista do Paraguaçu: o sertão, o tapuia Maracás e a Guerra Justa (1655-1674)**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba – BA, 2012.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIOS, Ana Maria; RAMOS, Eucléia Nogueira. **Famílias, poder e propriedade na Bahia sertaneja (1950–1980)**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização". In **O Brasil República**, vol. III da História Geral da Civilização Brasileira, coordenada por Boris Fausto, Difel, São Paulo, 1981.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SAES, Alexandre Machionne. Vida urbana e capitalismo na modernização de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo na transição para o século XX. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos políticos na Bahia (1945–1964)**. Salvador: EDUFBA, 1998.

_____. **Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembleia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SAMPAIO, Nelson de Souza. O Diálogo democrático na Bahia. **Revista Brasileiro de Estudos Políticos**: Livraria da Revista Forense, Rio de Janeiro, 1960.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. V. 9, n.º 19, set. 1989/fev. 1990.

SANTOS, Danilo Marcos. **A ferrovia e o sertão: impactos da Viação Férrea Leste Brasileiro em Itaberaba**. Feira de Santana: UEFS, 2020.

_____. A Estação Ferroviária de João Amaro e o desenvolvimento sertanejo baiano. **Revista Memórias da Chapada**, v. 7, n. 2, 2020.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do Sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed, 17ª Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Quesia Souza. **Memórias da seca de 1932 em Itaberaba-Ba**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba/BA, 2011.

SANTOS, Sirlene Souza. **Jogo pela sobrevivência: estratégias de curas em Itaberaba/BA (1930-1960)**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia, Itaberaba/BA, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador, 2009.

- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SERPA, Ângelo. (Org.) **Espaços Culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: Edufba, 2008.
- SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. **Os impasses da estratégia**: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948). São Paulo: Annablume, 2009.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conflitos de terra numa fronteira antiga: o sertão do São Francisco no século XIX. **Revista Tempo**, n.º. 7, vol. 4, pp. 9-28, jul./1999.
- SILVA, Paulo Santos. **A vida sertaneja e as transformações no semiárido baiano**. Salvador: EDUFBA, 1992.
- _____. **A volta do jogo democrático (Bahia, 1945)**. Salvador: Assembleia Legislativa. 1992.
- _____. **A Força da Tradição**: a luta pela redemocratização na Bahia, 1945. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.
- _____. **Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930/1949)**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, Paulo Santos; SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. **O Estado Novo**: as múltiplas faces de uma experiência autoritária. Salvador: EDUNEB, 2008.
- SILVA, Marcos (coord). República em Migalhas. História Regional e História Local. In: AMADO, Janaína: **História e Região**: Reconhecendo e construindo espaços; São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Bárbara Christine Nentwig. **O subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. Recife: SUDENE, 1985.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- SOARES, Gláucio. A. D. **Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)**. São Paulo: Difel, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. **Trabalho, política e cidadania: Trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, 1983.

SOUZA JÚNIOR, Tadeu Baliza de. **“Pedra que Brilha” em uma região sertaneja: institucionalização, poder e sociedade (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Edufba, 10ª ed., Salvador, 2001.

_____. **História da Bahia**. 11. ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUNESP; Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Porto da Folha: população e economia em uma freguesia do sertão do São Francisco (1780–1888)**. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira / Governo de Sergipe, 1983.

_____. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 119-156, abr. 1997.

SILVA, Fabiana Machado. **O Trem das Grotas: a ferrovia leste brasileira e seu impacto social em Jacobina (1920-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

TEIXEIRA, Leopoldo. **Aquarelas de Itaberaba**. Feira de Santana: Pap. Silva & Irmão, 1945.

TERUYA, Marisa Tayra. **Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970)**. Tese de Doutorado. FFLCH- USP, São Paulo, 2002.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memórias sobre o estado da Bahia**. Bahia: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1893.

VIEIRA JÚNIOR SILVA, Jacionira Coêlho. **Entre Paredes e Bacamartes - Arqueologia no médio São Francisco**. Indígenas, vaqueiros, missionários. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VILHENA, Luís dos Santos. **Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas**. Salvador: Itapuã, 1969.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, Brasília: EdUnb, 1995.

ZENHA, Edmundo. **O Município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.